

Quis o mar, e os que o olham de frente, que Matosinhos,
Vila do Conde e Póvoa de Varzim fossem mais que três pontos
incógnitos no mapa da nossa História; que, alargado para
Oeste, o nosso horizonte acabasse longe, lá onde os braços
cansados procuram na abundância, ou na saudade, forças para
remar para casa.

Quis o mar que homens e mulheres se encontrassem,
pescando, num areal comum no qual o labor quotidiano, a
camaradagem e até o amor se espriam e se enredam; e que
essa rota se desenhasse numa carta alheia às fronteiras que,
em terra, nos situam num ou outro lugar.

Quis o mar, e os que o olham de frente, que as histórias de
vida que neste livro se guardam acontecessem.

Quisemos, nós, Grupo de Ação Local – GAL Costeiro Litoral
Norte, da Área Metropolitana do Porto, com a Bind'ó Peixe –
Associação Cultural e a ESMAD – Escola Superior de Media
Artes e Design do Politécnico do Porto, contá-las: amarrando
a este ancoradouro de papel um pouco dessa maritimidade
partilhada que, longe de diluir identidades locais, as espalha
pela vizinhança, em suave *marafunda*.



Rostos da Maré



Vidas em Rede
entre Matosinhos,
Vila do Conde
e Póvoa de Varzim

Rostos da Maré



Vidas em Rede
entre Matosinhos,
Vila do Conde
e Póvoa de Varzim





Índice

Nota do editor

Abel Coentrão
— 8

Sobre este projeto

Nos lugares comuns da nossa vida

Abel Coentrão
Bind'ó Peixe – Associação
Cultural
— 10

Nas marés do tempo

Olívia Marques da Silva
Escola Superior de Media Artes
e Design
— 14

Rostos de maré cheia

Ariana Cachina Pinho
Área Metropolitana do Porto
— 18

Um mar de tradição

Luísa Salgueiro
Câmara Municipal de
Matosinhos
— 20

Quando o mesmo mar são três

Aires Henrique do Couto Pereira
Câmara Municipal da Póvoa
de Varzim
— 22

Grande orgulho nos que vivem do mar

Vítor Costa
Câmara Municipal de Vila
do Conde
— 24

Rostos da maré

O amor preso no trânsito

Maria Alzira Gomes Carvalho
Terroso e Manuel Francisco
Terroso, Caxinas, Vila do Conde
Texto: David Mandim
Fotografia: Luís Ribeiro
— 28

Ainda há peixe no Terceiro Recanto

Américo Terroso Milhazes e
Raquel Jorge Milhazes,
Poça da Barca, Vila do Conde
Texto: David Mandim
Fotografia: Olívia da Silva
— 46

O legado perpetuado em palco

Maria Antonieta Nunes Pereira,
Póvoa de Varzim
Texto: Ângelo T. Marques
Fotografia: Helena Flores
— 64

Carpinteiro de memórias

Carlos Manuel Fernandes Areias,
Matosinhos
Texto: Luísa Pinto
Fotografia: Joana Dionísio
— 78

Da praia do peixe à lota, sem vontade de parar

Maria de Fátima Nora Lima
Moura, Matosinhos
Texto: Luísa Pinto
Fotografia: Helena Flores
— 94

A cultura das Caxinas, do mar à mesa

Francisca de Jesus Marafona e
Fernando Manuel Pinho,
Caxinas, Vila do Conde
Texto: David Mandim
Fotografia: Luís Ribeiro
— 108

Quanto mar

cabe numa fotografia?

Maria da Graça Rodrigues Torrão,
Póvoa de Varzim
Texto: Ângelo T. Marques
Fotografia: Helena Flores
— 124

Nos genes, no mar e na vida: irmãos

Israel Pedro Cartucho e Belmiro
Tiago Cartucho, Matosinhos
Texto: Luísa Pinto
Fotografia: Joana Dionísio
— 140

Um búzio chamado Jaime

Jaime da Silva Pontes,
Caxinas, Vila do Conde
Texto: David Mandim
Fotografia: Luís Ribeiro
— 154

E do mar se fez palavra

José Alberto Maio Postiga,
Póvoa de Varzim
Texto: Ângelo T. Marques
Fotografia: Luís Ribeiro
— 172

Do Ramalhão para a Poça da Barca

José Gonçalves Moita,
Póvoa de Varzim
Texto: Ângelo T. Marques
Fotografia: Sérgio Rolando
— 186

Zé Maria... da Música, da bola e do mar

José Maria Marques da Mata,
Póvoa de Varzim
Texto: Ângelo T. Marques
Fotografia: Sérgio Rolando
— 204

Os três *Camacinhos*

José Ramos Pereira, Francisco Ramos Pereira e Ricardo Tato Pereira, Matosinhos
Texto: Luísa Pinto
Fotografia: Sérgio Rolando
— 218

A herdeira dos Cavalheira também ama o mar

Maria Júlia da Silva Rajão Viana, Póvoa de Varzim
Texto: Ângelo T. Marques
Fotografia: Helena Flores
— 234

A pescar também se arranja namoro

Leontina Maria de Faria Cruz e Manuel Francisco da Silva Esteves, Angeiras, Matosinhos
Texto: Luísa Pinto
Fotografia: Olívia da Silva
— 248

Quando o amor chega de bicicleta

Manuel de Agonia Fangueiro, Maria Alda Santos Moreira e Benjamim Santos Moreira, Vila Chã, Vila do Conde
Texto: David Mandim
Fotografia: Sérgio Rolando
— 264

O piquenique do Anjo

Marcelino Costa Passos e Margarida Coentrão Viana, Matosinhos
Texto: Luísa Pinto
Fotografia: Luís Ribeiro
— 282

De Matosinhos, com o coração nas Caxinas

Maria da Guia Gomes Fortunato e Joaquim Pereira Araújo, Caxinas, Vila do Conde
Texto: David Mandim
Fotografia: Olívia da Silva
— 298

Um sorriso que arribou num temporal

Maria de Lurdes Silva Pereira e António Milhazes Terroso, Póvoa de Varzim
Texto: Ângelo T. Marques
Fotografia: Olívia da Silva
— 316

Uma família em busca de um porto seguro

Maria Gomes Viana e Jerónimo Gomes Viana, Caxinas, Vila do Conde
Texto: David Mandim
Fotografia: Joana Dionísio
— 330

Da tertúlia dos patos nasceu uma Maré

Napesmat – Núcleo dos Amigos dos Pescadores de Matosinhos Matosinhos
Texto: Luísa Pinto
Fotografia: Joana Dionísio
— 346

Ensaio

nem mudo nem quedo o rosto pertence à fotografia
Adriana Baptista,
Escola Superior de Media Artes e Design
— 362





Se, ao folhear este livro, sentir nos dedos um travo a sal, não se espante. Saboreie. Se algumas palavras lhe parecerem retorcidas pelo vento, não se espante. Escute. Ao contrário da vaga, o mar não definha na praia de quem dele vive. Sempre que pode,

galga-lhes os dias,
encrosta-se, como limo,
na sua memória,
faz-se corpo,
enrouquece-lhes a voz.

Em troca de uns peixes,
pede-lhes sorrisos,
mas, com o tempo,
sulca-lhes a pele,
esculpindo, lágrima a
lágrima, os seus rostos
da maré.

Nos lugares comuns da nossa vida

A si, que chega a este areal onde se espriam alguns *Rostos da Maré*, uma breve explicação: as histórias de vida que encontrará neste livro, devemo-las, todas, ao mar; mesmo quando lhe pareça que há já pouco mar nelas. Alheio às fronteiras administrativas que, em terra, delimitam os concelhos de Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, o Atlântico desenhou nas fieiras da nossa história recente biografias que cruzam territórios, afetos que não se amarram apenas ao lugar de nascença e até amores que arribaram de comboio, em dia de festa, ou de barco, fugindo de um temporal.

São 21 as histórias que abarcamos neste livro. Poderiam ser muitas mais, tal a dimensão das vagas de gente que, principalmente do final do século XIX em diante, circulou por estes municípios, espalhando sobrenomes e alcunhas,

parentescos, amizades e afinidades profissionais – e o luto. Em 2022 passam 75 anos de um dos mais mortíferos desastres da pesca em Portugal – o naufrágio de quatro traineiras de Leixões que matou 152 homens, a 2 de Dezembro de 1947. Do maior porto sardinheiro do país, a dor espalhou-se a vários concelhos, principalmente os da Murtosa e de Espinho, a sul; a norte, feriu as comunidades piscatórias de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim, cujos destinos, na vida e na morte, se cruzavam densamente, já então, com o de Matosinhos.

A memória desses dias negros ecoa em algumas das histórias que lerá por aqui, pela voz de quem, criança, fixou para sempre o pranto das mulheres na praia, ou nas lições que, noutra família, desse dia de temporal se tiraram. Em 75 anos, muito mudou na pesca, e nos territórios que dela ainda dependem, mas há um lastro, feito de memórias, de gestos ainda partilhados e de lugares comuns – em terra e no mar – que dá sentido a uma proto-identidade pluriterritorial que, ainda que raramente expressada, abarca estes três concelhos. No que toca ao mar, eles tornaram-se, de certa forma, interdependentes.

Cada um de nós nascido ou criado por aqui, à beira-mar, será sempre mais poveiro, vilacondense ou *matosinheiro* (nome bonito que os nossos pescadores dão aos

de Matosinhos). Isso até nos levou, inicialmente, a pensar em organizar estes *Rostos da Maré* geograficamente, em três capítulos. Mas perante a riqueza e a complexidade das histórias de vida que nos vieram à rede, mudámos o rumo desta obra. Ao organizá-las por ordem alfabética, a partir do nome pelo qual estas pessoas são conhecidas, virámos o leme para as suas biografias, porque entendemos, ao lê-las, que através delas conseguimos uma amostra do quanto os nossos percursos individuais dependeram de – e contribuíram para – esta territorialidade multipolar atracada ao Atlântico.

Mar. Memória. Identidade. Tem sido com esta palamenta básica, num pequeno bote, que a Bind'ó Peixe – Associação Cultural vem tentando fazer as suas pescarias, dando sentido à sua existência ainda breve. Somos um grupo de filhos do mar. Homens e mulheres gerados entre marés, mas já presos à terra, a sondar, no profundo da memória dos nossos, em busca de um chão, às vezes pedregoso, outras vezes de areia fina, onde largar essa rede a que chamamos identidade: a individual, mas sobretudo a coletiva. Para captar e recriar as suas expressões culturais.

“A memória, ao mesmo tempo que nos modela, é por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se

nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. No final, resta apenas o esquecimento”, escrevia o antropólogo Joel Candau, em *Memória e Identidade*. Lembrar é estabelecer uma permanência, contra o vazio do esquecimento. Podemos existir sonhando futuros – não tem sido outra a condição humana –, mas para riscar uma rota até ao sonho precisamos de um barco estável para a nossa navegação quotidiana.

A Bind'ó Peixe nasceu nas Caxinas, Vila do Conde, mas recusou sempre alimentar a ideia simplista de uma identidade autossuficiente, ancorada apenas na nossa enseada. Não podemos deixar ao largo da nossa própria história a importância de lugares como a Poça da Barca e, por via desta, a nossa ancestral ligação à Póvoa de Varzim, que alimentou as nossas biografias com muitos dos seus pescadores e *pescadeiras* – nossos pais, avós e bisavós. O farol apagado na nossa praia diz-nos que ali houve muitos barcos, mas não nos diz quantos dos que lhes sucederam, maiores, mais capazes, trazem ainda viva a indústria naval em Vila do Conde e operam em muitos outros portos, com destaque para os da Póvoa de Varzim e de Leixões, em Matosinhos.

Mas bastaria uma leitura atenta do profícuo trabalho do Núcleo de Amigos dos Pescadores de

Matosinhos, fixado em vários livros e em 200 números do jornal *Maré*. Por ali, em milhares de páginas escritas ao longo de 18 anos, está bem espraiado esse fundo comum – que é genealógico, profissional, territorial – que nos animou nesta campanha. Não por acaso, entendemos dar sinal da nossa admiração por esse labor de valorizar o mar enquanto património cultural, que é também muito nosso, incluindo, nesta obra, esta e outras vozes de quem, já longe da pesca, não esquece a sua importância nas nossas vidas.

Não podemos terminar sem dar os parabéns ao Grupo de Ação Local – GAL Costeiro Litoral Norte, da Área Metropolitana do Porto, por assumir a importância estratégica de valorizarmos estes lugares que nos são comuns. Estamos gratos pela oportunidade que nos foi dada para, em cooperação com a ESMAD, procurarmos, nas vozes dos nossos conterrâneos, esses sinais de um destino partilhado, de uma cidadania que é, à sua maneira, metropolitana.

A estes concidadãos, temos de agradecer o terem aceitado fazer parte desta campanha inicial. Esperamos, sinceramente, que esta obra seja apenas um ponto de partida para outras navegações, e que abra uma rota que nos leve a outros *Rostos da Maré*.

Abel Coentrão
Presidente da Bind'ó Peixe
Associação Cultural





Desde a sua fundação, em 2013, a Bind'ó Peixe tem recolhido e digitalizado espólios particulares da comunidade piscatória, valorizando-os culturalmente. No arquivo de Alzira Carvalho e Manuel Terroso encontramos esta fotografia que fixa uma procissão dos doentes, por alturas da Páscoa, nas Caxinas, na década de 1970.

Nas marés do tempo

Rostos da Maré – Vidas em Rede entre Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim é um projeto acerca de três comunidades piscatórias que espelha a convivência das gentes ligadas ao mar destes três municípios da Área Metropolitana do Porto. Nele se constrói uma prática artística interdisciplinar, em que a fotografia, o texto, a entrevista, a música e o *design* convivem com o objetivo de elevar a importância das histórias de vida de pessoas com uma paixão pessoal e profissional pelo mar. Numa escola como a ESMAD, que tem valorizado a importância da relação estreita com a região e as suas diferentes comunidades, como é o caso das acima referidas, as intervenções artísticas e as histórias de vida são uma mão-cheia de possíveis abordagens. Exemplos bem-sucedidos dessa interação são um projeto fotográfico documental de Rui Xavier nas zonas das Caxinas e de Fleetwood; o documentário *Gentes do Mar*, realizado por Dânia Lucas em 2014; ou *Rumo à Pesca*, projeto do designer e fotógrafo Helder Luís, a

partir do barco homónimo; ou um mural em *video mapping*, de Inês Silva, que incluía testemunhos de pescadores e operárias da antiga seca do bacalhau de Vila do Conde. O apelo imediato do audiovisual, do cinema, do desenho, das artes digitais e da fotografia proporciona uma partilha ampla de ligações, valorizando criativamente estas comunidades.

No caso destes *Rostos da Maré*, as estratégias seguidas foram moldadas pelas situações experienciadas pelas pessoas, pelas suas percepções globais e locais, e pelas demandas e expectativas com que cada interveniente pôde contribuir para que o resultado final fosse um êxito. As práticas visuais, escritas e documentais que podemos apreciar neste livro contribuíram para moldarmos métodos de trabalho e são usadas para potenciar a reflexão, a crítica, a sensibilização e o questionamento de valores, uma postura essencial para a prática artística.

Este projeto integra uma abordagem contemporânea, na qual convivem duas formas de representação fotográfica que acompanharam o desenvolvimento da história da fotografia, nestes quase dois séculos que ela leva de existência: a fotografia de família ou popular (tal como Liz Wells a designa, para evitar o que considera redutor no termo popular), que teve um contributo importante para a construção da fotografia e da

memória; e a fotografia profissional autoral e expositiva, que surge aqui com uma intervenção interpretativa contemporânea, realizada em estúdio por quatro autores – fotógrafos capazes de conviver em contraste e harmonia.

Se, por um lado, a fotografia de família ou popular, por si só, pode ser objeto de interesse para as novas correntes da Etnografia Visual, enquanto fonte de evidências concretas para as abordagens metodológicas de investigação sociais ou culturais; por outro, no caso de *Rostos da Maré*, ela permite uma contextualização rica e essencial para completar as histórias de vida de muitas pessoas cujos depoimentos se incluem neste livro. As fotografias da memória dos protagonistas que habitam esta obra traçam de forma mais direta, a importância dos laços familiares, das famílias matriarcais, das cerimónias religiosas (o batismo, o casamento, o funeral), não esquecendo a valorização do objeto fotográfico a preto e branco ou dos acabamentos usados para delimitar as fotografias em papel fotográfico. Atualmente, nota-se uma maior ênfase no conceito de memória, relativamente ao conceito de história, sendo mais valorizados os registos informais, como conversas, artefactos, memórias ou fotografias. Assim, a fotografia é mais usada na construção da história ligada à memória popular e “(...) a fotografia popular é cada vez mais

utilizada como prova histórico-social. Álbuns pessoais, e outros materiais são vistos como uma forma de antropologia visual e são catalogados dentro de uma série de arquivos, de diferentes escalas e preocupação temática.” (Liz Wells, 2004:4). Em *Rostos da Maré*, as fotografias pessoais são, para quem escreve, um repositório de pistas importantes para compreender o passado e a história das famílias ligadas ao mar.

Entre 1997 e 2001, tive a oportunidade de realizar uma investigação sobre a representação fotográfica das comunidades piscatórias entre Matosinhos e Grimsby, onde tive acesso aos arquivos e memórias pessoais de famílias e, consequentemente, me apercebi do valor individual e de grupo da fotografia como um objeto físico precioso de registo, de gravação das suas experiências pessoais. Não posso deixar de notar o apêgo que todas as funcionárias da Fábrica de Conservas Pinhais de Matosinhos têm pelos medalhões de esmalte que trazem ao peito com a fotografia dos seus maridos ou pais. Mais tarde, em conversa informal com pescadores de alto-mar, numa das capelas, no centro da cidade de Matosinhos, vários desses homens exibiram também retratos emoldurados em que apareciam representados com longas barbas, que simbolizavam a fidelidade matrimonial ou talvez, o desleixo, no caso do pescador

solteiro, quando passavam longos períodos afastados de casa. Fotografias em esmalte ou em papel emolduradas são objetos fotográficos preciosos, porque representam recordações de momentos que muitas vezes são idealizados, não mostrando a vida tal como ela é, mas antes a forma como as pessoas gostavam de ser representadas, reforçando os laços dentro das famílias, especialmente em casos que envolvem uma profissão de risco. A longevidade de uma vida nem sempre pertence ao vocabulário das comunidades piscatórias, mas a fotografia aviva a memória e, claro, a saudade. Venho usando a investigação fotográfica para informar a prática fotográfica artística na representação final dos vários retratos. Concluí, na sequência da estreita ligação que tinha com a Sarah Pink, do Centro de Investigação em Etnografia Digital (Digital Ethnography Research Centre), que as relações que se estabelecem entre as práticas artísticas e a etnografia visual são um processo com dois sentidos: “enquanto as práticas visuais de etnografia podem informar as representações fotográficas, a prática visual dos artistas documentaristas também promove novos e inspiradores exemplos para os etnógrafos visuais.” (Sarah Pink, 2021:9). Em *Rostos da Maré*, abrimos este caminho de relação privilegiada de uma

observação participativa de maior ou menor intensidade dos vários intervenientes, particularmente, daqueles que, por razões familiares, há muito conhecem estas famílias cuja sobrevivência depende do mar. Numa das obras de Liz Wells sobre fotografia mais reeditadas nos finais do século XX, a autora descreve os aspetos que caracterizam as preocupações de diferentes teóricos, como Walter Benjamin, André Bazin, Umberto Eco ou Victor Burgin sobre a querela, tantas vezes discutida, da fronteira entre o papel que o fotógrafo desempenha como autor, para além de fotógrafo. Wells conclui que “como artista, como observador, [o fotógrafo] tem aptidões especiais na forma de olhar e de ver, escolhe a forma de fazer uma imagem fotográfica em particular com uma extraordinária autoridade e credibilidade que torna a imagem fotográfica única” (Liz Wells, 2004:18). É este olhar e capacidade de ver únicos que o tornam reconhecido ao longo do seu percurso profissional de autor. Em *Rostos da Maré*, foi dada aos fotógrafos convidados a oportunidade de usufruírem de um espaço que lhes é, naturalmente, familiar. O estúdio fotográfico foi o ponto de partida de todos os fotógrafos convidados para retratar as pessoas ligadas ao mar cujas histórias de vida incluíam um contacto direto com a paisagem marítima, mas que, neste caso, não

podia ser representada na realidade. Todos os fotógrafos contaram com a presença dos retratados, dos familiares que os acompanharam, dos produtores da Escola Superior de Media Artes Design (ESMAD/IPP) e da equipa da Bind'ó Peixe, das Caxinas, que conduziu o apoio e enquadramento destas pessoas que visitaram o estúdio fotográfico. Aqui se criaram novos retratos, registaram-se identidades, desenvolveram-se diferentes formas de proximidade às pessoas retratadas, construíram-se novas narrativas visuais que abrirão espaço para preservar a memória das pessoas através de retratos fotográficos, histórias escritas e sonorizações ao vivo. Cada fotografia representa a possibilidade da renovação do olhar, o que nos permite que sejam exploradas diferentes possibilidades de construir histórias. Todas estas formas de preservar as histórias de vida serão exibidas em espaços públicos, de livre acesso, nos concelhos de Matosinhos, de Vila do Conde e Póvoa de Varzim, através de uma exposição itinerante: fazendo destas pessoas, personagens centrais na representação fotográfica e no espaço simbólico das respetivas comunidades – espaço esse que a fotografia também ajuda a construir.

Pink, Sarah (2021) *Doing Visual Ethnography*, Da Silva, Olívia, Introduction / A Shifting Context For Doing Visual Ethnography, Sage, London. ¶ Wells, Liz (2004) *Photography: A Critical Introduction*, Routledge, London and New York.

Olívia Marques da Silva
Presidente da Escola Superior de
Media Arte e Design

Rostos de maré cheia

É com emoção imbuída de um sentimento de pertença que constato ser possível descrever com uma narrativa mais ou menos comum cada uma destas comunidades, territórios irmanados com o mar, e as suas gentes.

É com emoção que rememoro histórias, repetíveis em todas e em cada uma destas comunidades, de cada azulejo assente, ou de cada “acrescento” na habitação, de cada melhoria das condições de vida, fruto da safra da faina e das atividades ligadas ao mar, mas realizadas em terra, invariavelmente com a marca das mulheres.

É com emoção que reavivo memórias familiares, transmitidas de geração em geração, de vivências de coragem, de tragédia, de sacrifício, de fé, de perseverança, numa relação quase sempre desigual com o mar.

É ainda com emoção que observo, não obstante as transformações económicas e sociais, que relevam para diferentes percursos de vida das novas gerações, e que, consequentemente, terão impacto no futuro destas comunidades,

que existe(irá) um denominador comum identitário entre elas.

Este livro traz-nos parte da rica memória coletiva, cerzida através de histórias individuais e familiares, das gentes da Póvoa de Varzim, de Vila do Conde e de Matosinhos, em cujas vidas aflora a marca indelével da ligação ao mar. Traçando o retrato de poveiros, vilacondenses e matosinhenses, capta também, de uma forma brilhante, a característica identitária de tantas outras comunidades que, na sua comunhão com o mar e na sua dependência dele, se lhes assemelham.

Lendo-o, observando cada imagem, perscrutando as minhas próprias memórias, sinto que pertenço a todas e cada uma destas comunidades, da Póvoa, de Vila do Conde e de Matosinhos, sem, de facto, pertencer.

Ariana Cachina Pinho
Primeira Secretária da Comissão Executiva da Área Metropolitana do Porto



Maria da Guia Fortunato, de saia escura, à frente numa excursão a Fátima, em Maio de 1957. Os arquivos familiares são ricos em informação sobre o quotidiano destas comunidades.

Um mar de tradição

Vivemos em torno deste mar que a todos desafia e une. Uma união ditada por um conjunto de vivências e memórias que só quem é do mar consegue identificar e que muitas vezes extravasa as barreiras do nosso concelho para se encontrar com outros que, aqui mesmo ao lado, fazem também do mar e da pesca a sua vida.

Matosinhos é, desde sempre, terra de encontro com o mar e com os rostos que fazem do mar o seu pão e o seu chão. Um mar para onde todos dias partem numa aventura incerta e onde tantas vezes encontram sustento, alegria e amor, mas também a dor e o temor que tão bem sabem transformar em esperança nos dias bons que a fé faz com que acreditem sempre que estão por vir.

Homenagear estes rostos, contar as suas histórias de vida e exaltar a suas qualidades de trabalho e perseverança bem patentes na forma como sabem sempre plantar bons ventos e vencer tempestades, é um legado fundamental e uma memória que urge preservar e contar aos vindouros.

Matosinhos é e será sempre terra de orgulhosos mareantes e de uma âncora que é o mar. O mar emprega, em Matosinhos, pelo menos 8% da população ativa; mas, para além dos números, revela também um capital simbólico impossível de desconsiderar. O porto de pesca, ponto de encontro de muitas gerações de famílias que aqui procuraram melhorar as suas condições de vida à custa de muito trabalho, tem de ser um abrigo para o futuro, para que, inspirado pelas antigas gerações, novos rostos se juntem a estes. Esta é a história orgulhosa da nossa comunidade, mas está longe de estar saciada na sua vontade de ir mais longe. Matosinhos é hoje uma cidade com uma área geográfica definida em papel, mas alargada socialmente, assumindo diariamente o seu desígnio de ponto de encontro com o mar e com as gentes do mar, como este livro tão bem reflete nas histórias de vida partilhadas por todos estes *Rostos da Maré*.

Luísa Salgueiro
Presidente da Câmara Municipal
de Matosinhos



Uma das companhas que
trabalhava em Matosinhos com
Alfredo Torrão numa das várias
traineiras que este conhecido
mestre governou.

Quando o mesmo mar são três

Se há território e espaço identitário (e, portanto, laço cultural) que a Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Matosinhos partilham – e onde, portanto, são terras irmãs – esse ponto de encontro é o mar. Todas dele são filhas, todas por ele foram indelevelmente marcadas, todas dele receberam os iniciais meios de subsistência, todas dele absorveram, umbilicalmente, cheiros e sabores – daqueles que, mais que à pele, se nos pegam à alma, e tanto que, sem eles, nos estranhamos a nós próprios. Sendo o mesmo, este mar é, na verdade, três. É que cada uma destas filhas do mar tem com o pai comum uma relação que, sendo igual na essência, é diferente na forma: mudam as circunstâncias, mudam as expressões afetivas. Mas nesta santíssima trindade marítima, cada um, além de cuidar de si, olha pelos outros: é que, lá nas veias desta vida, o sal/sangue que corre é o mesmo, e é juntos que se sentem bem.

Foi, pois, feliz a ideia de (re)unir esta trindade num projeto de interpretação comum, para que percebemos, através daqueles que quotidianamente nos representam nesta relação, de que modo cada um dos três irmãos a constrói e alimenta – hoje, não como há 50 ou 100 anos, muito menos como daqui a 20 ou 30. (Estou a dizer, obviamente, que as mudanças futuras chegarão mais breves e mais frequentes que as do passado, ainda que a água do mar seja a mesma e igual o movimento das suas marés. Nós é que mudamos...)

Do mar da Póvoa – entenda-se: da relação, frequentemente trágica, que os poveiros tiveram com ele – temos vários registo, mormente os que, em épocas diferentes, nos chegaram pelas penas de Santos Graça (designadamente n'*O Poveiro* e na *Epopéia dos Humildes*), de Raul Brandão (em *Os Pescadores*), de António Nobre (a notável *Ladainha das Lanchas*) e, mais proximamente, de José de Azevedo (*Histórias do Mar da Póvoa*, entre outros).

Mas... e os poveiros de hoje, deste tempo em que a colmeia piscatória se abriu e se dissolveu, deste tempo em que a atividade piscatória vem gradualmente perdendo importância económica e relevância social, deste tempo em que os pescadores poveiros estão mais nas Caxinas e na Poça da Barca, onde, aliás, continuam poveiros e devotos da sua Senhora da Assunção, venerada na Lapa – sim, e os

pescadores poveiros de hoje?
Ei-los aqui, neste livro: os que
cá viveram sempre, os que daqui
partiram para os mares vizinhos,
os que de lá para cá vieram, os
que daqui abalaram para mares
distantes, enfim, a mesma condição
marítima nas latitudes a que o
afeto, ou a necessidade, ou ambos,
mandaram aportar.

Poveiros, vilacondenses,
matosinhenses – cada vez
mais indistintos na condição
de marítimos, mas sempre
umbilicalmente arreigados
à expressão matricial dessa
condição. E esta circunstância
(esta resistência, que, em tempos
de globalização, é fenómeno raro,
a requerer estudo) tem, neste
livro, o registo que se impõe, para
imprescindível memória futura.

Quero, por isso, felicitar a Área
Metropolitana do Porto por, através
do Grupo de Ação Local – GAL
Costeiro Litoral Norte, promover
o registo destas memórias do mar,
a que o município da Póvoa de
Varzim se associa com prazer.

Aires Henrique do Couto Pereira
Presidente da Câmara Municipal
da Póvoa de Varzim



Maria de Lurdes Silva Pereira,
numa pose comum em inúmeras
fotografias enviadas por
namoradas e esposas aos
pescadores emigrados ou
ausentes nas campanhas do
bacalhau, nas décadas de 1960
e 1970.

Grande orgulho nos que vivem do mar

O respeito pelas idiossincrasias das comunidades e a preservação das suas mais diversas memórias constitui uma tarefa merecedora dos mais rasgados elogios.

O projeto *Rostos da Maré* é um exemplo claramente elucidativo disto mesmo, uma vez que, tanto no formato expositivo como no livro publicado, nos traz um conjunto de narrativas e vivências centradas em pessoas e famílias que vão ajudar a preservar partes essenciais da história de várias comunidades. Há uma incidência fulcral nas gentes do mar e das pescas, expondo modos de viver, atividades, factos, usos e tradições, que fazem crescer a nossa admiração pelas pessoas que integram vários dos mais importantes núcleos piscatórios portugueses.

Caxinas, Poça da Barca e também Vila Chã fazem parte desta grande memória coletiva, sendo

comunidades com características muito próprias, alicerçadas na conhecida força e no bairrismo das suas populações – e que enchem de orgulho o concelho de Vila do Conde e todos os vilacondenses. É, por isso, com gosto que o município de Vila do Conde se associa a esta iniciativa do Grupo de Ação Local - GAL Costeiro Litoral Norte, da Área Metropolitana do Porto, do qual faz parte. Apraz-nosvê-la concretizada por uma associação cultural, a Bind'ó Peixe, e por uma instituição do ensino superior politécnico, a ESMAD, que, cada uma à sua maneira, vêm valorizando, em vários projetos, a cultura marítima destas comunidades que tanto nos dizem, e que são, para nós, não apenas uma janela para o passado, mas parte da rota para um futuro no qual esperamos ter, sempre, gente voltada para o mar.

Vítor Costa
Presidente da Câmara Municipal
de Vila do Conde



O casal Bertelina Clara e
Manuel Fangueiro, o *Fangueiro*
Velho, avós de cerca de 60
caxineiros, foi retratado nos
anos 40 por Carlos Adriano,
fotógrafo cujo acervo está
preservado pelo arquivo
Municipal de Vila do Conde.
Deste pescador nos falará o
neto Jaime Pião mais à frente.





Maria Alzira
Gomes Carvalho
Terroso,
Manuel Francisco
Terroso,
Caxinas,
Vila do Conde

Fotografia Luís Ribeiro, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto David Mandim **Arquivo** Família Terroso





O amor preso no trânsito



Manuel Terroso numa das suas campanhas de pesca por águas marroquinas, onde viveu, numa viagem, momentos complicados, quando a embarcação foi apresada pelas autoridades daquele país.

— O nosso casamento foi uma tragédia!

O riso cúmplice de Manuel Terroso, antigo pescador de Matosinhos, filho de poveiros, ameniza o impacto que a frase dita pela esposa, a caxineira Alzira Carvalho, poderá suscitar em quem a lê. Mas calma. É precipitado julgar um matrimónio pela boda e, na verdade, a vida em comum deste casal tem sido, avaliam ambos, feliz. A tragédia a que Zira “do Filas” se refere foi um enorme atraso do noivo e uma festa que, por isso, não chegou a acontecer.

— Marcámos o casamento para as três da tarde na Igreja do Senhor dos Navegantes, no dia 8 de dezembro de 1974. Espera às três, o noivo não aparece.... Espera às quatro, o noivo não aparece.... Espera às cinco, o noivo não aparece!

De automóvel, Manuel Terroso deslocava-se de Matosinhos para Vila do Conde, com os seus pais, e encontraram um obstáculo. Eis o que acontecia, à mesma hora, a umas dezenas de quilómetros da igreja onde Alzira fazia da espera desespero.

— Tinha acontecido um grande desastre na EN13 e o trânsito ficou parado. Ficámos ali presos. Nesse tempo não havia telemóveis nem telefones sequer para avisar.

Na igreja, Alzira, que, com 26 anos, já tinha uma experiência anterior de um noivado que não se concretizara, fervia com os nervos e, assume, já pensava que “era outro casamento que ia à vida”. Parado, a meio caminho, Manuel tinha de arranjar uma solução e, por sorte, dá conta de que um taxista de Vila do Conde seguia no sentido contrário.

— Fui ter com ele e expliquei a situação, que era o noivo, e ele lá me trouxe, nem sei bem como. Vim com o meu pai e a minha mãe no táxi. Os convidados ficaram todos lá e chegaram muito mais tarde. Quando cheguei às Caxinas, só ouvia os gritos: “Lá vem ele!”

Seriam umas cinco e meia, fixou ela. Espalhando-se adro adentro, a reação do povo ecoou na antiga igreja (entretanto demolida, para dar lugar a uma outra bem conhecida, em forma de barco). Para Alzira, as notícias assim gritadas salvaram-lhe o dia que, está bom de ver, se encaminhava, na cabeça dela, para se tornar inesquecível, mas pelos piores motivos. Ainda assim, a festa, que já estava para ser contida, tendo em conta que o pai da noiva falecera recentemente, nem seguiu o rumo programado.

— Não havia copo-de-água. Mas pelo menos os irmãos iam ter um jantar. Mas não aconteceu. Em casa, estivemos hora e meia a ouvir o padrinho de casamento a falar, a repreender-nos, foi um sermão que não se aguentava.



Alzira e Manuel namoraram vários anos, entre Leça, onde se conheceram, e as Caxinas, onde vieram a viver. Tal como acontecia com outros casais, o comboio da antiga linha Porto-Póvoa aproximava-os.



Alzira Carvalho e Manuel Terroso casaram-se a 8 de dezembro de 1974, na antiga Igreja das Caxinas. O dia foi inesquecível. Não apenas pelo matrimónio, mas porque este esteve em risco de não acontecer.

Vou ao quarto e estavam a minha mãe e as minhas irmãs a chorar. Tinha falecido o meu pai há três meses.

O tempo permite-lhe pintar com humor as peripécias daquele dia. E tal como a mulher, da noite de núpcias Manuel Francisco também guardou tudo na memória, que abre com sorrisos. “Nem houve jantar e a malta de Leça seguiu viagem logo” – lembra-se, atirando ainda, também em jeito de graça, que quase morria com um sanduíche que uma irmã de Alzira improvisara, para lhe matar a fome.

— Comi e estava entalado. Fiquei a ver se vinha uma cerveja ou um copo de água. Nada. Eu já queria sair dali. Tudo a chorar, eu entalado com uma sandes. Enervei-me e ia-me embora.

Não saiu. Ela estava ali para lhe lembrar que, a partir daquele dia, eram um casal. Já passaram quase 50 anos desde esse conturbado dia de matrimónio. A meio deste longo caminho, e por vontade de Helena Festas, a irmã de Alzira que vivia em Leça, as bodas de prata foram de festa. “O verdadeiro casamento”, foi aos 25 anos de casada, com a família e já com os quatro filhos que geraram a celebrar com os pais, na mesma cidade onde se tinham conhecido, Leça da Palmeira. “Aí não faltou nada”.

A histórica mercearia do Filas

Quando Maria Alzira Gomes Carvalho Terroso nasceu, em outubro de 1948, já a família deixara a Póvoa de Varzim há mais de dez anos. Os dois filhos mais velhos ainda nasceram na terra natal da mãe, que chegou a ser cantadeira no rancho poveiro, mas os cinco seguintes nasceram já na Rua n.º 1 das Caxinas, posteriormente rebatizada como Avenida Dr. Carlos Pinto Ferreira, que é, ainda hoje, a principal artéria desta localidade de Vila do Conde.

No rés-do-chão da casa, em 1935, abriram uma mercearia, com serviço de taberna, também. Era a primeira loja naquela zona mais a sul da comunidade piscatória que começara por se fixar a norte, na Poça da Barca, mas que vinha então crescendo em torno de um porto natural, um canal entre rochas pelo qual entravam e saíam da praia centenas de catraias, impulsionadas pelo vento ou pela força de remos.

A casa estava plantada entre dunas, com poucos vizinhos ainda, e alguns deles lavradores, como o que morava ao lado, o

senhor Luís, Eusébio de sobrenome. Para o lado do mar, ficava o salva-vidas, erguido em 1911, e mais para norte, no penedo do Aguilhão, um farol que se acendera três anos antes de a família Carvalho ter chegado.

Este mantém-se de pé, símbolo, mesmo apagado, de uma praia já sem barcos, mas a casa do salva-vidas foi demolida há décadas, para tristeza de Alzira e de muitos conterrâneos que lamentam o desaparecimento deste marco na paisagem. Zira guarda boas memórias de infância daquele lugar de areais amplos, a que faltavam infraestruturas, e onde sobravam dificuldades para muitos habitantes. Mas essas pouco importavam quando se era criança e se tinha vontade de viver.

— Não tínhamos medo de nada. Andávamos em liberdade. Havia muitos montes de areia e a gente gostava de se rebolar por ali. Nas Caxinas era tudo em terra batida e areia, não havia estradas de alcatrão. Quando começaram a passar os primeiros carros por ali, a gente era assim um bocadinho mazinha. Fazíamos montinhos de areia para os carros ficarem atolados. Depois íamos ajudá-los a tirar a areia e eles davam-nos sempre qualquer coisa. Fazíamos essas “maldades”. Também eram muito poucos carros naquela altura.

A mãe, costureira, ainda tinha ligação à pesca, por via do pai, um pescador poveiro que chegara a emigrar para o Brasil. O pai de Zira, Joaquim Ferreira Carvalho, filho de pai incógnito, saiu aos dez anos de um meio rural, em Famalicão, para servir numa mercearia na Póvoa. Ainda teve dois barcos nas Caxinas, que outros governavam para ele, mas os filhos com que abriu e fechou uma prole de nove, não se fizeram ao mar.

Pelo meio, seis das sete filhas, por via dos seus casamentos, prolongariam a relação desta família com a pesca. Mas viver nas Caxinas, no século XX, é viver da pesca, direta ou indiretamente. À pesca os Carvalho devem a clientela, os genros e o nome oficioso da mercearia, registada com o sobrenome da família, mas que ninguém reconhecerá como tal.

— Os próprios pescadores deram-lhe o nome de Filas e era assim conhecida. Deitaram o nome e toda a gente nos passou a conhecer, como agora ainda é, como os do Filas. Os meus filhos eram conhecidos como os filhos da Zira do Filas.

A explicação para tão estranho nome leva-nos para muito longe dali. É tudo uma questão de geografia. A do mar, no caso, transposta para terra. Os pescadores escolheram-no tendo como referência o *Fyllas*, um dos bancos de pesca do estreito de

Davis, entre o Canadá e a Gronelândia por onde navegavam os bacalhoeiros portugueses, entre eles já mais de duas centenas das Caxinas e da Poça da Barca, naquela década de 1930. De Norte para Sul, era o último grande banco junto à costa deste território dinamarquês, sendo o primeiro dos bancos gronelandeses no sentido inverso, quando se partia da Terra Nova.

— Para quem viesse da Póvoa para Vila do Conde, a mercearia dos meus pais era a última casa [do lado do mar]. Os pescadores viviam o mesmo e, por isso, em terra, o Filas era o último. E de Vila do Conde para a Póvoa, a mercearia era a primeira. O nome ficou logo desde o início, praticamente. (...) As pessoas faziam bicha na loja a ouvir a rádio. Foi o primeiro rádio das Caxinas e todos queriam ouvir as notícias sobretudo da onda marítima sobre os barcos bacalhoeiros, saber quando chegavam. Jogava-se muito cartas e dominó. Durante anos, o meu pai levantava-se às cinco e meia da manhã para preparar umas garrafinhas com o “mata-bicho” para os pescadores beberem antes de irem para o mar. Era para aquecer.

Joaquim Carvalho, leitor diário de jornal e frequentador semanal da tertúlia n’O Meu Café, da Póvoa de Varzim, optou sempre por dar liberdade aos filhos. “Foi estudar quem quis, o meu pai não os obrigou” – destaca Zira, que recorda a abordagem de uma mulher, dona de vários terrenos no lugar, tentando, sem sucesso, convencer o pai a investir na compra de algumas propriedades, como mais um exemplo dessa atitude com os filhos.

— O meu pai respondeu-lhe: “E o que vou dar de comer aos meus filhos? Areia? Agradeço, mas em primeiro lugar estão os meus filhos e o que lhes posso dar – uma boa educação, se eles quiserem.” Mal ele sabia que isto nas Caxinas iria evoluir desta forma.

Só três seguiram para além da primária. O irmão mais velho estudou na escola comercial, uma das irmãs chegou a estudar no liceu Carolina Michaëlis, no Porto, e Alzira frequentou o liceu nacional da Póvoa de Varzim até ao 3.º ano. Ia todos os dias a pé, num caminho de vários quilómetros ao qual, pelo meio, se juntavam mais amigas, explica. Vila do Conde não tinha, então, liceu. A doença do pai forçou, contudo, o abandono precoce da escola. Com 15 ou 16 anos, passa a estar ao balcão da loja, atividade de que gostava, aliás. Até que lhe surgiu um bom emprego, como empregada num escritório.

— O meu pai protegia muito as filhas, e foi saber como era. Trabalhavam só homens, lá, e não me deixou ir. Perguntou-me se passava fome, se precisava de ir trabalhar. Quando tivesse de ir, era para uma coisa digna, agora, trabalhar no meio dos homens é que não, dizia-me.

Casadas todas com pescadores, com exceção de Margarida, a única que prolongou os estudos e foi viver para África, as irmãs ocupavam-se de tarefas ligadas à pesca. Tirando Manuel, os cunhados de Alzira viviam todos nas Caxinas e, nalguns casos, moravam mesmo na vizinhança da família Carvalho. O marido de Alzira é o único de Matosinhos.

Ao balcão, foram anos alegres para Zira, ainda solteira, até ao fecho da loja do Filas, o que sucedeu no mesmo ano do seu casamento. Muito doente, Manuel Carvalho ordenou que fechassem a mercearia. Segundo a filha, queria “partir em paz”, e não pretendia deixar as mulheres à frente do balcão. A família seguiu a sua vontade e Zira, com o casamento, tornou-se doméstica, a educar os filhos. Mais tarde, ainda chegou a ter uma queijaria no mercado das Caxinas.

O rapaz que dormia no barco à vela para guardar o peixe

Filho de Elias Francisco Terroso e Arcília Ferreira Moreira, poveiros que moraram em Leça da Palmeira e depois no Bairro de Pescadores de Matosinhos, Manuel Francisco Terroso só conheceu a mercearia do Filas quando vinha namorar para as Caxinas. A sua vida – nasceu em 24 de junho de 1950, em Matosinhos – foi dedicada à pesca, o que nem era novidade na família, também com nove filhos.

— Os meus pais eram da Póvoa de Varzim. Casaram-se por lá. A minha mãe foi mais pequena para Matosinhos, trabalhar, e o meu pai foi para a pesca, andou nas traineiras e ficou por lá também. Sei que os meus avós, que não conheci, estão enterrados na Póvoa.

Aos 13 anos, Manuel “já andava às peças, em barcos à vela ou a remos”. Recorda-se que o pai tinha um barco em Matosinhos onde muitas vezes improvisou uma cama. Chegava às dez, onze horas da noite e ficava a dormir, no pano da vela, a tomar conta da sardinha no barco que iria para a lota de manhã.

Foi em Leça da Palmeira que o casal se conheceu. Uma das irmãs de Alzira, Helena, estava a viver ali, casada com um mestre de arrastão que era natural da Poça da Barca, o Joaquim Festas. São os pais de Fernando Festas, que foi jogador e treinador de futebol, com passagem pelo Varzim.





Nesta fotografia dos primeiros anos da década de 1970, no quintal da casa e loja da família, nas Caxinas, Alzira (de joelhos, no chão) surge com os pais (atrás à esquerda) e três irmãs: Olívia (que hoje vive nesta casa), Eglantina e Margarida, que vivia em Moçambique e estava de visita a Portugal. As crianças são filhas e filhos destas três irmãs de Alzira Carvalho. Nesta altura, a Avenida Dr. Carlos Pinto Ferreira estava já praticamente toda urbanizada, a sul da loja do Filas.

— A minha irmã e o Festas conheceram-se em Matosinhos – ela tinha ido para lá trabalhar na seca do bacalhau e a mãe dele era a mestra. A minha irmã trabalhou na seca em Vila do Conde e depois na de Leça. Ia de comboio e ficavam lá a semana na casa da seca de bacalhau, tipo armazém. Outra minha irmã, Olívia, também andou lá.

Era muito comum as pessoas de Vila do Conde e da Póvoa passarem a temporada da safra em Matosinhos – os homens iam ao mar, as mulheres trabalhavam em terra. Alugavam casa ou viviam nas instalações das empresas. Foi assim, por volta de 1967, que Zira foi passar uns dias a casa da irmã Helena.

— Como não conhecia ninguém, o meu tempo era passado à janela. E este engatatão passou, viu-me – não lhe sei dizer bem o quê –, e chegou a casa da mãe dele e perguntou quem era. Pediu à mãe para falar com a minha irmã para marcar um encontro. Mas eu já tinha vindo para casa... e o encontro não aconteceu nessa altura.

Aquela memória do início de uma relação que perdura é partilhada entre muitos risos e troca de palavras com Manuel. O encontro, está visto, acabou por acontecer, e depois namoraram sete anos. Pelo meio, veio a tropa e o desejo de Manuel de casar encontrou resistência na prudência de Alzira, que queria conhecer melhor o futuro companheiro. Como já tinha dois irmãos na guerra colonial, ele cumpriu o serviço militar nos Pupilos do Exército, em Lisboa.

O mar está bem vivo em Manuel, que nele passou uma parte significativa da sua vida. Começou muito novo e teve um percurso rico em ocupações piscatórias. Andou nas motoras de marisco, de robalo, também nas traineiras. Mas era sempre pouco o que ficava na carteira.

No final da década de 1970, encontramo-lo nas águas de Marrocos, através de uma cooperativa de Setúbal. Ali viveu uma das piores situações da sua vida profissional, quando o barco foi apresado pelas autoridades marroquinas, e durante mais de um mês a tripulação viveu ali dentro, vigiada por homens com metralhadoras. Depois dessa má experiência, seguiu outro rumo, para a Alemanha, onde, por três anos, andou na pesca do bacalhau, num barco-fábrica. E dali saltou para a marinha mercante, na qual trabalhou até 1991.

— Depois disso, ainda andei aqui num barco de cerco. Mais tarde fui para motorista de camião e ainda cheguei a trabalhar numa fábrica têxtil. Andei muito fora. (...) Estava cheio desta vida [na pesca artesanal] e vieram os filhos. Fui para ver se a vida melhorava.

Feito o balanço, concordam ambos que valeu a pena. Zira acrescenta que isso permitiu dar uma boa educação aos filhos. O primeiro, Rui, nasceu em 1975. Manuel Fernando nasceu em 1976; depois, em 1979, tiveram a Arcília; e, por fim, nasceu Joana, em 1991. Nenhum deles está ligado à pesca. Foram todos estudar, por vontade dos pais, sem que tal, assegura o casal, os tivesse feito esquecer as origens. Pelo contrário, “fazem muitas perguntas, gostavam muito de ter conhecido o avô e são caxineiros orgulhosos”, garante Alzira do Filas.

Caxinas, lugar de entreajuda

Manuel e Zira estão também vinculados às suas origens, que se multiplicam pelos lugares onde viveram. Depois das Caxinas, onde se instalaram no ano do casamento, estiveram cinco anos em Leça da Palmeira e vivem há três em Argivai, concelho da Póvoa de Varzim, de onde saíram pais e avós de ambos. Contudo, sentem-se caxineiros. Manuel sentiu-se logo à vontade, fez amigos, situação que associa ao contato já existente em Matosinhos, o “grande porto de pesca que juntava todos”. Mas muito mudou desde aquela década de 1960 em que começou a viajar para norte.

— Quando namorava com a Zira vinha de comboio para Vila do Conde. Eram aqueles comboios a carvão, que andavam pouco e em certas zonas até dava para sair do comboio, ir apanhar maçãs e voltar a entrar. Chegávamos às Caxinas com as camisas sarapintadas de carvão.

Às Caxinas chegava-se pela via-férrea, mas também pelo mar, como acontecia na peregrinação marítima à festa anual do Senhor dos Navegantes.

— Vinham os barcos todos de Matosinhos, quando chegavam começavam a tocar, todos embandeirados. Cheguei a vir num barco. Depois ia-se embora de comboio.

Nesses anos, a estação da Póvoa de Varzim era a referência para Caxinas, tal como a cidade. Alzira e Manuel viveram isso, e, como ela refere, no caso deles havia ainda as ligações familiares, a puxá-los para norte.

— A Póvoa de Varzim era mais atrativa para passear. Tinha a Rua da Junqueira, onde íamos sempre. Tinha os cinemas – a casa dos meus avós era no local onde foi o cinema Santa Clara, na Rua José Malgueira. Aí nasceram os meus avós e a minha mãe.

Era um contraste forte com Caxinas, que era, então, também “muito diferente do que é hoje”. Havia pobreza sim, mas muitas expressões de felicidade. Zira do Filas recorda momentos de pulsar coletivo nas ruas caxineiras com a chegada de um simples carteiro com notícias de um dos navios da frota bacalhoeira no qual trabalhavam muitos pescadores dali e que ficou imortalizado num documentário da *National Geographic*.

— A alegria que era, quando se começava a ouvir quem estava mais a norte dizer que o carteiro trazia cartas do bacalhau. Ouvia-se logo os gritos: “traz cartas do [navio] *José Alberto!*” Ia tudo logo para a porta. (...) Escrevi muitas cartas para bacalhoeiros. Ficavam seis meses fora e as mulheres deles vinham pedir, pois não sabiam escrever.

Das Caxinas já desapareceu a areia nas ruas, as mulheres a tratarem das redes, os “barulhos” constantes entre vizinhas – barulhos são as zangas, que acabavam muitas vezes em cenas de pancadaria. Aliás, Alzira acrescenta que “quando se ouvia duas vizinhas a cantar nos quintais, era ao desafio, estavam a maltratar-se uma à outra.” Havia também, recorda, muita rivalidade no futebol, entre o Rio Ave e o Varzim, acicatada pelo convívio próximo entre caxineiros, adeptos do clube vilacondense, e os “muitos poveiros” que foram morar para ali.

— O caxineiro era mais rude, mas era mais puro. Muitos não foram à escola, passaram dificuldades. Mas vivíamos em família. Aquele que precisava de ajuda tinha-a sempre.

O pai, Manuel Carvalho, salta de novo para o protagonismo. Naquele tempo, a mercearia do Filas tinha o chamado livro, as contas por pagar de clientes.

— As mulheres iam comprando e os maridos estavam no bacalhau. Pagavam muitas vezes só quando eles regressavam. Mas havia pessoas que já tinham acumulado livro e deixavam de aparecer, por vergonha. O meu pai mandava-me ir a casa deles ver se estavam a passar fome. Teve a primeira loja nas Caxinas, mas não enriqueceu com isso. Podia ter duas ou três, mas não teve. E antes de morrer disse que não queria que fôssemos pedir dinheiro a ninguém. Quem tivesse consciência, pagaria.

A família não procurou ninguém e Alzira ainda se lembra que várias pessoas pagaram. Curiosamente, recorda-se de que pessoas mais necessitadas, e que até tinham fama de “caloteiros”, fizeram-no. Outros, que até tinham mais dinheiro, nunca se dirigiram à família para saldar as dívidas da mercearia.

Depois de anos a viver nas Caxinas, há uma década, o casal voltou a Leça, onde Manuel Terroso passara a infância e a

juventude. O antigo pescador espicaça a mulher e, com alguma ironia, diz que ela, com o tempo, se tornou até mais leceira do que ele. Zira ri-se e aceita. Ela pertence aos vários lugares por onde passou.

— Leça da Palmeira também é minha terra. Conheci-a pela ligação da minha irmã, mas fiquei com gosto à terra. Em 2012 fomos para lá viver por surgir uma oportunidade com uma casa a ficar desocupada. Além disso, tinha a filha mais nova na universidade e ficava mais perto.

Os elos fortaleceram-se e não é por acaso que o casal ainda hoje integra a Ordem Franciscana de Leça da Palmeira, após os cinco anos em que lá viveu. Todos os meses, num sábado, vão lá, ainda que vivam, hoje, em Argivai. O regresso ao concelho dos pais de ambos foi ditado pelos preços da habitação, por um lado, mas também pela proximidade aos filhos e netos, que, desligados do mar, vivem entre a Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Famalicão. Alzira sente que, aos 73 anos, já deu a volta ao mundo. Num caderninho, a sua vida é guardada em versos, cujas rimas a ajudam a não esquecer. Como nestas páginas, na história que ali conta o amor chegou atrasado. Mas veio para ficar.

Américo Terroso
Milhazes,
Raquel Jorge
Milhazes,
Poça da Barca,
Vila do Conde

Fotografia Olívia da Silva, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto David Mandim **Arquivo** Família Carvalho e Terroso





Ainda há peixe no Terceiro Recanto



No primeiro embarque, Raquel Milhazes nem precisou de sair da baía do Tejo para enjoar. "Estava pálida quando me tiraram esta fotografia, em 2001, no Navio de Investigação Noruega", recorda-se.

Américo Milhazes sabe que os seus antepassados, pelo menos até ao seu bisavô, foram pescadores e que tinham raízes na Póvoa de Varzim. E não esquece. Este antigo homem do mar de 77 anos, nascido, criado e ainda residente na Poça da Barca, já em Vila do Conde, faz questão de vincar bem as diferenças territoriais: não para norte, mas para sul do lugar onde vive.

— Nasci aqui na Rua da Alegria, Poça da Barca. Não é Caxinas.

As diferenças entre os lugares das Caxinas e da Poça da Barca, os territórios costeiros mais a norte do concelho de Vila do Conde, já encostados ao Bairro Sul da Póvoa de Varzim, estão hoje esbatidas, envolvidos que estão numa malha urbana que torna difícil a distinção. A mobilidade, gerada sobretudo por muitos casamentos, juntou caxineiros – por vezes também com origens na Póvoa de Varzim – e residentes na Poça da Barca. Mas há umas décadas não era assim, aponta o antigo pescador.

— A cultura era diferente. Tínhamos uma ligação mais à Póvoa de Varzim do que a Vila do Conde. E daí essa diferença. Vem dos antepassados: os meus avós eram da Póvoa de Varzim e a maioria das pessoas que cá viviam eram da Póvoa. A nossa forma de estar era muito ligada à Póvoa.

A família Milhazes nunca se virava para sul. A raiz poveira perdurou e, como Américo casou com Maria Luísa Jorge, filha de poveiros, os descendentes têm a mesma afinidade territorial.

— Na religião frequentamos a Igreja da Lapa, na Póvoa. As comunhões, batizados e tudo mais eram lá feitos. Em termos clubísticos éramos do Varzim. Vila do Conde não nos dizia nada, a vida era toda feita na Póvoa. Nas Caxinas não tínhamos nada. Tinha de se ir para Vila do Conde e o pescador – já que a própria população de Vila do Conde não era piscatória, estava mais ligada aos estaleiros navais – era marginalizado.

Se hoje, Américo, que nasceu em setembro de 1944, não tem qualquer razão para se distinguir de um caxineiro, dos anos de juventude recorda momentos mais agitados.

— A rivalidade com as Caxinas era tão grande que havia mesmo uma guerra. Quando era miúdo, de 13 ou 14 anos, era com pedras. Tínhamos as nossas “seitas”. Caxinas contra Poça da Barca.

A filha Raquel, nascida no ano da Revolução do 25 de Abril, viaja até aos anos de 1980 e à sua infância, em que foi também uma “guerreira” da Poça da Barca.

— A minha “seitinha” enfrentava a do Paulinho Santos, que foi futebolista do F.C. Porto. Apesar de sermos vizinhos, ainda havia pedradas. Mesmo em termos de palavreado, de maneira de estar, de respeitar os outros, era diferente. E isso na minha geração ainda era muito notado.

Raquel Só fez nas Caxinas a escola primária. Por vontade dos pais, continuou os estudos na Póvoa. Os Milhazes, como muitos outros descendentes de poveiros, não esqueceram a sua cidade, apesar de o desenvolvimento turístico da Póvoa de Varzim ter forçado muitos dos seus antepassados a procurarem outras paragens. Com o desenvolvimento do chamado Bairro Sul, em torno da Igreja da Lapa, a colmeia piscatória prolongou-se naturalmente para sul, e o casario foi ocupando terrenos para lá de uma fronteira concelhia que poucos identificavam.

Ainda assim, além da escola primária, Raquel fez a catequese nas Caxinas e integrou o coro da Igreja do Senhor dos Navegantes. Ao mesmo tempo, frequentou o antigo ciclo preparatório e o liceu já em escolas poveiras. Os avós e os tios, que trabalhavam no cinema, na Póvoa, foram uma influência. Hoje, casada com um oficial da Marinha, já vive em Vila do Conde.

— Na minha juventude, amigos de escola, de sair à noite, era tudo pessoal da Póvoa. Muitas pessoas da minha idade das Caxinas, nem as conheço. Foi já depois dos 30 anos que me liguei mais a Vila do Conde. A minha filha fez o infantário na Póvoa, na primária optei por colocá-la nas Caxinas. A seguir, ela já não queria ir para a Póvoa. Dizia que não queria perder os amigos e cedi. Foi para o ciclo na Frei João, em Vila do Conde.

Com 15 anos e descalço nas traineiras

O mar sempre foi a principal fonte de sustento da família Milhazes. Américo sabe que bisavô, avô e pai foram pescadores. O pai, António Milhazes, de alcunha “Balé”, já cresceu na Rua da Alegria, Poça da Barca, onde, quando Américo nasceu, “havia uma pobreza enorme”. Ainda assim, o rapaz fez a quarta classe numa escola do lugar.

— Não era dos maus alunos, pelo contrário, e com dez anos fiz a primária. A professora até queria que fizesse o exame de admissão para ir para a escola comercial, e a minha mãe disse para ela: “Não é possível, tenho mais quatro filhos e não há dinheiro. E este meu filho sai da escola e vai para o mar, ganhar dinheiro para sustentar a família.

Cedo as brincadeiras na areia acabaram. A infância era abalroada pela necessidade de ganhar dinheiro. “Com 10 ou 11 anos” já ia para o mar. Primeiro no porto da Póvoa, nos “barcos pequeninos da Poça da Barca” que, varados na praia da Favita, foram o tirocínio de quase todos os jovens pescadores de então.

— Nesse tempo era obrigatório ter uma cédula marítima, mas isso só era possível aos 14 anos. Íamos muito escondidos debaixo do leito, das pernas ou no convés, para as autoridades não nos verem. Fui ao mar muito com os meus avós, com vizinhos, amigos e conhecidos.

Estávamos na década de 1950. Ainda sem motorização, as embarcações eram movidas a remo ou à vela. Longe da disseminação das redes de *nylon*, pescava-se sardinha, com peças, e com o “trole”, aparelho de linhas e anzóis, procuravam-se outras espécies, como a faneca ou o congro. A subsistência não era fácil. Por vezes, era quase um milagre. Américo era o mais velho de cinco irmãos e o pai tinha decidido, em 1958, emigrar para Moçambique, onde a pesca, organizada em cooperativas, permitia um rendimento muito superior.

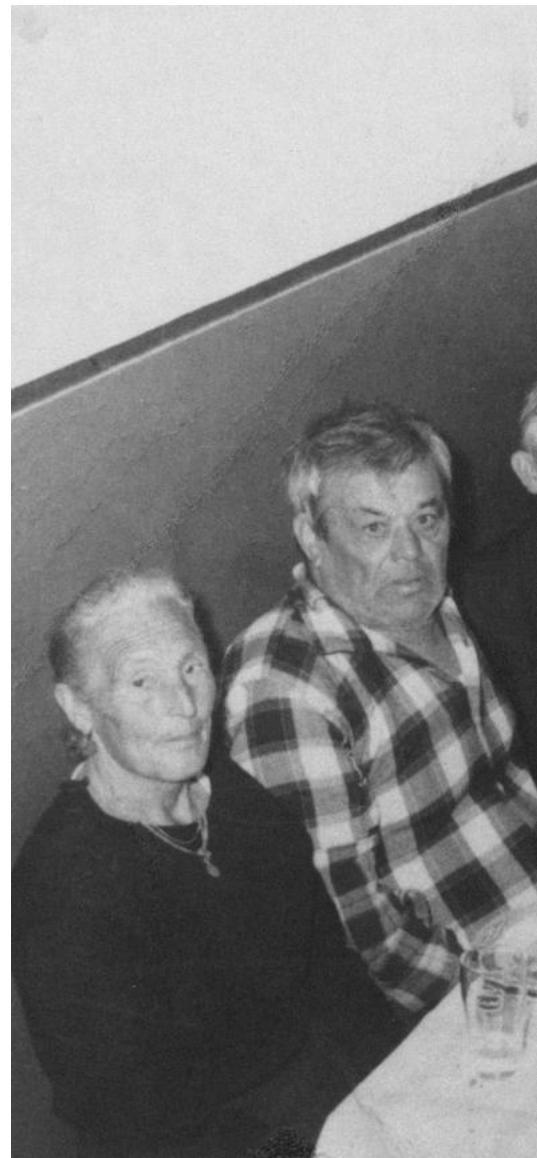
— Aqui não era viável. Foram muitas centenas de pessoas daqui da Poça da Barca e das Caxinas para África, para a pesca. Eram cooperativas, em que todos os 10, 12 ou 15 homens tinham uma quota no barco. Ficavam por lá três anos e meio, sem vir a casa.

Na Rua da Alegría, Maria Terroso ficou com as crianças, com dificuldades para alimentar e vestir os filhos, frequentemente doentes. Com 15 anos, Américo Milhazes foi para Matosinhos, já então o grande porto piscatório da região, para ser pescador numa traineira. Fê-lo contra a vontade da mãe, que o considerava demasiado novo para tal vida, e contrariando também o pai, que, de longe, o tentou, por carta, demover.

Sentia-se a crescer e queria, tão-somente, vestir-se, ter algo que calçar. Com a ajuda de um tio, a aventura foi mesmo em frente e lá começou como moço antes de, como os mais velhos, ganhar o direito a ser considerado um camarada e a ganhar uma parte igual à dos demais. Mas nas traineiras não se vivia o mesmo ambiente familiar. Havia matosinhenses, mas também gente da Nazaré, Espinho, Estarreja. Eram mais de quarenta, a bordo. A traineira fazia-se ao mar às nove ou dez da noite e Américo ia de comboio para Matosinhos, sempre ao fim da tarde, como muitos outros pescadores. No Verão, juntavam-se a eles os banhistas, atraídos pela fama antiga das praias poveiras e, muitas vezes, o comboio seguia apinhado desde a primeira estação. Foi o que aconteceu a 26 de julho de 1964. O antigo pescador não se recorda dos motivos, mas nesse dia, por acaso, já estava em Matosinhos quando o reboque da automotora que fazia a ligação ao Porto, ao final da tarde, descarrilou em Custóias, matando cerca de uma centena de pessoas e deixando outras tantas feridas.



Américo Milhazes e Maria Luísa Jorge começaram a namorar em Moçambique. Casaram-se em Lourenço Marques, 1971. Por lá nasceram os dois filhos, José Carlos e Raquel, que, de forma diferente, ainda estão ligados, profissionalmente, ao mar.





O facto de Américo e Maria Luísa se terem casado em Lourenço Marques (Maputo), numa festa em que esta contava com familiares, por lá, não impedi a família dele de organizar uma boda em Portugal. Para este almoço, nas traseiras da mercearia “O Terceiro Recanto”, António Milhazes e Maria Terroso (ao fundo, sentados com a neta Esperança ao colo) chamaram alguns familiares e até três amigas de Azurara (duas em pé e outra ao lado direito de Maria). Em primeiro plano, à esquerda, vemos os avós paternos do noivo, Álvaro Milhazes e Rosa de Jesus; um avô da noiva, António Ribeiro Marques, que era sacristão da Lapa; e, de preto, uma tia

dela, Amélia. Sentada a seguir, de branco, estava uma avó da noiva, Maria, ao lado de uma criança, Arminda Milhazes, a filha mais nova de António e Maria Terroso. À direita, em primeiro plano, surge Rosa Milhazes, também irmã do noivo; a tia Aninhos Ribeiro Marques, tia da noiva; e Olívia, cunhada de Américo. A fotografia seguiu para Moçambique, onde o casal gozava os primeiros dias de um matrimónio que, em 2021, completou 50 anos.

Quando esta tragédia aconteceu, tinha 19 anos e já era camarada, o que lhe permitia encarar a vida de outra forma. Ganhava uma parte, “enquanto o moço recebia meia parte ou menos”. Já tinha mudado de traineira, para um campeão, aos 17 anos, em busca de melhor rendimento que compensasse a rudeza do trabalho que descreve como “uma escravidão enorme”.

— O caso mais grave e de mais escravidão era, quando chegávamos com a sardinha ou carapau, descarregar o peixe. Com três ou quatro cabazes em cima, íamos a correr levá-lo às fábricas de conservas. Horas e horas a descarregar aquilo, descalços. Não queira saber quanto era doloroso no tempo do frio. Nas fábricas, virávamos o cabaz e eles punham sal, era a forma de conservar a sardinha. O que acontecia? Uma parte do sal ia para o chão. Com temperaturas negativas, descalço no sal... era um ai-jesus!

Os pés sofreram muito e só na última safra em Matosinhos, em 1965, com pouco mais de 20 anos, Américo teve calçado novo.

Juntou “um dinheirinho” e comprou as primeiras sapatilhas.

“Andávamos com os pés todos molhados na mesma, mas já protegia mais”, recorda. Além do trabalho e dessas dificuldades, não tem grandes recordações dos anos passados junto a Leixões.

— Trabalhava lá. Eu tinha um dormitório na Poça da Barca, que era na Rua da Alegria, onde nasci. De resto, a vida social era toda na Póvoa.

Da Poça da Barca para Moçambique

Por essa altura da sua vida, chegou o dia da inspeção militar, quando já a guerra colonial levava milhares de portugueses para as colónias africanas. Desde 1927, aos mancebos pescadores era, contudo, dada a alternativa de substituírem o serviço militar pelas longas campanhas do bacalhau, sendo-lhes concedido o adiamento da tropa até aos 26 anos. E, completadas pelo menos seis dessas longas viagens, eram incorporados na reserva naval. A solução parecia, então, óbvia, e uma pessoa amiga chegou mesmo a matriculá-lo. Mas ele recusou.

— O pessoal da minha geração, em regra, ia todo para o bacalhau. Antes, era igual: os meus pais e os meus avós chegaram a ir. No meu tempo, os pais quase obrigavam os filhos a ir, para fugirem à tropa. Eu não fui, mas os meus amigos de escola e de infância foram todos. (...) Eu tinha uma deficiência aguda na visão e uma pessoa amiga tinha conhecimentos de como aquilo funcionava. “Se tu conseguires ir para o hospital militar, não vais à tropa”, disse-me. Isso acabou por se confirmar.

Com cerca de 20 anos, Américo já não se contentava, em todo o caso, com a Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Matosinhos, os territórios por onde a sua vida se espraiara, até então.

— Tinha a ambição de emigrar e conhecer o mundo. O pescador tinha essa cultura de não precisar de estudar, de aprender. Nunca pensei assim. Podemos ser diferentes, o que aprendemos e conhecemos não ocupa lugar. Sem nunca ocultar ou renegar a profissão.

No Estado Novo, era muito difícil deixar o país, não se emitiam passaportes facilmente e a polícia investigava o motivo.

Persistente, Américo Milhazes falou com a mesma pessoa conhecida que acredita ter influenciado a decisão no hospital militar. O objetivo era arranjar vaga na marinha mercante. Pelo meio, o pai envia um telegrama de Moçambique a avisar que havia aberto um concurso de marinheiro.

— Já lá estavam quatro ou cinco conhecidos para esse concurso – tinham ido de barco em novembro – e eu fui de avião, em fevereiro de 1966, porque já não dava tempo para ir de outra forma. Fui na TAP. E já custava um balúrdio. Paguei com o dinheiro que angariei naquela traineira campeã.

Começou ali um novo capítulo. Tornou-se marinheiro de dragas e reboques, funcionário público, em serviço nos portos. Não desperdiçou a oportunidade e aproveitou os concursos de promoção, para contramestre e mestre. Mas a cidade da Beira, na antiga colónia portuguesa, acabou por ser muito mais que trabalho. Foi em Moçambique que se enamorou de Maria Luísa Jorge, que já conhecia vagamente da Póvoa de Varzim.

— Quando fiquei livre da tropa, uma tia minha, sem eu saber, fez uma promessa de ir a Fátima a pé. Disse-me que tinha de ir com ela e obedeci. Formou-se um rancho, em que ia também a avó dela, com 70 anos, e a mãe. Na peregrinação, há dias de grande amizade e emoção. Dei muita assistência à avó dela e até brincaram comigo: “Estás a ver se ficas com a neta.” Mas eu nem sabia quem era a neta. Fiquei com amizade à família, vieram as conversas e isso proporcionou, mais tarde, que surgisse o namoro e o nosso casamento.

O pai de Maria Luísa também estava em Moçambique, em Lourenço Marques, num barco de pesca, e a filha chegou com a mãe, em 1967. Em Outubro de 2021, celebraram as bodas de ouro de um casamento realizado em Lourenço Marques, em 1971. Nos anos seguintes, ainda em Moçambique, nasciam os dois filhos, que haveriam de manter a relação desta família com o mar. José Carlos, hoje com 49 anos, é engenheiro mecânico em navios. Raquel, um ano mais nova, vem fazendo carreira no atual IPMA.

Enquanto Américo ainda fazia pela vida em Moçambique, para conseguir poupar algum dinheiro, o pai, já regressado a Portugal, iniciava, ainda antes do 25 de Abril, um negócio que haveria de marcar a família e o lugar, como explica Raquel.

A mercearia “O Terceiro Recanto”

— Os meus avós abriram uma mercearia, na Rua dos Mareantes, que era “O Terceiro Recanto”. Ficou muito conhecida e, ainda hoje, se me perguntarem aqui de quem é que eu sou, a minha resposta é: Eu sou d’O Terceiro Recanto.” O nome deriva de um recanto no mar que dava boa pesca. Como a mercearia ficava no fundo da rua, num recanto....

A loja foi um marco na Poça da Barca, e marcou também o início do abandono da pesca na família. O pai de Américo, António Milhazes procurou melhorar a vida com a mercearia, e a mãe, Maria Ferreira Terroso, de alcunha “Vidralha”, acabou então por ficar mais conhecida como a Maria d’ O Terceiro Recanto.

Américo soube de longe deste recomeço dos pais. Mas com o 25 de Abril, na “confusão enorme” de 1975, enviou a mulher e os filhos para Portugal. Chegaram a Lisboa no dia de Natal de desse ano. Ele regressaria mais tarde. Instalado em Portugal, dedicou-se, por uns tempos, a ajudar na mercearia. Mas era um homem em terra, uma inversão na organização social do trabalho vigente.

— Na época, as mulheres eram muito importantes na vida da pesca. Enquanto o homem ia para o mar, em terra, a mulher governava a casa, tratava do peixe e outras coisas. A minha mulher, que nasceu na Póvoa, terra da mãe e depois do pai, que até nasceu na Poça da Barca, nunca foi assim. Era filha de pescadores, mas sempre foi costureira. “Não me metas nisso”, disse-me sempre.

Maria Luísa esclarece que não foi por mera mania que nunca se aproximou das redes:

— O meu pai era bacalhoeiro. Dizia sempre que os filhos, quatro rapazes e eu, não iam ficar na pesca. Não queria nem aceitava nenhum filho no mar, e nenhum foi. Eles estudaram todos e seguiram outras profissões.

Américo acabou a pensar o mesmo para os dois filhos, sem que tal o impedisse de voltar aos barcos no Portugal já democrático.

— Como tinha esse fascínio pelo mar, abdiqei da Função Pública e voltei à pesca. Um amigo de infância, que era pescador, construiu um barco e alinhei com ele. Estive parado um ano e, em 1976, comecei no *Irmãos Duque*, da Póvoa. Eram cerca de 14 ou 15 homens, tudo pessoal daqui.

Nesta altura, as rivalidades com caxineiros esbatiam-se, principalmente em contexto de trabalho. Nos barcos, eram todos iguais. As campanhas eram feitas com famílias inteiras e vizinhos, assinala Raquel, que, como técnica do IPMA, acompanhou muitas vezes as idas ao mar destas embarcações e conhece bem as tripulações. Foi neste ambiente que Américo Milhazes se manteve alguns anos.

— Fui contramestre e depois mestre. Fazia as funções todas, inclusive motorista. Tinha grande experiência acumulada e andei assim uns dez anos. Ainda fiz mais uns tempos com outro barco. Em 1988, acabou. No mar é preciso uma boa visão e eu já não via nada bem.

A rota da pesca para o comércio já estava traçada, a família tinha a experiência do balcão de mercearia.

— Ajudei muito a minha mãe n'O Terceiro Recanto, quando voltei de Moçambique, e fiquei com o bichinho. Em 1988, com a minha mulher, montei uma mercearia. Era “O Segundo Recanto”, mas o nome não ficou vincado como o da mercearia dos meus pais.

É pouco antes deste período que Raquel vê nascer a sua paixão pelo mar. Apesar de ter um irmão, homem e mais velho, era ela quem ia com o seu pai quando ele, por exemplo, ia até ao cais ao fim-de-semana. O seu fascínio de menina era, descreve, “ir para dentro do barco”. Noutro episódio da infância, Raquel forçou a sua ida ao mar com uma professora e outros alunos, para dar um passeio num barco de pesca.

— Nesse dia estava nortada. Quando saímos do porto e o barco começou a abanar, fiquei enjoada. Só pensava que era filha de um mestre, não podia fazer figuras fracas. Foi essa a primeira vez que saí do cais. Quando cheguei, estava branca como a cal, sentei-me. Achei que o mundo ia acabar.

Ainda assim, o episódio não esmoreceu aquela sua vontade de, como o pai, viver do mar.

— Sempre tive um fascínio pelo mar. Não era capaz de viver numa cidade do interior. O mar dá uma sensação de liberdade, de fuga – num sítio sem mar, sinto-me claustrofóbica. Mas sempre tive muito respeito pelo mar. Quando o meu pai andava na pesca, houve muitos naufrágios, com mortes, incluindo de familiares.

Américo teve dois “sustos”, mas felizmente nunca naufragou. Naqueles anos oitenta, a comunidade foi fustigada por vários acidentes trágicos, que levaram o luto a muitas famílias. E na memória coletiva dos Milhazes ficou o naufrágio do *Bela dos Anjos*, em fevereiro de 1981. Morreram sete homens. Raquel era uma criança, mas recorda-se desse dia.





A mercearia “O Terceiro Recanto”, que já não existe, deu o seu nome a um pesqueiro homónimo, na costa. Ainda antes do 25 de Abril, Maria Terroso e António Milhazes enviaram esta foto ao filho Américo, que estava em Moçambique, para lhe dar a conhecer o novo negócio. Nela surgem ao lado de uma filha (Rosa, que ficaria mais tarde com a mercearia), da nora Olívia e de outro filho, António, à direita.

— Estava a ir ao fundo e sabia-se pela rádio. O meu pai estava em terra, devido a um ferimento, tinha um olho tapado. Lembro-me bem da aflição de ouvir pela rádio os homens noutro barco: “Onde estás? Eu vou buscá-te.” As palavras ficavam, ouvia-se pescadores a despedirem-se dos filhos, e depois... o silêncio. São coisas que marcam, nunca se esquecem.

Em 1999, surgiu a oportunidade de Raquel Milhazes entrar para o IPIMAR (hoje IPMA – Instituto Português do Mar e Atmosfera) para trabalhar na investigação. Começou como bolsa, como técnica de Biologia, no porto da Póvoa de Varzim.

Agora está em Matosinhos, nos quadros do instituto.

— Passados uns tempos, depois de entrar, fiz o primeiro embarque num navio de investigação. Ainda não tinha saído do Tejo e já estava a vomitar. Tinha 25 anos e foi a minha grande experiência em alto mar. Foram 14 dias sem vir a terra. Fazer a monitorização dos stocks da sardinha sempre foi a minha principal atividade. Atualmente, o biqueirão tem uma grande colónia e também estou responsável por essa análise.

Primos nos portos do Norte ao Sul

Trabalhar no IPMA, “fazer aquilo de que se gosta, também conta muito”, diz, um pouco insatisfeita por estar atualmente proibida pelo médico de ir para o mar, devido a problemas na coluna.

— Se calhar, já tinha ouvido o meu pai contar tantas histórias do mar, e não era só de trabalho, eram do próprio mar. E isso apaixonou-me. (...) Cheguei a ir em barcos de sete metros para ver o cerco e perceber como funcionam no mar. Uma função do nosso trabalho é essa. Nem sempre o que chega às lotas é o que os pescadores apanham. Agora, as artes são múltiplas nos barcos, exceto o cerco da sardinha nas traineiras. Usam redes de tresmalho e outras, e ainda potes, para polvo. Precisamos de ver o que apanham com o quê. Não somos fiscais, mas queremos saber o que se passa nos barcos de pesca.

Raquel Milhazes conhece, assim, as duas vertentes, a prática dos pescadores e a realidade científica, numa época em que há já escassez, em algumas espécies.

— O pescador nunca pensou longe, o objetivo era sempre a quantidade. A mentalidade era que o peixe não acaba

O pai concorda e lembra os seus tempos.

— Os pescadores iam ao mar e vinham com o que desse. Muito ou pouco. Portanto, gastavam litros de gasóleo e não tinham lucro nenhum. “Não pode ser assim”, disse a certa altura. Mandei fazer uma cozinha no barco

e assim podíamos ficar mais dias no mar. Levava mantimentos, gelo para conservar o peixe e ficávamos mais tempo, a fazer o assejo e o alvor e regressamos com mais peixe. As mentalidades mudaram, mas foi difícil.

A especialista em *stocks* de espécies marítimas diz que, “ao contrário do que se pensa”, a nossa costa é pobre e ainda sofre com a sobrepesca.

— Temos muito mar, mas as nossas espécies mais abundantes são carapau, pescada, verdinho, e estamos a repor o *stock* de sardinha. Temos agora o biqueirão, muito abundante. Mas o robalo é sazonal, a chaputa vê-se de vez em quando. Não há badejo, só temos Juliana, o tamboril está escasso. As pessoas não tiveram cuidado. De Vigo a Olhão, o pescador nunca aceitou os tamanhos mínimos de captura. Tudo o que vem à rede é peixe.

No seu dia-a-dia profissional, Raquel Milhazes convive com muitos pescadores e é testemunha de como a comunidade de Vila do Conde e Póvoa de Varzim se espalhou pelo país, seguindo o rasto do peixe.

— Se percorrer todos os portos de Portugal verifica que os apelidos, as embarcações, são todos de pessoas daqui. Hoje há muito pouco pescador a trabalhar em Matosinhos que seja mesmo de Matosinhos. São quase todos poveiros, caxineiros. Em Aveiro conheci pessoas da Gafanha da Nazaré e mal dizia que era das Caxinas, perguntavam logo que se conhecia “fulano de tal”. “Ó homem, é meu primo”, era a minha resposta mais comum. (...) No IPMA sabem que têm em mim uma mais-valia. Chamam-me para ir à frente falar com eles: “Eles, a ti, respeitam-te”, dizem.

E são mesmo primos, por vezes mais afastados, numa miscelânea de apelidos como Milhazes, Agra, Terroso, Fangueiro, e vários outros, que cruzam famílias grandes. Raquel sente-se recompensada por fazer parte desta comunidade.

— Toda a gente me conhece. Tenho laços fortes com Matosinhos, onde conheço pessoas que trabalham na área e se casaram com pessoas de lá. A lota de Matosinhos foi, para mim, um ponto de conhecimentos enorme.

Se Américo desejava que os dois filhos não lhe seguissem as pisadas – o que acabou por, de alguma forma, não acontecer, pelas profissões que ambos escolheram, Raquel já não procura, de todo, provocar esse corte, na próxima geração. Pelo contrário, até veria com bons olhos que a filha Ana Luísa tomasse o gosto ao mar, e que dele, de alguma maneira, fizesse vida.

A alcunha por que são conhecidos pode ter sido ganha ao balcão de uma mercearia, mas é preciso não esquecer que, antes disso, Terceiro Recanto era um topónimo marítimo, onde, como na vida e na história desta família, o peixe abundava.

Maria Antonieta Nunes Pereira, Póvoa de Varzim

Fotografia Helena Flores, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto Ângelo T. Marques **Arquivo** Antonieta Pereira



O legado perpetuado em palco



Maria Antonieta Nunes nasceu a 5 de Novembro de 1946, na Póvoa de Varzim. Foi a filha mais nova de Maria das Dores Fangueiro e de Alfredo Francisco Nunes, do Valentim.

Ao nome Maria Antonieta Nunes Pereira faltou, de origem, um apelido. A ela e aos irmãos José, Maria José e Vicente. Isto porque Alfredo Francisco Nunes, homem importante na pesca da Póvoa de Varzim, não incluiu o nome de família da mulher no registo dos seus quatro filhos. E embora Antonieta – como é mais conhecida na sua terra natal – não saiba quais foram os motivos para o “esquecimento” do pai, não se conformou com essa omissão do progenitor.

Pela internet, a persistente poveira tem desbravado este mundo e o outro, à procura de saber mais sobre o braço genealógico com o tal apelido – Fangueiro – para tentar atar as pontas soltas que sobejam. Uma tarefa nada simples e com uma atenção especial ao território do concelho de Matosinhos, onde nasceu a sua mãe, Maria das Dores.

Em frente ao computador ou em contactos mais diretos, praticamente a cada de dia que passa vai descobrindo mais primos e primos de primos. No livro *Mulheres do Mar...Mãos de Sal*, lançado pelo Núcleo de Amigos dos Pescadores de Matosinhos (Napesmat), pode ler-se: “Conhecem-se oito ramos distintos de Fangueiros e o primeiro documento aparece datado do século XVII, em Matosinhos.”

Antonieta tem, pois, muito que navegar. Mas há uma conclusão que já consegue exprimir: muitos dos familiares matosinhenses ainda têm na pesca, diretamente na faina ou em negócios colaterais, o ganha-pão de cada dia.

Não é o caso desta poveira, que cedo cortou o cordão umbilical com a vida do mar. Na meninice marcou-a bem o naufrágio do barco do pai e a morte chorada de um tripulante. Nesse dia, entre lágrimas e um aperto no coração, a poveirinha decidiu: “nunca hei de casar com pescador.” E assim foi.

A esse recalcamento doloroso juntou-se a pouca pressão dos pais para com a petiz que sempre foi o ai-jesus da família. O pai era conhecido, no meio, por duas alcunhas.

— Alguns chamavam-lhe Tio Alfredo “Preguiça”, uma alcunha de que não gostava porque lhe foi dada quando, ainda novito, um dia se espreguiçou e a companha aproveitou logo para lhe pôr o nome.

Outros conheciam-no pela alcunha herdada do pai, que era “do Valentim”. Alfredo do Valentim e Maria das Dores tiveram uma prole não muito numerosa, para a época: dois rapazes e duas raparigas. Mas ainda “morreram cinco bebés” e, por isso, entre Antonieta – a mais nova – e alguns dos irmãos havia uma



Em cima. Antonieta (ao centro, à frente) com os pais, o irmão José e a cunhada, Helena Areias, e outro casal de amigos à direita. Em baixo, numa cena provavelmente relacionada com uma despedida da pesca do bacalhau, a pequena Antonieta e a mãe surgem sentadas com José (ainda solteiro) e o pai, Alfredo, que levou este filho para a faina maior.



Antonieta Nunes e António
Fernandes Pereira, ainda
solteiros, mas já namorados,
num piquenique em Balazar.
Casariam em 1965.

diferença de idades significativa. Por exemplo, quando ela nasceu pelas mãos da parteira Mariquinhas de Jesus, já José, o mais velho, tinha 22 anos.

A pequenita era tratada por todos como se fosse de porcelana e, à cautela, permaneceu longe dos perigos marítimos. Antonieta ficou terrestre, mas pela "herança" bem podia ter sido uma mulher do mar. Há mais gerações que o sal já corria nas veias de Nunes e Fangueiros. Por exemplo, quando a avó paterna, Rosa Moreira dos Santos, morreu, o marido dela, Francisco Nunes, Valentim, partiu para o Brasil e nunca mais regressou. Era pescador. A família morava então nas Caxinas, e Alfredo, ainda não tinha nove anos quando foi para a labuta nos barcos, primeiro numa catraia, depois nas lanchas e traineiras.

De Matosinhos para a Póvoa

Do lado da mãe, a avó morreu quando a filha, Maria das Dores, ainda era nova, mas o avô Manuel voltou a casar e a família mudou-se da comunidade matosinhense para a da Póvoa de Varzim. É nesse meio, no Ramalhão (na zona norte da cidade) que os pais de Antonieta – Alfredo estava já na Póvoa, e morava com umas tias – se conhecem e casam muito novos, no dia 22 de março de 1925. Ele com 19 anos e ela com 16. O casal fica no Bairro Norte e, depois de trabalhar nos barcos poveiros, Alfredo vai para a faina maior.

O Museu Marítimo de Ílhavo que tem, *online*, o registo dos Homens e Navios do Bacalhau, confirma a presença do poveiro no lugre *Navegador* entre 1936 e 1939. Embarcaria em 1941 no *Primeiro Navegante* que, com ele a bordo, viria a naufragar junto à barra de Aveiro a 24 de outubro de 1946. Toda a tripulação se salvaria. No ano seguinte zarpou para os bancos da Terra Nova no navio *António Coutinho*, o que se repetiria até 1956. A penúltima viagem foi a bordo do *Labrador* e Alfredo concluiria a sua saga do bacalhau, em 1957, no navio *Ilhavense*.

Enquanto Alfredo passava meses longe de casa, demonstrando grandes habilidades no ambiente competitivo da pesca do bacalhau, na Póvoa, Maria das Dores ia criando os filhos.

— A minha mãe trabalhava na lida da casa e ajudava a vender peixe na Ribeira [ponto de comércio que existia perto do porto de pesca].

O irmão mais velho de Antonieta, José, também andava ao

mar e estava no barco *Ás da Navegação*, que o pai comprara para utilizar fora da época do bacalhau, quando ocorreu o tal naufrágio que tanto impressionou a menina, que passadas décadas, recorda a tragédia:

— O barco virou na barra e um pescador chegou a agarrar-se às botas do meu irmão, mas acabou por ser levado pelo mar. Era o Arnaldo “Carriço”. Os outros foram todos salvos, mas o barco foi ao fundo.

O cronista José de Azevedo, uma das referências locais nas recolhas sobre a comunidade piscatória, escreve no livro *Homens do Mar da Póvoa*, lançado em 1973, que a tripulação do *Ás da Navegação* foi resgatada pelo barco *Bela Flor*, que estava por perto. O episódio, sublinha Antonieta, levou o irmão a não ficar muito mais tempo na pesca. O rapaz, que fora levado com 14 anos pelo pai para o bacalhau, onde começou como moço de bordo, no *António Coutinho*, ainda fez umas nove viagens e, apesar de ser bom pescador e primeira linha, logo depois de casar acabaria por rumar para Moçambique para ser “motorista de navios”, antes de regressar à Póvoa para trabalhar numa fábrica de cordoaria. Com sacrifício, o pai comprou outro barco, resgatou o nome do anterior e seguiu em frente. Era um homem rijo, grande e pesado.

— Nunca tinha precisado de ir a um médico ou sequer a um dentista quando lhe deu a doença que o matou aos 73 anos.

Regressando lá atrás, a verdade é que o naufrágio do *Ás de Navegação* tinha sido de tal forma inesperado e inexplicável que na família se procuravam razões para o acidente que se revelara fatídico. A mãe, Maria das Dores, lembrou-se que, para aquele dia, tinha recheado o baú da comida do marido com bolinhos de bacalhau. Pois, perante o sucedido, jamais tais aceipipes foram no bornal de Alfredo.

Talvez por causa da insegurança, dureza e incerteza da vida no mar, também outro filho, Vicente, não quis fazer da pesca o seu modo de vida. Conseguiu estudar mais um pouco e agarrou uma das profissões que tinha reconhecidos mestres na Póvoa de Varzim, a de ourives.

A irmã, Maria José, cegou no final da adolescência e assumiu a partilha das tarefas da casa, inclusive na vigilância de Antonieta, a quem contava histórias para adormecer. E da meninice, Antonieta tem somente mais umas memórias dispersas, como o facto de a sua casa, por vezes, “parecer um cinema”, com todos os vizinhos da Rua Elias Garcia – e não só – na sala para ouvir o serviço Rádio Marconi que os barcos utilizavam.



Póvoa de Varzim, algures em 1968, no quintal da casa na Rua Elias Garcia. A mãe de Antonieta, Maria das Dores, na pia, com a filha Maria José, já cega, à esquerda, e uma irmã, Maria da Luz Fanguero. Os rapazes, Alfredo e Armindo, são os filhos mais velhos de Antonieta.



No quintal de uma amiga, na Rua Elias Garcia, Antonieta Nunes, com uns 16 anos, mostra para a câmara o seu traje do Rancho Poveiro, com saia de branqueta, camisa, colete e lenço de merino. Nos pés, calçava chinelo, explica.

Feita a escola primária, a poveira quis ser cabeleireira. Um primo da mãe, Mário, era cabeleireiro de profissão, e a rapariga gostava da arte. Mas os pais colocaram um travão à menina que teria de ir aprender para longe de casa. Modista ainda vá, que era ali ao pé da porta, e a profissão, igualmente, respeitável. E assim foi. Curiosamente foi pela igreja e pelo teatro que a então jovenzita conseguiu libertar-se um pouco da rédea curta da família e conhecer aquele que viria a ser o homem da sua vida. Antonieta cantava no coro das missas e, certo dia, a solista adoeceu repentinamente, e o padre Alves escolheu-a para ser a voz principal. Mas o que fazer, se a adolescente não sabia a letra? Valeu-lhe o galante António Pereira, que, habituado aos truques do teatro da Matriz colocou a letra no chão para que Antonieta não se esquecesse das rimas. E foi um sucesso.

Boa noite, senhor Bernardino

António tinha marcado pontos e a coisa ficou mais séria numa festa de aniversário que devia ter raparigas para um lado e rapazes para o outro, mas que, sem se saber como, redundou num baile clandestino. E como Antonieta gostava de dançar! O moço fazia parte do Rancho Poveiro e a namorada também queria juntar-se ao grupo, mas mais uma vez a vontade foi cerceada pelo conservadorismo familiar, pois os ensaios eram à noite. Valeu-lhe ter um bom padrinho, a interceder – “isso não faz mal nenhum à rapariga” – e ela garantir a pé juntos que seria sempre o “senhor Bernardino” a trazê-la a casa. De facto, quando regressava, a jovem fazia questão de se despedir sempre à porta com um educado e sonoro “Boa noite, senhor Bernardino”, para todos ouvirem bem. Mas do outro lado nunca houve resposta. Se alguém se tivesse lembrado de espreitar, ainda era capaz de ver, rua abaixo e com um sorriso nos lábios... o maroto do António.

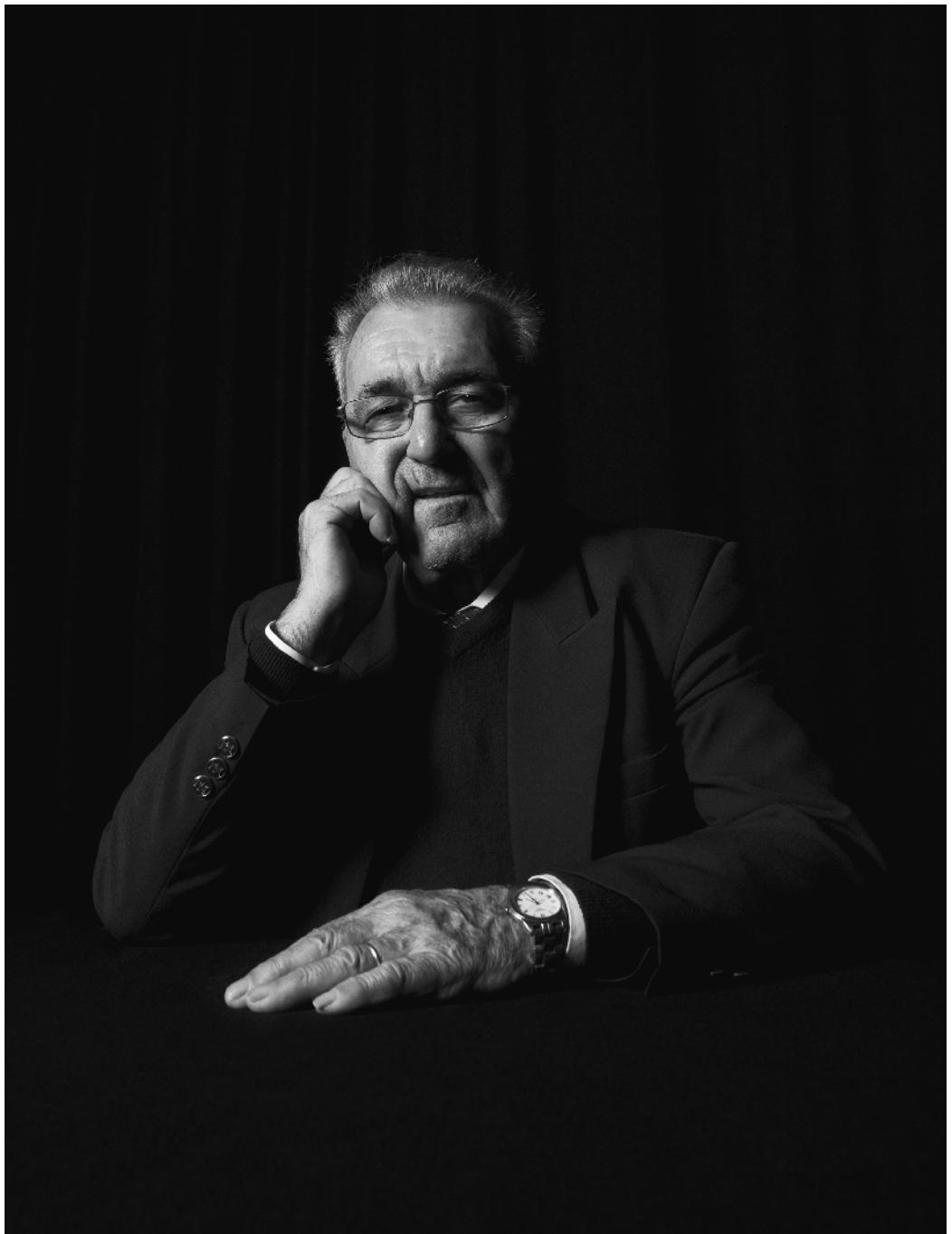
Depois de casados, os dois continuaram a dedicar parte do tempo às tradições locais, muito ligadas ao mar, sobretudo na dança, no teatro e nos desfiles de S. Pedro. E foi de um núcleo de “pares” das rusgas dos festejos que, em 1993, nasceu a ideia da formação do Grupo Etnográfico e Recreativo As Tricanas Poveiras. Antonieta torna-se a cantadeira e António o grande impulsionador da coletividade – é o presidente. Esta

foi crescendo aos poucos, divulgando as tradições poveiras, promovendo convívios e outras iniciativas comunitárias. A etnografia é também um gosto do casal, sempre com um cuidado esmerado na utilização de trajes e acessórios. Antonieta só não tira da gaveta a saia com mais de um século que herdou da mãe. Há uns anos, no final de uma das atuações em Matosinhos, Antonieta soube que na plateia tinham estado familiares do lado Fangueiro e não perdeu tempo. Ainda com o traje de “tricana poveira” vestido, foi apanhar mais dados para a sua pesquisa infindável. A família já tem um grupo privado na rede social *Facebook* com mais de 90 elementos, mas o caleidoscópio de Fangueiros continua a crescer. O apelido pertence a famílias da Póvoa, de Vila do Conde – sobretudo nas comunidades de Caxinas e Poça da Barca – de Esposende e Matosinhos. E, por via das migrações, espalhou-se até ao Brasil.

É em frente a um computador portátil, numa salinha aconchegada por objetos que fazem perdurar as memórias – dela e do marido – de momentos passados em associações locais e de fotografias dos quatro filhos, seis netos e um bisneto –, que Antonieta alarga os horizontes em incursões sem fim ao mundo Fangueiro que o destino lhe tirou do nome, mas não do coração.

Carlos Manuel Fernandes Areias, Matosinhos

Fotografia Joana Dionísio, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto Luísa Pinto **Arquivo** Carlos Areias



Carpinteiro de memórias



Carlos Areias foi carpinteiro naval, mas também ajudante de motorista, em barcos de pesca e da marinha mercante. Desses viagens, guarda algumas fotografias.

Na cédula profissional lê-se que foi maquinista, primeiro ajudante, depois principal. Passou incontáveis horas na casa das máquinas de lanchas, traineiras, arrastões, a acatar as ordens que lhe chegavam do convés: ora avante, ora à ré, ora devagar, ora a meio, ora com toda a força. Mas há mais para contar da biografia de Carlos Manuel Fernandes Areias. Dando uso à sua habilidade com madeiras, passou pelos estaleiros navais de Leça da Palmeira, onde construiu navios a sério. Agora, há menos de duas décadas, e desde que se reformou, constrói réplicas de alguns dos navios que o marcaram na oficina da sua casa.

— É uma forma de homenagear os muitos homens que, como eu, se fizeram ao mar.

O gosto pelo trabalho com a madeira surgiu-lhe quase por acaso. Carlos Areias nasceu em Leça da Palmeira, em 1943, filho de João Fernandes Areias e de Ana Pacífica dos Santos. Foi o mais velho de 11 irmãos e, nos primeiros tempos não desconfiava que podia vir a ter um destino diferente daquele que conhecia aos pais, aos tios, aos avós: fazer-se ao mar, claro, como pescador. Nasceu na Rua Direita, uma perpendicular ao rio Leça, onde acabou por ser construído o porto de Leixões. Na altura vinha gente de todo o lado para Matosinhos, porque era em Leixões que se conseguia trabalho nos muitos barcos que diariamente saíam para a safra da sardinha. Os homens faziam-se ao mar para dar de comer aos filhos. Mais do que a certeza do ordenado – que não existia – havia a probabilidade de trazer peixe para pôr no prato, todas as noites. Foi por isso que o pai de Ana Pacífica, Joaquim Marques da Mata, abalou da Póvoa para Matosinhos e se fez ao mar. Do outro ramo da família, também o avô e o pai de Carlos eram naturais da Póvoa de Varzim.

Carlos frequentou a Escola Primária da Praia, em Leça da Palmeira. Feita a quarta classe, e cumprido o destino que se traçava aos filhos dos pescadores, viu-se envolvido entre redes, remos, agulhas, vertedouros, e inscreveu-se na Escola de Pesca. Mas aos 12 anos mudou-se para o lado de Matosinhos e, depois de nas brincadeiras de criança ter assistido à construção dos estaleiros Navais de Leça da Palmeira, acabou a passar por lá, a pedir para ajudar, a mostrar a vontade de aprender como se construíam os barcos. Sessenta anos depois, não tem dúvidas:

— Tive a sorte de ter os melhores mestres do mundo.

Carlos Areias logo risca no chão da memória o nome do mestre António Ferrinho, uma das pessoas com quem mais aprendeu.

GRÉMIO DOS



Nem tudo era trabalho, nessas viagens longas, por mares longínquos. Havia momentos de descontração. Aqui Carlos, à direita, foi "apanhado" a dançar com um camarada turco.

CARLOS
no Grémio com
Cédula Marit
e LEIX
ia que tem a bo
(rea, n.º e lo
Palmeir
lo nascim. 22/
Pai Joc
Mãe Cor
Casado em 3
com Joa
O casamento
Viúvo d
Divorciado d
Amancebado
Indicar se já foi ou n

ARMADORES DA PESCA DE ARRASTO

LIVRETE DE SAÚDE

MANUEL FERNANDES AREIAS

N.º 4712

n.º 8180 passada na Capitania do

DES em 28 de Agosto de 1962

do Apresente de Instrumento

(idade) R. Monte Soutana, 45-Rec.

8/543 Naturalidade Lice da Palmeira

Fernandes Areias

na Pacifica Br Santos

de Maio de 1964, em Instrumentos

ia do Concelho Sombrantus

foi realizado na Igreja Católica? Sim

esde de de

esde de de

com

io à pesca do arrasto (sim ou não?) nao

N.º Ficha Clínica _____



Grupo Sanguíneo _____

Para além de fotografias,
Carlos Areias guarda documentos
relacionados com o seu percurso
profissional.

Ferrinho chamou-o para as suas equipas por três vezes, e foi pela sua mão que Carlos Areias chegou a passar pelos conhecidos estaleiros de Vila do Conde, “para ajudar a terminar uns tanques para um barco”.

Mas o trabalho que conseguia no estaleiro da Construtores Navais Unidos não lhe garantia o ganha-pão diário, pelo que acabou por integrar a tripulação da traineira *Fátima Cristina*, onde andou até ser convocado pelo serviço militar.

— Entretanto casei e tive direito a vir de licença um mês, quando estava nas Vendas Novas. E mesmo sem me encontrar, o mestre Ferrinho pediu a um dos meus irmãos para me dizer, quando viesse, para pegar nas malas de ferramentas e ir ter com ele, porque havia trabalho para mim. E, claro, eu fui. Precisávamos sempre de ganhar dinheiro.

Carlos Areias casou com Maria da Conceição Martins, filha de Carlos Martins, o “Brasileiro”, outro pescador com origem na Póvoa de Varzim. Maria da Conceição teve mais quatro irmãos, e a todos a mãe pôs a trabalhar.

— Comecei por trabalhar na fábrica de peixe São José. Mas a minha mãe achava que não se ganhava muito bem e pôs-me na praia a trabalhar. Ia para lá de madrugada, esperava que chegassem os barcos, e que o patrão comprasse o peixe, e depois eu, e outras, gelávamos o peixe nas caixas e carregávamo-lo para os camiões. Era melhor do que andar na fábrica, porque, muito ou pouco, sempre fazia algum dinheiro e safava a minha mãe, porque trazia peixinho para a gente comer.

A vida do casal havia de fazer-se sempre à volta do mar. Maria da Conceição a trabalhar na praia ou a vender peixe à entrada da lota, naquilo que ela descreve como uma vida triste. “Andávamos sempre a fugir da polícia”, acrescenta. Carlos, por seu turno trabalhava nas máquinas de vários barcos que iam à sardinha a partir do grande porto do Norte.

— A traineira *Fátima Cristina* era do sogro do meu tio, o mestre Zacarias “Camaço”. Da primeira vez, só trabalhei quatro meses, mas na safra seguinte já fiz a campanha toda.

Carlos estava na *Fátima Cristina* quando foi chamado para a tropa. Regressou ao mesmo barco após cumprir o serviço militar. Na casa das máquinas, havia três homens, que faziam turnos de quatro horas cada um. Areias lembra-se que estava de serviço quando, a 26 de agosto de 1964, se ouviu o alerta de que a traineira *Micéu* tinha tido um acidente, uma explosão a bordo, numa altura em que já estava carregada com 600 cabazes de sardinha. A traineira afundou-se.

— A bordo da *Micéu* estavam 40 homens, entre eles, o meu pai, o meu irmão, os meus tios.... Eles estavam ao largo de Vila Praia de Âncora, e nós, que estávamos bem mais longe, rumámos logo para lá. Ali é que foi ir mesmo avante, e com toda a força. Mas quando lá chegámos, já estavam todos acomodados.

A maior parte da companha da *Micéu* foi resgatada pela tripulação da *Narciso*, uma traineira de Matosinhos governada por Manuel Agonia da Nova, da Póvoa de Varzim. O mestre tratou de levar os feridos para o porto de Viana do Castelo e os restantes sobreviventes para Matosinhos. Por causa da explosão dessa noite, dois homens acabaram por morrer: o maquinista, António Ramos, e o ajudante de maquinista, Fernando Flores. Carlos Areias continuou a trabalhar na *Fátima Cristina* até o dono da embarcação ter decidido diminuir para dois o número de homens que seguiam na casa das máquinas. Não o aceitou, e pediu para sair.

— Fui para o arrasto. Na altura, havia mais de 20 arrastões em Matosinhos, e eles continuavam a trabalhar com três homens nas máquinas e havia melhores condições. Fui para o arrastão *Fuzelhas*.

Começou por fazer as férias do pessoal dos vários arrastões que pertenciam à mesma empresa, a Sopel: *Fuzelhas*, *Fão*, *Labanco*. Por fim, ficou efetivo no *Labanco*. Até que, em 1969, surgiu a oportunidade de ir para Moçambique, trabalhar na construção naval, em Lourenço Marques. Foi sozinho e, um ano depois, a mulher e os dois filhos juntaram-se-lhe. Lembra Conceição:

— O Carlos trabalhava nos barcos, eu trabalhava a ajudar a senhora que nos arranjou casa, e tomava conta dos meus filhos. Entretanto, engravidei da minha filha.

Em 1974, com a revolução em Portugal, “Moçambique estava uma confusão”, e Carlos e Conceição foram para a Rodésia.

— Lá não havia mar nem barcos, mas eu pedi ao meu pai para me mandar daqui uma certidão de como eu era maquinista, e tinha algum conhecimento de motores. Acabei a ir trabalhar para os caminhos-de-ferro.

Mas não quiseram ficar muito tempo. Até porque Carlos corria o risco de ter de voltar a cumprir serviço militar na Rodésia, assim que completasse cinco anos de permanência no país. Mal puderam, regressaram a Portugal. Primeiro, mandaram os dois filhos mais velhos. A filha mais nova ficou com os pais, até juntarem dinheiro para as passagens. No total, estiveram em África nove anos. Mas depois puderam regressar a casa, ao mar. E ele aos barcos.

TESABA





Nessas viagens executavam-se
várias tarefas, como por
exemplo a reparação e pintura
de algum tipo de anomalia no
casco dos navios.

— Primeiro fomos viver para a casa da minha mãe. Ela era vendedora de peixe no mercado do Bom Sucesso, e foi ela que me ficou com os rapazes quando os mandámos na frente.

Mas, continua Conceição, não ficaram muito tempo na casa da mãe, nem em casa da sogra, para onde foram a seguir. A sogra de Carlos Areias vendeu-lhes, por 63 contos de reis, um terreno onde só havia paredes ao alto e um telhado.

— Eu percebia mais de madeira, mas também me ajeitava na construção civil. Com a ajuda de mais gente da família, acabámos por ser nós a construir tudo.

Da casa de Carlos Areias, na Rua de São Marçal, uma rua sem saída perto do bairro da Cruz de Pau, não se vê o Porto de Leixões, mas consegue ver-se o mar.

— Voltei para os arrastões. E entre 1982 e 1987 embarquei em diversos barcos alemães de longo curso e viajei entre a Europa, a África, a América do Norte e o Brasil.

Carlos Areias tardava em voltar à construção naval. Passou por todas as artes de pesca – “para mim, na casa das máquinas, era sempre tudo igual, seja pesca de cerco, de arrasto ou artesanal” – confessa. Mas enquanto andou ao mar, não teve tempo de exercer a atividade que, desde que se reformou, começou a ocupar os seus dias. Nem sabia, sequer, que tinha jeito para o modelismo. Foi apenas em 1994, quando integrou a equipa de trabalhadores da Exponor, onde executava serviços de manutenção na área da carpintaria, que começou a ter tempo para reproduzir, à escala, as embarcações que conhecia.

A primeira obra que fez foi a *Barra à Vista*, uma das embarcações que ajudou a construir nos tempos dos estaleiros de Leça. Este primeiro barco não tinha ainda a forma de réplica, a respeitar proporções e a mimetizar as características reais. A primeira experiência de Carlos Areias nesta arte dá origem a metade de uma traineira com enchimento a espuma para lhe dar profundidade, emoldurada num quadro, em que já havia todo o cuidado de reproduzir a realidade em toda a decoração.

A *Barra à Vista* era de um dos filhos do mestre Zacarias e foi uma das traineiras em que andou. Foi por também ter navegado neste barco, por conhecê-lo muito bem, que se atreveu, assume, a tentar construí-lo. O método é sempre o mesmo, diz a mulher.

— Começa com muita paciência a fazer o casco, as catacumbas do navio. E depois faz o resto. Às vezes demora meses e meses, mas ele tem boas mãos, tem muito jeito para isto.

Carlos perdeu a conta ao número de barcos que já fez nas últimas duas décadas. A maior parte deles está guardada em vitrines que construiu no sótão de sua casa. Mas outros estão emprestados ou foram dados, expostos no museu do Núcleo de Amigos dos Pescadores de Matosinhos (Napesmat), ou no Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, dinamizado pela Câmara de Matosinhos, que promove atividades ligadas ao mar. Entre os muitos que fez há alguns especiais. Como o *Mestre Augusto*, a primeira réplica que fez e que foi a última embarcação em que trabalhou o pai; ou a traineira *Celeste*, que ajudou a construir nos estaleiros de Leça da Palmeira, quando tinha pouco mais de 14 anos. Ou ainda o *Fé em Deus* ou o *Castelinho*, embarcações que pertenciam, respectivamente, a um tio e a um primo. Ou ainda o salva-vidas *Carvalho Araújo*.

— Foi quase tudo barcos que ou ajudei a construir, ou onde naveguei. Ou então, que vi muitas vezes no cais, quando era miúdo e andava a brincar na rampa da praia, onde chegavam os barcos. Fui sempre muito observador, e ponho esses detalhes nos meus barcos.

A exceção a este método foi a construção a que se dedicou a um navio de guerra alemão, e aos bacalhoeiros *Santa Maria Manuela* e *Argus*. Nestes casos, mandava vir, em fascículos, peças para a montagem minuciosa de cada elemento. No caso do navio de guerra alemão, demorou 34 meses a acabar o barco. Mas a maior parte da sua obra resulta de construção sua, feita de raiz.

— Procuro sempre fotografias dos barcos, ou tiro-as eu, se os barcos ainda andarem aí, e faço tudo tal e qual. Desde os baldes com sardinha, às chalandras e às nassas.

No caso de uma das traineiras que mais gostou de construir, usou as fotografias que tirou a três barcos distintos. Como não se apoiou em apenas um deles, não deu à réplica nenhum dos nomes das embarcações em que se inspirou.

— Chamei a esta traineira *Mestre João*. É o nome do meu pai, que nunca chegou a ser mestre. Mas que aqui ficou com a minha homenagem.

Carlos Areias não tenciona parar de construir barcos, mesmo sabendo que nenhum dos três filhos se interessa pela sua arte, e que não há instituição ou colecionador que lhe pague o valor fiduciário ou emocional que atribui a este seu acervo. Com quase 80 anos de vida, continua à espera de uma próxima exposição em que possa participar (já recebeu vários prémios em concursos realizados no Fórum da Maia). No seu estaleiro, há outra embarcação a caminho, da qual, para já, só tem o casco.



Esta pintura do Tecona, onde Carlos Areias trabalhava, foi realizada nas costas de uma carta náutica, com as mesmas tintas que ele usava para pintar o navio.



Maria de Fátima Nora Lima Moura, Matosinhos

Fotografia Helena Flores, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto Luísa Pinto **Arquivo** Fátima Nora



Da praia do peixe à lota, sem vontade de parar



O cartão de salgadeira é um documento que Fátima Nora guarda com enlevo, pois marca a sua relação antiga com a praia do peixe, em Matosinhos.

Vinham de todo o lado. Pescadores mais ou menos experimentados, de várias geografias do país, acabavam por acostar em Matosinhos, em busca de abrigo e de trabalho num porto que se foi afirmando como um dos mais seguros do país. A faina da sardinha – há quem lhe chame epopeia, e talvez o epíteto não seja exagerado – operou uma verdadeira transformação neste território e tornou Matosinhos num grande centro piscatório. E se vinha gente de Setúbal, como o pai de Marcelino Passos (pág. 280), de Ovar, (como os pais de Delfim Nora (pág. 346) ou de Espinho, também de Gaia e do Porto, ou de Vila do Conde, da Póvoa e de Esposende chegavam dezenas e dezenas de pescadores. Primeiro vinham eles, alugavam quartos em ilhas ou em pensões baratas. Depois, mandavam vir a família. Ou construíam-na a partir dos conhecimentos que iam travando nas jornadas de trabalho. Que o trabalho sempre foi bom casamenteiro.

Os pais de Maria de Fátima Nora Lima Moura conheceram-se assim, por causa disso, e do trabalho que sempre se encontrava na praia de Matosinhos. O pai de Fátima Nora era “um menino da Foz” – chamavam Visconde da Foz ao trisavô do rapaz. Ou seria ao bisavô do rapaz? Fátima Nora não tem a certeza. Só sabe que a avó paterna era Clara Moreira de Lima, mas todos lhe chamavam Clarinha do Conde. Clarinha nunca trabalhou fora de casa, que dentro dela havia muito que fazer com os seus dez filhos. Casou com um guarda-freio da Companhia Carris de Ferro do Porto, antecessora da STCP, cujo salário não chegava para alimentar todas as bocas.

Augusto Alberto Lima Moura ainda teve a sorte de ser apadrinhado por um abastado empresário. Foi à conta de Manuel da Silva Neves, proprietário do teatro Carlos Alberto, no Porto, que Augusto andou a estudar e chegou a frequentar a Escola Industrial do Porto. Mas, com muita pena dos padrinhos, que viam a inteligência nas notas do menino, conformaram-se com a decisão familiar de que era preciso pôr comida no prato, ganhar dinheiro, ir procurar sardinhas.

— O meu pai foi para o mar muito novo. Começou logo nas traineiras das sardinhas, e quando se estava em defeso, virava-se para o rio, à pesca do sável e da lampreia. Foi camarada. E muito novo, também, passou a mestre. Quando conheceu a minha mãe, já era mestre numa traineira.

A mãe, Irene Glória Caetano Nora, já nasceu em Matosinhos, mas os seus familiares eram da Póvoa. Também vieram para

trabalhar no mar e nas suas lides mais terrenhas. Irene e Augusto cresceram, travaram amizade, namoraram, casaram-se. Augusto passou a ser conhecido como mestre Augusto. Irene, que começou a trabalhar na Docapesca, ficou a ser conhecida como a Irene “Rabanadas”. A alcunha herdou-a do pai, Albino Caetano Nora, que aos oito anos já estava a bordo de uma traineira.

— Era Natal, ele estava no mar e puxou muito temporal. Então, tiveram de ir arribados para Viana ou para Espanha, e depois vieram de carro e de comboio para Matosinhos. E pelo caminho o meu avô só dizia: “Eu quero ir embora, que eu quero comer as rabanadas!” e Rabanadas ficou.

Maria de Fátima Nora Lima Moura nasceu em Agosto de 1951, na Rua Gago Coutinho, número 21, “mesmo à beira da lota”. Foi a mais velha de cinco irmãos. E tal como o avô e como a mãe, também ela ficou conhecida como Fátima Rabanadas, apesar de ter também outras alcunhas – como “Lalesca”, o nome da personagem de uma novela brasileira de cabelos aos cachos e cuja semelhança com a cabeleira de Fátima Nora foi uma coincidência aproveitada por amigos e conhecidos da lota.

A lota perto da qual nasceu foi a mesma lota onde escolheu ir trabalhar, contrariando a vontade dos pais, e enfrentando a ira da mãe. Fátima já tinha frequentado a escola secundária Carolina Michaëlis, e estava, na altura, na secundária Garcia da Orta – ambas no Porto. Naquele dia igual aos outros, em que o pai foi cedo para o mar e a mãe foi cedo para a lota, Fátima decidiu que não queria ir estudar mais. Decidiu que queria trabalhar. Tinha 15 anos e, naturalmente, dirigiu-se para a lota.

— Antigamente havia uma rampa na praia, onde os pescadores chegavam com as caícas [pequenas embarcações] carregadas de sardinha. Eu perguntei se não precisavam de uma mulher para ficar ali a segurar nos bordões. Disseram-me: “Se quiseres ficar aí, fica”. Quem me conhecia e me viu ali, foi a correr dizer à minha mãe.

A mãe não queria acreditar. Disseram-lhe: “Ó Irene, eu vi ali a tua filha nos cabazes do Filó”. Ela respondeu: “Vocês estão malucos! A minha filha está na escola, a esta hora está no Porto.” Insistiram: “Não, a tua filha está ali com os bordões ao ombro.” Irene desceu à rampa e foi ver com os próprios olhos: “já para casa, que eu mato-te!”.

Fátima Rabanadas levou uma tareia da mãe. Mas também levou a dela avante. Apanhou da mãe, ouviu do pai, mas insistiu que não gostava da escola, que queria trabalhar. O pai, bem menos tempestuoso do que a mãe, disse a Fátima que se ela agora

achava que não gostava da escola, o mais certo no futuro é que se haveria de arrepender.

Mestre Augusto tentou chamar a atenção da filha, lembrando-lhe que ele próprio gostaria de ter tido oportunidade de estudar e não o pudera fazer. Mas ela insistiu que queria trabalhar e os pais desistiram de a demover. Não ficou muito tempo na rampa, à mercê das gorjetas dos rapazes dos bordões. O dono da fábrica de conservas São Pedro, de Vila do Conde, ofereceu a Irene Rabanadas um emprego para a filha. Mas foi Fátima Nora quem lhe disse que sim, depois de regatear o salário.

— O Senhor Morais contratou-me para estar ali na rampa, a olhar para a sardinha que chegava e a escolher o peixe para comprar. Cada barco dava um cabaz ao patrão da fábrica, e um cabaz para as empregadas. O que rendesse era o que ganhávamos. Mas eu disse que não queria assim, que queria um ordenado. O patrão insistiu: “Agora entramos assim, e depois logo sevê.” E assim aconteceu.

Fátima Nora ainda esteve uns anos a trabalhar para essa fábrica, até ela fechar. Mas rapidamente arranjou outro emprego, no armazém de peixe de Manuel Aires. Foi à conta desse emprego que ainda hoje tem o cartão de salgadeira, emitido pelo Grémio dos Armadores de Pesca da Sardinha, que lhe dava acesso ao recinto. Guarda-o como recordação, explica.

O armazém de peixe de Manuel Aires fechou há muito, e Fátima deixou de estar a vender peixe congelado e a carimbar senhas da *Menina Pescadinha*, que era o nome que davam àquele balcão onde se vendiam os congelados. Começou, depois, a trabalhar com uma empresa espanhola, a Pesca Ibañez. O “Menina Pescadinha” passou a chamar-se “Mercado de Segunda Venda”, e todos os dias úteis, de madrugada, a partir das 3h30, abre as portas ao público em geral e às dezenas de clientes que os muitos anos de vida e de trabalho de Fátima lhe permitiram granjear.

— Conheço toda a gente e tenho clientes de todo o lado, que já têm o meu número de telefone e sabem que só precisam de me dizer o que querem que receberão todo o peixe de que precisam, direitinho.

Fátima Nora trabalha na empresa Pesca Ibañez há mais de 30 anos, e não faz férias há mais de cinco. Mas no seu rosto sorridente, unhas arranjadas, cabelo pintado, roupa garrida e voz grossa, não há cansaço que se acuse.

Já com 70 anos feitos, e mesmo depois de reformada, Fátima Rabanadas continua a trabalhar, a levantar-se todos os dias às duas da manhã para ir para o mercado preparar a banca para a



O pai de Fátima Nora, mestre Augusto Moura, segurando em frágil equilíbrio o pesado estandarte que abre a procissão do Mártir São Sebastião, em Matosinhos, eventualmente nos anos 60, segundo a filha. Mais tarde, recorda-se Fátima, o enorme varão foi substituído por outro de material mais leve e mais fácil de transportar ao longo do cortejo religioso.



Tal como o pai, também Fátima Nora vem participando na procissão do Mártir São Sebastião. Em 2016 levou o andor da Sr.ª de Lurdes, em homenagem ao mestre Augusto, cumprindo uma promessa que fizera anos antes, aquando da sua morte.

venda. E diz que não consegue imaginar-se fora dali, sem aquela azáfama, aquela rotina.

— Pode não acreditar. Mas às vezes, nas férias, ou ao Domingo, acho que até sinto falta daquilo, daquela confusão, de ver gente por todo o lado e de falar com toda a gente.

Fátima teve convites para ir trabalhar para outros lados. Houve um verão em que trabalhou na limpeza dos balneários de praia – afinal, o trabalho na lota começa de madrugada, mas em muitos dias às 14h já estava em casa, e descansar não é um verbo que goste muito de conjugar.

— Quando inauguraram o edifício novo da câmara, o presidente era o Narciso Miranda. Ele perguntou-me se não queria ir para o município trabalhar como contínua. Eu agradeci-lhe muito, mas disse-lhe que não. Não era o meu estilo. Disse-lhe que não era a minha praia.

Fátima Nora nunca desistiu da vida na lota, ao contrário do marido, Fernando Pinho Pinhal que, mal pôde, largou a vida do mar, para fazer o que fosse preciso em terra. “A vida no mar é muito dura, muito instável, muito perigosa” – limita-se a constatar Fátima.

Quando se conheceram, Fernando Pinhal era pescador. Andou na sardinha a bordo da traineira *Santa Isabel* – um barco que o pai, Júlio Pinho Pinhal, imortalizou numa miniatura à escala que Fátima exibe orgulhosamente em casa. Mas quando teve oportunidade de emigrar, preferiu ir para França, onde trabalhou numa fábrica de iogurtes e queijos. Regressou a Portugal para se casar com Fátima Nora, mas nunca regressou ao mar. Ainda ponderaram, ambos, emigrar para a Alemanha, mas depois aconteceu o 25 de Abril e os salários em Portugal melhoraram. Fernando Pinho Pinhal ficou por Portugal e manteve o emprego na fábrica de fiação Citenor. Depois, mudou de ramo, fez-se picheleiro e, à conta dessa arte foi para a Alemanha e para a Bélgica. Trabalhou ainda em África, na Mauritânia, em África, onde perdeu um dedo num acidente numa obra.

— Mas mar, nunca mais quis. No ano em que nos casámos, teve o meu pai um naufrágio em que quase morreu. A vida da pesca é muito difícil, muito incerta, muito ingrata.

Há sempre adjetivos novos para caracterizar a vida no mar. Mas o medo constante que paira sobre a cabeça de todos os que dele dependem é mesmo a possibilidade de ir e não voltar. Mestre Augusto era um homem experiente. Foi mestre das traineiras *António João, Malaca e Deus Te Guarda*.

— No *Deus te Guarda*, o meu pai teve um naufrágio à entrada da barra. Um navio cortou-lhe o barco a meio, e o barco ia afundar. Com a sua navalhita, ele cortou as cordas que seguravam os tanques para os camaradas terem tábuas onde se agarrar. Ele foi o último, e ia ficando preso ao barco, num redemoinho que o estava a afundar. Felizmente, nessa hora chegou outro barco e conseguiram atirar uma corda e puxar o meu pai.

Mestre Augusto não morreu no naufrágio, mas enfrentou as consequências da hipotermia. Ganhou um problema no coração, nunca mais pôde ir para o mar. Foi trabalhar para a Câmara de Matosinhos, tornou-se funcionário público. Irene Rabanadas, também ela funcionária pública, da Docapesca, reformou-se mal chegou aos 55 anos e pôde então dedicar-se aos filhos e aos netos, à casa, às galinhas e aos patos.

— A minha mãe teve uma vida muito sofrida. Não só a vida dura, de trabalho, mas também por ter perdido o único filho rapaz que lhe nasceu. Nós éramos cinco. Eu era a mais velha, e dez meses depois de mim nasceu-nos um irmão. Mas quando ele tinha 15 meses, caiu por umas escadas abaixo e partiu a coluna. Foi a primeira criança a ser operada à coluna no Hospital de Santo António, a cinzel e martelo. Mas nunca mais teve saúde e acabou por falecer. E a minha mãe sofreu muito por causa desse desgosto. Fátima Nora atribui uma certa irascibilidade da mãe ao desgosto que teve com o filho. Mas insiste em acrescentar mais camadas à personalidade da progenitora, recordando as viagens quase semanais que faziam à Póvoa de Varzim para estar com amigos.

— A minha mãe é da Póvoa e nós íamos lá muitas vezes, mas nem era para estar com familiares. Era para estar com amigos. Conhecemos a família da dona Laura Favais aqui na lota, a minha mãe foi madrinha de uma das filhas dela e nós íamos para lá quase todos os fins-de-semana.

Os convívios em família, e com amigos, continuam a ser o legado mais importante na vida de Fátima. Ela não tem filhos, mas anda sempre rodeada de crianças. Para chegar ao fim do dia e dizer que teve um dia bom, precisa que esse dia tenha implicado trabalho na lota, uma visita das sobrinhas e das sobrinhas-netas gémeas de oito meses – de quem toma conta muitas tardes.

— A minha vida tem de ser agitada. Durmo pouco, mas não gosto de dormir. Se não vou de manhã à praia, sinto que me falta aquele bocado. Gosto muito daquilo. Adoro ouvir os clientes: “Ó Fátima, isto! Ó Fátima, aquilo!” É dessa azáfama que eu gosto, desse convívio com as pessoas. Aqui há dias disse ao meu patrão: “Olha, Juan, vai-te preparando porque qualquer dia vou-me embora.” Afinal, já tenho 70 anos. Eu não os sinto, mas eles estão cá.

O patrão, assustado, respondeu à ameaça com outra ameaça. “Ó Fátima, tu nem penses nisso. Quando fores embora eu fecho. Não tenho ninguém à altura para ficar aqui.” Fátima não sabe quando vai ser esse dia. Também continua a adiá-lo. Continua a colecionar “dias bons”.

— Levanto-me à 1h30, arranjo-me, e um táxi vem-me buscar. Vou lá para baixo, para o armazém, e começo a preparar as encomendas dos clientes que me foram ligando de véspera, durante a tarde e à noite. Eu preparam uma palete para um, uma palete para outro, e às 3h30 vamos para o balcão de venda. E é aí que começa a azáfama de que eu gosto.

A jornada pode acabar às 12h ou pode acabar às 17 horas. Ou mais tarde ainda. Depende se há mais camiões a chegar com peixe da Grécia e da Turquia – que a empresa trabalha com muito peixe de viveiro, que vai de barco até Itália e de camião até Espanha e Portugal. Acabe às horas que acabar, uma coisa é certa: o dia bom de Fátima Nora vai terminar com ela a agradecer à imagem de Iemanjá, que tem ao lado da cabeceira, o dia que lhe deu e o facto de ela se sentir feliz.

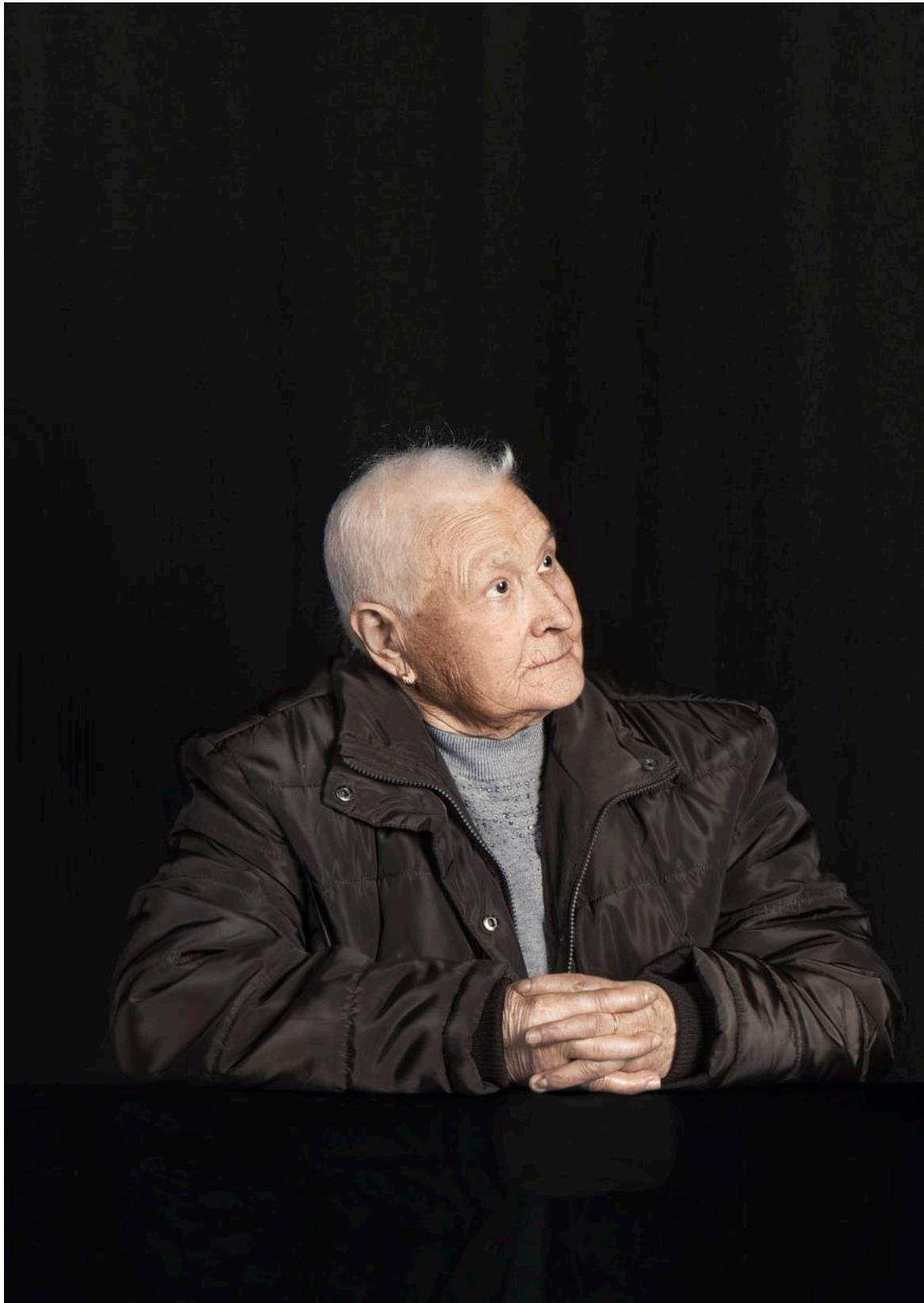
— Trabalhei sempre ali. É só daquilo que eu gosto. A praia de Matosinhos é a minha praia. Ninguém me tira de lá.



A mãe de Fátima Nora, conhecida como Irene Rabanadas, com um megafone no leilão da sardinha, na lota de Matosinhos, nos anos de 1980.

Francisca de
Jesus Marafona,
Fernando Manuel
Marafona de
Pinho,
Caxinas,
Vila do Conde

Fotografia Luís Ribeiro, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto David Mandim **Arquivo** Francisca Marafona





A cultura das Caxinas, do mar à mesa



Nas recolhas realizadas para este livro encontrámos, em várias famílias, fotos como esta, que refletem, ao longo de décadas, uma mesma tradição, praticada por poveiros e caxineiros, o piquenique do dia do Anjo, que acontece na segunda-feira de Páscoa.

“Chica da Fama” cresceu nas Caxinas quando já crescera a sombra negra da II Guerra Mundial. O futuro das crianças passava sempre pelo mar e Francisca de Jesus Marafona nem sequer conseguiu andar na escola. Ainda chegou a ir para a primária na Poça da Barca, ao pé de casa, mas “houve um problema” que a impediu de se sentar à carteira.

— Foi com o nome. Meteram Francisco em vez de Francisca e com essa embaralhação a minha mãe tirou-me da escola. O regedor, o senhor Alfredo, ainda foi lá casa três ou quatro vezes, mas não se safou a decidir aquilo. Na altura não obrigavam mesmo a ir à escola.

Francisca herdou da avó a alcunha “da Fama” – e dela não se livrou. Começou cedo a apanhar sargaço, ou argaço, como aqui se diz, nas Caxinas e, ao longo da vida, vendeu peixe na Póvoa de Varzim e carregou cabazes de peixe das traineiras para a lota de Matosinhos.

Nasceu a 10 de novembro de 1939, numa casa pequena na Rua Alfredo Bastos, na Poça da Barca. O pai, Felismino de Jesus Marafona, era pescador e, conta a filha, quando era solteiro tinha irmãos no Brasil que queriam levá-lo para lá, mas conheceu a futura mulher, Balsemina de Jesus, e ficou. Optou pela pesca na costa portuguesa, com um barquinho que comprara, que complementava com campanhas nos navios bacalhoeiros.

Quando Felismino rumava a águas canadianas ou da Gronelândia, o resto da família, que foi crescendo, ficava em Vila do Conde e fazia pela vida.

— Andávamos ao argaço, era apanhar, botar a secar e depois vendia-se.

A mãe tomava conta das filhas. Francisca teve seis irmãs: Maria das Dores, Maria, Maria da Luz, Maria do Sameiro, Aurora e Estrela, e só depois nasceu Donato, o único homem da prole, e o filho mais novo.

— Duas casaram-se no Brasil, a Maria e a Luz. A Sameiro casou cá e foi para França, já com três filhos com ela, ainda antes do 25 de Abril. Foi de noite nas carrinhas dos que iam fugidos para França.

Nas Caxinas, a apanha do sargaço era a sobrevivência. “Metia-se todos os filhos a apanhar”, recorda. Nos períodos em que a família pescava nesta zona, entre as campanhas do bacalhau, caminhava-se um pouco para Norte, onde se fazia melhor negócio com o pescado.

— Íamos vender o peixe à Ribeira, na Póvoa de Varzim. Lá vendia-se bem, apareciam sempre bons compradores.

Foi assim a vida de Francisca até aos 18 anos, idade com que

casou com Manuel Gonçalves de Pinho, um pescador, filho de uma caxineira e de um homem do mar de Espinho que “fazia vida” em Matosinhos. Foi com Manuel, e após nascer o primeiro filho (que haveria de morrer ainda bebé), que saiu da casa onde tinha nascido – e que descreve com nostalgia. Era “areia até à praia”. A casa tinha três quartos, uma cozinha e uma casinha de cozer as redes. Diferente do que é hoje uma habitação. “Agora é um luxo!”, exclama, em jeito de comparação com a sua infância. Após o matrimónio na antiga Igreja do Senhor dos Navegantes, Francisca e Manuel viveriam uns tempos numa casa alugada, até construírem, depois, a habitação própria, onde hoje ela vive com a filha Rosa Maria, a sua filha mais nova, nascida já depois de Laurindo e Sameiro. É Rosa quem se junta à conversa com a mãe para melhor explicar que Manuel “era da família”.

— A mãe do meu pai faleceu quando ele tinha sete anos, e depois o meu avô veio de Espinho e casou-se uma segunda vez com uma tia da minha mãe, Arminda Regufe, uma senhora das Caxinas . Era a avó emprestada, dizemos nós, pois era minha avó e era tia da minha mãe. Diziam que eram primos, mas na realidade não eram. Nesse segundo casamento eles tiveram mais cinco filhas em Matosinhos, que são, por isso, cunhadas e primas da minha mãe.

Na ilha do Galante, em Matosinhos

Terão sido estas relações familiares que levaram Francisca e Manuel a conhecerem-se, apesar de ela hoje não ter memória do momento em que travou amizade com o futuro marido. Como todos os pescadores da época, Manuel Gonçalves de Pinho aproveitava todas as oportunidades de trabalho – fazia temporadas no bacalhau e pescava nas Caxinas, caso não arranjasse lugar nas traineiras de Matosinhos. Este porto de pesca era onde se ganhava dinheiro e foi ali que o seu pai, Laurindo, mais trabalhou.

Manuel trabalhou com o pai, na habitual sazonalidade a que a vida da pesca obrigava, entre Leixões, Caxinas e a Terra Nova. “Por isso há a ligação forte a Matosinhos e a minha avó tem algumas fotografias dessa época”, refere Fernando Pinho, filho de Rosa, que sempre acompanhou a história familiar e as tradições caxineiras, sobretudo no que toca à gastronomia, área a que se dedica profissionalmente. O comboio a vapor foi o meio de

transporte mais usado para chegar a Leixões. Da Póvoa de Varzim viajavam até à Senhora da Hora onde tinham de apanhar outro comboio, lembra Francisca Marafona, atraindo a nossa atenção para uma fotografia desses tempos (ver páginas seguintes).

— Trabalhei seis anos em Matosinhos, num armazém de peixe. O meu marido andava ao bacalhau e quando estava cá chegou a ter lugar na traineira. Vê-me a acartar um cabaz de sardinhas?

Na imagem estão três mulheres que descarregam o peixe do mesmo barco e Chica da Fama consegue dizer quem são.

Usavam as carrelas para levar o peixe à lota, “onde estavam os compradores. Recorda-se que vinham até de Valença, para onde se vendia muita sardinha. Mas iam de todo o lado a Matosinhos comprar peixe, assinala.

Nesta fase, Francisca chegou a viver, sempre de forma temporária, em Matosinhos, e apesar da dúvida instalada entre a filha e netos, garante que andou por ali “de solteira e de casada”, tendo ficado em casa de familiares. “Cheguei a morar lá com a Tia Fama, na Ilha do Galante, em Matosinhos” – diz, para logo contrariar os descendentes que aventavam que este aglomerado de casas modestas ainda existiria.

“Já foi abaixo”, insiste. E tem razão. A ilha que era igual a outras nestes três concelhos, e onde viviam muitos pescadores, foi demolida e é atualmente um parque de estacionamento.

Francisca lembra-se que o pai de Laurindo já trabalhava em Matosinhos e que também ele chegou a morar na ilha do Galante, a mesma onde moraram Marcelino Passos e Margarida Viana, cuja história se conta, mais à frente, também neste livro.

— Lá era só trabalho. Levávamos arroz, feijão, cevada, tudo o que fosse preciso para passar aquela semana ou 15 dias.

Nas Caxinas, Francisca experimentou também o trabalho nas conservas. Aqui era diferente, ia-se a pé e estava-se a dois passos de casa. Foi na fábrica de conservas Selene – a única que ainda se mantém a funcionar na localidade, embora com outro nome e proprietários – que começou, e foi lá que mais anos trabalhou. É dos descontos ali efetuados que recebe a reforma.

Em Matosinhos, ia sempre com amigas para o trabalho. Levava a panela da sopa e a cafeteira do café. “Aquecíamos lá, comíamos todas juntas”, diz Chica da Fama, divertida para contar o dia em que se “virou a sopa e o café e lá foi tudo”. A comida também podia ser peixe, quando passavam peixeiras da Póvoa na estrada a quem compravam algo comer. Depois íamos buscar uma





Na sala da casa, nas Caxinas, uma fotografia ampliada e emoldurada regista para a posteridade a passagem de Francisca Marafona - a mulher da frente - pelo árduo trabalho dos armazéns de peixe, em Matosinhos.

cervejinha e dava uma pinga a cada uma” – explica, soridente, puxando deste fio das suas recordações para chegar à censura social que enfrentavam dos homens que as viam a acompanhar a refeição com uma cerveja.

— “Ó bêbedas, quando os vossos homens vierem do bacalhau, vou dizer a eles que sois umas bêbedas!”, diziam.

Erguer casa com dinheiro do bacalhau

Os filhos já iam crescendo e o mais velho – Laurindo, como o avô paterno – começou a trabalhar no mar com 12 anos. Já dizia: “Eu não quero sardinhas, quero a minha ceia.” “O que ele queria era batatas com carne ou o peixe, não queria só sardinhas”, lembra, com a filha Rosa a explicar que o irmão “foi muito novinho para o mar”, com 12 anos, e exigia comida. Tal como as irmãs mais novas, Laurindo também fez a escolaridade obrigatória.

Manuel, que cumpriu serviço militar, embarcava em Lisboa para as temporadas no bacalhau e quando regressava atracava em Aveiro. “Andou na escola já de casado para completar a terceira classe. Na altura valia e bastava isso para poder ir ao bacalhau”, lembra Francisca, recriando depois a chegada do marido.

— Quando vinha do bacalhau, trazia comida, era o quinhão. Traziam peixe nuns cestos grandes pretos, comia-se durante o Inverno.

O ganho no bacalhau permitiu-lhes construir a casa nas Caxinas. Quando ele regressa a Portugal, dedica-se à pesca na zona, embarcando numa motora “muito grande”, para logo no início da década de 1970 emigrar. Foi para a Alemanha, onde andou sempre em barcos de pesca, os chamados barcos-fábrica. Esteve 13 anos fora, com frequentes viagens a Portugal. “Trazia chocolates e brinquedos”, recorda a filha Rosa, falando de um tempo em que a chegada a casa do pai era uma festa. A certa altura, Manuel diz que “estava cheio de Alemanha”. A resposta da mulher foi à boa maneira das Caxinas: “Não queres ir, não vás.” Já Chica da Fama tinha deixado, há anos, a fábrica.

— Quando o meu homem foi para a Alemanha, disse-me: “Ficas em casa a tomar conta dos filhos.”

Em casa, ninguém ficava parado. Durante anos, Francisca e as filhas não cosiam redes, mas entrelaçaram malhas de lã e fizeram muitas camisolas poveiras, recorda Rosa, que “ainda pequenita” ajudava a mãe.

— As pessoas traziam as lãs e durante anos e anos fizeram-se aqui muitas camisolas. Muita gente fazia o mesmo nas Caxinas. Fazíamos duas ou três por semana e também tratamos de meias para os pescadores.

Quando voltou da Alemanha, já em meados da década de 1980, Manuel Pinho trouxe os fundos relativos aos anos de trabalho e ainda se matriculou num barco que pescava nas águas de Marrocos e da Mauritânia, mas nunca foi para o mar. Trabalhava nos armazéns em terra. Fernando Pinho, que nasceu em 1987, diz que se lembra de “ser pequeno e de o avô fazer a última viagem, ir buscar as coisas dele”. O marido de Chica da Fama “tinha uma boa reforma portuguesa”, na medida em que juntou ao período do bacalhau estes “sete ou oito anos que andou nesses barcos de Marrocos, em que fazia muitos descontos. Isso foi a sorte dele”, recorda a viúva.

Para trás ficaram anos de abnegação e trabalho, em que a vida social era reduzida, com as festas religiosas a serem ocasiões sempre aproveitadas. Francisca Marafona diz que, se a viagem lhes corresse de feição, os homens “chegavam do bacalhau e diziam: ‘Ainda vamos à Senhora das Dores, em Setembro.’” Era uma das festividades mais celebradas pelos pescadores, tal como a Senhora da Assunção, a 15 de agosto, uma oportunidade para se limpar a cabeça do trabalho.

Durante décadas, a Póvoa de Varzim, onde estas duas festas se realizam, foi o local mais atrativo para desfrutar do tempo livre.

— Ao domingo ia-se dar um passeio. A gente sentava-se lá no Passeio Alegre e ficava por ali. Mas era muito raro, muito raro.

Com Matosinhos, houve sempre um laço forte e os familiares foram sempre um motivo para visita. O pai de Manuel teve filhas lá, que se casaram com homens de Matosinhos. Sempre existiu uma grande ligação que perdeu rotinas após a morte de Manuel, recorda Rosa Pinho:

— O meu pai adorava as minhas tias e íamos sempre lá, fosse de comboio ou de outra maneira.

De resto, a família já saiu descrita em vários livros dedicados à história dos pescadores, sobretudo em Matosinhos.

— Temos muitos tios e primos que sempre trabalharam na área. O avô Laurindo apareceu várias vezes. Era de Espinho, mas fez a vida toda lá.

Esta história familiar teve continuidade através do filho Laurindo, que foi pescador, mas depois se dedicou ao trabalho nas plataformas petrolíferas. Os três filhos estão ligados à pesca, dois deles emigrados em Espanha. A irmã Sameiro casou com





O casal Francisca e Manuel,
ao lado, num casamento de uma
afilhada de Chica da Fama; e,
em cima, numa fotografia de
família. Nesta, à esquerda,
o filho Laurindo e as duas
filhas, Sameiro e Rosa.

um pescador, trabalhou em fábricas e teve dois filhos, hoje sem ligação ao mar. Rosa é a mais nova.

— Comecei aos 14 anos numa fábrica, a Praia Mar [nas Caxinas]. Aos 22 anos procurei outra vida.

Dedicou-se depois à restauração e aos três filhos que cresceram, estudaram e não estão na pesca. O mais velho é Fernando Pinho, nascido a 6 de abril de 1987, e que mantém uma relação de grande proximidade com a avó, em cuja casa nasceu, e com quem passou a infância. Com os primos teve a experiência de crescer numa Caxinas bastante diferente.

— Nessa infância existia alguma liberdade. Era possível brincar na rua, era mais saudável.

Servir Caxinas num restaurante

A vida de um filho de caxineiro deixou de ser um caminho de sentido único – o mar – e abriram-se novas vias. Após o liceu, Fernando concluiu a licenciatura em Turismo, na vertente de Gestão e Economia. “Especializei-me na restauração, foi a minha paixão”, explica o jovem gerente de restaurante que pretende manter vivas as tradições caxineiras pela via da gastronomia. Nunca foi ao mar de forma profissional, mas conhece os meandros da pesca enquanto atividade lúdica.

Fernando Pinho quer dar a conhecer a narrativa das Caxinas, com as suas tradições e costumes. Recua ao tempo em que era miúdo, de um meio “muito simples, muito humilde e em que se vivia de acordo com a sazonalidade das festas, das diferentes comidas”. Lembra-se das sardinhas em salmoura que a avó Chica preparava, de o dia da Senhora da Guia ter o seu prato específico, de na Páscoa se fugir do peixe.

— O que se comia na segunda-feira de Páscoa, a segunda-feira do Anjo, na floresta não se esquece. Era sempre frango frito, rojões.

Era um costume muito enraizado na comunidade piscatória, ir para Argivai, onde se faziam os piqueniques, nas matas locais, juntando milhares de pessoas. “Ainda hoje, não trabalho na segunda-feira de Páscoa”, assegura Fernando.

Este gosto pela gastronomia foi alimentado cedo. Aos 14 anos, ainda estudante, mas “espicaçado pela vida”, queria crescer e foi trabalhar para um restaurante na Póvoa de Varzim. Da sua rede caxineira, carregava “o conhecimento de saber distinguir

os peixes e saber como apresentá-los". Com o passar dos anos, a experiência acumulada passou a uma certeza.

— Vai ser isso que vou fazer no futuro. Nos restaurantes onde me inseri tentei sempre trabalhar o produto, essa herança ligada ao peixe, ligada ao mar, de forma a proporcionar uma experiência completa, sobretudo no que toca à veracidade: fazer entender ao cliente que está a comer um bom robalo ou um bom cherne, e os processos por que passou até chegar a ele.

Isto implica não só saber escolher o peixe, ou como cozinhá-lo, mas também desenvolver capacidades comunicacionais. "Com amor e capacidade interpretativa, consigo fazê-los viajar", garante Fernando Pinho que diz só trabalhar com peixes do mar, sem recurso a produtos de viveiros. "Todos os dias ensino o cliente a comer bem, basicamente é essa ideologia", completa. E pega no exemplo do *sushi*, que chega do Japão.

— É uma forma lindíssima de apresentar esta história. Cruzar culturas, oceanos, continentes. Vê-se como a riqueza cultural dos nossos antepassados é tratada com carinho pela civilização na forma como é apresentada à mesa. Isso é que fascina.

Na sua opinião, Caxinas tem "uma variedade cultural e gastronómica muito grande, e com peixes até acessíveis". O gerente, de 34 anos, admite que nunca foi cozinheiro. Mas insiste que a narrativa desta comunidade instalada entre Vila do Conde e Póvoa de Varzim é atrativa.

— Vêm clientes de todo o lado para ter essa experiência. Para eles ir ao restaurante não é só para se alimentarem. Faço uma carta com sucesso só com as receitas que aprendi da minha avó, acrescentando-lhe uma caldeirada, um ensopado, peixe assado no forno. Sei qual é a altura certa para comer cada um deles.

Fernando admite que a restauração precisa dos turistas, com os quais Matosinhos trabalha muito bem, admite. Mas pretende que esta oferta seja desfrutada por portugueses, que estes possam "dar valor ao que é nosso" e entender como chegámos à ementa que os nossos antepassados foram apurando aos longo dos tempos. É desta maneira que pretende prosseguir a herança familiar. E se Vila do Conde e Póvoa de Varzim têm já espaços de restauração virados para a gastronomia local, como aquele em que trabalha, Fernando considera que há, nesse campo, uma lacuna nas Caxinas. Por isso, está a cozinhar um sonho.

— Sonho abrir, um dia, o meu próprio restaurante. E até já tenho o nome para ele: será o "Chica da Fama".

A avó, ao lado, sorri. Gosta da ideia, claramente.

Maria da Graça Rodrigues Torrão, Póvoa de Varzim

Fotografia Helena Flores, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto Ângelo T. Marques **Arquivo** Graça Torrão / AMVC



Quanto mar cabe numa fotografia?



Manuel Fernandes Torrão foi fotografado por Carlos Adriano na década de trinta do século passado na praia das Caxinas. O original, um negativo em vidro, pertence ao acervo da Foto Adriano, do Arquivo Municipal de Vila do Conde, e está identificado pelo n.º AMVC64473-T-5572.

Na multiplicidade de apelidos entranhados nas comunidades piscatórias da Póvoa de Varzim, Matosinhos e Vila do Conde, há alguns que se repetem mais comumente. É o caso de Torrão, sobrenome que ainda hoje é transportado por inúmeros munícipes dos três concelhos, muitos deles ligados ao mar, o que só por si confirma a forma como a pesca se tornou, ela própria, uma rede de relações familiares e sociais.

Quem conviva com as gentes do mar dos três concelhos certamente terá já ouvido este nome, se não conhece alguém das várias famílias em que ele perdura. E, nestas, há algumas “figuras de proa” – homens de fibra de antanho – que estão associadas a diversas façanhas no mar e cuja história ecoa ainda nas praias dos nossos dias.

Entre tantos Torrões, há um imortalizado por uma fotografia. Trata-se de uma imagem do pescador poveiro Manuel Fernandes Torrão no regresso da faina, tirada em plena praia das Caxinas, Vila do Conde, e que foi escolhida pelo diretor da Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, Manuel Lopes (já falecido), e pelo Núcleo de Amigos dos Pescadores de Matosinhos, Napesmat, para ilustrar o cartaz oficial das comemorações, na Póvoa de Varzim, do Dia Nacional do Pescador, em 2006.

É a mesma fotografia que foi reproduzida num painel de azulejos que pontificou num dos pontos de maior circulação de pessoas, na Avenida dos Banhos, na Póvoa, na fachada da casa de seu filho Alfredo, igualmente um respeitado homem do mar, com boa parte da carreira feita em Matosinhos. O posicionamento bem por cima da porta de entrada remete para um sentimento quase religioso, se tivermos em conta que em inúmeras casas da comunidade piscatória, tal espaço na fachada costuma ser destinado a imagens de santos e outras devoções.

— Segundo o que contava a minha irmã, Maria do Alívio, ela e o meu pai souberam que a fotografia estava em exposição no Porto e conseguiram obter uma cópia. Ela fez um quadro e o meu pai, os azulejos, que ficaram na casa até ser demolida. Nessa altura, ele ofereceu o painel ao Museu da Póvoa [na altura dirigido por Manuel Lopes].

Quem nos conta esta história é Maria da Graça Torrão, filha de Alfredo e neta do pescador fotografado nos anos trinta do século passado. A imagem que se tornou icónica na família – e é reconhecida por muita gente nos três concelhos – está muito para além de um mero retrato de um homem, pelo que nos diz daqueles dias, nestas comunidades piscatórias.

— O meu avô contava que certo dia, pelo caminho, lhe apareceu um senhor com uma máquina qualquer, que lhe pediu para parar um pouco. Não soube para que era aquilo, mas até chegou chateado a casa porque o atrasou. Só mais tarde é que soubemos que foi o momento da fotografia.

No livro *Mulheres do Mar... Mão de Sal*, lançado pelo Napesmat, a autoria da imagem é atribuída a um escrivão da capitania de Vila do Conde, de nome Vieira. Teria feito parte da “Exposição Colonial”, em 1934, no Palácio de Cristal. Mas a fotografia, cuja cópia aqui reproduzimos, e cujo original, um negativo de vidro, partido num dos cantos, está à guarda do Arquivo Municipal de Vila do Conde, pertence ao espólio deixado por Carlos Adriano (14.12.1906 – 16.06.2000), que, na peugada do pai, Joaquim Adriano, manteve ao longo do século XX uma conhecida casa de fotografia na cidade, legando-nos um interessante acervo sobre as comunidades piscatórias locais.

Manuel Lopes terá escolhido o perfil de Manuel Fernandes Torrão pela sua semelhança com as personagens de Raul Brandão, em *Os Pescadores*. Escrevia o diretor da biblioteca poveira: “No seu rosto sereno, sulcado e crestado pelo Sol e pelas nortadas iodadas das maresias, vimos desfilar não só o pescador poveiro, como também muitos dos que olharam o mar, desde a restinga até ao profundo de forma destemida, enfrentado o oceano espumante para matar a fome aos filhos.”

Filho de pescadores, Manuel Fernandes Torrão nasceu na zona norte da Póvoa de Varzim, em 1874, e casou por duas vezes: com Isabel Conceição, da família caxineira dos “Camaços”, com quem teve cinco filhos – Manuel, António, Luísa, Maria e Felicidade –, e, já depois da morte da primeira mulher, com Maria Rosa Silva. Deste casamento nasceram Alfredo Torrão e Manuel Torrão. Tendo habitado parte da sua vida em Matosinhos, o icónico pescador morreu nas Caxinas em 1946.

A descendência superou a meia-centena de netos espalhados pelos três concelhos. E é uma dessas descendentes, Maria da Graça Torrão, que, com 79 anos de idade e uma memória invejável, tem investido muito do seu tempo livre na Póvoa de Varzim a descobrir ainda mais ligações familiares em torno do apelido que lhe foi transmitido pelo pai, Alfredo Fernandes Torrão, também ele um pescador respeitado.

Nado (a 22 de outubro de 1909) e criado nas Caxinas, Vila do Conde, Alfredo casou com uma mulher da localidade, Isabel, com a qual teve uma menina, Maria do Alívio. Depois de

enviuvar, e contrariando os costumes da época, que diziam que “pescadores só casavam com mulheres da pesca”, Alfredo desposa uma costureira que residia no caminho que ele devia ter percorrido inúmeras vezes, na Rua 31 de janeiro, na parte sul da Póvoa de Varzim, junto à Igreja da Lapa e encostada já ao território de Vila do Conde.

Isabel (o mesmo nome da sua primeira esposa, curiosamente) era filha de um pescador emigrado no Brasil, Bento Rodrigues Mateus (que terminou os seus dias em Manaus a conduzir um barco de transporte), e de Rosa Gomes Bela, que acolhia na sua casa diversos familiares. Após o casamento, Alfredo e Isabel foram viver para as Caxinas, onde viram nascer os filhos Ilídio e Maria José, mas a partir daí a família cresceu em Matosinhos, a terra para onde ele foi trabalhar, nas traineiras.

Por exemplo, Maria da Graça nasceu numa pequena casa em frente à lota, na Ilha da D. Micas da Lã, assim chamada porque, logo na entrada desse aglomerado de casas, uma senhora vendia não só produto da ovelha, mas também meias e camisolas para combater o frio.

Maria da Graça nasceu em território matosinhense, mas foi batizada na Igreja Matriz de Vila do Conde e também lá registada. As irmãs, Maria Isabel e Maria Emilia (o mesmo nome de uma menina falecida antes, com meningite), e o benjamim Alfredo já vieram ao mundo em habitações relativamente perto do porto de Leixões.

Curiosamente, nenhum membro da prole viria a ter uma ligação direta à profissão do pai Alfredo. Nem mesmo os rapazes.

Ilídio, já falecido, seguiu a vida militar, enquanto o mais novo foi profissional da Segurança Social, depois de ter cultivado a paixão pela pesca submarina até que um problema cardíaco lhe interrompeu precocemente a vida, aos 39 anos de idade.

O afastamento dos filhos daquela que vinha sendo a atividade mais comum na família resulta, à época, de uma pouco habitual opção de Alfredo e Isabel de providenciarem estudos a todos.

Maria da Graça, por exemplo, andou um ano na escola primária de Matosinhos e, entre os oito e os 18 anos, esteve como aluna interna no Colégio do Sagrado Coração de Jesus, na Póvoa, o mesmo onde estudou a escritora Agustina Bessa-Luís. Depois, foi aprender inglês e francês para a cidade do Porto. Os irmãos e irmãs também foram para colégios e escolas, numa clara opção de criar uma alternativa à dura vida da pesca.



Alfredo Torrão, de óculos escuros, a acompanhar uma visita de Marcello Caetano à Póvoa de Varzim. Segundo a filha, depois de se instalar na cidade, na segunda metade do século XX, o pai juntou-se à luta pela melhoria das condições do porto de pesca poveiro, que teve como grande protagonista Vasques Calafate.



Alfredo Torrão, de oleado, à proa de uma pequena embarcação, um miranço, com um crustáceo na mão, numa fotografia de 1970, na Póvoa de Varzim.

É do tempo de meninice que Maria da Graça conserva as mais saborosas recordações.

— As brincadeiras nas bateiras [pequenas embarcações que levavam as tripulações para as traineiras] antes de ter sido construída uma lingueta em pedra, a azáfama da chegada da sardinha à lota e a distribuição das caixas de madeira para as fábricas [conserveiras], as crianças a apanharem o peixe do chão, a confusão das vozes... tudo aquilo me fascinava.

Um bulício que tentava apanhar logo após o almoço porque, nessa altura, a miudagem não podia estar em casa. Eram horas sagradas de descanso para o pai, que passava as noites na faina. O silêncio impunha-se até que o sonoro despertador da mãe retirasse do sossego o pescador para mais uma batalha. Também a ida para o mar tinha um ceremonial próprio e distintivo:

— O meu pai ia, como todos os mestres, sempre de fato e chapéu. E era sempre o último a entrar a bordo.

Em muitas circunstâncias, Graça ficava com Maria do Alívio a ver o barco zarpar e desaparecer na linha do horizonte.

— O meu pai também teve em Matosinhos um barquinho [para a captura] dos cações, que em Matosinhos não tinham grande valor. Mas na Póvoa sim, porque davam para secar. O peixe vinha numa camioneta que, mal chegava às Caxinas, começava a buzinar e só parava na lota da Póvoa. Eu adorava aquilo. Mas como a cabine ia cheia, tinha quase sempre de viajar atrás, escondida debaixo de uma lona, para a polícia não me ver.

Embora não soubesse ler nem escrever (foi um professor que, propositadamente, o ensinou a assinar), Alfredo Torrão teve sempre a ideia de que a melhor maneira de investir o dinheiro que ia amealhando na pesca era comprar imóveis. E mal pôde, adquiriu uma casa na Póvoa, com a frente para a Rua Latino Coelho, e um terreno, nas traseiras, virado para a Avenida de Banhos e o mar. Na totalidade da área conseguiu construir quatro residências que a mãe arrendava – “com serviço de roupas, louças e tudo o mais” – a turistas ou a outras pessoas que iam a banhos na Póvoa.

Maria Graça estava, por essa altura, a aprender com as freiras Doroteias, na Póvoa, mas quando chegava o período de férias lá tinha de rumar a Matosinhos porque nas casas poveiras era dada prioridade aos banhistas.

Era uma lufa-lufa em viagens de um concelho para o outro, canseira que, a determinada altura, se tornou excessiva, levando Alfredo Torrão a optar por fazer de uma das casas poveiras a morada principal da família. Isso permitiu que os filhos

cimentassem amizades na vizinhança – assim se formou na rua um animado grupo de jovens que fazia a praia no mesmo sítio. Era esse encontro no areal, o seu principal momento de distração, porque embora Alfredo Torrão passasse grande parte do tempo na faina em Matosinhos, quando chegava, ao fim-de-semana gostava de “manter a rédea curta” e, já se sabe, “quando o sol se punha, toda a gente tinha de estar em casa”. Exceção: nos dias de jogos do Varzim, e se o clube ganhasse, o pescador ia celebrar com os amigos, e as filhas lá tinham uma aberta para estarem mais um pouco com os amigos.

E é por causa desse grupo de jovens que Maria da Graça acaba por conhecer o amor da sua vida. Aconteceu numa segunda-feira de Páscoa, dia importante na história de Marcelino Passos e Margarida Viana, que mais à frente se conta. Naqueles anos, o espaço de liberdade em que se transformava o piquenique do dia do Anjo era propício à criação de laços que, nalguns casos, duraram uma vida.

O dia do Anjo

Convém explicar, sucintamente, que o tal dia consiste numa festa que, nos anos 20 do século XX, foi impulsionada pelo despike de duas bandas de música: a dos “Malhados” (Banda Musical A Poveira) e a dos Passarinhos (Sociedade Musical da Banda Povoense). A fusão de ambas deu origem à atual banda da cidade. O convívio nas bouças logo à saída da cidade, na freguesia de Argivai, cujo orago é São Miguel-o-Anjo, foi algo que pegou. Ainda hoje, muitos poveiros e vilacondenses reservam esse dia, ainda que noutras áreas florestais espalhadas pela região, para um piquenique e reuniões familiares.

Ora estava o tal grupo a apreciar a quietude campestre quando se aproximaram rapazes bem-dispostos. E “no meio daqueles todos”, só um, aos olhos de Maria da Graça, se destacou, “até porque tinha calças brancas e uma camisola azul”, recorda. Logo quis saber quem era tão garboso moço, e uma vizinha, a Julinha, meio a sorrir, lá lhe disse: “Aquele é o teu primo, mulher”.

Pois era mesmo Manuel Marques Torrão, que estava de férias em Portugal. Trabalhava, à época, em Moçambique como operador de maquinaria industrial junto ao porto de Lourenço Marques, para onde já tinha ido o seu pai, homem com o mesmo nome,



Um piquenique, que pode ser no dia do Anjo ou numa das muitas romarias frequentadas pela comunidade piscatória, por terras do Minho. O casal Isabel e Alfredo está atrás, à esquerda, com familiares e amigos. O homem de bigode é António Gavina, casado com Luísa Torrão, à sua frente, de roupa mais clara.



e primogénito de Manuel, o tal da fotografia icónica. Este filho do velho Torrão fora pescador nas águas africanas e, depois de um grave problema de saúde, abandonara o mar e tornara-se, por lá, funcionário municipal.

Moçambique foi, assim, o destino seguinte de Maria da Graça, que se casou com Manuel na Igreja de S. António da Polana, em Lourenço Marques, no dia 19 de setembro de 1965. E as três filhas que tiveram nasceram em períodos curtos entre si: Elisabete em 1966, Sónia em 1969, e Gilda no ano seguinte (Milton, formaria, em 1977 o quarteto, mas já na Póvoa).

Em Portugal, o pai de Graça, Alfredo Torrão, sofria com um progressivo problema de visão e preparava o abandono da pesca a bordo, após uma carreira cheia. Começou como contramestre num dos barcos da empresa A União (cederia o lugar ao irmão António) e seguiu-se, já como mestre, o trabalho nas traineiras *Sá da Bandeira*, *Senhora da Graça* – é dele a oferenda à Igreja do Senhor dos Navegantes, das Caxinas, da importante imagem alusiva à Senhora da Graça –, *Senhor dos Milagres*, *Senhora da Natividade*, *Fernando Mário*, *Jerusalém* e *D. Fuas*.

A maleita nos olhos terminou com a gesta em Matosinhos. Alfredo Torrão despe o fato de pescador de vez e muda-se para a Póvoa, onde assume exclusivamente o papel de armador.

Primeiro, da embarcação *Belo Dia*, e, mais tarde, da *António Paulo*, nome de um sobrinho. Torna-se, então, um dos rostos mais visíveis da reclamação pela melhoria das condições de segurança por parte da comunidade. Esteve ao lado de Vasques Calafate (1890-1963), um escritor e jornalista que, além de ter estado na origem da primeira Casa dos Pescadores do país, pressionou o Estado Novo a criar um porto de pesca, com as devidas condições, na Póvoa de Varzim.

Os momentos conturbados pós-25 de Abril fazem regressar Maria da Graça e as filhas para uma das casas na Póvoa e, passado pouco tempo, Manuel Marques Torrão também retorna à metrópole, deixando Moçambique para sempre. Os primeiros anos foram complicados. Nessa altura, o cunhado António Garrido, que tinha o conhecido Café Garrido, valeu-lhes, dando emprego a Manuel, que tinha todos os filhos a estudar.

Mas essa era também a vontade de Alfredo: “as meninas têm de estudar, se não puderem estou cá eu para ajudar.” E é já quando tem a vida estabilizada que o marido de Maria Graça acaba por falecer a 10 de janeiro de 2001.

Já Alfredo, depois de deixar definitivamente a pesca, na década de oitenta do século passado, concentraria o seu saber na gestão dos imóveis adquiridos. Acabaria por morrer a 8 de janeiro de 1991, com 82 anos de idade. A sua mulher, Isabel, viria a falecer a 14 de agosto de 1998, com 84 anos, na casa da Rua Tenente Valadim. Ele acabara os seus dias num dos apartamentos do prédio que surgiu no lugar das casas viradas para a Avenida dos Banhos. Uma torre que, num sinal dos tempos e da profunda mudança da paisagem urbana poveira, ocupou a antiga “casinha” dos aprestos, das ferramentas de trabalho e até da carrela para transporte das redes.

Salvaram-se os canários que, já depois de deixar os barcos, foram o grande entretém deste lobo do mar; as memórias da família, que Graça transporta, orgulhosa, pelo tempo adiante; e o painel de azulejos com o velho Manuel Torrão, que se tornou peça de museu na Póvoa, um dos três concelhos onde ele viveu.



O casal Isabel Mateus e Alfredo Torrão, numa foto de casamento. Isabel contou aos filhos que terão sido os primeiros a casar-se na Igreja da Lapa após a criação da paróquia com sede nesta igreja do sul da Póvoa, em 1935.

Israel Pedro da
Mata Cartucho,
Belmiro Tiago da
Mata Cartucho,
Matosinhos

Fotografia Joana Dionísio, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto Luísa Pinto **Arquivo** Família Cartucho



Nos genes, no mar e na vida: irmãos



Israel Pedro da Mata Cartucho
ainda passou pela pesca. Hoje
trabalha para os pescadores - e
não só - na estação salva-vidas
de Leixões.

Israel Pedro da Mata Cartucho tem 42 anos e há 15 que é patrão da Estação José Rabumba, em Leixões, onde comanda a lancha salva-vidas do Instituto de Socorros a Náufragos. Nasceu em Matosinhos e vive em Matosinhos, no Bairro dos Pescadores, na casa que era da avó, e foi eleito presidente da Associação de Moradores, parceiro do município na busca de melhores condições e mais investimentos para a comunidade que ali reside. Mas carrega nos genes outra herança trazida da Póvoa de Varzim, de onde é originária a família.

- Com tantas heranças que podia ter, fui logo ficar com a maldita doença. Israel Pedro tem paramiloidose, ou a doença dos pezinhos, como é conhecida por muitos. Com uma prevalência ainda relevante nestas três comunidades, é uma doença genética neurodegenerativa causada pelo depósito de pequenas proteínas anómalas nos nervos, no coração, nos rins ou no aparelho digestivo. É também uma doença irreversível e progressivamente incapacitante, podendo ser fatal sem o tratamento adequado. O tratamento passa necessariamente por um transplante de figado. Israel desconfiou que tivesse a doença quando estava a jogar à bola no quartel. Magou-se num gémeo, mas a dor não passou.
- Comecei a associar a dor com a doença que levou o meu pai. Fui fazer pesquisas. Mas o Dr. Google às vezes faz aqueles enganos.

Viver com a paramiloidose

A dúvida só aparentemente se desfez. A incerteza mói. E se não moeu Israel, naquele momento, acabou por afetar o irmão mais novo, Belmiro Tiago.

- Fiz os testes há 8 anos. Graças a Deus estou negativo. Foi quando comecei a ver o meu irmão a ficar cada vez mais fraco. Eu estava a ficar psicologicamente afetado. Tudo o que era cansaço, para mim, eram sintomas. Comecei a ficar preocupado e a refugiar-me no álcool. Até que cheguei a um ponto em que resolvi que não era vida para mim. Pesquisei onde poderia fazer os testes. São exames físicos, mas também psicológicos. Felizmente, quando recebi os resultados eles vieram negativos.

Foi depois dos testes de Tiago que Israel acedeu a fazer os seus. Fez as análises, e depois a contra-análise. Desta vez queria mesmo saber, ter a certeza.

- A doença manifesta-se normalmente quando se é mais jovem. Como é que a mim me aparece quando já tinha 30 e tal anos?

Enfrentar este diagnóstico trazia o peso acrescido de uma noção plena, vivida, do que seria a evolução e as consequências desta doença. Tanto Tiago como Israel lembravam-se bem de como foi a progressão da paramiloidose no pai. De ter sido um homem forte, um pescador corajoso, e de como foi enfraquecendo até ter de andar de canadianas, primeiro, e de cadeira de rodas, depois. Lembram-se de os amigos o virem buscar a casa para o levar aos jogos do Leixões. Lembram-se de o ter visto, uma última vez, na cama do hospital.

Eduardo Marques Cartucho começou a ter sintomas aos 21 anos e foi dos primeiros a receber um transplante de fígado nos hospitais de Coimbra. Morreu quando tinha 42.

Israel Pedro enfrentou o diagnóstico com a serenidade possível. E encontrou um dador compatível menos de um ano depois. Fez o transplante. Está bem. Prossegue o seu trabalho na Estação José Rabumba, em Leça, orienta ações de formação no Instituto de Socorros a Náufragos, vai à pesca quando tem saudades. Porque também foi pescador antes de se decidir a ficar em terra para salvar quem precisasse de auxílio no mar.

— Felizmente, o meu irmão é uma pessoa muito forte. É muito empenhado e organizado, aponta tudo, sabe tudo. E tem muita força, psicologicamente. Andou sempre longe de drogas e álcool, e isso é fundamental para depois avançar para o transplante. No caso do meu irmão, correu tudo bem. Acho que se fosse comigo, corria tudo mal. Tinha desistido.

Tiago diz que é muito diferente do irmão, Israel. Mas tiveram na juventude percursos muito parecidos. Aos 14 anos foram ambos para a formação, na antiga Forpescas, atual ForMar, com o objetivo de seguirem as pisadas do pai, serem pescadores. Como também o foram os avós e os bisavós.

Toda a família está ligada à pesca, tanto do lado do pai, Eduardo Cartucho, como do lado da mãe, Maria do Céu Gomes da Mata, que tem laços familiares com Carlos Areias, (pág. 78), e com José Maria “da Música (pág. 204). No caso dos avós paternos, as origens estão na Póvoa e em Vila do Conde; no caso dos maternos, na Póvoa e em Espinho. Numa determinada altura, vieram todos para Matosinhos, para trabalhar num porto onde se pudesse ir ao mar todo o ano – recorda Israel.

O pai de Israel veio comandar o barco do seu próprio pai. A mãe trabalhava em terra, nos armazéns. Todos trabalhavam à volta do mar e das tarefas que ele envolve. Israel entrou na Forpescas, mas não descansou enquanto não concluiu o secundário. E está

inscrito na universidade, a tirar o curso de Direito. Gosta sempre de saber mais, sobretudo de conhecer os seus direitos.

Tiago assume que não gosta de escola, não gosta de estudar, não gosta de livros. Tem o nono ano de escolaridade, tirado na escola de pesca, e sempre com estágio em barcos, pelo meio. Israel começou aos 17 anos, foi pescador durante oito anos, andou na pesca da sardinha e na pesca artesanal. Tiago também começou com 17 anos, e descontando alguns intervalos em que trabalhou numa empresa de dragagens, é pescador até hoje. É tripulante da traineira *Portugal Jovem*, uma embarcação de Viana, cujo mestre é de Matosinhos, e que trabalha muitas vezes na zona de Sesimbra.

A pesca é uma forma de vida

— Toda a gente diz que a vida de pescador é difícil. Mas ser agricultor ou serralheiro também terá as suas dificuldades. A pesca é uma forma de vida. E quando somos criados nessa forma de vida não há nada a que se ache estranheza. Está tudo dentro do nosso quotidiano. Quando vimos de outra experiência ou de outra tradição é que pode haver estranheza. Mas depois adapta-se, entranha-se. Enraíza-se de tal maneira que custa abandonar. A pesca é mesmo isso. Duvido que haja um indivíduo que tenha pisado o convés de uma embarcação de pesca e tenha trabalhado na pesca, que não senta saudades do mar. Nenhum indivíduo consegue ser assim.

As certezas de Israel Pedro, assim ditas, baseiam-se na sua experiência. Chegou a tentar entrar na escola da GNR ao mesmo tempo que fazia a formação para entrar na Marinha, via ISN. Mas quando teve de escolher, optou pelo mar. Tiago também não conseguiu ficar nas dragas, em Viana do Castelo, por onde passou, em 2010, numa altura em que “o peixe andava fraco e rendia pouco”. Andou lá um ano. Voltou à pesca. No ano passado voltou outra vez, mas acabou por desistir. Afinal, aquilo de que mais gosta é de navegar.

— A pesca tem dias difíceis. Mas dificilmente troco, não me estou a ver a conseguir trabalhar em terra.

Tiago já enfrentou situações de algum perigo. Uma maré, numa noite em que o mar estava muito bravo, ao largo da Aguda, e lançaram a rede numa zona perigosa.

— O mar estava a partir mesmo em cima de nós. Passámos por momentos um bocado complicados. Tivemos de cortar a rede, e um barco parceiro veio ajudar-nos.

Nessa situação em concreto, admite que chegou a estar em perigo. Mas nem dessa vez foi necessário pedir ajuda da lancha dos pilotos. “Ainda bem”, sintetiza. Israel já perdeu a conta ao número de pedidos de socorro que recebeu e às operações de busca em que participou. Ainda não aconteceu, mas está sempre com receio que chegue o dia em que, nos apuros a que é chamado a intervir, esteja alguém que lhe é muito próximo do outro lado do pedido de ajuda.

— Aprendemos, no exercício da profissão, a sermos fortes, a tentarmos viver uma vida normal, a ter um emprego como todos os outros, uma profissão em que é preciso desligar. Mas e se eu me desligar numa altura em que é o meu irmão, a minha gente que precisa de mim? Como é que eu viveria com isso?

Depois de Eduardo Cartucho morrer, a mãe de Israel e Tiago voltou a casar, deu-lhes um terceiro irmão.

— Damo-nos todos muito bem. Amo a minha família.

A frase é de Israel. Mas Tiago também a exprime, por outras palavras. Continuam todos a viver no Bairro dos Pescadores, um complexo que, quando começou a ser construído, em 1948, ficava numa periferia, em Manhufe. Hoje em dia é muito central, perto da câmara municipal e da Igreja do Bom Jesus de Matosinhos. Tiago vive com a companheira e um filho de três anos – Eduardo Cartucho, como o avô – num anexo junto à casa da mãe. Israel Pedro está a maior parte dos dias na estação José Rabumba, no porto de Leixões, onde também passa muitas noites, sempre que está de turno. Mas está sempre que possível naquela que era a casa da avó, no bairro dos Pescadores.

— Aquilo está imaculado, como se a minha avó fosse viva. Não há como aquela sensação de entrar num sítio e saber onde está tudo, como tudo se passou. Gosto de abrir aquela persiana aos buraquinhos, de beber um copo de porto branco, de ouvir uma musiquinha. Ganho ali muitas energias.

Erguido, como outros complexos semelhantes em vários pontos da costa, para apoiar as comunidades de pescadores, o bairro foi inaugurado pelo Almirante Américo Tomás, em 1964. Desde então, poucas ou nenhuma obras foram feitas. “E isso incomodou os moradores, mesmo que eles sejam cada vez menos”, explica.

Israel Pedro, que ainda não é o dono da casa, mas continua a pagar a renda à câmara municipal, como fazem muitos dos moradores, conta que as pessoas começaram a falar entre si, e quando se levantou a hipótese de criarem uma organização que

ganhasse poder reivindicativo para se bater pelos interesses dos moradores, o dinheiro necessário apareceu.

— Eram precisos 350 euros para registar a associação, fazer tudo direitinho como deve ser. Deixámos uma lata para receber os contributos de quem quisesse ajudar e em menos de uma semana apareceu o dinheiro. As pessoas interessam-se.

Agora, enquanto presidente da associação, está a trabalhar com o município no processo de requalificação do bairro. E insiste ser importante que se continue a respeitar a comunidade piscatória e as suas necessidades.

— Aquela é uma comunidade especial, com necessidades especiais. Porventura, ninguém se chateia se houver barulho à noite. É à tarde, a seguir ao almoço, que os pescadores precisam de silêncio, de estar a descansar antes de ir para o mar.

Há cada vez menos pescadores no bairro. Aliás, há cada vez menos pescadores em Matosinhos, concretiza Belmiro Tiago. Em contraponto, quando era criança, “a romaria” de pescadores que saíam do bairro até ao porto de Leixões era de tal forma expressiva que parecia “um cortejo”. Agora, atira, haverá poucas dezenas de homens que continuam efetivamente a andar ao mar.

— A maioria dos pescadores que trabalha em Matosinhos vem de Vila do Conde ou da Póvoa de Varzim. Os barcos são de lá, a tripulação é de lá, mas os barcos entram e saem aqui, em Matosinhos.

É o caso do barco em que trabalha atualmente, o *Portugal Jovem*, uma traineira do cerco que é, usando uma expressão típica do sector, um dos barcos “campeões”. O proprietário é, como outros, da Póvoa de Varzim, mas o mestre da embarcação, José Ferreira, é de Matosinhos.

Tanto Belmiro Tiago como Israel Pedro explicam que muita coisa mudou na pesca desde que ambos começaram a andar ao mar. Segundo Belmiro Tiago, as condições de trabalho têm vindo sempre a melhorar para os membros da tripulação. E não é só porque haja melhores condições de naveabilidade e segurança nas embarcações. O facto de haver uma imposição de quotas diárias permite que haja menos peixe para descarregar, afastando-os das duríssimas jornadas de trabalho dos seus antepassados.

— Quando o barco chega ao cais ainda há muito trabalho pela frente, é preciso descarregar o peixe, mas agora as quantidades são muito menores. Descarregar cem cabazes é uma brincadeira. Vamos rápido para casa, e levamos sempre peixe fresco connosco.





A ligação dos dois irmãos ao mar é intensa e vem desde a juventude. Com o estado de saúde de Israel estabilizado, o irmão ainda pensa em adquirem, juntos, um barco.

Israel Pedro ainda gasta alguns dias das suas férias para ir ao mar e acompanhar a tripulação dos barcos. Não apenas para matar saudades – que as tem, assume – mas também para conhecer eventuais mudanças em processos, novidades a bordo, informação útil para quem lidera um salva-vidas.

— Estas viagens não servem só para tirar fotografias para os meus álbuns pessoais. É importante conhecer os barcos e os processos. Se um dia recebermos um pedido de ajuda de algum deles, perceberemos melhor o que, eventualmente, se passou.

Às vezes são chamados para ir buscar um pescador que ficou preso num guincho ou num alador, ou para acudir a casos de membros fraturados, quedas a bordo com desmaios, perdas de consciência momentâneas.

— Quando vamos ao mar buscar um colega de pesca, sabemos exatamente o que se passa, já estivemos naquela situação, sabemos o que se está a passar, imaginamos o quanto está a sofrer. O grito que se ouve diz tudo. Queremos que a lancha voe até lá, mas não é possível – às vezes, demoramos duas ou três horas a lá chegar, depende de onde estão. Por outro lado, queremos vir a voar para cá, mas temos de vir agarrados à água, e a ouvir, a cada salto, a cada onda, os gemidos de quem sofre... É sempre difícil.

Israel Pedro lembra-se de um caso em particular que o marcou, no dia 11 de novembro de 2011. Foi o naufrágio do *Mar Amigo*, que tinha 15 homens a bordo.

— Quando vemos um homem que podia ser meu avô a ser resgatado a bordo de um salva-vidas e a primeira coisa que faz é ajoelhar-se e beijar o convés do barco... É uma imagem que fica perpetuada na memória e não precisa de nenhuma legenda. Posso ser o melhor romancista. Mas não dá. É a imagem que fica. Aquela embarcação pode ser abatida ao efetivo, ser desmantelada, mas já está perpetuada. As embarcações têm alma.

Por mais experiência que tenha, há casos em que Israel Pedro admite que sofre. O pior em que esteve envolvido, admite, foi no desaparecimento de uma criança de quatro anos, levada por uma onda que surpreendeu tudo e todos na praia da Quebrada.

— Foi em 2007. Hoje em dia, o Diogo seria maior de idade. Lidar com o sentimento de perda de uma mãe não é fácil. Andar um dia todo à procura, chegar ao meu local de trabalho para descansar e ter uma mão cheia de nada para lhe dizer... É muito duro.

Apesar de a vida de ambos estar completamente centrada em Matosinhos, tanto Tiago como Israel vão muitas vezes à Póvoa e a Vila do Conde, onde têm família “que nunca mais acaba”.

Belmiro Tiago vai muitas vezes ao cemitério da Póvoa visitar as campas dos seus entes queridos: “o avô Belmiro, a avó Maria, o tio João, a tia Fátima”. E vai, claro, visitar muitos amigos que fez nas muitas tripulações que integrou. Ou então vai mesmo trabalhar: na altura do defeso, em que o *Portugal Jovem* não vai à sardinha, esta, como outras traineiras, sobe à carreira para os trabalhos de manutenção anuais. Nessa fase, Belmiro Tiago vai todos os dias para os estaleiros de Vila do Conde ajudar em algumas tarefas.

Israel Pedro vai à Póvoa e a Vila do Conde para visitar amigos e já fez por lá um bom negócio.

— Quando precisei de comprar um carro, onde acha que fui? Às Caxinas, claro. As pessoas que fazem parte das comunidades piscatórias são honestas, simples e confiáveis. Não precisamos de andar com papéis. A palavra é quanto basta.

Percebe-se, ao longo da entrevista, que a ligação entre Tiago e Israel é muito forte. E Tiago ainda não desistiu de, um dia, vir a ter um barco com o irmão. Já têm pensado nisso, e até chegaram a ver uma embarcação para comprar.

— Foi na altura em que não tínhamos a certeza se tínhamos ou não paramiloidose, e não avançámos com nada.

Agora Tiago tem a certeza de que “está limpo” da doença, e que Israel reagiu bem ao transplante. Comprarem um barco, a dois, pode voltar a ser uma possibilidade em cima da mesa. Dois irmãos juntos pelos genes, pelo bairro, pelo mar. Pela vida que lhes é dada a viver.

Jaime da Silva
Pontes,
Caxinas,
Vila do Conde

Fotografia Luís Ribeiro, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto David Mandim **Arquivo** Família Pontes



Um búzio chamado Jaime



O Caximar, de 1980, foi o barco mais conhecido de Jaime Pontes. Aqui o vemos embandeirado, para as festas do Senhor dos Navegantes. A procissão foi retomada em agosto de 1988, depois de 16 anos de interrupção.

A voz sai-lhe sempre forte. A Jaime da Silva Pontes – outro Fangueiro, como Maria Antonieta Nunes (ver pág. 64), a quem se esqueceram de pôr lá no meio este sobrenome – não é preciso que o encostemos ao ouvido para escutar o mar. Aos 78 anos, ele ecoa, sonoro, a cada palavra, engrossado por uma vida plena de histórias e de navegações por geografias várias. Inspirado pelo escritor colombiano Gabriel García Márquez, este caxineiro repete, a cada viagem pela sua memória: “Vivo para contar”. Decorria a II Guerra Mundial quando Jaime – “Pião”, de alcunha – nasceu nas Caxinas, no dia 10 de um frio mês de dezembro de 1943. Os pais e os avós – tanto os paternos, Pontes, como os maternos, Fangueiro – também eram naturais deste lugar, num tempo em que, a sul da igreja “ainda não havia muitas famílias, mas já eram algumas”. A memória, muito alimentada pelos relatos de familiares próximos, leva-o aos pormenores mais ínfimos com mais de oito décadas.

— Nasci numa casa aqui na rua principal, que no meu tempo de rapazinho era a única rua e hoje é a Avenida Dr. Carlos Pinto Ferreira. Era tudo em areia, depois apareceu o saibro. Só depois de me casar é que apareceu o paralelo no chão. Quando era miúdo morava na Rua da Praia, que era conhecida como a Rua do Pilado.

Jaime Pião abre um parêntesis e explica que o pilado é um pequeno caranguejo que era apanhado pelos pescadores caxineiros quando não era o tempo da sardinha. Sempre que pressente que o seu interlocutor é alheio à mundividência em que navega, trava e abre o mapa das palavras. Estamos na presença de um excelente contador de histórias. Seja numa roda de amigos ou em centenas de publicações do Facebook, em páginas dedicadas aos navios da pesca à linha, do bacalhau, ou às traineiras antigas de Matosinhos – algumas que o próprio criou e alimenta –, recordar é, para Jaime Pontes, um alento.

— Os pescadores iam buscar o pilado com uma rede própria. Nesta zona há em grande quantidade, sobretudo mais para Norte, até Esposende. Os barcos vinham do mar, carregados, e as mulheres enchiam os cestos grandes de verga, traziam-nos desde a areia, subiam a rampa de pedra e depois vinham pela Rua do Pilado, que era em areia, que já estava fixa, não era daquela fininha. Cada embarcação tinha um monte de pilado, pela rua fora, e depois vinham os lavradores carregar. Era o melhor adubo naquele tempo. O sargaço e o pilado eram muito usados pelos lavradores.

Entravam os carros de bois pela rua, e até havia episódios caricatos. Jaime Pontes recorda-se de a irmã estar a dormitar no

passeio quando um boi teve uma reação mais agressiva e lhe deu uma patada na cabeça. “Ainda passou mal”, recorda o irmão. Às Caxinas, os carros de bois chegavam com lenha – era a troca direta. “Levavam o pilado e deixavam achas de madeira, para meter no fogão”, descreve.

Desses tempos de menino, guarda boas recordações, e fala deles como se fossem vividos hoje.

— Éramos felizes e não sabíamos, como costumo dizer. Era só levantar da cama, descalço – no meu tempo era pé-descalço –, roupa um bocadinho rasgada, que a mãe estava sempre a remendar, e correr logo para a praia. Usava-se uma lata qualquer de folheta e escavava-se para fazer um navio, para brincar na água do mar. Ou ia apanhar uns polvitinhos. Naquele tempo tinha sempre de levar qualquer coisa para casa. Era o polvo ou então uns peixes do penedo – lulões, aqueles peixes vermelhos, ranhosas – ou levava uma giga para lapas, ouriços ou mexilhão.

Com este cenário desenhado, Jaime Pião muda o tom de voz como quem anuncia uma verdade.

— Só passava fome quem queria. O penedo dava sempre. Dizia-se: “Vai ali ao penedo”. O meu avô materno assim me ensinou. Foi meu professor em tudo. Comecei a ir ao mar com ele aos dez anos, pescar faneca com uma linha de mão, até ser, aos 12 anos, profissional de pesca.

Fugir da escola para ir ao mar

Nessa altura, já tinha feito a escola primária. Com uma precisão enciclopédica, desfia ano a ano o seu percurso escolar, e o nome das três professoras e do professor com quem se cruzou nos quatro anos em que se sentou – a custo – nos bancos da sala de aula. Da quarta classe, recorda-se bem dos esforços de uma professora da Póvoa, Zulmira, para que ele, uma enguia sempre a escapar para o mar, conseguisse completar o ensino primário.

Era uma “grande senhora”, descreve, recriando os diálogos de há 70 anos. “É dos poucos alunos que tenho que aprende, é uma maravilha”, disse a professora na ocasião em que foi a casa da família. Logo Jaime muda o timbre e fala como se fosse o pai, a responder à professora: “Ó minha senhora, às vezes vou para o mar e ele aparece-me debaixo do barco.”

Aconteceu mais que uma vez. O pai só dava conta que Jaime estava a bordo quando estavam já no mar. Ele lembra-se bem da reação do progenitor, de quem herdou o nome.

— O meu pai dizia: “Ó desgraçado, tu não tens roupa nem tens nada, e estás descalço. Como é que vais passar a noite?”

Jaime explica que percebia, pela preparação das redes, que iam pescar para longe, “ali para Espinho, Ovar, Torreira”. Os homens iam preparados com botas e roupa de oleado, e o rapaz, com a roupa de criança no corpo, escondia-se no leito do barco.

— Só surdia quando já estávamos longe, quando não havia hipótese de me mandarem embora. Tinha um viver sempre apegado ao mar.

Nada que impedisse, faz questão de vincar, de ter sido “um bom aluno”. E a professora Zulmira sabia disso e foi convencer o pai de Jaime a deixá-lo ter lições em sua casa para poder ir a exame. Descalço, lá ia Norte adentro, com o saquinho de lona às costas, para a casa dela, na Rua dos Ferreiros, perto da estação de comboios da Póvoa de Varzim. O empenho era tal, conta, que a professora “meteu um cão grande” ao pé dele. “Parece que estava ali a tomar conta para eu não fugir”, interpretou. O certo é que deu resultado. Ele fez o exame e passou.

“A minha meninice foi isso”, resume. Acabada a escola, parecia que já era um homem, apesar de só ter dez anos. “Saí e foi logo mar, mar”, enfatiza, com uma pausa soridente. “Nestas veias corre o sal do mar.” Com 12 anos já era profissional, mesmo sem cédula, que só obteve aos 14 anos.

— Ia com um bilhetinho do cabo de mar José Tato, da escola de pesca que havia numa sala do prédio do Salva-Vidas [das Caxinas]. Foi um grande homem, que nos ensinou muito, nessa escola.

Jaime Pião exemplifica a forma como o cabo de mar ensinava, com pequenos barcos sobre uma mesa, como se desviavam as embarcações no mar. Não era fácil conciliar a faina com a escola. Ele e outros da sua idade passavam a noite no mar, à sardinha, e de manhã, “carregados de sono”, iam aprender as artes da pesca com este “formador” que usava uma cana para “despertar” os mais sonolentos.

Nunca conheceu o avô paterno, António Ribeiro Pontes, de quem herdou a alcunha, e que morreu aos 35 anos, depois de ter feito 15 viagens ao bacalhau. Nas Caxinas, tinha dois barcos na praia, um para sardinha e outro para o pilado. A sua história foi contada a Jaime pelo tio Francisco, o Chico Pião.

— Uma vez, vinha do mar, da sardinha, no barco a remo. Chegaram à barra com o mar muito vivo: o meu avô e mais quatro homens a remar. A meio da barra, o homem do remo do meio, o mais forte, partiu o tolete de madeira. “Tira fora e mete já um de ferro”, disse o meu avô. Mas a parte





Jaime e Maria de Lurdes casaram-se em 1965 nas Caxinas, comunidade onde vivem e onde, desde a juventude, este pescador se dá às cantorias nos grupos de amigos, durante as festas (em cima, à esquerda, de óculos escuros). À esquerda, em baixo, vemos os pais da noiva ao seu lado e, ao lado de Jaime, o seu pai e a madrinha e tia, Georgina, a Gina do Pião.

que ficou partida não saía e o meu avô foi lá com os dentes, para tirar o tolete. E puxou, puxou por aquela fita de eucalipto, até que aquilo cedeu. Mas ele partiu a queixada.

Foi um ferimento grave e, acrescenta o neto, o tratamento, com recurso a “borato, não resultou”. A infecção piorou e António começou a perder a visão. “Ainda andou ao mar dois meses, mesmo cego. Meses depois, morreu”, rememora o neto. O avô deixou oito filhos. O pai de Jaime era ainda um rapazito.

— A minha avó Amélia teve de os criar. Conseguiu colocar as três filhas mais velhas na seca do bacalhau. Os dois barcos que eram do meu avô foram para o mar, um com o meu tio Chico Pião. Ele lá se governou.

O pupilo do *Fangueiro Velho*

Do lado materno estava Manuel da Silva Fangueiro, avô e seu grande professor. O Fangueiro “Velho”, imortalizado pelo fotógrafo vilacondense Carlos Adriano, ao lado da mulher, Bertelina Clara, numa fotografia que publicamos na página 24 deste livro, é antepassado de muitos caxineiros. Só netos, contabiliza uma prima de Jaime, Maria da Luz, serão 60. E na sequência destes...

— O meu avô deu mais de 30 viagens ao bacalhau e eu só dei sete e fiquei farto. Naquele tempo era só lugres à vela, e ele mesmo assim, deu 33 viagens de seis meses cada uma!

Jaime Pião não se cansa de elogiar este avô que morreu aos 74 anos, mas recorda, do tempo de rapaz, que os mais velhos “estavam queimados” dos muitos anos da pesca do bacalhau e do estilo de vida. “Bebiam muita aguardente, ficavam acabados cedo.” Foi sobretudo com o padrinho Fangueiro que andou à pesca da sardinha e da faneca, apesar de também o fazer com o pai, Jaime Correia Pontes, quando este não estava nas campanhas da pesca do bacalhau.

— Era dos melhores pescadores das Caxinas, era dos melhores bacalhoeiros. Era “especial” [classificação dada aos que pescavam mais]. Diziam aqui os caxineiros que o meu pai era bruxo do mar: “O homem vai para o mar e vem sempre cheio de peixe”. No bacalhau, era a mesma coisa, vinha sempre com o bote carregado.

Quando Jaime tinha 15 anos, o pai foi para Moçambique numa cooperativa de poveiros e caxineiros, seguindo o percurso de vários pescadores dos dois concelhos.

— Eram 19 ou 20 homens. *Luz Divina* era a cooperativa, e posso dizer que era a traineira que mais peixe trazia para terra. Tudo era pescado à linha, à força de braços, a apanhar peixe grosso: robalo, garoupa e pargo marreco. Um ano depois, o meu pai chama por mim. Viajei no paquete *Pátria*. Fui ganhar mil escudos por mês, e a intenção do meu pai era bonita. Quando eu fizesse 18 anos, iria concorrer à capitania para ser marinheiro ou cabo de mar. Foi isso que muitos poveiros fizeram.

O pai acabou por regressar a Portugal sem concluir a campanha e Jaime, com 17 anos, ficou. Vivia na zona de Lourenço Marques (Maputo), onde estavam um tio, um primo e muitos pescadores da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde. Nomeia logo os barcos cooperativa que operavam nas águas do Oceano Índico: *Senhor dos Milagres*, *Gabriel Teixeira*, *Esperança*. E na Beira, no Norte, também havia barcos de poveiros e caxineiros, recorda. Com 18 anos feitos, a aguardar concurso na capitania, rebenta a guerra.

— Era 1962, e nessa altura eu gostava daquilo. De estar ali, sempre quentinho, de calção e camisinha de meia manga. Adorava, tinha mar. Até que ouvi na *Rádio Clube de Lourenço Marques* que pediam voluntários para a guerra. “Isto é nosso, temos de defender isto”, ouvia-se. E aquilo martelava na cabeça. Fui alistar-me como voluntário. No quartel-general um capitão olhou para mim e disse: “Sabe o que está a dizer? Está maluco, pá? Dê-me a direção dos seus pais. O seu pai vai receber uma carta.”

O oficial acabou desta forma por corrigir a trajetória de vida do jovem Pião. Apesar de o pai não saber ler nem escrever, a tia Manuela leu a carta e escreveu de volta. “Ele que se venha embora ou vou lá buscá-lo” – dizia Jaime Correia Pontes.

A passagem custou-lhe quatro contos e 300, quase tanto quanto os quatro contos e seiscentos que o rapaz amealhara. Viajou com outros três rapazes das Caxinas no *Moçambique*. De regresso a Portugal, precisava de organizar a sua vida profissional. O pai pescava, então, nas Caxinas, mas como a mãe, Aurora Fangueiro, tinha três irmãos como mestres em Matosinhos, aconselhou o filho a ir falar com um deles, o tio e padrinho do rapaz, Américo Fangueiro. Com lugar garantido, acabou a safra da sardinha na traineira *Vilarinha*.

Mas era tempo de acrescentar novos mares ao seu percurso e, com 19 anos, Jaime foi para a pesca do bacalhau. O rapaz que em Moçambique queria ir combater, agora escapava à guerra, por via do decreto n.º 13:441, de 1927 que, para atrair mão-de-obra, incorporava na reserva naval os mancebos que fizessem “pelo menos seis campanhas” na Terra Nova e Gronelândia.



Nestas comunidades feitas de longas ausências dos pescadores, era hábito mulheres e homens deixarem-se fotografar, para enviarem retratos ao marido e à esposa, como se vê acima e à direita. Quando Jaime regressou a Portugal, depois de uma segunda passagem por Moçambique, o Caximar, à esquerda, foi o grande projeto da família.



— Depois de querer ir como voluntário, agora fugia. Abri os olhos, a mente começou a trabalhar melhor e já pensava: “A guerra não é minha.”

A escolha parecia óbvia para um habitante de uma das maiores zonas de recrutamento de bacalhoeiros do país, descendente de alguns dos melhores. Mas encontrar vaga num navio foi mais difícil que o esperado. E a situação por que passou mostra como nem sempre a solidariedade chega de onde se espera.

Em cada navio, os pescadores “maduros” tinham um papel na recomendação de jovens, os “verdes”, para completar as tripulações. No mar, tinham de os acompanhar nesses tempos de aprendizagem até que eles pudessem pescar autonomamente, no seu dório. Antigo pescador do navio-motor *Avis* – do qual fora sempre um dos melhores pescadores, campanha após campanha – o pai de Jaime abrira as portas da faina maior a vários rapazes da terra. Mas, na hora de procurar quem lhe levasse o filho, não encontrou quem retribuisse o favor.

Com o jovem a ver-se já aflito, perspetivando a mobilização para a guerra do Ultramar, valeu-lhes um antigo companheiro do pai, de fora das Caxinas. Nos primeiros meses de 1954, David Reis, “Farrimão” de alcunha, percorreu o caminho entre Vila Chã, na margem sul do rio Ave, e Caxinas, com a mulher e um filho nos braços, em busca de um homem que, disseram-lhe, o poderia ajudar a ir ao bacalhau e a livrar-se da tropa. Jaime tinha onze anos e recorda-se daquele casal de desconhecidos a entrar-lhes pela casa, na atual Rua da Praia, e de como o pai se comoveu muito prontamente com o pedido de ajuda.

O verde que conquistou o capitão

David Farrimão acabou por se tornar, como Jaime do Gigas, um dos bons pescadores do *Avis*. Ainda andava nesse navio, em 1963, e ainda agradecido pelo gesto do antigo companheiro, passado quase uma década, retribuiu. Na sede da Companhia de Pesca Transatlântica, a resposta era quase a mesma. Já havia verdes que chegassem, a bordo, e não havia como levar o rapaz. Com a situação militar já resolvida, David ameaçou não seguir viagem, e só perante a perspetiva de perder um excelente pescador, a empresa recuou e admitiu o candidato.

— Isto é lindo. O meu pai fez tudo para levar aquele homem que lhe entrou pela casa dentro e o David não se esqueceu.

Era um rapaz ainda fonzinho e pequeno quando, em 1963, fez a primeira viagem, saindo de Lisboa, no *Avis*. O capitão Vitorino Ramalheira, quando o viu a matricular-se, alertou-o de que aquilo era “para homens de barba rija”. Mas a lição ia bem estudada.

— Saí de casa com todas as instruções dadas pelo meu pai – como remar, como andar de vela num bote, como largar a linha. Era já um maduro. Aos de segunda linha dos verdes, dei diferenças de 20 ou 30 quintais, e aos outros, muito mais. Um dia, o capitão chamou-me e lá fui à ponte: “Enganaste-me. Tenho um pescador das Caxinas como tu e eu dava por ele. E saiu-me ao contrário, foi a última linha. Tu vens e dás uma sapatada nisto tudo. Ainda deste diferença a muitos maduros” – disse-me.

Foram sete viagens, realizadas até 1969, com dois naufrágios pelo meio, sem vítimas – misteriosos curto-circuitos provocavam incêndios a bordo de velhos navios, quando os pescadores estavam fora, a pescar, e outros navios da frota recolhiam a tripulação. Nos intervalos do bacalhau, descansava um dia ou dois e ia de comboio para Matosinhos arranjar uma traineira para fazer meia safra ou até um quarto de safra.

Chegou a andar na traineira do tio Manuel Pontes e ainda trabalhou com outro mestre, em Matosinhos. Nessa altura, lembra, havia muitos bacalhoeiros e a disputa por uma vaga nas traineiras era grande.

— Saímos ao domingo às dez da noite e ficava-se lá a semana toda. Dormíamos e comíamos a bordo do barco. O dinheiro que ganhava vinha todo direitinho. Era por quinzena que se trabalhava.

Ao contrário de muitos outros homens da Póvoa e de Vila do Conde, Jaime nunca morou em Matosinhos, o que não o impediu de cultivar boas amizades, no convívio, no café, a jogar dominó. Leixões, que “foi sempre o melhor porto de abrigo do Norte”, haveria de se tornar muito importante no seu percurso profissional, mais tarde.

Quando partiu no *Avis* para a terceira viagem, em 1965, Jaime já era casado com Maria de Lurdes Gomes Ribeiro, filha de Alzira Gomes e de um pescador das Caxinas, Arnaldo Gonçalves Ribeiro, que também andara nas cooperativas de Moçambique. Lurdes trabalhava desde os 16 anos como operária de conservas. Primeiro, na fábrica Oceania, em Vila do Conde, e, depois, na Exportadora, na Póvoa de Varzim.

Conheceram-se durante os passeios na Póvoa de Varzim. “Foi na Rua da Junqueira que engatei a minha mulher”, diz Jaime,

antes de se rir e de se interrogar sobre o uso do verbo engatar. Do casamento nasceram dois filhos, Arnaldo e Celeste. O rapaz, hoje com 56 anos, começou como pescador, com o pai, mas hoje trabalha nas plataformas de petróleo do Mar do Norte.

Após os sete anos no bacalhau, Jaime Pontes ainda regressou a Moçambique. Já com 28 anos e muita experiência para trás, trabalhou por lá como mestre. Quando saiu de África, quatro anos depois, em 1975, já vinha preparado para governar o seu próprio barco. Começou ainda nessa década, com o *Jaime Pião*, com o qual andou uns quatro anos. Mas a embarcação era “velhinha e metia água”. O casal já tinha os filhos a crescer, e o tempo pedia mais ambição.

— Em 1980, fiz o meu próprio barco, o *Caximar*, onde trabalhei vinte anos. Operava desde a costa de Caminha até à Figueira da Foz. Tinha 14 metros e foi feito no estaleiro do Samuel, em Vila do Conde. Trabalhava com cinco ou seis homens, na pesca costeira, com mais dois ou três em terra. Toda a tripulação era caxineira.

Com o *Caximar* “muita vida foi feita em Matosinhos”. As carrinhas de transporte já faziam correrias diárias entre as Caxinas e Leixões, onde o barco aportava carregado de “faneca, polvo – muito polvo – e congro. E entre janeiro e março, era robalo: toneladas de robalo”. Ao fim-de-semana o barco ficava sempre em Vila do Conde. Nesses tempos, Aveiro também se foi tornando numa opção para quem procurava pesqueiros mais a Sul, e Jaime chegou a operar uns sete anos a partir daquele porto. Em meados dos anos de 1980, Portugal entrava na CEE, e a forma de ver a pesca mudava profundamente. As quotas e os tamanhos mínimos de captura confundiram os pescadores. E quando surgiu a necessidade de dar voz aos armadores, Jaime Pontes deu a cara pelo setor.

— Fui fundador e o primeiro presidente da Associação de Armadores de Pesca do Norte, a AAPN, durante quatro anos. Era tudo daqui desta zona, a maioria das Caxinas, alguns da Póvoa. De Matosinhos não tivemos nenhum associado.

Nesta altura, ser poveiro ou caxineiro era quase igual, assevera. “Não mudava nada. Éramos todos iguais.” Contudo, nota, a Póvoa estava a perder força, no recrutamento de homens. Estes eram das Caxinas, nos barcos governados por caxineiros, mas o mesmo acontecia quando o armador ou mestre era da Póvoa de Varzim. Aliás, refere, “muitos barcos eram de pessoas da Poça da Barca, que os matriculavam na Póvoa”.

A AAPN nasceu para discutir malhas de pesca, contestando as opções das autoridades, que defendiam, por exemplo, o aumento da malha da pescada, de 35 para 40. Jaime Pião dá hoje razão aos governantes e aos biólogos.

— Não tínhamos a percepção das coisas. Queríamos trazer peixe, muito peixe, para terra. Mais tarde, vimos que a malha 40 trazia boa pescada, enquanto a 35 trazia a marmota, a pequenina, hoje proibida, e bem.

Jaime é, de facto, uma espécie de búzio. Esteja onde esteja, se nos aproximarmos dele, escutamos o mar, e as suas nuances, ao longo do tempo. Ele diz que vive para contar, mas pela forma como fecha os olhos e viaja, dir-se-ia que conta para (re)viver.



Em Lourenço Marques, Jaime fez-se fotografar com uma criança, filha de uma outra família das Caxinas que também vivia em Lourenço Marques, em mais uma imagem para enviar para casa, e matar saudades à mulher.

José Alberto
Maio Postiga,
Póvoa de Varzim

Fotografia Luís Ribeiro, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto Ângelo T. Marques **Arquivo** Família Postiga



E do mar se fez palavra



Enquanto pescador, José Alberto Postiga começou a ir ao mar no *Marta Sofia*, barco que tinha como armador e mestre o seu padrinho, Felisberto Torrão, e no qual andava também o irmão, Filipe Daniel.

Quando em 2017 decidiu devolver ao mar “a poesia que lhe pertence”, no livro *O Inventário do Sal*, José Alberto Maio Postiga há muito tinha trocado as redes de pesca pela navegação segura dos textos escritos, redes, também elas, em que se entrecruzam palavras e, no caso dele, se pescam poemas.

Depois da família, foram estes que lhe acrescentaram sentido à vida. Mas também foi por eles que se reproximou desse passado com o qual cortara amarras, após um pavoroso acidente no mar, ao largo de Matosinhos, e um episódio posterior nos mares da Irlanda, igualmente assustador, sobre o qual quase não partilha, connosco, uma palavra.

Nas duas situações de perigo, o mar não o quis. Foi ele que, com o tempo, deixou de querer o mar. E fez-se ao mundo. A outro mundo. Natural da Póvoa de Varzim e antigo residente da Poça da Barca, hoje é a partir da Suíça central, muito longe do Atlântico, e através das páginas dos livros que lê e escreve, que este poeta e profissional da área da construção modular vai derramando o sentimento agriadoce de quem realizou, por via da pesca, o sonho de menino. Afinal, como todos os homens da família antes de si, foi pescador, palavra que vem com verbo no passado. Ainda assim, como o próprio escreve:

“Sou lágrima
e sal
tempestade e bonança
dor
sustento
sou mar”

Antes dessa catarse, José Alberto Postiga teve o percurso expectável no seio de uma família tradicional de pescadores. Nasceu na Póvoa de Varzim a 4 de novembro de 1977. O pai, Daniel Martins Postiga, é um faviteiro, como ainda às vezes se chama, por aqui, aos que viviam e trabalhavam junto à antiga praia da Favita, o lado sul da bacia do porto da Póvoa que as linhas de fronteira administrativa – mais que as linhas do coração – colocam já no concelho de Vila do Conde. A mãe, Rosa Maria Maio Pereira, dos *Camaços*, é uma mulher das Caxinas, o lugar mais para Sul.

A família assentou na Vila Jardim, entre ruas com nomes de flores, cujo casario com típicas fachadas revestidas a azulejo – construído por António Ferreira Vila Cova, empresário, benemérito e memorialista das Caxinas e da Poça da Barca –

acrescentou muitos poveiros, muitos homens e mulheres do mar, a este lugar. Os avós paternos eram Francisco Postiga e Maria Moreira, “ele faviteiro e ela poveira, proveniente de uma família residente a norte da Igreja da Lapa”. Os maternos, Zacarias Rodrigues Pereira, dos “Camaços”, um conhecido mestre de traineiras, em Matosinhos – com o qual trabalhou, por exemplo, Carlos Areias (ver pág. 78) – e Olívia Moreira Maio moravam nas Caxinas, ali mais a sul. Nessa genealogia recente, descreve, é “tudo gente da pesca”, assim como os sete irmãos da mãe e a tia, a única irmã de Daniel.

Ilha rodeada de pescadores por todos os lados, José Alberto Postiga não viu a hora de se tornar parte daquele arquipélago familiar e, seguindo os passos de muitos meninos da sua geração que frequentavam a escola primária das Caxinas e o então ciclo preparatório, na atual EB2,3 Frei João de Vila do Conde, não lhe custou muito deixar os estudos somente com o sexto ano, a escolaridade mínima obrigatória naqueles inícios de oitenta. Um abandono que, perceberia mais tarde, foi precoce e ilusório.

— Na altura não fui capaz de interpretar a importância do ensino, aquilo que nos acrescenta. Mas também havia a tradição familiar, que quase empurrava os jovens do sexo masculino para atividades ligadas à pesca — afirma, contextualizando, na sua opção, aquilo que acontecia, na verdade, em muitos lares das Caxinas, da Poça da Barca e da Póvoa de Varzim.

Na fase inicial da adolescência, o jovem só pensava que queria ser “um homem” à imagem do irmão que idolatrava, o “modelo”, ao qual, noutra vida, haveria de dedicar alguns dos seus primeiros versos. Filipe Daniel, tal como ele, tivera na escola uma mera e rápida antecâmara para a hereditária vida na pesca. Ser aceite entre os mais crescidos como mais um, entre pares, e ter, ao fim de semana, algum dinheiro no bolso, eram motivos para alguma inveja do mano do meio, que se revia no estilo de vida daquela figura cinco anos mais velha e bem mais experiente na pesca. Arrumados os cadernos e os lápis aos onze anos de idade, o aspirante a homem do mar começou, em terra, a aprender a consertar e a fazer redes. Ao puxar pela memória, regressa, inesperadamente, ao primeiro trabalho, no armazém do tio Zacarias Pereira, proprietário do barco *Falcão Peregrino* (da apanha da amêijoia). Passou ali pouco tempo, na verdade. Decorridos alguns meses, foi crescer para um espaço semelhante, pertença dos padrinhos Felisberto Torrão e Sameiro Pontes que o afilhado descreve, afetivamente e efetivamente, como os seus “segundos pais”.

O casal tinha mandado construir uma embarcação para substituir uma outra que naufragara (sem vítimas) e o candidato a pescador chegava em boa-hora, porque podia ajudar a preparar o aparelho para o novo *Marta Sofia*.

— Nessa altura convergimos todos para o mesmo barco, eu, o meu pai e o meu irmão. Éramos daquelas famílias em que, se acontecesse alguma tragédia... Eu e o meu irmão estávamos a pescar. O meu pai assumiu a gestão do armazém de pesca, já raramente ia ao mar. Nunca cheguei a andar ao mar com o meu pai.

Os primeiros anos a bordo foram de deslumbramento, mas, lentamente, a repetição de tarefas, os horários disruptivos e o contacto com outros jovens, mais livres, fora do *modus vivendi* da pesca, começaram a afastar José Alberto Postiga do seu idílio da meninice. A pesca, afinal, não era o que imaginara.

— Pressenti que a vida no mar me estava a castrar. A impedir de chegar a um outro mundo. Comecei a namorar e não tinha tempo para estar com a minha namorada – que, em quatro anos, se tornou esposa –, a Angélica. Queria voltar a estudar, ter mais liberdade (...). Um dia disse aos meus pais que queria deixar a vida do mar. E eles olharam para mim, surpreendidos, e perguntaram-me o que é que eu poderia fazer, pois não tinha estudos, formação. Eu respondi-lhes: “Não sei. Mas eu quero deixar a vida do mar.”

Não era o momento. José Alberto engoliu em seco e, contrariado, voltou para o mar, mas fê-lo por pouco tempo, porque a tragédia estava prestes a acontecer.

— Num dia de muito mau tempo, inconscientemente, subi à borda do barco para desengatar uma rede que ficara presa num rolete. Nesse momento, o barco foi atingido por uma onda mais forte e eu fui lançado borda fora. Ainda estive algum tempo no mar antes de ser resgatado e fiquei muito afetado do ponto de vista psicológico.

Resgatado pelos livros

O susto abalou também os pais, que passaram a ver com outros olhos a vontade, já manifestada pelo filho, de mudar de vida. Com esta experiência traumática, e as mudanças que iam abrindo esta comunidade a novos horizontes profissionais, pouco tempo depois aceitaram igualmente sem reservas que o benjamim da casa, Sérgio Miguel (com menos cinco anos do que o irmão do meio, e menos dez que o mais velho), optasse por um rumo diferente, que o levou a tornar-se comerciante de vestuário.



Nascido a 4 de novembro de 1977, José Alberto Maio Postiga foi batizado na Igreja do Senhor dos Navegantes, nas Caxinas. Com os pais (ao centro), estão a madrinha Sameiro Pontes e o padrinho Felisberto Torrão.



José Alberto Postiga viveu e cresceu na Rua das Rosas, na chamada Vila Jardim, zona da Póga da Barca com ruas identificadas por nomes de flores, para onde se mudaram muitas famílias com origens na Póvoa de Varzim.

Em casa do único irmão pescador, Filipe Daniel, os rapazes Luís e Tiago (este último, afilhado de José Alberto) também não seguem a profissão do pai e do avô.

No período pós-traumático, José Alberto Postiga parecia ter caído num limbo, sem uma ocupação definida nem um futuro evidente. E é nessa altura que se dedica à leitura e passa a devorar vorazmente todos os livros que encontra, até sem grande critério. Uma paixão abrupta que não consegue descrever muito bem, já que “em casa dos pais só havia a Bíblia e pouco mais”. De folha em folha, vai descobrindo culturas e povos bem diferentes da “bolha” da pesca.

— Eu acho que o que me salvou foram mesmo os livros. E se me perguntam porquê, não sei. Quer dizer... Até sei! Dei por mim a ler e a ler e a gostar cada vez mais de ler. Os livros foram as salas de aula que muito cedo abandonei e os seus autores, os professores que não tive. Com eles desenvolvi-me intelectualmente. Tornei-me um autodidata. A leitura foi o primeiro passo para ingressar na escrita.

A mente ia desbravando um admirável mundo novo e, embora não se considere nada bélico, mais aventureira ficou com a chegada do serviço militar. A recruta feita em Espinho, e sobretudo a estadia no quartel do Exército no Lumiar, em Lisboa, permitiram a José Alberto conhecer pessoas de muitos lados e estar em ambientes diferentes, “o que agudizou aquela vontade de sair do círculo da pesca”, admite.

É, pois, um jovem mudado, aquele que deixa a tropa com o firme propósito de não voltar à faina. Rapidamente arranja um emprego em terra – em Labruge, Vila do Conde, na empresa de depuração de marisco que pertencia ao tio Zacarias, o mesmo do primeiro ofício.

Mais tranquilo, em fevereiro de 1999, José Alberto casa com Angélica Domingues dos Santos, a namorada poveira que trabalhava numa empresa de decoração. Mas sente que o início da vida a dois podia ser bem mais fácil se conseguisse fazer um pé-de-meia suficiente para, eventualmente, criarem um negócio próprio. Com pragmatismo, e perante a estupefação dos pais, decide voltar ao mar, novamente com o irmão mais velho, mas desta vez para trabalhar num barco espanhol que operava nos mares da Irlanda.

— A vida nos mares do Norte era extremamente dura. Trabalhávamos no mínimo vinte horas por dia e depois tínhamos quatro horas de descanso. Havia muitos conflitos e pouca higiene a bordo. Já informação do que se

passava no mundo, não havia nenhuma, por incrível que pareça. E havia ainda uma coisa que me fazia muita confusão: ninguém queria saber de mais nada para além da pesca. Não me identificava com nada daquilo. Caí num vazio enorme.

O “sacrifício” era, todavia, por uma boa causa – e temporário.

José Alberto pensava fazer no máximo dois anos, em várias campanhas, mas isso não aconteceu. O segundo acidente no mar ainda é uma ferida aberta na memória e o poveiro prefere não tocar nela com muitas palavras. Foi, sintetiza, “um susto valente”, que o levou “a outro limite”.

O trabalho nos mares do Norte ficou-se, assim, por cinco viagens de dois meses e, no regresso a Portugal – também muito influenciado pela gravidez da esposa, pois queria muito acompanhá-la nesse período bonito –, o casal decide aplicar o dinheiro ganho na aquisição de uma carrinha para transportar peixe. Compra nas lotas da Póvoa e Matosinhos e vende em Famalicão e outros pontos mais distantes da costa.

— Não foi por não querer ter outra profissão, foi por não poder, por não ter ainda, apesar do caminho feito através da leitura, conhecimentos que me permitissem ambicionar mais. Tinha de me agarrar ao pouco *know-how* que tinha. Não queria voltar à vida do mar, mas de peixe percebia...

O casal opta por abrir uma loja em Mindelo, Vila do Conde, e o negócio ia progredindo, apesar da sua sazonalidade – a localização junto à praia tornava-o mais rentável no Verão.

Mas passado pouco tempo, perante a percepção da erosão que os atritos, no trabalho, provocam no casamento, abriram mão desse projeto. Uma decisão tomada “por amor” – e “das mais acertadas” que tomaram até hoje, assume.

Um novo país, e o mergulho na escrita

Através de um familiar de Angélica, o casal emigra, em 2005, para a Suíça, onde, passado o “caminho das pedras” de um recomeço que implicava, neste caso, uma adaptação a uma nova sociedade e, não menos difícil, mas simultaneamente aliciante, a um novo idioma, o alemão suíço, José Alberto construiu a vida com a esposa e as filhas Bianca e Íris. No presente, trabalha como gestor de projeto e líder de grupo numa empresa de módulos para soluções de engenharia, e Angélica, numa firma tecnológica suíça com sede norte-americana.

Viver longe, em vários países, é uma experiência partilhada por muitas famílias destas comunidades, que viram na emigração um ponto de fuga da pesca ou, noutros casos, uma forma de continuar a pescar, mas com outras perspetivas de rendimento. José Alberto foi dos que mudou mesmo de profissão.

A estabilidade da vida multicultural helvética permitiu a este ex-pescador voltar a estudar e continuar a escrever, até se fazer poeta, papel em que começou por apaziguar os seus fantasmas, como detetou Onésimo Teotónio de Almeida, no prefácio do livro *O Inventário do Sal*: “Nos longes da Suíça, onde os arremedos de oceanos se chamam lagos, os seus anos de faina marítima ficam-lhe mais longe. Por isso a criatividade do poeta se sobrepõe e, mergulhando nas memórias desses anos da primeira juventude em labuta insana, recria os momentos mais amargos adoçando-os em verso, por vezes servindo-se do verbo para matar a saudade das ondas que lhe entraram nas veias e lhe ficaram indelével parte do ser (...).”

Com quatro livros publicados, José Alberto Postiga tem sido um dos convidados do Correntes d’Escritas - Encontro de Expressão Ibérica, que, anualmente, se realiza na Póvoa de Varzim. Nas suas origens prevalece a Póvoa, embora elas se estendam naturalmente às Caxinas, onde viveu a infância. Como faz questão de vincar, o escritor assume-se avesso aos “bairrismos exacerbados” que, por vezes, se evidenciam entre os membros da comunidade piscatória que se espalha pelas duas cidades vizinhas.

— Sou poveiro. Amo a Póvoa e os seus, que são, por inerência, os meus. É um amor maior o que sinto pela cidade, pela nossa história, presente, cultura e tradições, que me enchem de orgulho. Mas amo também o povo das Caxinas. Sem demérito de nenhum outro povo, poveiros e caxineiros, apesar de diferentes pormenores identitários, são povos de estirpe rara e coração grande, coração maior do que o dos outros povos que vivem longe do mar. As pessoas de cada cidade devem ter abertura para os outros. Não são necessárias essas tricas!

No quotidiano suíço, a escrita leva-lhe tanto tempo quanto o trabalho profissional. Envolvido num subsetor da construção que aponta para o futuro e que evoluiu de forma a gerar menos desperdício, ganhando eficiência e sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo que é capaz de remunerar bem o trabalho, José Alberto Postiga não reconhece, na pesca, a mesma capacidade de reinvenção. E lamenta, pois, como diz, tem um enorme respeito

pelas pessoas que dependem desta profissão que já foi a sua.

— Não vejo um futuro muito promissor para a pesca. Era necessária uma mudança de mentalidade que vai durar uma geração a ser feita. Já devia ter arrancado há 20 anos. Há quem diga que é preciso reintroduzir a figura da mulher nas decisões; e até mesmo no exercício da profissão. Uma nova visão da pesca, algo estrutural. E se calhar é um pouco por aí. Caso contrário, estas comunidades correm o risco de, em pouco tempo, terem só casas habitadas pela ausência. Com as pessoas no estrangeiro ou nos camiões por essa Europa fora.

Encontrámo-lo de camisola poveira vestida, durante a entrevista para este texto, imerso na alegria de poder partilhar palavras com plateias de adultos e com crianças das escolas, em mais uma edição do Correntes d'Escritas. José Alberto Postiga já tem muito mais do que o mar na obra que publicou, mas voltou a ele, para esta conversa, que o levou em viagem aos lugares onde, na vida e na poesia, deu os seus primeiros passos. Nunca esquecendo pois, como escreveu lá atrás, no poema *Mala Feita*:

“Regressa a mim
a cada hoje
um velho viajante
a quem o mar chama filho.”



José Alberto Postiga fez a escolaridade nas Caxinhas e em Vila do Conde, mas, rendido às suas origens e ao local de nascença, assume-se como poveiro.

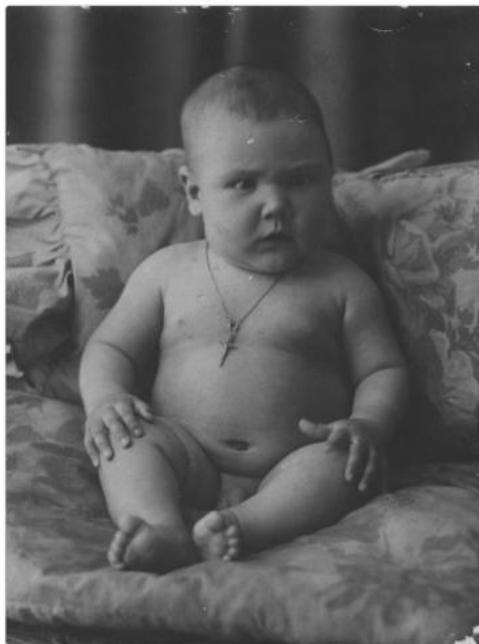
José Gonçalves Moita, Póvoa de Varzim

186

Fotografia Sérgio Rolando, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto Ângelo T. Marques **Arquivo** Família Moita



Do Ramalhão para a Poça da Barca



José Gonçalves Moita nasceu em 1941, a 8 de dezembro, dia da padroeira da Póvoa de Varzim, a Senhora da Conceição.

Um conflito laboral que agitou a pesca em Matosinhos, na ressaca dos anos quentes posteriores à revolução do 25 de Abril, acabou por mudar o rumo da vida de José Gonçalves Moita, um poveiro que, como muitos conterrâneos, mora na Poça da Barca, Vila do Conde.

A história deste homem corpulento, mas circunspecto, não é fácil de compactar, já que foram vários os episódios marcantes ao longo dos 80 anos que leva de vida. A retrospetiva, essa viagem pela memória, é-lhe facilitada com o recurso a um curioso calendário religioso com o qual pauta a vida. E a utilização frequente de diminutivos parece ser uma fórmula para adocicar uma biografia pejada de etapas amargas.

Começa – e porventura não podia ser de outra forma – pelo dia da Senhora da Conceição (8 de dezembro), a padroeira da Póvoa de Varzim. Em 1941, nascia José, numa pequena casa de pescadores situada na atual Rua Latino Coelho – em pleno Ramalhão. Era assim que a comunidade local designava aquela rua na segunda linha de praia, na zona norte da cidade, que tinha tido esse nome até 1912. Foi o primogénito do casal Joaquim Moita e Maria Gonçalves, poveiros que teriam ainda, ao longo da vida, mais oito filhos: Carlos, António, Inácia, Rosa Maria, Álvaro, Salvador, Isac e Dores.

José entrou no ensino com seis anos de idade. Recebeu as primeiras lições do professor Alexandrino perto de casa, na Escola Camões, num pequeno edifício “virado para o mar”. Mais tarde, foi para uma outra escola situada mais a sul – nas imediações da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição –, que diversos habitantes locais ainda hoje recordam com a designação de “Escola Bota P’rá Mula”. Esse ponto de aprendizagem com tão peculiar nome foi, entretanto, desativado, ao contrário do que sucede com a “Escola Nova” – ainda em pleno funcionamento –; onde José Moita realizou, com aproveitamento, o exame da quarta classe. Foi esse o máximo patamar de escolaridade que a vida lhe permitiu alcançar.

José viu-se obrigado a deixar precocemente as palavras e os números para “ajudar a mãezinha”, que se via a braços com cada vez mais filhos pequenos, enquanto o marido passava meses a fio na longínqua pesca do bacalhau. Naqueles dias, também ali, contavam-se todos os tostões e a mesa não era farta. Longe disso. Os escassos tempos livres eram passados na praia. O pequeno José e os “seis ou sete” amigos da mesma “seitinha”, mal viam

a hora de poderem disparar a toda a brida para os penedos, munidos de “linhas e ferrinhos” para apanhar pequenos peixes (“serrões, marachombas, ranhosas”) ou crustáceos, iguarias de agora, como lapas e mexilhões, arrancadas às rochas para, depois de lavados, temperados e fritos, acomodarem as barrigas com algo mais do que a “sopinha que a mãezinha deixava”.

Eram investidas ao bom estilo dos “capitães da areia” de além-oceano, tão bem descritos por Jorge Amado.

— Deus me livre se chegássemos a casa com a roupa molhada. Por isso tirávamos tudo. Ficávamos nuzinhos e, por vezes, tínhamos de fugir, a bom fugir, do cabo de mar.

A frequência da escola não significava, porém, mais descanso para as crianças de então.

— Não andávamos à boa vida. Às vezes tinha de ir com a minha mãe dar uma mãozinha no transporte e venda de peixe perto da Franqueira [na freguesia de Pereira, onde existe um conhecido santuário mariano], em Barcelos. Ela saía de manhã cedo e comprava sardinha ao senhor Jaime que vinha de Matosinhos. Íamos na carrinha dele e ficávamos à face da estrada num carvalhal, perto da igreja. Ela levava o peixe à cabeça numa gamelinha e depois apareciam os clientes certos e outros que passassem. Era também a minha mãe que escorchava [tirar a tripa] a sardinha, para “salganhar” [salgar] lá. Eu carregava o sal.

Magrinho, magrinho, mas altinho

José recorda-se bem de viver uma azáfama acrescida nos dias de festa popular, no segundo domingo de agosto, momento de uma das mais afamadas peregrinações minhotas. E quando não ia, quantas vezes, com os irmãos, esperava ansiosamente que a mãe “trouxesse da aldeia, da lavoura, alguma coisinha para matar a fome”. Mas o futuro do então adolescente não estava no comércio em terra, mas no imenso oceano do qual os avôs Salvador (paterno) e António já tinham tirado “o peixe que dá pão”. Foi também com orgulho nesses velhos “lobos do mar” que José se fez à vida de pescador. “Tinha mais ou menos 11 anos de idade e estava a começar a botar corpo.” Todas as pausas escolares passaram a ser ocupadas na pesca, mas já não se tratava da recriação iniciática própria de crianças. Era já trabalho de homem em corpo de rapaz.

A única atenuante era que esse labor era feito longe do mar

alto, o que evitava perigos maiores. Os barquitos pequenos não se afastavam da costa, e o seu corpo, apesar de ainda franzino, permitia partilhar as tarefas com o único tripulante adulto, o dono da embarcação. O aproveitamento do trabalho de menores era algo a que a sociedade da época (década de cinquenta do século passado) fechava os olhos. Para contornar imposições da lei, não faltava a imprescindível surdina sobre a realidade e as conivências entre as partes.

De acordo com o normativo legal da época, só ao atingirem os 14 anos de idade, os jovens podiam obter a cédula marítima que abria as portas à profissão de pescador. Nesse hiato, entre a saída da escola e a conquista do precioso papel passado pela capitania, José andou, como muitos, a trabalhar à sombra da lei. Tanto assim foi que, inclusive no dia desse exame importante, o poveiro estava no barco no qual trabalhava.

— Estava a tomar conta do barco porque isso era uma tarefa dos mais novos. Ouvi a minha mãe chamar-me da praia para ir tirar a cédula. Fui no barquito a terra e com ela estava o Valentim, o cabo de mar, que me obrigou a nadar [era a prova imprescindível] até nunca mais acabar. Era inverno e estive na água apenas com uns “trussinhos” [cuecas] vestidos. E estava um frio...

Mas o esforço valeu a pena. Era, enfim, um pescador encartado.
Data: 16 de maio de 1956.

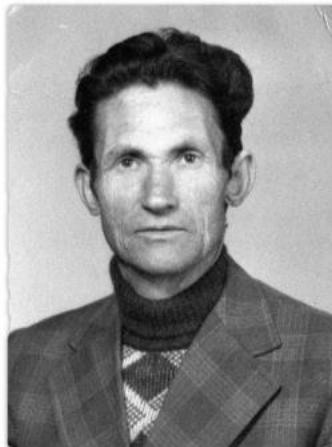
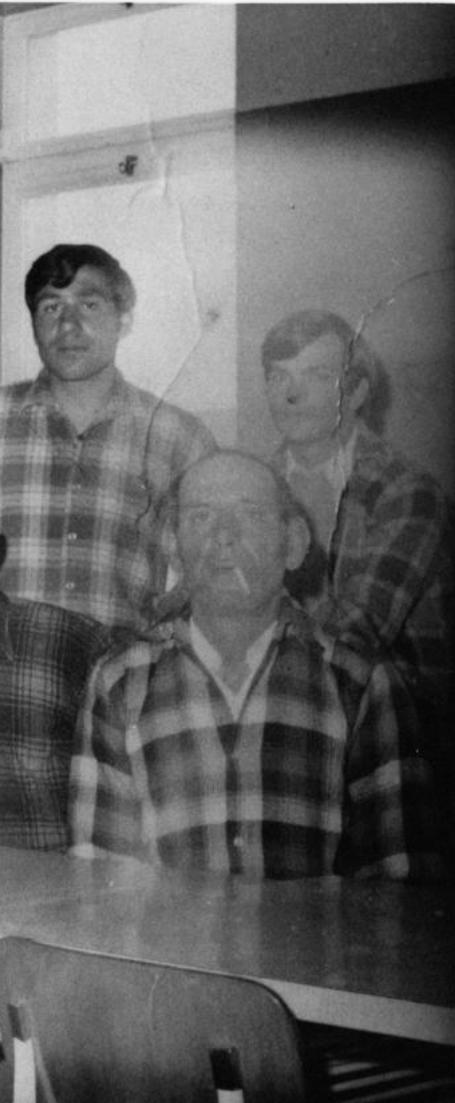
Os primeiros anos são acumulados na pesca costeira, passando de uns barcos para outros, até que o pai consegue uma vaga para ele na faina no bacalhau. Joaquim Moita acumulara já 16 viagens consecutivas no *São Ruy*, da Empresa de Pesca de Viana, e fez valer as boas relações que tinha com José Bilelo, o capitão do navio, para salvaguardar a entrada do filho.

A confirmação da matrícula de José na capitania da Póvoa ocorreu em 23 de janeiro de 1960 e foi saudada por toda a família, num regozijo a que não terá sido alheio o facto de os futuros tripulantes receberem, naquele instante, “dinheiro para comprar a roupa grossa para usar nos meses seguintes”.

Sempre eram mais umas moedas a entrar e, com algum regateio nas lojas, após a compra de “meias, camisolas, cobertores e outras peças que dessem para enfrentar o frio”, lá acabavam por sobejar preciosos escudos que ficavam na Póvoa. Por isso, era igualmente importante que as peças fossem “muitos resistentes”. É que, na safra seguinte, se a renovação da “trouxas” fosse mais comedida – “era só substituir o que estava estragado” – lá sobrariam mais uns



A tripulação do São Carlos, de Joaquim Francisco Moita, no bar das docas de Pedrouços, em Lisboa. Para além do mestre (em baixo, o segundo à esquerda) estão na fotografia, entre outros, os seus filhos, exceto José, que nessa altura, estaria no bacalhau.



O pai de José Moita, Joaquim, era um dos melhores pescadores do navio-motor São Ruy, no qual fez 20 viagens. Foi ele que levou o filho para o bacalhau.

tostões do “dinheiro na matrícula” e que, naquele tempo, não eram despiciendos.

É “magrinho, magrinho, mas altinho” que José Moita chega à gesta do bacalhau. Quando se lhe pede para começar a soltar a memória sobre esses tempos, a primeira coisa que emerge é uma recordação...religiosa.

— Era raro o pessoal do bacalhau passar a Páscoa em casa, saímos sempre antes. A exceção foi uma viagem em que uma peça do navio avariou e a malta pôde, afinal, acompanhar a Morte do Senhor.

Na Póvoa, o período pascal é vivido com fervorosa devoção religiosa. A Páscoa ocorre no primeiro domingo a seguir à lua cheia, depois do Equinócio da Primavera, sendo, por isso, de data variável, no intervalo entre 22 de março e 25 de abril. E os navios zarpavam após a cerimónia da bênção, instituída pelo Estado Novo, em Belém, Lisboa, precisamente no quarto mês do ano. O primeiro contacto com a pesca nesses mares do fim do mundo, feita em dóris, pequenos botes de madeira que eram largados de um navio-mãe foi, para José, de enorme apreensão. Mas, naquela primeira investida, a voz paternal andava ali perto a afastar os medos e a indicar onde o filho devia “largar a zagaia ao profundo” e até a apresentar-lhe o peixe, o bacalhau, que o pescador nunca tinha visto no ambiente marítimo poveiro.

— Quando vi um dóri, fiquei assustado. Só pensava que aquilo podia virar a qualquer altura.

Da amurada do navio, o capitão fazia, “a olho”, o apuramento da quantidade de pescado à linha que cada “dóri” trazia.

Aproximadamente 60 quilogramas correspondiam a “um quintal” e, no seu percurso no bacalhau, com exceção dos dois primeiros anos, José contabilizou sempre mais de 200 quintais em cada viagem. O desempenho garantiu-lhe “um bom rendimento” naqueles anos.

A verdade é que “se não apanhasse nada, não ganhava, e até trabalhava para os outros”. É que, além das horas a fio passadas na pesca com anzol, havia também tarefas de amanho do peixe para cumprir a bordo que eram desempenhadas por todos independentemente de já terem, ou não, salvaguardado algum rendimento com capturas no mar. Nas oito viagens, José foi salgador, parte-cabeças, troteiro e escalador.

Na Terra Nova (Canadá), o tempo era agreste, mas não tão severo como na Gronelândia, para onde o navio se dirigia após o primeiro regresso à costa – à cidade de St. John’s, ou São João

da Terra Nova – para “abastecer o navio e comprar isca fresca”. A caminho do Círculo Polar Ártico, mais a norte, no Estreito de Davis, a paisagem fazia jus à fama: “icebergues no mar e branco na terra”, recorda.

— Era um trabalho duro para se fazer e... calar. Era uma escravidão, também porque não se podia falar. No tempo do Salazar, se se dissesse mal do Governo, estava-se tramado. Num navio do bacalhau, era a mesma coisa. Quem falasse contra o capitão ou o imediato era preso e, no ano seguinte, já não embarcava.

Quantas vezes José teve vontade de se opor à ordem de se arrearem os dórís em dias de ventania ou de frio cortante. Mas este poveiro não era um contestatário, pelo contrário. E talvez por isso esteja gravado na sua memória um episódio em que, numa das viagens de regresso a Portugal, sucedeu um desentendimento grave entre um seu conterrâneo, que estava de vigia, e o capitão. Na refrega, o pescador esteve prestes a enviar borda fora o superior, mas no derradeiro instante alguém interveio a tempo e evitou a tragédia. O tripulante foi detido e o capitão pretendia que o pescador fosse preso pelas autoridades portuárias ainda antes de ver a família.

— Vai ser uma vergonha, pensámos. E fomos todos ao mesmo tempo dizer ao capitão que, se chamassem a polícia não poderia contar connosco no ano a seguir. Os mais velhos e experientes falaram por todos, mas ele não disse nada. Quando estávamos a chegar, já se via terra, vimos uma lancha a vir para o navio. Pensámos logo que era a Polícia Marítima. Mas não. Eram os pilotos que iam conduzir o barco para o porto. A polícia não veio e o pescador foi à sua vida e nunca mais se dedicou ao bacalhau.

Terminada essa primeira viagem, José foi à inspeção militar ao Porto e ficou “apto”, mas a sua incorporação ficaria suspensa como acontecia a todos os pescadores do bacalhau, durante mais meia dúzia de anos. Já os irmãos Álvaro e Salvador assentaram praça na Guiné e em Angola.

Entre as campanhas no *São Ruy*, José pescava na Póvoa numa embarcação do tio Salvador chamada *Beiriz*. O rendimento do jovem era agora um pouco melhor, e ele perde-se de amores por Maria da Silva Milhazes, rapariga da zona sul da cidade, também de uma família de pescadores, e que viria a perder um irmão, Manuel da Silva Milhazes, num acidente no mar.

— Curiosamente, toda a gente lhe chama Fátima, mas esse é um nome que não tem. Esse acrescento deve ter sido para diferenciar das suas irmãs, [Maria Adelaide e Maria do Sameiro] e pegou.

O namoro deu em casamento, celebrado a 10 de novembro de 1963, e José trocou o seu Ramalhão pela residência dos sogros, que já se tinham mudado para a Poça da Barca, um lugar da cidade de Vila do Conde encostado à Póvoa, onde hoje ainda reside. Estava tão perto que, inicialmente, o poveiro julgava que ali ainda estava no seu “reino”. Afinal de contas, o mar da baía do porto da Póvoa batia ali e era naquele areal que estavam muitos barcos locais. Como, então, não era Póvoa? Mas, administrativamente, não era e não é.

Nesse mesmo ano de 1963, ao fim de 20 batalhas seguidas, o pai Joaquim deixa de vez a pesca do bacalhau e, com um cunhado, compra um pequeno barco – o *Poveirinha* –, e batiza-o como *S. Carlos*. Esse passou a ser o destino de José entre as campanhas semestrais na Terra Nova.

A greve em Matosinhos

O jovem casal vai tendo filhos – Joaquim, Maria das Dores, Maria da Conceição, Maria José, numa “escadinha” temporal, e Carlos (mais tarde). Em 1967, o poveiro despede-se para sempre do Atlântico Noroeste e da faina maior, que lhes tinha permitido evitar que a mulher necessitasse de trabalhar fora de casa.

José fica a tempo inteiro no barco do pai, onde já estava o irmão Salvador. Mas o rendimento era escasso para tantas bocas a alimentar e a emigração parecia ser uma inevitabilidade. Falou com um cunhado para obter um empréstimo que financiasse a compra de passagens. Mas não chegou a sair do país.

Por aqueles dias, esse irmão da mulher, José “Maiato”, tinha aceitado um convite para ir “governar um barco” – o *Elsa Sónia* – dando o trabalho como garante numa, de sua parte, “sociedade sem capital”. Todavia, quando soube que estava prestes a perder um dos seus melhores profissionais, o dono do barco onde Maiato trabalhava fez uma proposta semelhante e convenceu-o a permanecer em funções.

O mestre não queria, porém, “deixar na mão” a pessoa que o tinha convidado para a mudança, pelo que sugeriu, para ocupar o seu posto, precisamente o cunhado, José Moita. Este ainda se mostrou relutante em dar um passo que significava um enorme risco pessoal, caso o desafio não corresse de feição. Mas, depois de alguma reflexão, aceitou.

— O dono propôs-me que, durante cinco anos, eu fosse o mestre, e tudo era dividido. Quem abandonasse o barco durante esse tempo ficava sem direitos de reclamar nada. Fui ver o aparelho [artes da pesca] e era bom. Pedi o meu irmãozinho ao meu pai; o Maiato deu-me outro [pescador] e arranjei mais três. Fomos seis para o mar na primeira maré. E a coisa começou a correr bem.

É então que surge o tal problema laboral em Matosinhos – um a greve nas traineiras – que tem repercussão na Póvoa e, particularmente, na vida de José. Com a paralisação, pescadores experimentados regressam a casa, disponíveis para trabalhar noutras artes. Num rasgo de oportunidade, José arrisca.

Seleciona os melhores e, de repente, tem "16 ou 17 homens sob a sua alcada". Compra mais "aparelho" e "quanto mais mandava à água, mais pescava", relembra.

O dono do barco esfregava as mãos de contente. A aposta naquele pescador, receoso no início, tinha dado resultado. E decide desafiar José para algo mais. O proprietário e a mulher vão então falar com o pescador e com a esposa deste último. E esta particularidade do encontro a quatro não é um mero pormenor. Nestas comunidades piscatórias, as mulheres têm um papel muito relevante nos negócios familiares.

A proposta era simples. O dono vendia a José a sua parte do barco "pelo valor que estava no seguro, 650 contos" e o mestre ficava com tudo. "Nem pensar, isso é muito dinheiro. Não quero ficar a dever nada disso", contrapôs de imediato José.

Mas o amigo trazia na manga um esquema de pagamento em prestações e uma garantia. Se nalgum mês o pescador não pudesse cumprir a obrigação, ele assumiria o desconto da "letra". Conversa para aqui, debate para acolá, e José e "Fátima" decidiram assinar o acordo. "Era novo, atirei-me até porque não era peco nenhum", assume.

José era agora um armador e o *Elsa Sónia* dava lugar ao *Fátima José* — verdade, a mulher não se chama Fátima, mas...

— Fui para mar e correu tão bem que todos os meses tinha dinheiro para a letra. Só na última é que deu muito inverno e não consegui colocar dinheiro fora. Só tinha metade. Mas ele aceitou e disse: "Está pago".

Na família Moita passou a haver três barcos, o *São Carlos*, do pai Joaquim, o *Fátima José*, do filho José, e o *Cordeiro de Deus*, de outro dos filhos, Carlos. Mas a 5 de fevereiro de 1980, esta embarcação naufragaria, a poucos metros da praia de Labrufe, no sul do concelho de Vila do Conde, quando se dirigia para



Depois do casamento na Igreja de São José de Ribamar, a 10 de novembro de 1963, José Gonçalves Moita e Maria da Silva Milhazes mudaram-se do norte da Póvoa de Varzim, o Ramalhão, para o norte de Vila do Conde, a Poça da Barca, onde hoje ainda vivem.

Já no início deste novo século, o casal trocou o velhinho Fátima José por uma nova embarcação, maior, com o mesmo nome. Nele, José Moita andou ao mar por mais algum tempo, até se reformar, em 2005, entregando-o depois aos filhos.



Leixões. Nenhum dos 13 homens que seguia a bordo sobreviveu a este desastre que marcou a comunidade piscatória da região, originando uma onda de solidariedade para com as famílias dos naufragos – entre os quais estava José Marques da Mata, irmão de José Maria “da Música”, cuja história conhiceremos nas próximas páginas. Os municípios intervieram, dois cinemas da Póvoa exibiram o filme *Ala-Arriba*, de Leitão de Barros, doando-lhes a receita, e o mesmo fizeram os dois clubes de futebol vizinhos e rivais, o Rio Ave e o Varzim, que disputaram um jogo amigável, nesse momento de luto.

— Até o corpo do meu irmão aparecer, nem eu nem o meu pai levámos os nossos barcos para o mar. Mas já se sabe, tínhamos aquela responsabilidade de ter dez ou 12 homens a trabalhar connosco, e voltámos à nossa vida. Dói muito perder um irmão assim, mas quem anda nisto sabe que pode acontecer, e infelizmente tanto se morre no mar como na estrada, ou num avião.

A vida seguiu, assim, o rumo previsto. Tal como acontecera com José, o filho foi ainda novo para o mar e passou a ser o seu braço direito. Também andou escondido a bordo nas férias até tirar a cédula e ser matriculado. A embarcação começou a acusar sinais de desgaste e José Moita decide aventurar-se na construção, nos estaleiros Postiga e Feiteira, em Vila do Conde, de um novo *Fátima José* – “maior e mais largo” – e vende o primitivo. E assim pôde ir pescar para a Nazaré, “já nas redes”. Até que um dia, em pleno cais, quando se preparava para embarcar, a mulher puxou-o e disse de forma pragmática: “Deixa ir o rapaz, anda embora.” Nesse dia foi consumada a passagem de testemunho.

Os dois filhos passaram a trabalhar juntos e formaram, mais tarde, uma sociedade que adquiriu um barco em Vila Real de Santo António – batizado *Irmãos Moita* – e que, recorrendo a redes de emalhar, opera a partir de Aveiro. As três filhas de José também trabalham na pesca – “na praia” – Dores com os dois irmãos e Maria Conceição com Maria José, já que esta última casou com Carlos Craveiro, mestre do *Ajudado por Deus*.

É quando está a descolar da vida do mar que o armador é desafiado a “tomar conta” de uma associação de bairro do seu Ramalhão, o Centro de Desporto e Cultura Juvenorte, uma das coletividades que organizam os festejos de S. Pedro, representativa de um dos locais onde estão mais arreigadas as tradições poveiras. Como é, por isso, encarada a presença do residente em Vila do Conde em tal cargo, há já 18 anos?

— Bem. Moro lá, mas a minha vida está toda na Póvoa. Eu e os meus filhos somos do Varzim e do Bairro Norte. E isso acontece com a maioria dos moradores mais velhos da Poça da Barca. Eram de famílias da Póvoa que tiveram de ir para Sul.

Numa cidade a ganhar fama enquanto estância de veraneio, esse êxodo de muitas famílias de pescadores, ao longo do século XIX e XX, deixou algumas “ruas desertas”, como se tem verificado em junho na procissão da Senhora do Desterro, a quem o Bairro Norte mostra grande devoção. São casas e casas vazias, de férias sobretudo, que despovoaram o Ramalhão, zona onde as novas gerações têm dificuldade em entrar por causa do preço elevado das habitações a pouca distância da praia. É por isso que a família mais próxima de José Moita vai permanecer na Poça da Barca e um dos filhos está a preparar o “regresso” à Póvoa, mas para uma freguesia encostada à cidade.

Com a facilidade de transporte, a proximidade ao porto de pesca já não tem a importância de antanho. Esse afastamento geográfico dos homens do mar não deixa de ser um reflexo do que se passa na pesca: a gritante falta de mão-de-obra. A família Moita, com tantos pergaminhos, está, também, mais longe do mar. De todos os netos de José, só um, Marco, filho de Joaquim, é que faz da pesca o seu modo de vida. De resto, dois conduzem camiões – uma profissão que tem seduzido jovens das comunidades piscatórias locais –, outro concluiu o curso de Turismo e as raparigas que ainda estudam ambicionam trabalhar em condições menos duras.

O afastamento das novas gerações da pesca, que faz com que o setor esteja dependente de mão-de-obra estrangeira é, no entender de José, uma consequência do aumento da idade da escolaridade obrigatória, entre outros fatores também relacionados com o estilo de vida contemporâneo.

— No nosso tempo íamos para o mar ainda novos, habituávamo-nos à vida dura e com os anos aprendíamos a trabalhar melhor. Hoje os jovens estudam até aos 17, 18 anos e depois não querem ir para uma vida que obriga a estar fora de casa durante toda a semana e a trabalhar muitas horas seguidas. Não há canalha no mar.

Nos últimos anos, os barcos têm recorrido à imigração indonésia para preencher as falhas, mas José Moita não está nada confiante quanto ao futuro. E deixa um alerta:

— Se nada for feito, quando morrerem os homens mais velhos de agora, acaba-se a pesca...

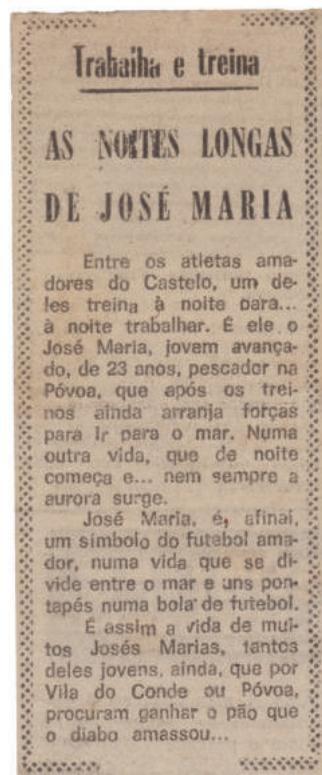
José Maria Marques da Mata, Póvoa de Varzim

204

Fotografia Sérgio Rolando, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto Ângelo T. Marques **Arquivo** José Maria da Mata



Zé Maria... da Música, da bola e do mar



Em inúmeras notícias sobre o futebolista Zé Maria, o recurso a paralelos entre o futebol e o seu percurso profissional enquanto pescador é uma constante.

A vida de José Maria Marques da Mata podia ser uma síntese do que acontece em inúmeros casos nestes territórios que beijam o mar. Oriundo de uma família de pescadores, o poveiro não pôde estudar tanto quanto queria e cedo foi para os barcos ganhar a vida. Casou com a filha de um tripulante de uma traineira de Matosinhos e hoje, aos 64 anos de idade, acumula passagens por vários locais do planeta, sempre na faina.

A grande diferença é que ele é “o” Zé Maria “da Música”, antigo jogador de futebol que esteve quase a saltar do Varzim S.C. para o seu Sporting, sonho que foi por água abaixo quando partiu uma perna numa partida contra... o Benfica.

Na Póvoa ninguém o esquece pela forma abnegada como vestiu a camisola alvinegra, e ainda hoje, no universo varzinista, pululam histórias sobre a forma como “distribuía pau a torto a direito”. Mas isso, garante, não corresponde à verdade. No campo só punha o mesmo ardor e coragem exigidos a quem enfrenta o “mar cão”. E uma visita aos arquivos de imprensa da época mostra como os paralelos entre a pesca e o jogo vinham sempre à rede dos jornalistas, na hora de escrever sobre Zé Maria ou sobre os próprios lobos do mar, espécie de segundo nome do Varzim. Sobre os avós, são os paternos que estão mais ligados ao mar, já que os progenitores da mãe eram de uma freguesia encostada à cidade, Amorim. Os pais dos pais de José Maria viviam na zona norte da cidade da Póvoa de Varzim, na Rua Tenente Valadim, na mesma zona, o Ramalhão, onde vivia a família de José Moita. Nestas voltas de mar, o avô José Marques da Mata – o *Ti Zé “Maneta”*, que era irmão de Joaquim da Mata, avô de Carlos Areias (pág. 78) – foi trabalhar para Matosinhos e acabou por casar com uma leceira, a *Ti Joana “do Pente”*.

Esse casal ia mudando de residência consoante a oferta que existia nas traineiras, daí que, na sequência do matrimónio tenham nascido na localidade matosinhense Francisco, Josué, Maria, mas antes, ainda na Póvoa, Irene e Manuel – o pai de José Maria da Música.

Este pescador de traineira que gostava muito de ouvir bandas filarmónicas – daí a alcunha “da Música”, que Zé Maria herdou – engracou-se por uma sargaceira. A apanha de algas, que garantia adubo natural para a agricultura local, era uma atividade realizada por famílias da pesca, mas que trazia também às praias gente dos campos. Heroína Augusta, apareceu por ali, e Manuel embeiciou-se pela rapariga. Quando se casaram,

TEM A PALAVRA A DEFESA POVEIRA

TEMPESTADES NO MAR CALEJARAM BELMIRO E JOSÉ MARIA

É natural que qualquer equipa e, sobretudo, qualquer defesa sintam receio de defrontar o F. C. Porto e, sobretudo, o seu «bota-de-ouro» Fernan-
do Gomes.

A defesa do Varzim diz que não.
Fazímos a esse respeito (e não só) com três dos seus componentes (Vitoriano, José Maria e Belmiro), dizem que
não e com um argumento de peso:

— Apanhamos grandes tempestades no mar e não tivemos medo.

José Maria foi pescador dos 18 aos 23 anos.

Belmiro ainda há coisa de um ano é tal andava nas faixas do mar.

Vitoriano, neto de pescador, filho de pescador, não chegou a ir à pesca, mas, na Póvoa, quem não é do mar anda lá perto.

Na equipa actual do Varzim, há mais poveiros (André, Lito, Lima Pereira) e quem não é da Póvoa (tirando o caso do brasileiro Washington), não é de longe. Por exemplo, Lúcio, Folha e Magalhães vieram do Leixões.

Por falar em Washington, é muito capaz de não jogar amanhã, lesionou-se em Penafiel e, se não jogar mesmo, deve caber a José Maria a tarefa de marcar Gomes... Tarefa que não o assusta, como vimos:

— Nem será a primeira vez que marco o Gomes — conta-nos. — Já o marquei na época passada, em Famalicão, num jogo para a Taça. Marquei-o em cima e saí-me bem. O F. C. Porto

ganhou por 5-0, mas o Gomes só meteu um golo e eu não tive a culpa.

José Maria começou a jogar no Feijozeiro, da III Divisão da A. F. Porto, passou para o Castelo da Maia, já foi um progresso, era da II Divisão Regional e estreou-se como profissional no Famalicão, na II Divisão, esteve lá duas épocas e a I Divisão chegou agora com o Varzim.

Com Belmiro, passa-se uma coisa curiosa: começou a jogar aos vinte anos, nunca foi junior. Começou no Malha, da III Divisão Regional, passou para o Maconde, que disputa o Campeonato de Amadores da A. F. Porto, sempre a jogar como amador mesmo. Até que, na época passada, apareceu na «reserva» do Varzim, ainda fez dois jogos na primeira categoria e, nesta época, tem jogado sempre, a defesa-esquerdo.

— O F. C. Porto assusta-o?

— Eu teria algumas razões para me assustar. É que, na época passada, nos dois jogos para o torneio de reservas, perdemos aqui por 8-0 e, na Antas, por 6-0, mas agora é outra conversa. Não há razão para sustos.

Vitoriano e a Mãe

Tinha Vitoriano dois anos quando lhe morreu o pai, que era pescador. A mãe e três irmãs criaram-no e permitiram-lhe que estudasse. Completoou o liceu e chegou ao Instituto Superior de Engenharia. A sua carreira também tem uma particularidade curiosa: um «buraco» de cinco anos.

— Comecei no Varzim, fui juvenil, junior, senior, fui estudando sempre, até que veio o 25 de Abril, tudo parou, fiz o Serviço Civil, o Varzim sempre me namorou para que regressasse, andei a brincar ao futebol no Ribeirão e no Guilhabreu, até que acabou o futebol o direito de opção, os jogadores passaram a ganhar coisa que se visse

e, cinco anos depois de ter saído, voltei ao Varzim. Agora, sou eu que posso ajudar a minha mãe e é pouco tudo o que fiz por ela e pelas minhas irmãs. Trabalhavam e trabalham numa fábrica de conservas e foi assim que sustentaram os meus estudos.

— Vem ai o F. C. Porto...

— Todo o respeitinho é pouco!...





Percebidos socialmente como pessoas de "raça", capazes de enfrentar as maiores adversidades no mar, aos pescadores (ou filhos destes), era pedido o mesmo tipo de atitude, em campo.

foram morar para “uma casita” situada no número 10 da Rua da Caverneira, em frente ao porto de pesca da Póvoa de Varzim, na vizinhança do local, na marginal, hoje em dia pontuado pela estátua de São Pedro Pescador.

A prole de Manuel e Heroína Augusta dos Santos foi de cinco filhos. Duas raparigas – Maria do Carmo e Maria da Conceição – e três rapazes – Virgílio, José e José Maria (o mais novo), que entraram no mundo do trabalho pela pesca. Num dos casos, tal revelou-se mesmo fatídico.

Quando o barco *Cordeiro de Deus* naufragou, a 5 de fevereiro de 1980, em Vila do Conde, José foi um dos quatro tripulantes que pereceram. Nesta tragédia, as biografias de José Maria e de José Moita (ver páginas anteriores) cruzam-se. Também este perdeu ali um irmão, Carlos Moita – o mestre da embarcação.

— O meu outro irmão, o Virgílio, também andou ao mar até aos 18 anos, ou assim, mas conheceu uma banhista de Moreira de Cónegos. Por coincidência, num verão calhou de ela vir passar férias para nossa casa e começaram a namorar.

A frequência das iodadas praias locais por pessoas de concelhos mais a leste é uma tradição terapêutica que vem de longe e que ainda hoje tem o seu peso na economia poveira. Naquela altura, perdeu-se um pescador, mas ganhou-se um operário fabril na vila do concelho de Guimarães. É “um emprego mais certinho”, condescende o irmão. Virgílio foi, mas “de 15 em 15 dias faz questão de vir à Póvoa matar saudades do mar”, acrescenta.

A primogénita Maria do Carmo mora na colmeia piscatória da Poça da Barca, em Vila do Conde; e a outra irmã, Maria da Conceição, está no Faial, nos Açores, que viria a ser o primeiro porto de abrigo para Zé Maria, depois de se retirar do futebol. O mundo da bola foi um capítulo tardio na vida deste poveiro. A meninice, como aconteceu em tantas situações similares, foi passada com um pé em terra e outro no mar. Tal como José Moita, estudou na escola primária conhecida popularmente como “Bota P’rá Mula”, bem perto de casa, mas à medida que foi crescendo, lá surgiu o apelo – e a imposição, por necessidade – do trabalho. Começou “mais ou ao menos com nove anos” e, como acontecia com todos, nessa idade, o labor no barco era feito “às escondidas” em horários desfasados dos estudos.

— Ia para o mar à noite, vinha quase de manhã e seguia direto para a escola. Muitas vezes adormecia na carteira e acabei por chumbar.

Valeu a mão amiga de um padre já falecido, Telmo Almeida

(pároco da Lapa, na zona sul da Póvoa, a poucos metros da bacia do porto de pesca), que tanto puxou por José Maria que o neófito pescador, estudando quando podia, lá fez com aproveitamento o exame da quarta classe.

Aos 14 anos tirou a cédula marítima e começou no *Estrela do Alvor*, do “grande mestre” Manuel “Cavalheira”, pai de Júlia Rajão, ou Júlia “Barbosa”, cujo percurso também se conta neste livro, a partir da página 234. Daí em diante, também como era costume na altura, foi saltitando de ofício em ofício por entre diversos barcos da Póvoa e pelas traineiras de Matosinhos, entre as quais a *Invisível*, aquela de que de melhor se recorda.

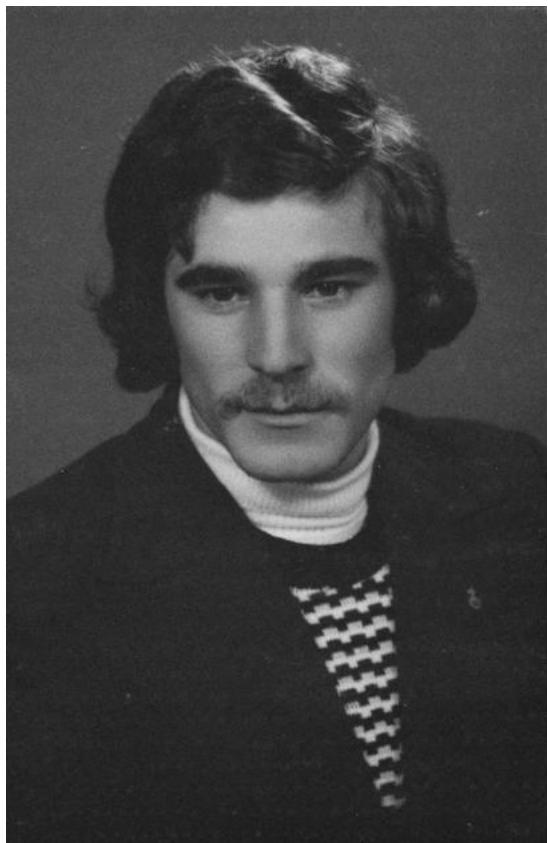
A tropa foi passada nos Regimentos de Infantaria (Setúbal) e Lanceiros (Lisboa). Um problema num tímpano reduziu-lhe o tempo obrigatório nos quartéis e permitiu-lhe o regresso ao mar mais cedo que o previsto.

Cheio de pujança, os tempos livres eram passados “no fieiro”, a dar pontapés na bola, ou a participar num ou outro torneio. O jeito do jovem era tal, que ficaria na retina de um amigo que mais tarde o indicaria como o ponta-de-lança de que o Fajozes – equipa de uma freguesia de Vila do Conde – precisava. Antes disso, Zé Maria já tentara as camadas jovens do Varzim, onde não ficou por causa da incompatibilidade entre os horários dos treinos e os da pesca.

Com o serviço militar obrigatório arrumado, chegara a altura de firmar, pelo casamento, o amor por Rosa Maria Ferradeira, uma jovem natural de Leça da Palmeira, Matosinhos, que, ainda nova, rumara com a família – pai, madrasta e irmãos – até às Caxinas, Vila do Conde, onde arranjou emprego na fábrica de conservas S. Pedro. Quis o destino que Rosa fosse morar para uma ilha, junto à Igreja do Senhor dos Navegantes, onde também residia o *Ti Zé Maneta* – está bom de ver que nunca José Maria terá visitado tanto o avô como naquela altura.

O casal fixou-se na Póvoa. José Maria, mesmo sem tempo para treinar, dava nas vistas pela quantidade de golos que ia marcando no futebol amador, despertando a atenção do técnico do Castêlo da Maia, Leonardo Nunes. Sobe um patamar, para o Distrital, mas o treinador era um ex-jogador do Famalicão (e também do Varzim e do Rio Ave) e deu a Santana, seu homólogo no clube famalicense, indicações sobre o potencial do atleta.

No ano de 1981 começa a aventura nos campeonatos nacionais que o levaria a passar pelo Famalicão (duas épocas), pelo Varzim



Por causa da pesca, José Maria Marques da Mata chegou tarde ao futebol profissional, mas ainda sonhou com uma carreira num dos clubes "grandes". Uma perna partida num jogo contra o Benfica, num lance envolvendo o jogador internacional Veloso (ao lado, em baixo) acabou com esse sonho.



(cinco) e pelo Tirsense (três), antes de fechar a carreira com mais duas temporadas ao serviço do emblema poveiro.

Com a têmpera característica dos homens do mar, Zé Maria “dava tudo em campo e metia sempre o pé”, o que lhe custou fraturas em cada uma das pernas quando estava no Varzim – frente ao Benfica, num lance com Veloso – e no Tirsense. E numa ocasião, na Madeira, teve de ser suturado na língua com 40 pontos pelo médico varzinista, José Macedo Vieira, que, mais tarde, viria a ser presidente da Câmara da Póvoa durante cinco mandatos, entre 1993 e 2013.

— Não é que os jogadores das terras com mar sejam mais bravos, mas se calhar entregam-se com alma e coração porque, muitos deles, ou os familiares, passaram necessidades. É como enfrentar uma tempestade no mar. E a própria família incentiva a dar tudo, a deixar tudo dentro das quatro linhas de jogo.

Um conselho que Zé Maria seguiu bem à risca quando, num jogo no estádio do Bessa, o treinador varzinista e antigo magriço José Torres o mandou marcar João Alves, a grande vedeta dos boavisteiros. O poveiro colou-se como uma lapa ao “luvas pretas” e os adeptos da casa ficaram furiosos com tanto afínco. Antes do final da primeira parte já as coisas estavam feias.

Com a classificação estabilizada, o técnico – conhecido como “o bom gigante” – tentou evitar confusões e, no intervalo, tirou Zé Maria, que saiu camuflado do estádio no interior de um jipe policial até ao Castelo do Queijo, onde, no final da partida, o autocarro o apanharia para o regresso à Póvoa.

A animosidade sentiu-a também, mas aí na pele, após um jogo pelo Varzim no campo do vizinho Rio Ave, para a Taça de Portugal, no ano em que os vilacondenses acabariam por chegar à final no Jamor. Zé Maria cismou em ir a pé do antigo estádio da Avenida até à casa do sogro, nas Caxinas, e o trajeto não foi propriamente um mar de rosas.

— Atiraram-me areia, pedras, chamaram-me nomes. As pessoas viviam intensamente os jogos, e elas conheciam-me, no caminho até à Igreja das Caxinas. Os meus sogros moravam em frente.

Em Matosinhos, tudo era mais sereno e até dava azo a cumprimentos aos antigos camaradas da pesca ou até a familiares que não faltavam, como o tio Francisco, nos jogos com o Leça, e o primo Artur da Mata, no reduto do Leixões. A mulher Rosa também tinha – e tem – “um fraquinho” pelo clube leixonense e o jogador já sabia o que a casa gastava.

Penduradas as chuteiras, Zé Maria passou pelas equipas técnicas do Varzim. Ainda acreditou que, como o pai, acabaria a trabalhar nos serviços do município. Mas tal não veio a acontecer. Se Manuel trocara a pesca pela função pública aos 50 anos, o seu filho acabou mesmo por voltar ao mar.

José Maria e Rosa Maria tinham investido parte dos rendimentos do futebol na compra da casa da família, que contava já com as filhas Marta Luísa e Carla Alexandra. E o poveiro ruma, então, aos Açores para junto da irmã, a fim de trabalhar num barco ao lado do cunhado.

— Nós ali pescávamos ao anzol. Íamos três dias, vínhamo-nos descarregar e partíamo-nos para mais três dias. Depois, comecei um novo ciclo. Fui para a Espanha, depois para a Escócia. Em Espanha, em Burela, estive dez anos, à pescada, no *Maria Vidal*. Passávamo-nos entre 15 a 20 dias no mar.

Numa região tão dedicada ao negócio da pesca é intensa a circulação de informação sobre a existência de empregos economicamente mais atractivos e José Maria ruma à América do Sul para pescar o “bacalhau negro” na Argentina, ou outras espécies no Uruguai, Chile e Brasil. Uma labuta de seis meses consecutivos de trabalho. Nas pausas, no regresso a Portugal, vai para a pesca da sardinha na traineira *Corte Real*, a partir do porto de Leixões, em Matosinhos.

No princípio deste ano de 2022, o emprego está em Sesimbra no *Mestre Manso*, mas a lufa-lufa deve acabar em breve, “mal saia a reforma de Espanha”. Nessa altura, José Maria antevê que vá ver mais jogos de futebol, do seu Varzim e do Sporting, certamente. Contudo, aquilo que este poveiro quer mesmo, quando arrumar as galochas, é olear o carro, passar cera nas argolas da cana e fazer aquilo de que mais gosta: pescar.

José Ramos
Pereira,
Francisco Ramos
Pereira,
Ricardo Tato
Pereira,
Matosinhos

Fotografia Sérgio Rolando, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto Luísa Pinto **Arquivo** Família Ramos Pereira



Os três *Camacinhos*



Com a alcunha da família bem estabelecida, no momento de batizar a sua primeira traineira, os filhos de Zé Camaço acabaram por seguir uma sugestão, dando-lhe o nome Camacinhos. Três embarcações tiveram esse nome, até 2022.

Ver um barco limpo acostado ao cais não é um bom sinal. É sinal, talvez, de que não trabalha, e de que está ali para servir de montra, apenas. Devia ser por isso que o velho Manuel Rodrigues Pereira, um pescador das Caxinas, Vila do Conde, não deixava ninguém lavar o seu barco.

— Por causa dessa teima do nosso avô, o barco ficava cheio de escamas. E o povo passava e dizia: “Olhem para este barco, cheio de *escamaços*”. Passado pouco tempo, a família começou a ser conhecida por “Camaços”.

A explicação dá-a Francisco Pereira, mais conhecido por Chico Camaço, no Bairro dos Pescadores, em Matosinhos.

Na comunidade piscatória, muitas vezes, a alcunha de família é mais conhecida do que o nome que está registado no bilhete de identidade. No caso da família de Francisco, assim aconteceu.

O pai, José, e depois ele e os irmãos ficaram sempre conhecidos, não como os Pereiras, mas sim como os Camaços.

José Rodrigues Pereira – aliás, Zé Camaço – teve dez filhos, dos quais quatro do sexo masculino: Salvador, José, Francisco e Joaquim. Na altura em que casou com Maria Adelaide Gonçalves Ramos, também ela de Vila do Conde, o casal tinha uma vida de “migrante”. Viviam nas Caxinas, faziam-se ao mar. Mas na altura da sardinha, e na época em que esta safra explodiu, na segunda metade do século, vinham servir para Matosinhos. Começaram a andar cá e lá, até que assentaram de vez em Matosinhos – a maioria da família, pelo menos.

Francisco Camaço nasceu já em Matosinhos, há 65 anos, numa casa a 50 metros da praia. José Camaço, dois anos mais velho, nasceu na casa que os pais tinham nas Caxinas. “Estávamos na altura do defeso da sardinha, deviam estar mais lá do que aqui”, explica Zé. Andar “entre cá e lá”, isto é, entre Matosinhos e Vila do Conde, acabou por ser, também, o que fez a vida toda Zé Camaço, já que trabalhou sempre em Matosinhos, mas foi casar com uma caxineira e é nas Caxinas que continua a viver.

O velho José Camaço aprendeu com o pai a andar ao mar. Fez nove viagens na pesca do bacalhau, seguindo as pisadas de muitos dos seus conterrâneos, experimentou a pesca artesanal na Póvoa e em Vila do Conde, mas depois começou a apostar mais na sardinha – que o porto era mais seguro, havia mais certezas de rendimento e de sucesso. E tal como acompanhou o pai, o velho José também se fez acompanhar pelos filhos. Tanto Francisco como José começaram cedo a enfrentar a vida do mar. Não lhes foi dada opção, mas a verdade é que também não ofereceram

resistência. Foram tripulantes na traineira do pai ainda antes dos 14 anos, ainda antes de terem a cédula de marinheiro-pescador, que era obrigatória para andar ao mar, como explica José Pereira.

— Eu cheguei a matricular-me na escola Industrial [onde hoje é a Escola Secundária Gonçalves Zarco], ainda tenho em casa o cartão. Mas isso foi no tempo das férias. Depois o meu pai precisou de nós para coser as redes, porque já não tinha pessoal. Quando chegou o dia de ir para a escola, já não fui. Já não fomos.

Na família todos ajudavam. O pai andava no mar, a mãe ficava em terra, a gerir e a resolver o que fosse preciso. Adelaide e José geriam uma empresa que tinha duas traineiras, o *Adelaide José* e o *Bom Regresso*. Mas quando José morreu, no dia 1 de março de 1971, decidiram vender o primeiro e ficaram só com o *Bom Regresso*. Foi logo nessa altura que os irmãos Chico Camaço e Zé Camaço começaram a definir as ocupações que haviam de manter, várias décadas depois: Zé como mestre de redes e gestor no armazém; Chico enquanto mestre da embarcação; e o irmão Salvador na função de contramestre de Francisco.

José tinha 22 anos, Francisco, 20, e o irmão mais novo, Joaquim, apenas 18. Mas os três decidiram constituir uma sociedade e, em 1971, mandaram construir uma embarcação.

— Tínhamos de escolher um nome para o barco e foi o senhor Rolando, que era cabo de mar, que, em conversa connosco, e vendo-nos a todos tão novitos, sugeriu: “Ponham *Camacinhos*.”

Foi aí que apareceu o primeiro barco *Camacinhos*. Era todo em madeira, tinha 16 metros de comprimento. Os quatro irmãos trabalharam nele.

Quarenta anos depois, Francisco e José continuam a trabalhar juntos, lado a lado. O irmão mais velho, Salvador, já faleceu. O mais novo, Joaquim, “cansou-se da vida do mar”, e abriu um negócio em terra. “Abriu um café e snack-bar junto à linha do metro da Senhora da Hora. Ainda lá está, também se chama Camacinho”, conta José. Com o tempo, Joaquim também se cansou da vida em terra, e voltou para os barcos, mas no rio. “Agora anda nos barcos de turismo”, acrescenta Chico.

Francisco e José também se cansaram muitas vezes. Também se cansam. Com quase 50 anos de vida de mar, 40 anos enquanto donos de uma empresa, explicam que o facto de serem familiares não torna as coisas mais complicadas. Pelo menos, os dois nunca se zangaram. Porque ambos se conhecem bem, ambos sabem “o que é o desespero da pesca”, como diz Francisco.

— Eu e o meu mano trabalhámos sempre juntos. Andámos na escola juntos. Fizemos formação juntos. Trabalhámos com a mãe juntos, trabalhámos nos barcos do pai e da mãe juntos. Fizemos uma sociedade, juntos. E cá estamos, a trabalhar, juntos.

Os Camaços são um caso sério de sucesso no que toca à longevidade das empresas familiares. E vão dizendo que agora, apesar de haver melhores condições nas embarcações e tecnologias mais sofisticadas, e apesar de haver acesso a informação que antes ninguém conseguia ter – nomeadamente as previsões meteorológicas –; a vida da pesca tornou-se bem mais difícil em múltiplos aspectos. Principalmente num, que é aquele de que mais se queixam e o que mais os preocupa: a falta de mão-de-obra qualificada. Sentencia Francisco Camaço:

— O mais difícil de tudo é arranjar gente com responsabilidade para trabalhar. Agora não há pescadores, há gente que aparece para fazer uns biscoates e ganhar dinheiro, poucos com vontade de trabalhar e nenhum que queira responsabilidades.

É Janeiro, época de defeso, o barco está em terra. A traineira *Camacinhos*, a terceira embarcação que recebeu esse nome, está em manutenção. Francisco e José estão num armazém, a pouco mais de cem metros da doca, com uma tonelada de rede aos seus pés, a percorrê-la, centímetro a centímetro, à procura de danos, de estragos, de buracos.

— A tripulação pode ter dias de descanso, pode ter férias, ir para o subsídio de desemprego no defeso. Mas um patrão nunca tem férias. Porque sente na pele, e no bolso, aquilo que não faz.

Francisco acrescenta que tanto ele como o irmão já tinham idade para parar de trabalhar.

— Já precisamos de algum sossego. Não podemos dizer que é o que queremos. Na verdade, é aquilo de que precisamos. Mas ainda estamos aqui, a reparar redes, e a fazer o que for preciso.

“O sector é cansativo”, assume Francisco, dizendo que não é o mar que os cansa. “O mar só quer que o respeitem.” José é o patrão da empresa, o responsável por tudo o que se passa em terra: acompanha a descarga do pescado para a venda no leilão, na lota, quando abre às sete. Prepara todas as burocracias, garante que todos os aparelhos de pesca estarão a postos para serem usados no mar, na noite seguinte.

Francisco é o mestre da embarcação. É quem vai lá dentro, na casa do leme, a desenhar as rotas de navegação, a decidir quando se lança a rede, em que ponto se tenta a pesca.



José Ramos Pereira, o quarto homem que vemos no cais, com o resto da companhia da traineira *Camacinhas*.



O casal José Rodrigues Pereira e Maria Adelaide Ramos (grávida de Francisco), em 1956, com sete dos dez filhos que viriam a ter. José Ramos Pereira é o bebé ao colo da mãe. O rapaz à esquerda é Salvador, ao lado de Carmo, de cabelo curto, que tem à frente Maria de Lurdes. Sentada no chão vemos Helena, à frente de Clara, que sustém outra bebé, Emilia.

O contramestre é quem faz o apoio às operações. É quem está cá fora, junto da tripulação, e dá voz do comando para lançar o cerco, para executar todas as tarefas, para garantir coordenação. Durante muitos anos, foi Salvador quem exerceu esta função. Mas há quase duas décadas, tem sido Ricardo Pereira, o filho de Chico Camaço, a exercê-la.

Se Francisco não teve tempo de aprender com o pai a sua profissão, teve tempo de ensinar tudo o que sabe ao filho.

Ricardo Camaço tem 39 anos e já passou mais de metade da sua vida no mar, a acompanhar o pai, a tornar-se contramestre e mestre – quando lá chegou, explicam, era o mais novo do país. Ricardo foi o único da família, entre irmãos, primos e sobrinhos, que quis experimentar a vida no mar. “Não foi nada que senti como obrigação, ou que me foi imposto. Antes pelo contrário”, recorda Ricardo. Foi ele quem teve de pedir ao pai para ir para o mar e não o pai a incentivá-lo para o fazer.

— Estudei até ao 10.º ano. Mas já não andava satisfeita, queria começar a trabalhar. Experimentei fazer coisas em terra – o meu primeiro trabalho foi numa serralharia –, mas também não me agradou. Então pedi ao meu pai para ir com ele. E ele lá me deixou experimentar.

Foi em 1999, Ricardo tinha 17 anos. Era a altura da sardinha, estavam em pleno verão. O “Camacinho” lembra-se bem da primeira viagem, em que foi a dormir a maior parte do tempo, deitado na casa do leme, deitado aos pés do pai.

— O meu pai disse-me: “Não fiques à espera. Quando aparecer a sardinha eu chamo-te”. Lembro-me de adormecer, e de ele me chamar depois. Apanhámos sardinha nessa noite, já era quase alvor. E eu vinha todo contente, a achar-me um herói.

Ricardo recorda-se de o pai lhe pedir para comer – para evitar vomitar. Mas naquela primeira viagem vomitou mesmo – mas não voltou a acontecer. Ricardo adorou a experiência, apreciou que o pai o tivesse incluído na caldeirada desse dia, ficou fascinado com a liquidez que um pescador podia ter na algibeira, todos os dias.

— Há uma pequena parte da safra que não vai para a lota, que fica para ser dividida por todos os pescadores. Por exemplo, dos 200 cabazes de cota que temos por dia, tiramos 50 cabazes no fim da semana. Mas é essa *caldeirada*, que é distribuída diariamente pelos pescadores, que lhes permite ter dinheiro no bolso. Nas primeiras semanas também me entusiasmou a vertente económica da atividade. Mas eu tinha consciência que estava na melhor altura do ano, que não eram todos os meses assim.

Consciência, tanto das vantagens como das desvantagens, foi algo que nunca faltou a Ricardo. “Eu sabia que trabalhar com a família tem coisas muito boas, mas também tem coisas más”, garante. Mas Ricardo Camaço soube sempre preparar-se para elas, munindo-se, primeiro, de muita vontade, e segundo, de muita convicção. Foi sempre trabalhando à sombra do pai e dos tios. Foi aprendendo muito com o método que Francisco Camaço construiu e experimentou sozinho.

— A *Camacinhos* trabalhou sempre de uma forma bastante isolada do resto da frota. O meu pai sempre definiu as suas rotas sozinho, pensando pela sua cabeça. Nunca foi atrás dos outros. Ele tinha um diário, em que apontava onde passava, onde pescava a cada dia, onde tinha encontrado peixe e onde tinha corrido mal.

Durante três ou quatro anos, Ricardo ia aprendendo com o mestre, o pai, e o contramestre, o tio, ia estudando para conseguir subir nas categorias profissionais. Depois de ter a cédula de marinheiro, rapidamente tirou a licença para ser também contramestre, primeiro, e mestre, logo depois.

— Fui o mestre mais novo do país. Mas eu tinha muito receio de assumir a gestão dos recursos humanos. Já antes era muito complicado e agora ainda é mais. Como é que um jovem com pouco mais de 20 anos ia dar ordens, falar para pessoas muito velhas, que tinham mais anos de mar do que eu de vida?

Foi depois de uma semana muito má, com fracos resultados em termos de pesca, que Ricardo decidiu fazer prova de vida – e de competência. Era quinta-feira, novembro, 2010. Estavam no mar alto quando receberam uma chamada da mãe de Ricardo a dar a terrível notícia de que o avô materno tinha morrido.

— A notícia foi recebida como uma facada. O meu avô esteve emigrado em França durante muito tempo, tinha regressado há poucos anos. pensávamos que íamos usufruir um pouco mais da companhia dele.

Quando chegaram ao cais, com o barco pouco carregado, o pai pediu ao filho para avisar a tripulação que nessa noite não sairiam ao mar. Francisco Camaço queria ficar com a mulher, a velar o sogro.

— E eu disse ao meu pai que não ia fazer isso. Disse-lhe: “Tu ficas com a mãe, mas eu venho ao mar.” Expliquei-lhe que me sentia preparado. E que era importante tentar melhorar a semana do pessoal, que tinha ganho muito pouco. Eu queria tentar.

Ricardo tentou, e conseguiu. Largou à hora do costume, perto da meia-noite, rumou a Norte, lançou a rede ao largo de Viana,





Entrando e saindo do porto, a Camacinhos marcou um tempo na pesca do cerco em Matosinhos, representando uma família com história em Leixões. A traineira foi vendida em 2022, fechando um ciclo.

eram umas quatro ou cinco da manhã. Apanhou 600 cabazes de sardinha e chegou ao cais quase às nove.

— Correu bem. Ainda consegui ir ao funeral do meu avô. E a tripulação terminou a semana com alguma coisa.

Doze anos depois dessa noite, Ricardo acumulou vitórias e derrotas, e muita, muita experiência. Houve mais vezes em que assumiu a mestrança da traineira, como quando, num acidente, o pai cortou os dedos de uma mão numa corda. Mas depois percebeu que Francisco Camaço não era feliz só no armazém: faltava-lhe o mar.

Voltou a perguntar ao pai se não queria vir ao mar. E Francisco não pensou muitas vezes. A vida do mar cansa, mas ele parece que não queria viver outra, mesmo que tantas vezes se zangasse com o pessoal, e se indignasse com as dificuldades.

Era Ricardo Camaço quem tinha de lidar diretamente com os tripulantes, era sempre o “Camacinho” que tentava amortecer as dificuldades.

— O pior é não poder confiar nas pessoas. Os tripulantes faltam por tudo e por nada. Há casos de trabalhadores que têm seis meses de contrato, e que, no final, tudo junto, faltaram mais de um mês. Isso significa faltar uma vez por semana. Quem consegue gerir seja o que for assim?

O mestre da *Camacinhos* diz que hoje em dia não há muitos pescadores com vocação. Há gente que aparece para trabalhar, mas tanto podiam estar ali como na recolha de lixo, na jardinagem ou na construção civil.

— Vêm fazer uns biscates, ganhar dinheiro. Não vêm porque tenham um compromisso com o trabalho.

Ricardo Camaço concede que foi esta dificuldade que levou o pai e o tio a tomarem uma decisão para a qual nem foi consultado.

— Houve uma proposta de compra da *Camacinhos* por um empresário de Sesimbra. Eles demoraram a decidir, mas agora o contrato está praticamente assinado. E eu percebo porquê.

Francisco Camaço já o tinha explicado:

— Continuar torna-se mais difícil, porque a idade vem em cima de nós. Aquela valentia, a polivalência, já começa a desistir, já não há a força. E tudo se torna mais difícil. A qualidade do pescador é agora muito fraca.

Ricardo não foi consultado na decisão de vender a empresa, mas diz que, se tivesse sido, não tentaria convencer o pai e o tio a manter a *Camacinhos* na família.

— Se eu achasse que o negócio era bom, eu podia pedir ao meu pai para comprar a parte do meu tio, para eu assumir a empresa. Mas também eu

tenho dúvidas. Acho que, neste momento, não conseguiria continuar sem ter o meu tio no armazém, e o meu pai para me segurar as pontas quando fosse preciso. Não quero carregar o meu pai, ele já está na idade de estar sossegado. Como não arranjo ninguém, não consigo contrariar.

Francisco e José diziam que quando Ricardo desistisse de andar ao mar, se acabaria a geração dos Camaços na pesca. Ricardo ainda não tem a certeza se isso já aconteceu, no dia 30 de Novembro de 2021, dia em que a *Camacinhos* saiu, a última vez, do porto de Leixões para a faina.

A traineira construída em 2003 no estaleiro da Figueira da Foz ruma agora a Sesimbra, onde vai ser pintada e mudar de nome.

— Esse era um dos nossos requisitos. Não queríamos que o nome *Camacinhos* andasse por aí, em outras mãos.

Ricardo ainda não decidiu o que vai fazer à vida – se tenta outro trabalho em terra e desiste da vida do mar.

— Não estou preparado, ou não sei se me apetecer, ir trabalhar para outro patrão. Mas sei que vou sentir falta da liberdade, do contacto com a natureza, da adrenalina que existe e da ansiedade que traz a pesca, da tranquilidade dos momentos em que navegamos ao alvor.

Por agora, já tem uma coleção de histórias para contar aos filhos, de dez e oito anos. E a história de eleição não é sobre grandes pescarias ou fainas, mas sim a que envolve o salvamento de um naufrago, ao largo de Aveiro. Foi em junho de 2010 e Ricardo recorda-se da situação, ao pormenor. “O Paulo ainda nos veio visitar algumas vezes.”

O jovem mestre ainda não decidiu o que vai fazer à vida, mas num futuro mais ou menos próximo ainda admite tentar arranjar fôlego, coragem e financiamento para construir a sua própria empresa, o seu barco.

— Já tenho o projeto todo na cabeça. E se algum dia o concretizar, pode ter a certeza de uma coisa: o meu barco vai chamar-se *Camacinhos*.

Maria Júlia da Silva Rajão Viana, Póvoa de Varzim

Fotografia Helena Flores, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto Ângelo T. Marques **Arquivo** Júlia Rajão



A herdeira dos Cavalheira também ama o mar



A motora *Estrela do Alvor* foi o barco com que Manuel Cavalheira se estabeleceu na Póvoa de Varzim, depois de muitos anos a pescar nas traineiras de Matosinhos.

Os filhos de Maria Júlia da Silva Rajão Viana já não são pescadores. Mas esta mulher, conhecida na Póvoa pelo sobrenome da mãe, Barbosa, mantém o gosto pelo mar do pai e do avô paterno, duas figuras marcantes da comunidade piscatória onde nasceu. E, por isso, até se imagina como eles.

— Se eu tivesse nascido homem, hoje seria certamente pescador. Eu admiro a vida no mar, aquela coisa de não ter um ritmo sempre igual. Não gosto de fazer todos os dias a mesma coisa.

Júlia Barbosa é neta do Tio Tomás “Cavalheira” – herói poveiro dos mares a quem, pela bravura efetiva, o país atribuiu medalhas – e filha de Manuel Cavalheira, que foi igualmente um dos mais respeitados pescadores da Póvoa de Varzim e que teve ainda, numa parte da sua vida, forte ligação a Matosinhos. A este leque de seduções e heranças junta-se o fascínio que sempre exerceram sobre ela as fabulosas histórias “das enormes montanhas de gelo”, que o irmão José trouxe das campanhas do bacalhau.

Não se julgue, porém, que esta poveira chegou aos 60 anos de mal com a vida. Na Póvoa “não há a tradição” de as mulheres irem para o mar, logo, a pesca nunca foi uma opção, ainda que Júlia Barbosa pudesse trabalhar legalmente num barco, como faz questão de esclarecer enquanto exibe, sem esconder uma pontinha de vaidade, a imprescindível cédula marítima, tirada em outubro de 1983.

— Eu já morei em Aver-o-Mar, em frente à praia. E no inverno adorava ficar à janela a olhar para o mar. Mesmo com o mar vivo, a partir tudo. Eu adorava aquela branquidão, os cargueiros a passar. É lindíssimo.

No interior da sua casa, numa rua apertada perto da sede dos Leões da Lapa – coletividade que, no Bairro Sul, promove as festas de São Pedro – não faltam objetos ligados ao mar, alguns dos quais são dispostos na varanda por altura das celebrações do santo pescador. Também há fotografias estrategicamente colocadas, com especial destaque para as imagens do pai envergando as vestes de pescador – as “tradicionais” e as de “gala” – representativas da Póvoa. Um homem com aspeto pétreo e que as agruras da vida tornaram rude.

— O meu pai não era dado a intimidades, era até um pouco bruto, mas tinha um coração de ouro.

Nos últimos anos de vida do pai, Júlia já lhe foi conhecendo uma faceta menos granítica. Quiçá por causa da sua própria boa disposição que a impele a disparar vezes sem conta um sonoro e largo sorriso. Esse mesmo encanto terá desarmado Manuel

Gomes da Silva Viana – um antigo pescador de Aver-o-Mar que ficou órfão de pai muito novo e que é hoje profissional da construção civil –, com quem teve três filhos: um encontra-se emigrado na Suíça, outro filho está prestes a tornar-se engenheiro, e já trabalha; e o mais novo está no ensino superior. Por este ramo familiar, a ligação à pesca acabou. Valem as memórias e as alcunhas do passado que, no meio local, ainda se colam aos descendentes. Júlia comprehende a opção dos “mais novos que hoje em dia preferem o conforto à incerteza e dureza da vida do mar”, mas já incutiu aos seus três rapazes que a história da família é grande demais para ficar esquecida e fechada num álbum de fotografias. Tem de ser verbalizada e exponenciada. Passada de pais para filhos, lembrando “os valores de retidão e bravura” dos antepassados.

Casamento entre vizinhos

Os avós de Júlia do lado materno eram o poveiro António José da Silva, que ela não conheceu, e Maria Ribeiro Barbosa, nascida em Fão, Esposende. Ele era estucador e tocava na Banda de Música Passarinhos, que viria a fundir-se com a dos Malhados, para a constituição da Banda Musical da Póvoa de Varzim. E ela vendia sardinhas e doces nas festividades. Numa certa festa, o destino juntou-os, nos respetivos papéis, e “deu em casamento” do qual nasceram Maria de Lurdes (a mãe de Júlia) e Maria das Dores. Esta casaria com Francisco Pontes, pescador que pereceu com a “doença dos pezinhos” (paramiloidose), uma maleita com grande prevalência na Póvoa e que, por poder ser transmitida por via hereditária, enlutou muitas famílias.

António e Maria moravam no número 68 da Rua António da Silveira. Na artéria ao lado, na Rua da Fortaleza, residia o pescador Tomás Pereira Rajão, o “Tio Tomás Cavalheira”, e a mulher, Ana Fernandes Moça, que, apesar de ser dos Maiatos (alcunha da sua família), era conhecida por “Tia Ana do Praga”, “por andar sempre a pregar”. Tiveram 11 filhos “à pia do batismo”, resume Júlia, mas com a mortalidade infantil tão presente nos primórdios do século XX, vingaram apenas cinco bebés: António, Manuel, Lázaro, José e João (Juca). Manuel, nascido a 24 de fevereiro de 1926, cresceu por ali, ao pé da praia onde se fez ao mar, e ali arranjou noiva.

— O meu pai, para ir para o mar, tinha de passar pela rua da minha mãe, e cantava-lhe o fado. A minha avó Maria, quando ouvia aquelas cantorias dizia: “Lá vem o bêbado.” São histórias engraçadas. O meu pai era alto, um “homenzão”, e a minha mãe era mais baixa.

O avô paterno de Júlia, Tomás Cavalheira, foi um homem de rija têmpera. Criado à beira-mar, conhecia como poucos as artimanhas das ondas e dos ventos, e por duas vezes foi agraciado, com medalhas, pelo Instituto de Socorros a Náufragos. Num dos casos, no salvamento da tripulação de uma embarcação que naufragara à entrada da barra. Destemido, Tomás Cavalheira lançou-se à água e puxou os pescadores que estavam em apuros para o salva-vidas *Cego do Maio*, do qual era tripulante. Noutra situação, saiu no próprio barco *S. José Guiai-nos* com a companha que integrava os filhos Manuel e Lázaro e, à força de remos, foi possível chegar a Aver-o-Mar a tempo de resgatar os aflitos pescadores do barco *Tio Vianês*. A exceção foi o próprio mestre, seu amigo.

— As medalhas foram logo para o museu. O meu avô não ligava a essas coisas. Nunca usou uma ao peito.

Júlia tem saudades da teatralidade com que o avô acolhia os netos, na casa da Rua da Fortaleza, onde sempre viveu até morrer, com 82 anos. Júlia perdeu-o, e à avó Barbosa, em poucos meses, quando tinha apenas nove anos. Nunca esqueceu.

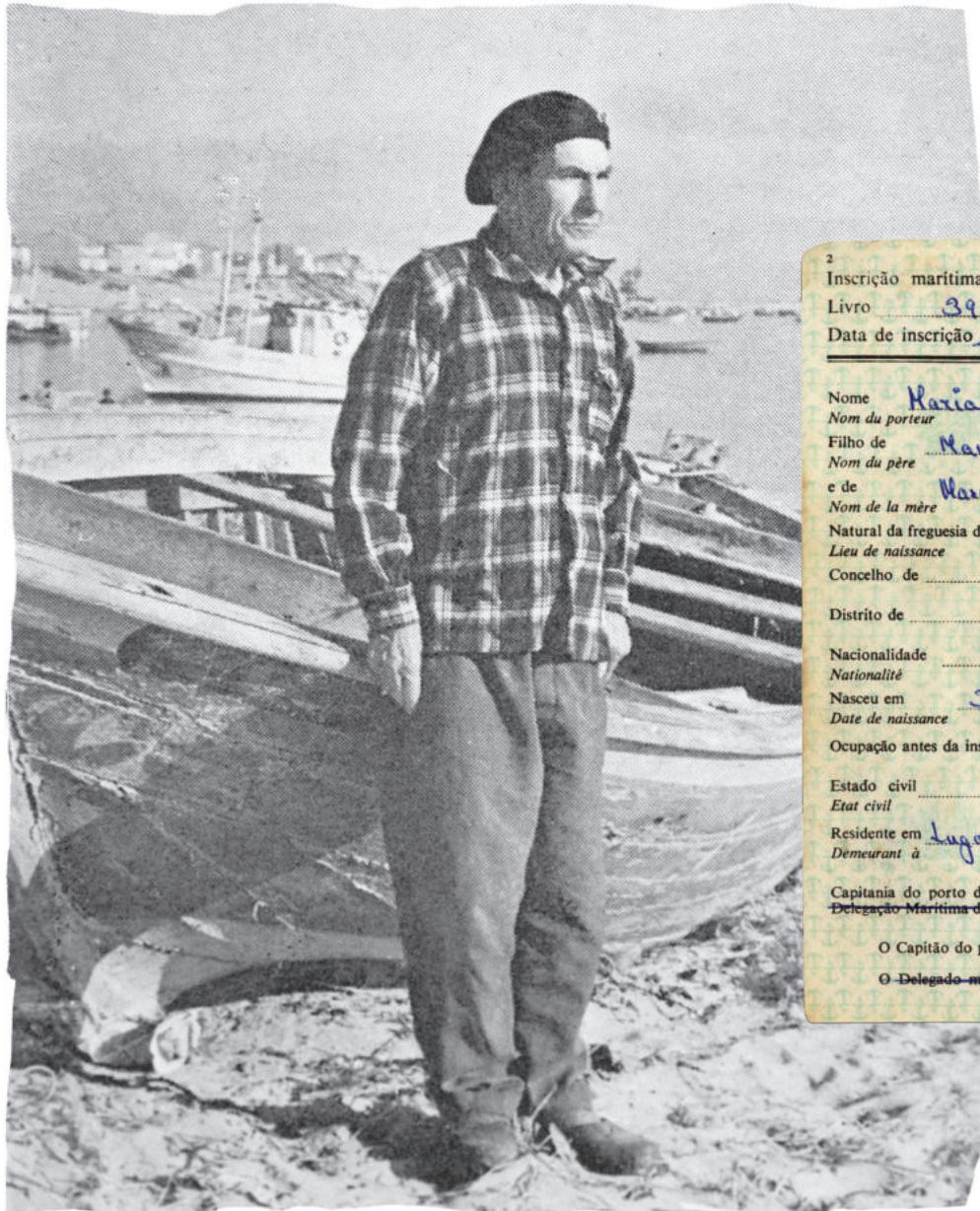
— Ele estava sempre no quarto da frente, sentado num banquinho, a amolar a faca num godo, para cortar a fruta. E nós adorávamos as histórias que nos contava sobre religião e outras cheias de moral, do bom e do mau ladrão. Oh, senhor. Nós estávamos ali pasmadinhos, a ver.

Sobre os seus naufrágios ou outros acidentes é que não dizia palavra. “Eram assuntos que não aprofundava com os mais pequenos. Não gostava de nos ver preocupados.” Mas ensinou-os a interpretar os sinais que, no Atlântico, ajudavam um pescador a levar a vida. O barco do pai foi o primeiro posto de trabalho de Manuel Agonia Rajão. Teria “seis ou sete anos” quando arregaçou as mangas para ajudar na labuta. Ficou sem saber ler nem escrever, mas teve um dos melhores mestres da profissão.

A ligação entre ambos era muito forte.

— O meu pai sempre disse que, quando morresse, queria ir para a campa do pai e que fosse colocada uma fotografia de ambos e de um barco. E assim foi feito.

Os netos de Manuel acrescentaram, posteriormente, uma placa com uma lancha poveira e a mensagem: “Avô, foste um exemplo.”



²
Inscrição marítima n.º 1043
Livro 39 Folh.
Data de inscrição 13 de Dez.

Nome Maria Júlia de
Nom du porteur
Filho de Manuel Agostinho
e de Maria de Lurdes F.
Natural da freguesia de
Lieu de naissance
Concelho de Póvoa de
Distrito de Porto
Nacionalidade Portuguesa
Nationalité
Nasceu em 3 de Março
Date de naissance
Ocupação antes da inscrição doméstica
Estado civil solteira
Residente em Lugar de Paranhos
Demeurant à
Capitania do porto de PÓVOA
Delegação Marítima de Aveiro
O Capitão do porto
O Delegado marítimo

4
as 138
entre de 1988

Silva Rajão

ia Rajão

Bento da Silva

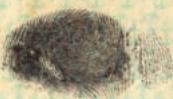
Varzim

essa
de 1962
ica

de África-Africa-mar

DE VARZIM

D. Tomás
cr

Categoria Profession	desde quando	Rubrica da autoridade
Pescador	13-12-83	<i>[Signature]</i>
Dedada rolada do indicador direito Empreintes digitales de l'indicateur droit		
		
ASSINATURA DO TITULAR SIGNATURE DU PORTEUR <i>Júlia Júlia da Silva Rajão</i>		
SINAIS CARACTERÍSTICOS		
Altura Taille	1,58	Cor Branca Teint
Olhos Yeux	castanhos	Sinais particulares Signes particuliers
Cabelo Cheveux	castanho	
P. Varzim, 13 de Dezembro de 1983. O ESCRIVÃO, <i>[Signature]</i>		

A cédula marítima de Júlia Rajão vincula-a ao mar e à pesca, atividade que Tomás Cavalheira, o avô paterno (à esquerda), manteve até tarde, na vida. O pai de Manuel Cavalheira morreu em 1971, com 82 anos. Tirada algum tempo antes, a fotografia, diz Júlia, foi publicada num jornal local, *O Comércio da Póvoa*.

Tomás Cavalheira chegou a ter dois barcos, mas vendeu um ao realizador Leitão de Barros para a realização de *Ala-Arriba*, um filme sobre a comunidade poveira, lançado em 1942, no qual ele e o filho Manuel foram figurantes. Devoto do santo venerado a 16 de março, ficou com o *S. José Guiai-nos*, mas por pouco tempo. Tinha Manuel 16 anos quando, certo dia, no regresso à Póvoa, uma vaga de mar virou o barco da família. Desfez-se da roupa e começou a nadar até conseguir, com o corpanzil, travar a proa de uma embarcação que passava perto, garantindo o auxílio para os naufragos. Só que o jovem pescador, assim que colocou o pé em terra firme, nem quis saber das famílias que, em desespero, esperavam os sobreviventes de tal acidente.

Manuel passou por todos como uma flecha e só parou em casa. É que é preciso não esquecer que ele estava “como a mãezinha o botou ao mundo”.

O pescador que dizia não ter “medo do mar, mas respeito” trabalhou então em vários barcos, cumpriu o serviço militar em Tancos, casou com Maria de Lurdes e foi para Matosinhos, onde ficaria perto de três décadas, trabalhando em várias traineiras do cerco.

— No início, iam às quinzenas, e era sempre a aviar e andar. A minha mãe foi para lá viver com ele e a minha irmã mais velha ficou aqui, com a minha avó. Arrendavam um quarto e a minha mãe fazia o comer, para ele o ter pronto quando chegasse, e como era habilidosa, ainda costurava para fora. Depois vinham no fim da quinzena para a Póvoa.

Dessa vida dos pais feita longe da Póvoa, Júlia, a mais nova da prole, pouco se lembra, a não ser da ansiedade da espera pela camioneta do pai, que trazia sempre um “docinho” no baú, para alegria dos filhos.

E foram seis os filhos de Manuel Cavalheira e Ana do Praga. A mais velha da descendência é Maria da Conceição da Silva Rajão, atualmente com 75 anos de idade, que teve nove filhos. Um morreu aos seis meses e outro, já adulto, foi uma das vítimas mortais no naufrágio do *Ilha de S. Vicente* um arrastão que, em 1990, foi abalroado por um cargueiro grego ao largo do arquipélago de Las Palmas, Espanha. Ao todo, São Barbosa tem três filhos na pesca – e genros, mas estes em Espanha.

Logo depois da filha Maria da Conceição, surgiu José da Silva Rajão, que andou no bacalhau (entre 1966 e 1973) e que se aposentou como tripulante de uma traineira em Matosinhos, onde o filho, Manuel Agonia também labora, na embarcação

Portugal jovem – a mesma onde trabalha Belmiro Tiago, outro protagonista deste livro (ver pág. 140).

Maria Arminda da Silva Rajão, outra irmã, tem um filho pescador, também chamado, claro, Manuel Agonia.

Lázaro, que “morreu de pequenino”, foi o quarto descendente e depois nasceram Florinda e Júlia.

A repetição dos nomes “Manuel Agonia” é propositada. Os primogénitos receberam sempre o nome do avô, exceto no caso de Júlia – o seu marido “pediu autorização” a Manuel Cavalheira para chamar ao filho José, o nome do seu falecido pai.

No *Estrela do Alvor*

Com meia-dúzia de filhos, Manuel Cavalheira deixa as traineiras de Matosinhos e volta à Póvoa natal. Faz sociedade com o padrinho de Júlia, José do Monte, para a construção, no estaleiro em Vila do Conde, do *Estrela do Alvor*, um barco destinado à captura da sardinha e, fora da época desta, da pescada e do linguado. José Maria da Música (ver pág. 204), foi um dos camaradas do mestre, nesta embarcação.

— O Zé Maria da Música andou com o meu pai. Foi com ele que se fez homem. O meu irmão Zé é da idade dele, jogavam juntos à bola, com outros rapazes daqui, ao pé do Castelo. Guardavam as chuteiras na nossa dispensa. O meu pai dava essas liberdades porque também foi treinador de uma equipa de futebol, aqui.

Júlia, que só pudera estudar até à sexta classe – passou pelas escolas da Lapa, Sininhos e “Bota P’rá Mula” –, fazia parte da armada feminina do barco de Manuel Cavalheira. Maria do Praga “cuidava das contas, da filharada, da casa, da roupa, do comer...” e preparava as redes, uma tarefa em que Júlia se tornou especialmente prendada. Aliás, todas as irmãs sabiam atar redes, garantindo aparelho sempre pronto para a pesca.

— O meu pai, em vez de quatro raparigas, queria ter tido quatro filhos homens, para ficar com uma companha. Mas saiu-lhe ao contrário. Quando ele era velhote, eu dizia-lhe isso, e lembrava-lhe: “Agora as suas filhas é que olham por você”.

A vida ia correndo à feição da maré, mas tudo mudaria com um naufrágio perto de Leixões, Matosinhos. Ao leme ia o filho José, dado que, naquele dia, Manuel Cavalheira ficara em terra para fazer um exame médico. Uma outra embarcação acorreu ao

pedido de socorro e salvou a companha do *Estrela do Alvor*. Desfeita a “empresa” familiar, José foi para as traineiras em Matosinhos, Manuel Cavalheira foi para tripulante do *Nova Estrela da Guia*, pertença do seu genro, e, mais tarde, andou como camarada do barco *Virgem das Dores*.

Júlia começou por trabalhar “à hora”, também a “atar redes”, para o barco do Tio Domingos “Caxineiro”. Depois, foi para o armazém do barco *Irmãos Cadilhe*, e, posteriormente, para o *Estrela dos Mareantes* (do cunhado da irmã), onde esteve uma década até a embarcação ser abatida. A poveira torna-se então assistente operacional do município, função que ocupa há 20 anos. Entretanto, já Manuel Cavalheira tinha sido “obrigado” a deixar a casa arrendada na cidade. Quando a família pensava que o destino seria a vizinha Vila do Conde, o poveiro dos sete costados escolheu rumar a Norte, até Aver-o-Mar.

— Queríamos ir para as Caxinas. Dávamo-nos melhor com os caxineiros. Mas o meu pai, que até tinha lá muitas amizades, disse que não mudava a bandeira, tinha de ser Póvoa. Era uma cisma.

Bem, o certo é que, mesmo considerando que o ambiente em Aver-o-Mar não era tão alegre como o do Bairro Sul da Póvoa, ou o das Caxinas, Júlia acabou por definir a sua vida adulta naquela passagem pela freguesia a norte da cidade da Póvoa, pois foi lá que conheceu o marido.

— Cheguei lá em julho, e em setembro estava a namorar para ele.

Morávamos na mesma rua, a Rua da Quinta, em frente ao mar.

Os conhecimentos de Manuel Cavalheira sobre o mar e as tradições locais seduziram Manuel Lopes, diretor do Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim e principal impulsionador da construção de uma réplica, em tamanho natural, de uma lancha poveira do Alto, a *Fé em Deus*. Tornaram-se grandes amigos. O velho pescador integrou a primeira tripulação da embarcação tradicional, que continua no mar, a perpetuar um importante património marítimo.

Foi Manuel Lopes, entretanto falecido, que o apresentou ao antropólogo Luís Martins, que no seu doutoramento e no livro *Mares Poveiros: Histórias, Ideias e Estratégias de Pescadores da Póvoa de Varzim*, fixou para a posteridade muito do saber deste homem. Sempre hirto e orgulhoso nos trajes tradicionais da sua Póvoa querida, seria também um dos rostos da bravura local, participando em sessões públicas, cortejos, e até em programas de televisão. É o caso do documentário *Santos e Pescadores – Rostos*

e naufrágios, de Jorge Campos (RTP, 1997), que o apresentou, juntamente com o caxineiro Manuel Fangueiro Pontes, punhos a revisitado o que unia e separava, então, as duas comunidades piscatórias vizinhas.

Incapaz de resistir a um “coração cansado”, Manuel Cavalheira morreu no dia 15 de setembro de 2011 – exatamente 20 anos após o bota-abixo da lancha Fé em Deus. O seu funeral foi acompanhado por inúmeros pescadores – da Póvoa, de Vila do Conde e de Matosinhos – e o caixão, coberto pelas bandeiras do seu Varzim S.C. e do concelho. Como não podia deixar de ser.



Manuel Agonia Rajão, Manuel Cavalheira, era uma figura que representou, até morrer, em 2011, as tradições da classe piscatória poveira, como vemos nesta fotografia cerimonial, em que surge trajado a rigor.

Leontina Maria de
Faria Cruz,
Manuel Francisco
da Silva Esteves,
Angeiras,
Matosinhos

Fotografia Olívia da Silva, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto Luísa Pinto **Arquivo** Família Cruz Esteves





A pescar também se arranja namoro



Depois de alguma resistência inicial de Leontina, Manuel conseguiu conquistar o coração da caxineira, que se mudou com ele para Angeiras, em Matosinhos.

Manuel Esteves cresceu a bordo do *Monte Santana*. José Gomes Cruz fez-se homem a bordo do *Balbina Maria*. Foi há quase 40 anos, numa das muitas paragens que as duas embarcações faziam no mar, ao largo dos portos de Angeiras, onde aportava a primeira, e de Vila do Conde, de onde saía a segunda, que se escreveu o destino de uma das irmãs de José: Leontina Maria de Faria Cruz, a Tina “da Perdida”. Manel e José, que saíam de portos diferentes, mas que sempre se encontravam no mar, e frequentavam as mesmas festas e arraiais, começaram a dizer que eram cunhados sem o serem. E Tina, hoje com 54 anos, na altura com 16, começou logo ali a ser cobiçada.

— Mal a vi, encantei-me com ela.

Homem do mar, Manuel Francisco Silva Esteves, o Manel “de Angeiras”, como é conhecido por todos nas Caxinas, lugar que passou a frequentar, começou a pescar com apenas dez anos e meio. Tinha acabado de fazer a quarta classe, pareceu-lhe natural seguir as pisadas do pai. António Freitas Esteves foi, aos cinco anos, de Ponte de Lima para a Póvoa de Varzim, perfilhado por um pescador, João Manazé. Depois acabou por ficar em Matosinhos, onde ia trabalhando com quem lhe desse função, primeiro na pesca, depois na estiva, até que se casou e foi morar em Angeiras, onde viria a ter cinco filhos – entre eles, Manuel. Se o mar lhe corre nas veias, o sal está-lhe agarrado à pele.

Mais a norte, em Vila do Conde, o mesmo pode dizer José Gomes Cruz, o filho mais velho de Inácia Faria e de Manuel Gomes Cruz, conhecido nas Caxinas como o Manel da Perdida, filho e neto de pescadores, pai de 12 filhos. Uma prole de homens e mulheres do mar. Todos. Zé da Perdida e Manel de Angeiras começaram a tratar-se como cunhados por causa de Tina. E “promessas” feitas no mar raramente se não cumprem.

Manel de Angeiras viu Tina da Perdida numa das vezes que foi às Caxinas visitar os amigos que fizera no mar. Era hábito, e ainda é, irem às festas a todas as terras. Por altura do São Pedro, avistou-a ao longe, mas ela fugiu, não se chegou sequer a apresentar. Manel não desistiu. Na festa de Nossa Senhor dos dos Navegantes, nas Caxinas, Manel foi ter com o Manel da Perdida, homem que conhecia bem da lida do mar e das tardes que passava na casa do Tio Zé “Meão”, o seu vizinho na praia de Angeiras. Pediu-lhe que quando viesse à festa da Praia, a romaria em honra de Nossa Senhora de Fátima que decorreria em Angeiras umas semanas depois, trouxesse aquela sua filha.

“Está bem. Vou ver se a levo”, acedeu o pescador. Tina era a segunda mais velha entre as cinco raparigas que Manel da Perdida pôs no mundo. Ainda tentou lutar contra o destino que lhe traçaram no mar. Até que viu naquela história semelhanças com os romances de cordel que tinha na cabeceira da cama.

— Eu gostava de ler aqueles *Caprichos*. E acreditei que sim, que me podia acontecer aquela história do amor e uma cabana!

Não foi viver para uma cabana, mas começou a vida de casada em menos de 40 metros quadrados, numa casinha térrea mesmo junto à praia de Angeiras. Mas isso foi quase um ano depois daquele dia em que Tina da Perdida e Manel de Angeiras falaram um com o outro, pela primeira vez.

Nas Caxinas, todos os domingos, Manel da Perdida e a mulher saíam para dar um passeio, de motorizada. Era o meio de transporte da família. Quando precisavam de levar um ou dois filhos, chamavam um táxi. Se fossem a uma romaria, e quisessem levar a família toda, alugavam um autocarro. Naquele domingo da festa da Praia, Manel deixou a mota estacionada, mandou chamar um táxi e disse a Tina que devia ir com ele a Angeiras.

— O que diz o pai é lei. Mas consegui convencer a minha mãe a deixar-me ir para a [discoteca] Boogie Oogie, na Póvoa. Ela ajudou-me. Combinou comigo que fugisse quando ela me chamasse, e depois mandou entrar no táxi a minha irmã a seguir.

Leontina tinha então uns 16 anos; a irmã seguinte, Graça, teria uns 14 anos. Ambas trabalhavam com os pais, como todos os irmãos. Rapazes no mar, mulheres em terra. Uma ia para o tanque, outra varria a casa, outra fazia o comer, todas trabalhavam nas redes e a ajudar pais e irmãos a fazerem a sua faina. As tardes de sábado e de domingo era quando todos tinham algum tempo livre para se divertirem. Tina queria ir à discoteca na Póvoa. Não queria ir a Angeiras, em Matosinhos. Mas Manel, o de Angeiras, chamou a atenção ao seu homónimo, explicando-lhe que não era aquela a filha que ele queria ver.

Manel da Perdida era um homem de palavra – contou-lhe que a outra fugira e que simplesmente não quis ficar mal. Mas ficou logo ali combinado: Manel ia às Caxinas e ele abria-lhe a porta. Havia de lhe apresentar Leontina.

— Eu avisei-o logo que não queria namorar. Mas disse que ele podia vir comigo e com as minhas amigas, podia sair connosco sempre que quisesse. E ele lá começou a vir, aos sábados e aos domingos. Ele sempre atrás de mim, e eu sempre a dar-lhe para trás.

Andaram assim, como amigos, “uns bons seis meses”. Mas depois Tina começou a sentir ciúmes das amigas. Quando ela dizia que não queria dançar, outra amiga das Caxinas e uma amiga da Póvoa estavam disponíveis para fazê-lo. Ciúmes mesmo a sério sentiu depois, uma vez que o acompanhou ao batizado de uma sobrinha. Na festa estava uma moça que Tina achava “que até era bem mais jeitosa e mais bonita” do que ela, a pingar-se de amores por Manuel.

— Já de noite ele disse-me: “Como é?” E eu lá lhe disse que sim. Andámos a namorar um ano, e depois lá acabamos por casar.

Quando chegou a altura de definir onde iam viver, a decisão recaiu sobre Angeiras. Manel já era mestre da pequena motora da família. Tina iria fazer para o marido o que estava habituada a fazer em casa. Mas, afinal, nem tudo foi fácil – não se podia resumir ao tal amor e uma cabana que ela lia nos *Caprichos*. Arrependeu-se algumas vezes de ter saído das Caxinas para ir viver em Angeiras. Sentia-se sozinha, sempre que Manel estava no mar. E Manel estava no mar muitas horas.

Estava habituada a uma casa grande, ao entra e sai de tantos irmãos, tinha amigas e amigos em todo o lado. Em Angeiras não conhecia quase ninguém. Também não se ajeitou a arranjar trabalho nas fábricas, como algumas cunhadas, porque até sabia andar de bicicleta, mas não sabia os caminhos. Acabou por ficar sempre em casa, a ajudar o marido com as lides do mar, tarefas que sempre soube fazer, também em casa do seu pai.

— Passei mal. Estava a sentir-me apertada naquela casa pequenina. Até tive um esgotamento.

Mais do que o espaço exíguo dentro de portas, era a falta de companheirismo fora delas que mais a estava a sufocar. Os caprichos da vida real doíam mais do que nas histórias que lia nos *Caprichos*. Um dia zangou-se com Manel por ele não a levar ao dispensário a Matosinhos, como tinha prometido – e nessa altura até uma ida ao médico significava um escape ao dia-a-dia, era como se fosse dia de passeio. Ele disse a Tina que afinal não a podia levar, porque a mãe lhe pedira para levar antes a irmã, que também estava mal dos pulmões.

Tina revoltou-se, zangou-se a sério. Viu Manel sair de mota com a cunhada, e foi a casa trocar de roupa e meter-se ao caminho. Foi de Angeiras até às Caxinas, com a roupa no corpo e uns trocos no bolso. Fez o caminho a pé. Nem a camioneta quis apanhar. À distância de muitos anos, a crise é resumida assim:





O primeiro *Rui Manuel* - batizado com o nome do filho mais velho do casal, ao colo de Tina, à esquerda - foi construído, ainda em madeira, no início dos anos 2000. Aqui o vemos engalanado, pronto para servir esta família a partir do portinho de Angeiras.

— Fiquei em casa dos meus pais duas noites e três dias. Mas depois a minha mãe e os meus irmãos meteram-me num táxi. Eu só vim para Angeiras porque me enganaram, disseram que íamos a Freamunde ver uns móveis. E aqui lá me convenceram a falar com ele.

A partir do momento em que Tina passou a acreditar que Manel a punha em primeiro lugar, diante da família, aquela relação ganhou chão firme e nunca mais nada nem ninguém voltou a pô-la em perigo. Nem mesmo a cabana de menos de 40 metros quadrados em que ainda viviam e que continuava a sufocá-la. O casal teve o primeiro filho, Rui Manuel, e Tina cismava com uma casa maior. Até que encontrou aquela com que sonhava: com vista para o mar, mas com a entrada virada para terra.

— Sempre tive medo que o mar viesse ter “com nós”. Entrou-me pela casa dentro naquela casinha pequenina. Entrou várias vezes na nossa casa do mar. Eu dizia ao Nel: “Não quero viver aqui”.

O respeito pelo mar é reverencial. Dá-lhes sustento. Mas também lhes pode tirar tudo. Tirou muitas coisas, muitas vezes. Por isso Tina sonhava com uma casa maior, de onde pudesse espreitar o horizonte marítimo, mas com entrada virada para essa segurança que só a terra lhes dá. E uma casa que tivesse banheira. Em Angeiras só tinham chuveiro e pouca água quente. Tinham de aquecer a água numa bacia.

Em contrapartida. Manuel da Perdida tinha seis apartamentos e alguns anexos nas Caxinas. Eram casas para os filhos, e para alugar no verão, quando os turistas de Felgueiras, Santo Tirso e Famalicão, que chegavam aos magotes a arrendavam casas à temporada para a época balnear.

— Nós íamos “à Caxina” tomar banho, todas as quintas e sábados.

Estávamos no arranque dos anos 90 do século passado. Rui Manuel estava a crescer. Já tinha três anos. Mas por falta de espaço dormia no sofá da sala. Angeiras também estava a crescer, havia muitas casas em construção.

— Eu dizia ao Nel para irmos ver um apartamento. Ele dizia sempre que estava tudo vendido. Fui eu, sozinha, procurá-lo. E encontrei a casa dos meus sonhos. Um T2+1, toda com vistas para o mar, mas com entrada pelo lado dos campos, da terra. Prometi ao engenheiro um sinal de 50 contos e levei o Nel a ver a casa depois. É lá que vivemos. Num segundo andar. Há 31 anos.

Tina da Perdida e Manel de Angeiras são, agora, e cada vez mais, as duas faces de uma mesma moeda. São as duas forças do mesmo sonho. Não trabalham para ninguém, só um para o

outro. Manel deixou de trabalhar para o pai num dia em que ele queria que o filho fosse ao mar, em dia de descanso.

— Eu governava o barco do meu pai. Ele trabalhava na estiva em Leixões, e comprou o barco, para eu o governar. Mas um dia teimou que eu fosse ao mar a um domingo. E eu disse-lhe: “Acabou! Quando eu não posso ir com a minha mulher aos meus sogros a um domingo, se nem em mim mando, não quero governar mais nada para si!”

Manel de Angeiras deu baixa do barco do pai a 27 de abril de 1987 e foi com a mulher para as Caxinas. “À fome não havemos de morrer”, dizia à mulher. Começou, então, a ir para o mar com o sogro, e com os cunhados. Agora sim, podia chamar cunhado, de facto, a José Gomes Cruz. Mas da mesma forma que não quis trabalhar para o pai, também não queria trabalhar para o sogro. A própria mulher também não queria aquele convívio no mar, às vezes atreito a zangas e mal-entendidos, por causa da vida árdua a bordo do barco.

— Trabalhar com o meu pai significava lidar com os meus irmãos. Tinha medo que alguma coisa corresse mal, e o que eu mais queria, e quero, é estar de bem com toda a família.

Regressaram a Angeiras e recomeçaram a construir a vida. Primeiro, com um barco pequeno, o *Flor da Praia*. Depois, em 2000, mandaram fazer uma embarcação em madeira, o *Rui Manuel*. Temeram o pior, quando o barco ainda aguardava por licença da capitania e a maré quase o levou, como recorda Manuel Esteves.

— A nossa sorte é que estava amarrado a terra, preso com oito âncoras... Mas ainda o vimos bem levantado no mar. Não o perdemos por pouco.

No dia 25 de agosto de 2000, o *Rui Manuel* saiu pela primeira vez. Não sem antes ser “abençoado”: primeiro, por Vidal Silva, o construtor naval local, que lhe despejou um garrafão de vinho; depois por Manuel da Perdida, que lhe atirou uma garrafa de espumante; e, finalmente, po Inácia, mãe de Tina, que fez o mesmo, com mais uma garrafa, num bota-abaiixo bem regado para enganar o mar.

Manel e Tina foram felizes com aquela pequena grande embarcação. Tão felizes que a trocaram por uma segunda, também de nome *Rui Manuel*, mas já em fibra de vidro. Conseguiram consolidar o negócio da família, Manel no mar e Tina em terra. Ainda hoje se mantêm assim. Ele na pesca, a ir buscar o que o mar dá. Ela em terra, a separar o peixe, a levá-lo às compradeiras, a limpar as artes, a tratar das redes.



No final dos anos 1980, Manuel e Leontina compraram o primeiro barco, uma tradicional catraia, mas já com motor, o *Flor da Praia*, para poderem trabalhar de forma autónoma.



Um dia de trabalho na vida de
Tina da Perdida e Manuel de
Angeiras, nos primeiros anos
deste século, já depois de
construirem a embarcação *Rui
Manuel*, em madeira.

— Nós, no mar, não fazemos nada sem as mulheres em terra. Aqui em Angeiras ainda é assim. Ainda por aqui andam umas dez mulheres à espera dos barcos que chegam para descarregar na praia.

Custou levar Leontina para Angeiras, mas agora já ninguém tira Angeiras a Tina.

— Já não quero sair mais daqui. Ainda para mais agora, que aqui tenho o meu canto e, mais importante do que isso, tenho os meus filhos e os meus netos à minha beira.

E no que toca à relação com o mar, a tradição ainda continua a ser o que era. Manuel de Angeiras começou na faina com o pai.

Agora pesca com o filho mais novo, Bruno Miguel, de 25 anos. O mais velho, Rui Manuel, com 34 anos, é o primeiro mariscador da família. Dedica-se à apanha de percebes. Mais recentemente tirou a cédula de pescador e o curso de marinheiro mercante.

Mais tarde, é para eles o barco – sentencia Manel.

Rui Manuel e Bruno Miguel nasceram em Matosinhos e no Porto, respetivamente. Nenhum dos dois diz que é de Angeiras: a naturalidade desejada está-lhes tatuada nos braços, nos quais se lê “Caxineiro”.

Caxineiros como a mãe e como o avô, Manel da Perdida, o pescador que o mar levou à traição, num dia em que saiu ao mar para apanhar robalos e acabou lançado às rochas, perante a impotência dos filhos.

— O meu pai estava sozinho no barquinho, os meus irmãos já estavam fora dele. Veio uma vaga. E alguém viu que que o meu pai foi cuspido do barco, para cima das pedras. A pancada furou-lhe o crânio. Pelo que o médico diz, ele não sofreu. Sei que o mar o levou, e os irmãos, pelo mar, queriam ver se o traziam, mas não conseguiram. Foi um mocinho daqui de Angeiras, o Paulo, que andava às percebas, que o apanhou. Foi a 5 de novembro de 2001. Esse dia arrasou comigo.

A família pode ser conhecida como os “de Angeiras”, mas os filhos têm Caxinas nos braços. É nas Caxinas, ou na “Caxina” – como aprendeu também a dizer, ouvindo os locais – que fazem uma grande parte da vida, descreve Manuel, que só na alcunha se mantém forasteiro.

— Vamos comprar os trastes ao Favais, os oleados ao Augusto, vamos visitar os irmãos e as irmãs da Tina. Acho que vou mais à “Caxina” do que alguns caxineiros.

Manuel afirma que a vida do mar, agora, está um pouco mais fácil do que antes. Explica que mudaram de método – ou melhor, mudaram de artes.

— Andamos às artes que gastam menos material. Antes chegava ao fim do ano e não ganhava para as despesas que tinha, com tantas redes que perdia para o mar. Agora só andamos no camarão e no polvo. Podemos ganhar menos, mas temos menos despesas.

Quando chega à praia, e descarrega o barco para Tina tratar de tudo, Manuel limpa as artes, arranja o material. Depois, vai para a casa do mar, fazer covos para apanhar os polvos, tratar dos camaroeiros, arranjar as redes. As artes, é ele quem as faz. Que as leva e traz de volta.

Depois de 37 anos de casados, com dois filhos e três netos, Manuel de Angeiras e Tina da Perdida já só desejam saúde para continuarem a gozar os dias. Tina, que nunca sonhou em ser rica, mas apenas ter “paz e sossego”, diz que já tem a vida feita.

— Nunca pensei que ia ter tanto. Para mim, o que tenho é muito, porque ninguém nos deu nada. Só tivemos dívidas, desde que casámos. Agora temos o barco, temos o armazém, temos os nossos carros, a carrinha, as nossas coisas. Não tenho um casarão, ou um palacete, mas tenho o meu apartamento e fomos nós que construímos tudo. Ajudamos os nossos filhos. Sou uma felizada.

Afinal, pode ser verdade – Tal como nos *Caprichos* que lia na adolescência, as histórias de amor podem ser difíceis e atribuladas. Mas o que importa é que, no final da trama, se possa dizer que houve um desenlace feliz.

Manuel de Agonia
Fangueiro,
Maria Alda Santos
Moreira,
Benjamim Santos
Moreira,
Vila Chã,
Vila do Conde

Fotografia Sérgio Rolando, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto David Mandim **Arquivo** Famílias Fangueiro e Moreira



Quando o amor chega de bicicleta



Depois de se terem conhecido num bailarico de fim de semana, em Vila Chã, Manuel Fanguero acabou por se casar com Alda Moreira, em 1962, passando a viver nesta freguesia de Vila do Conde.

Com apenas uns trocos no bolso, Manuel Fangueiro aproveitava as pausas na pesca para procurar um bailarico. Na sua mocidade, alugava uma bicicleta na Póvoa de Varzim e, com outros rapazes da Poça da Barca, pedalava até à freguesia de Vila Chã, mais a sul, no litoral do concelho de Vila do Conde. Foi nos bailes de domingo à tarde que conheceu Maria Alda, nascida e criada ali, na comunidade piscatória de Vila Chã. Tornaram-se um casal, com seis filhos, e passaram por Matosinhos e pela Alemanha, com a pesca e as fábricas de conservas a serem fonte de sustento.

— Cheguei de bicicleta alugada, vim por aí fora. Alugava a bicicleta na Póvoa de Varzim, à beira da Igreja de Santiago — era ali, o Mário das bicicletas. Era alugada à tarde, ou à hora, conforme o dinheiro que tivéssemos no bolso. Era eu e muitos mais, andava tudo de bicicleta.

A loja desapareceu daquele lugar. A memória, essa, espraia-se na cara do soridente Manuel Fangueiro, de 79 anos. Vila Chã era uma terra de pescadores, como as Caxinas e a Poça da Barca, mas o apelo naquele tempo era outro. “Era o baile, dançar. Passava-se as tardes atrás das moças... É aquela fase, sabe como é”, diz Manuel Fangueiro, com o seu cunhado Benjamim, o irmão mais novo de Alda, a explicar que era uma característica do lugar.

— Havia uma loja, a loja do Pinto, muito grande, onde também se vendia rádios e eletrodomésticos, que fazia uns bailes aos domingos. Vinha muita gente. Nesse espaço chegou mesmo a fazer-se espetáculos. Lembro-me de o António Calvário cantar lá.

A futura mulher de Manuel lembra-se do baile no Pinto, mas tem na memória, mais presente, o momento em que o jovem pedalou até si, desafiante.

— Levava um saco de roupa à cabeça e ia com a minha mãe lá acima, à costureira que arranjava as roupas do bacalhau. E ele veio de bicicleta com um bando de rapazes. Veio ter comigo à porta, depois. Mas eu já tinha namorado, nessa altura.

O jovem pescador foi ter com o pai de Alda e procurou cair nas boas graças do futuro sogro, Domingos Moreira, falando-lhe de um seu tio Fangueiro que andava na pesca do bacalhau, tal como ele. A filha aproveita o embalo deste pormenor e abre um livro sobre a vida piscatória do pai.

— Andou muitos anos no bacalhau e naufragou duas vezes. Uma vez, o *Senhora da Saúde* foi ao fundo e, enquanto esperava pelo novo barco, o *Vila do Conde*, andou no mesmo navio que ele, o *Capitão José Vilarinho*.

O *Capitão José Vilarinho* operou entre 1954 e 1970. Por ele passaram, em diferentes períodos, o pai de Alda e Manuel.

Até chegar a Vila Chã, onde se fixou após casar, Manuel de Agonia Fangueiro, nascido a 7 de outubro de 1942, cresceu na Poça da Barca. O seu pai, Manuel dos Passos Fangueiro, patrão e mestre do *José Fernando*, “era da Póvoa, ali da zona do Ramalhão. Veio da Rua Patrão Lagoa, salvo erro”, detalha. Oriundo de uma família de pescadores, mudou-se para a Poça da Barca depois de casar com Maria Gomes.

O apelido Fangueiro é imediatamente reconhecido no meio piscatório, desde a Póvoa de Varzim até ao porto de Matosinhos. Manuel esclarece logo que “há muitos Fangueiros na Póvoa e em Vila do Conde mas são famílias diferentes”. Surge o exemplo de Jaime Pião, conhecido pescador caxineiro, cuja história contamos a partir da página 154, e logo Manuel acrescenta: “É Fangueiro e não me é nada a mim.”

Nove viagens ao bacalhau

Manuel e o irmão mais velho, José, ainda nasceram na antiga casa da família materna, antes de a família se instalar na Rua da Alegria, na Poça da Barca. Enquanto o pai pescava, em Portugal ou nos mares do bacalhau, por onde andou ao longo de 18 anos, a mãe “tomava conta dos filhos e vendia peixe ali pela Poça da Barca”. Tinha o mesmo nome da sua mãe, Maria Gomes, que foi para o Brasil e por lá ficou. Neste ambiente, a infância de Manuel não teve grandes segredos.

— Fiz a quarta classe na Poça da Barca. Fui crescendo, acabei a escola, e a professora foi ter com o meu pai para eu seguir a estudar. Mas não havia fundos. Éramos quatro irmãos, só tinha um mais velho.

Na verdade, conta, “todos seguiram a pesca”, começando com o pai a aprender a arte. A mãe morreu em 1947, vítima de doença, quando ele tinha cinco anos. Ficaram os quatro filhos, mas em breve a família aumentaria. O pai veio a casar pela segunda vez e “apareceram mais quatro filhos, três rapazes e uma cachopa”, também todos ligados à pesca. A pesca nos pequenos barcos, nas Caxinas, não era propriamente uma fonte de grandes rendimentos. E, como muitos outros, Manuel, que já andava nas suas bicicletadas até Vila Chã, procurou ganhar mais dinheiro nos navios bacalhoeiros.

— Tinha 17, 18 anos quando fiz a primeira viagem ao bacalhau. Dei nove viagens, sempre no mesmo navio, o *Capitão José Vilarinho*. Andei por lá

entre 1961 e 1969 e escapei à última viagem desse navio. Nessa campanha, eu não fui e o navio foi ao fundo, quando foi abalroado por outro barco. Morreram seis homens.

Estava farto daquela vida, que não lhe agradava. Liberto do serviço militar e de uma potencial chamada para um cenário de guerra, após cumprir as viagens exigidas por lei, deixou o bacalhau no momento certo. Quatro dos seis tripulantes que morreram, naquela noite de terror, eram de Vila do Conde. Os corpos de três deles nunca foram recuperados.

Manuel acabou a mergulhar nas águas pouco profundas da nossa costa. O regresso à atividade profissional em Portugal foi complicado – viveu “dos piores anos” de crise. Por isso, dedicou-se à pesca no fundo do mar.

— Andei a mergulhar, a fazer pesca submarina, cerca de dois anos, quase sempre aqui nesta zona de Vila Chã. Apanhava-se as algas marinhas e foi isso que me foi safando.

Estas outras algas eram utilizadas para a medicina, produção de farinhas e outros. Benjamim Moreira chegou a acompanhar o cunhado, ocasionalmente.

— É um produto mais rico que o argaço e tinha sempre compradores que apareciam por aqui. Era ensacado e enviado para o estrangeiro.

Quando ouve falar de sargaço, Maria Alda dos Santos Moreira recorda que não ficou nada atrás dos homens da família.

Nascida a 24 de maio de 1943, conta que poucos anos depois já acompanhava a mãe pelas praias de Vila Chã e arredores na apanha destas algas. Ela que é filha de um agricultor que se tornou pescador, uma ligação entre terra e mar – ditada pela necessidade e pela proximidade entre campo e praia – que teve mais casos nesta freguesia vilacondense.

O pai de Alda e Benjamim é natural de Vermoim, na Maia, mas tinha ido viver para Esposende. Dali, foi para Vila Chã.

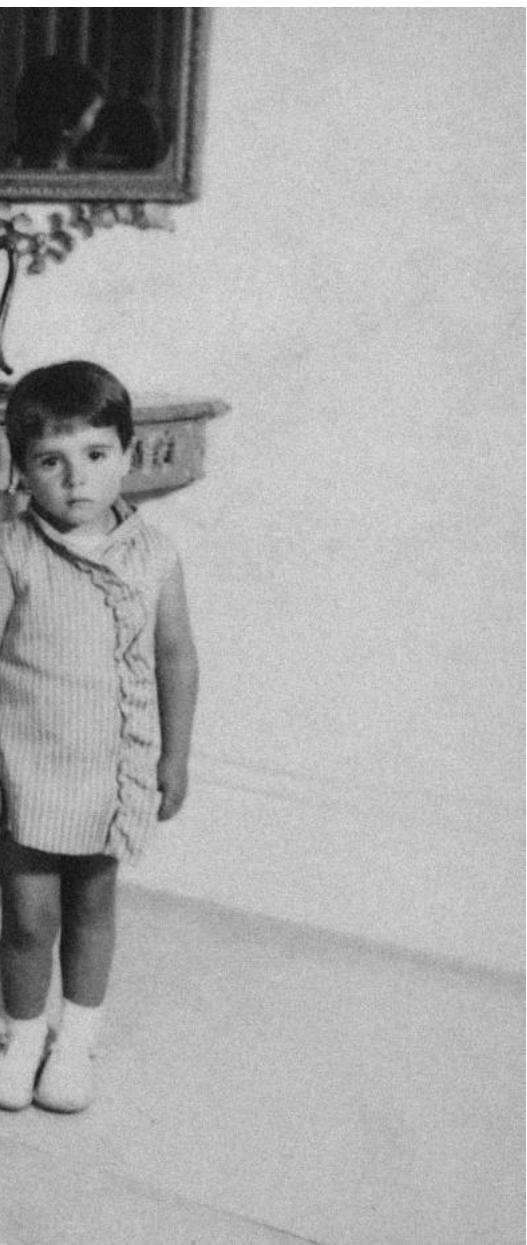
Benjamim recorda o percurso de Domingos Martins Moreira.

— Os meus avós eram caseiros de lavradores e vieram para uma casa deavoura daqui, do Manuel Inácio. Cá, o meu pai casou com a minha mãe, Verónica Caseiro. Ela era doméstica e ajudava na praia, trabalhava como o meu pai ou mais. Tratava de tudo, das redes, de vender o peixe.

Da Poça da Barca para Vila Chã, pouco mudava na imperativa lei da vida que forçava homens e mulheres, muitos de corpos franzinos, a trabalhar ainda crianças. Depois de fazer quilómetros nas praias, ao sargaço, Maria Alda foi para Matosinhos ainda solteira, nem sabe bem com que idade. “Era



Já com Manuel Fanguero na Alemanha, no verão de 1972, Maria Alda enviou-lhe esta fotografia com os filhos: Gracinda Moreira Fanguero, à esquerda, Rosa Maria e Arminda e a bebé Alda Maria. O rapaz é Domingos Fanguero. Falta neste grupo o filho José, o mais novo da prole, que nasceria na Alemanha, em 1975.



muito novinha” e começou numa fábrica, sem fazer descontos, para entrar depois na fábrica de Conservas Universal. “Ele foi para o bacalhau e eu tinha de ter para comer”, justifica a mulher. Quando as traineiras paravam e as conserveiras não precisavam de tantas operárias, ela, como muitas outras, ia trabalhar para a seca do bacalhau.

Um quartinho arrendado em Matosinhos

Após o casamento, em 1962, e já com os primeiros filhos ao colo, Alda Maria seguia com as crianças para Matosinhos. “A fábrica tinha creche”, recorda a mãe de dois rapazes e quatro raparigas, naturais de Vila Chã – com exceção do mais novo, que nasceu na Alemanha, para onde o casal viria a emigrar. “Em Matosinhos, trabalhei até 1969”, garante Alda. Hoje vê tudo diferente:

— Já fui lá dar uma volta e nem a fábrica vi.

Quando iniciou o trabalho fora de Vila Chã, o comboio era o meio de transporte privilegiado e, tal como os homens das traineiras, as mulheres também dormiam em Matosinhos.

— Tínhamos um quartinho para cinco ou seis, todas de Vila Chã, e só vínhamos ao sábado ou ao domingo, já que por vezes fazia-se horas. Era sempre de comboio, até que depois apareceram camionetas. A empresa dava transporte para o pessoal não fugir para outras fábricas.

A mãe Verónica ficava em Vila Chã e Alda teve a companhia de uma irmã nesta fase matosinhense da sua vida.

— A minha mãe dava 15 escudos para nós as duas, para o que fosse preciso. Levava-se uma cestinha, com umas batatinhas, um bocadinho de bacalhau e um frasco de azeite.

A vida resumia-se quase só ao trabalho e às refeições, sem que tal impedissem que grandes amizades se criassem e que muitas relações entre estes forasteiros acabassem no altar.

— Aquilo era gente de todas as partes. Trabalhei com gente da Póvoa, Caxinas, Matosinhos, da Torreira, sei lá.

De forma mais curta, Manuel Fangueiro passou igualmente por Matosinhos, mas apenas durante uma safra, em 1970. Recorda-o, sem grande entusiasmo. Diz ter motivos para não ter voltado mais a Matosinhos. “Não ganhava nada. Se havia fome, era naquele ano”, diz. Ficou sempre a dormir no barco e nunca se

encontrava com a mulher. “Não tive grande convivência ali.” Andava em Vila Chã na pesca e “a pesca submarina foi obrigatória, os filhos pediam pão”. Neste turbilhão, Manuel leva a família para a Poça da Barca onde se dedicou a um barco com o seu pai. “Mas não deu nada”, assume. Diverge com Alda sobre o ano em que regressaram a “uma casita” arrendada, na Rua da Alegria. Terá sido à volta de 1969/1970. “Estava difícil, uma fase que não devia acontecer a ninguém”, aponta o ex-pescador. Alda ri-se alto, e não desarma de relatar pormenores. “Há coisas que lembram”, atira, antes de contar como fez de tudo para a família regressar a Vila Chã.

— Estava farta. Cheguei a fugir ao meu homem com os meus filhos. Estava ele com outros a jogar à pela...

Ele interrompe-a, para garantir que estava era a jogar à bola. Riem-se e Alda prossegue:

— Passei com os meus filhinhos, um no colo e os outros pela mão, e vim uma semana para casa da minha mãe para ver se conseguíamos arrastá-lo para aqui outra vez. Governava a vida melhor aqui em Vila Chã. Podíamos ter as nossas batatinhas, sei lá. Lá, tínhamos de comprar tudo.

Benjamim lembra-se que um dia foi à Poça da Barca numa bicicleta oferecida por um tio do Brasil e contou à mãe o ambiente triste que por lá encontrou. “A minha mãe trouxe-os de novo para Vila Chã”, recorda. Verónica Caseiro era uma mulher de fibra. Os dois irmãos e o cunhado estão de acordo, sem reticências. “Era tipo padeira de Aljubarrota”, define Benjamim. “Era mesmo”, confirma o cunhado. “Era pequenina, mas era uma pessoa que, onde estivesse, ela resolvia tudo”, sentencia Alda, parecida com a mãe no corpo pequeno e franzino. A melhor prova da sua personalidade forte é a alcunha que o pai recebeu “e aceitou com um certo orgulho”, diz Benjamim:

— O meu pai era mais conhecido como Domingos “da Verónica”. Ela é que recebia o dinheiro e tudo. O meu pai era alto, mas respeitava-a muito. E ficava contente por ser o Domingos da Verónica.

Alda aquece a voz para contar como a mãe era uma especialista em enfeites de festividades. Chegaram a convidá-la para o São João e também para enfeitar barcos. “Nas procissões era sempre quem dava o risco.” Além disso, sempre foi uma mulher aberta e com amigas nas comunidades vizinhas.

— A minha mãe e outra senhora das Caxinas organizavam as idas das famílias para esperar os bacalhoeiros. Alugavam uma camioneta e iam esperar os maridos a Aveiro.

De regresso a Vila Chã, Manuel voltou ao mar durante dois anos com um moço local. Até que surgiu uma nova rota. Em 1972, a Alemanha procurava imigrantes – um português que lá trabalhava procedeu a um recrutamento. “Veio aqui arranjar homens para a pesca. Fomos uns 40 ou 50 homens de Vila Chã”, diz Manuel Fangueiro, que recorda a sucessão rápida de acontecimentos no dia da partida.

— A minha filha Alda Maria nasceu às seis e meia da tarde e eu fui para a Alemanha pouco depois das sete.

Benjamim chegou a viajar num mesmo avião com o cunhado, mas foi para Dusseldórfia, trabalhar numa fábrica de móveis. “Naquela altura, a Alemanha pedia de tudo: carpinteiros, trolhas, eletricistas.”

Manuel chegou como pescador e não tinha autorização de residência – vivia no navio.

— Só fiz um contrato na pesca. Em 1973, chamei a mulher que já ia com um contrato de trabalho. Vim cá buscá-la e ela já foi com a residência autorizada. Como éramos casados, ela é que permitiu eu ter depois autorização para residir.

Alda ouve e completa que foi ela quem depois arranjou uma casa para ambos.

— Ele nem podia dormir comigo. Fui eu que arranjei maneira de termos uma habitação só para mim e para ele. Antes disso eu dormia com as outras todas da fábrica.

Passaram a viver numa casa arrendada e a trabalhar ambos na mesma fábrica de conservas. “Era igualzinha às que havia em Matosinhos, fazia conservas de toda a qualidade de peixe.” Foram muitos anos seguidos a trabalhar “um em frente ao outro”, diz Manuel, sabedor de que nem era uma boa estratégia estarem “juntos a trabalhar”, pois seria “perigoso caso se desse uma falência” da empresa. Ainda estranharam inicialmente o facto de a fábrica usar métodos antigos. “Era tudo manual. Mas de um ano para o outro, aquilo modernizou-se tudo.”

Viveram em Cuxhaven, uma cidade costeira no norte da Alemanha, que atraiu muitos portugueses e onde existe hoje uma grande comunidade luso-germânica. Pescadores, incluindo bacalhoeiros, e trabalhadores de conserveiras das Caxinas e de outras localidades piscatórias portuguesas foram para esta cidade que hoje está geminada com Ílhavo – outra terra de grande tradição marítima. Situada na foz do rio Elba, Cuxhaven é um importante porto pesqueiro. Na zona há várias associações

portuguesas, algumas presididas por caxineiros, um Museu Marítimo e um Centro Cultural Português.

— Tinha muita gente das Caxinas e ainda tem. Aliás, agora ainda tem mais. Mas lá conheci pessoal de muito lado, de Aveiro para cima tem lá muitos portugueses ligados ao mar. Tinha lá muitos amigos das Caxinas. Muitos já morreram e os filhos ficaram lá, como os meus ficaram. Outros vieram embora, como eu fiz em 2014.

Dos seis filhos de Manuel Fangueiro e Alda Moreira, quatro vivem na Alemanha. A mais velha e a mais nova estão em Portugal. Os outros estão lá e cada um tem o seu trabalho, a maioria na indústria, refere o pai. Alda abre um enorme sorriso e fala do que deixou por lá de mais valioso:

— São 12 netos e oito bisnetos. Nasceram dois, este ano, e todos são naturais da Alemanha.

O construtor naval

A passagem de Benjamim Moreira pela Alemanha foi mais fugaz. O irmão de Alda foi casado com Maria da Conceição Miranda Maia, já falecida, e tem dois filhos, um casal. O “rapaz aprendeu com o pai” a técnica da construção naval, à qual ainda se dedica de forma parcial.

O mais novo de oito irmãos, seis raparigas e dois rapazes, Benjamim nasceu em 1949. Andou na escola em Vila Chã, como todos os irmãos, e começou a ir com o pai à pesca. Mas não lhe passava pela cabeça “ficar a andar ao mar”, pelo que, um dia, tomou a direção da casa de um tio-avô que era construtor naval e aprendeu uma arte da qual havia já tradições na família.

— Comecei aos 14, 15 anos. Fazíamos barcos a remo, as chamadas catraias, que também podem ser à vela, barcos para levar dois ou três homens.

Ainda se lembra de como tudo começou, na praia de Vila Chã. Um dia, por volta das três e meia da tarde, a Ti Ludovina perguntou-lhe se não queria ir trabalhar com o Ti Conde, um dos mestres da construção naval artesanal.

— Fui logo a correr ter com ele e tive que ouvir: “Ó Benjamim vai comer, tem calma, anda só amanhã.”

A pressa do jovem evidencia bem o desejo de procurar algo diferente, que não implicasse ir ao mar. Mas, como aconteceu com os seus irmãos, não escapou ao trabalho na pesca para garantir o sustento da família.

— De vez em quando, havia crise e ia com o meu pai ao mar. Não gostava, enjoava. Além disso, o meu pai batia-me muito sem ter de bater. Paciência, tínhamos de obedecer, naquele tempo.

Foi uma fase complicada. Nos primeiros anos de adulto, teve de dedicar-se à construção civil. Trabalhou numa carpintaria, namorou e casou. Até surgir o serviço militar na Guiné-Bissau, no auge da guerra colonial. Nem o facto de ter bacalhoeiros na família, que lhe poderiam garantir um lugar num navio, livrando-o da tropa, o fez mudar de vida – não ia ser pescador.

— Os meus pais arranjaram três vezes para eu ir para o bacalhau. Quando tinham tudo pronto, lá vinha eu e dizia que não ia.

Benjamim Moreira ouviu o pai “muitas vezes, com todos à mesa a comer, contar as peripécias que passava na pesca do bacalhau.” E, apesar de “não faltar a gente a pedir ao pai para levar rapazes para o bacalhau”, foi irredutível: “Não era fácil mas tomei essa atitude.” Na Guiné-Bissau não chegou a estar três anos “O general Spínola deu-me um louvor e vim embora.”

Em Portugal, a construção naval não lhe garantia futuro. Foi então que aproveitou uma oportunidade e viajou para perto de Dusseldórfia, para trabalhar numa fábrica de móveis. Mas ficou por lá pouco tempo, cerca de ano e meio.

— Deu-se o 25 de Abril e não fiquei lá mais. Mas não tenho que dizer. Foi maravilhoso e foi quando comecei a ter dinheiro no bolso.

Recorda-se que foi um encarregado da fábrica que o avisou de uma “grande revolução em Portugal”. Incrédulo, pois não havia notícias nem telefones de uso fácil, foi ver na televisão.

— Fomos para casa dele e vi a conversa do Marcello Caetano com os capitães de Abril. Vi isso e disse: “Amanhã não há Benjamim. Quer as continhas e vai para Portugal.” O patrão disse-me assim: “Quando chegares vais pedir-me trabalho outra vez.” “Não” – respondi, mas foi quase dito e feito. Estive mesmo para pedir de novo trabalho lá.

No novo Portugal, a democratização não era acompanhada por um imediato fulgor económico – pelo contrário. Na carpintaria onde trabalhara, as coisas não estavam famosas.

— Falei com a mulher e ela perguntou se eu, antes de ir de novo para a Alemanha, podia fazer um serviço no barco do pai dela. Comprei madeira e fiz o trabalho. E depois apareceu outro serviço. E depois, outro. Estava um pouco a trabalhar à margem e então coletei-me. Passei a ter esse trabalho na construção naval.

Agora reformado, Benjamim Moreira frisa que foi um trabalho que lhe deu muito prazer fazer ao longo dos anos.

— Gostei muito. Dos de madeira de pinho manso e carvalho passei para os barcos de fibra. Estive no Parlamento Europeu e convenceram-me a deixar de fazer barcos de madeira. Mudei e foi um êxito.

Na sua perspetiva, para o construtor, a fibra é pior, “um bocado doentio”, mas para o proprietário, “é muito melhor. São barcos que têm outro andamento, com mais estabilidade e não dão tanto trabalho”, resume. Antes, com apenas a ajuda de um moço, fez muitas catraiias.

— Era para todo o lado, mais Vila Chã no princípio, em que comecei com reparações. Nunca fiz reclame, eles falavam entre eles e apareciam cá. Vinham das Caxinas, Matosinhos, Afurada, dos sítios onde havia pescadores. Fiz alguns para França e Angola. A minha arte é maravilhosa.

Ainda construiu dois barcos rabelos para o rio Douro, por encomenda da Rozès e da Taylor. Por intermédio da Fundação Calouste Gulbenkian, esteve em Angola, há 15 anos, e depois foi à Guiné-Bissau ensinar a fazer barcos, mais um “grande momento”, em que Benjamim sentiu que foi útil: “Gostei de ajudar, deixar lá o meu saber”, assume.

Nunca deixou a sua freguesia. Em 1981, depois de ter construído o barco salva-vidas de Vila Chã, Fernando Gomes, presidente da câmara na altura, anuncia que os estaleiros de Vila do Conde iam ser transferidos para Azurara e garante-lhe: “O senhor Benjamim vai ter lá o seu armazém”. A resposta foi de agradecimento, mas teve de ser negativa. Benjamim disse ao autarca que nunca sairia de Vila Chã.

Com Vila do Conde e Angeiras a terem empresas de construção naval, Vila Chã teve um conjunto de mestres artesãos que deixaram conhecimentos para as gerações seguintes. Benjamim Moreira aponta o mestre Caseiro e o Ti Conde como grandes referências, eles próprios já correntes de transmissão dos saberes dos antepassados.

— Aprenderam com o meu bisavô, o mestre Lourenço, como aprendeu o Salgueiro que daqui foi para as Caxinas, onde montou um estaleiro. A construção começou a renascer nas Caxinas, onde havia o Postiga e o Benjamim, que trabalhava na favita.

A madeira serviu os barcos à vela, a remo e a motor, até chegar a fibra. Benjamim Moreira acompanhou esta evolução com as suas mãos. Sempre teve barcos seus e fez pesca submarina, mas agora está parado. Na memória está a Vila Chã que “chegou a ter 70 ou 80 barcos na praia”. O número baixava quando os homens iam para o bacalhau, guardavam-se embarcações e as mulheres é que

tomavam conta e iam ao mar. “As mulheres da nossa família não foram ao mar”, diz Alda.

Este movimento na praia de Vila Chã está da mesma forma na memória de Manuel Fangueiro, que se lembra das carroças com burros e dos camiões que vinham carregar o peixe. “Metia-se sal nas caixas e ia tudo para Matosinhos.” Apesar das suas origens, Manuel considera-se um pescador de Vila Chã.

— Tenho toda a família lá na Poça da Barca, irmãos, sobrinhos, mas estou cá há 60 anos. Casei aqui, trabalhei aqui, vivo aqui.

Este amor à herança piscatória da freguesia foi agrupado, por iniciativa de Benjamim Moreira, que foi presidente da freguesia, no Museu de Vila Chã. “O que está lá dentro é meu”, diz o antigo construtor naval. O espaço abriu em abril de 2012, mas a recolha de material já tinha começado.

— Já andava a acompanhar essa ideia. Quando um pescador deitava uma rede fora, eu guardava-a. O mesmo com um remo, e por aí fora. Fui juntando várias coisas, algumas que já tinham acabado. Como carpinteiro também fiz algumas para essa preservação.”

No espaço estão cinco barcos, entre eles um dóri e uma catraia que Benjamim construiu para um projeto de preservação desta cultura ancestral. Há ainda miniaturas de embarcações, ferramentas de construção naval, entre outros objetos, a que se junta um acervo documental de documentos, fotografias e livros. Benjamim Moreira lamenta hoje que o museu esteja praticamente fechado. “As escolas deviam passar por lá”, aponta, crente de que uma âncora no passado é essencial para o futuro de uma terra que se assume pela sua identidade marítima.



Benjamim Moreira construiu catraias, barcos da mesma tipologia da lancha poveira, para vários pontos da costa, no Norte do país, quando elas estavam ainda em uso. Aqui o vemos a construir uma réplica, num projeto liderado pela Mútua dos Pescadores e financiado pelos EEA Grants, no início deste século.

Marcelino Costa
Passos,
Margarida
Coentrão Viana,
Matosinhos

Fotografia Luís Ribeiro, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto Luísa Pinto **Arquivo** Família Viana Passos





O piquenique do Anjo



Marcelino Passos, a cantar, de calções, num convívio do Grupo Desportivo da Praia, de Matosinhos, no início dos anos 1980. A tocar guitarra estão, atrás, o matosinhense António Cruz, também com família nas Caxinas, e ao lado de Marcelino surge outro amigo, Carlitos.

Marcelino Passos nunca chegou a ser pescador. Mas sempre viveu no meio deles. O pai, Álvaro José dos Passos, andava ao mar em Setúbal até se mudar para Matosinhos, atraído pela faina da sardinha. Acabou por ficar, atraído por Silvina Costa Castanho, poveira que fora trabalhar em Leixões, na descarga e preparação do peixe na lota. E foi em Matosinhos, em plena Rua Heróis de França, que Marcelino nasceu, em 1954.

A família viveu na Ilha do Galante durante 44 anos. Dali habituou-se a ver o pai e os vizinhos a irem para o mar, habituou-se a ver a mãe a levantar-se cedo todos os dias para ir tirar o peixe dos cabazes que chegavam nos barcos e distribui-los por caixas que seriam entregues, em carrinhas, por vários pontos do país. Matosinhos era já, então, o mais importante centro de pesca do Norte.

— Na altura não havia supermercados, as carrinhas desses peixeiros é que levavam a sardinha e todos os outros peixes, por esse país fora e por todas as terras por aí adentro.

Nessa primeira metade do século XX, afluiam a Matosinhos vagas de pescadores e as respetivas famílias, vindos de todo o país e, principalmente, dos concelhos vizinhos como a Murtosa, Espinho ou Gaia, a sul, e Vila do Conde e Póvoa de Varzim, a norte. O pai de Marcelino era um entre milhares. Saía de Setúbal para ingressar numa das traineiras, e só regressava à terra natal quando se entrava no defeso. Nessa altura, os barcos deixavam de ir ao mar entre janeiro e abril – a espécie reproduzia-se e, nesse ínterim, os patrões aproveitavam para reparar embarcações e as artes usadas na pesca.

De acordo com a tradição, a probabilidade de também Marcelino vir a ser pescador era muito grande. A vida do mar, e das muitas profissões que ele abraça e envolve, estiveram sempre dentro das suas portas. A começar pela Ilha do Galante – “a ilha mais larga de Matosinhos”, descreve – onde nasceu, cresceu, casou e teve dois filhos. A Rua Heróis de França está hoje transformada na artéria da restauração, com casas a servir pratos de peixe porta sim, porta sim. A Ilha do Galante está transformada num parque de estacionamento para servir todos esses restaurantes.

Contudo, Marcelino perdeu cedo a hipótese de algum dia vir a ganhar a vida tal como o pai e a mãe, com uma profissão ligada ao mar. Foi por causa de um acidente que sofreu aos 12 anos, quando “andava de trolha”, a acartar gamelas de massa à cabeça, na fábrica de fermentos que havia junto à praia de Matosinhos.

O prego que o espetou nas obras, a infecção tetânica que se lhe seguiu e o internamento hospitalar prolongado terminaram com todas as ambições que pudesse ter em seguir o ofício que tinham praticamente todos os rapazes da sua idade. Mas também é verdade que o pai de Marcelino não incentivava muito o filho a seguir-lhe os passos.

— Com o acidente, fiquei inutilizado para trabalhar. Já não podia ir para a arte de trolha. Na altura ninguém arranjava trabalho até ir para a tropa. Por isso, até ir à inspeção, andei a fazer biscoitos. Pus-me a fazer aquelas caixinhas de madeira para pôr o peixe. Lembro-me de cobrar sete tostões por uma caixa direitinha. Quantas mais fizesse, mais ganhava.

Quando chegou a inspeção, a deficiente mobilidade física levou a que, naturalmente, fosse declarado não apto. Depois de ficar livre da tropa, arranjou um emprego numa fábrica de material plástico na zona industrial do Porto. Com os conhecidos da sua rua, formou um grupo de amigos com quem combinava passeios e convívios ao fim-de-semana. Foi numa dessas voltas em dia de folga que acabou por conhecer Margarida Coentrão Viana, filha de um bacalhoeiro.

Foi em 1975. Nas segundas-feiras de Páscoa, era – e ainda é – hábito, entre a comunidade piscatória da Póvoa de Varzim e Vila do Conde, as pessoas irem para os campos fazer um piquenique. Ninguém ia ao mar de domingo para segunda. Marcelino foi assim apanhar o comboio, em direção à festa, “com uns sete ou oito amigos”.

— Íamos num comboio que saía do monumento do Senhor do Padrão e ia até à Senhora da Hora, e lá apanhámos o comboio para a Póvoa, o que vinha da Trindade. Agora é uma linha de metro, cheia de estações e apeadeiros, mas antes não era assim. Saímos em Vila do Conde, atravessámos a Estrada Nacional, e seguimos a pé.

Mas valia a pena o esforço da caminhada. À espera deles estava um cenário de várias famílias concentradas à volta das respetivas mantas na relva, muita animação, com música e bailaricos, pinhal adentro. Margarida estava lá e recorda-se desse dia.

— Estava lá uma rapariga – que até era mais velha do que ele – que tinha interesse no Marcelino. Eu ainda não o conhecia. Mas nesse dia estava a chover. E o Marcelino foi ao cesto dela, tirou a toalha para se cobrir, a mim e a ele. A partir daí... Pronto. Ele era uma figura muito bonita. Ainda é, com a idade que tem.

O Anjo que dá o nome a esse dia de piquenique é na verdade um lugar em Argivai, na Póvoa de Varzim. Cupido é que andava por

ali – foi ele quem atirou a primeira seta. No domingo seguinte, o de Pascoela, Marcelino voltou às Caxinas para a rever. Margarida Coentrão Viana, filha de Francisco Cruz Viana, o Tio Chico “Cambola”, e de Luísa Rosa Coentrão, a Luísa “do Abel”, rendeu-se de vez. Começaram a dançar. E a namorar.

Mas no início houve resistências familiares.

— Começaram a falar que eu andava com um de Matosinhos, que ainda por cima era manco. Diziam que a minha mãe me matava. Mas não. Quando o conheceram, expliquei-lhes a história dele. No primeiro dia deixaram-no chegar à porta. No domingo a seguir, já ficou para jantar.

Francisco e Luísa tinham uma dúzia de filhos, entre rapazes e raparigas. Margarida diz que passou pouco tempo até Marcelino ser o genro e o cunhado preferido, mesmo depois de ter levado das Caxinas para Matosinhos uma das filhas do clã.

Antes disso, casaram-se na antiga Igreja do Senhor dos Navegantes, nas Caxinas, no dia 2 de novembro de 1975.

Margarida tinha 17 anos. Marcelino, 19. Depois de viver três meses na casa que uma irmã de Margarida tinha por ali, foram viver para a Ilha do Galante, em Matosinhos.

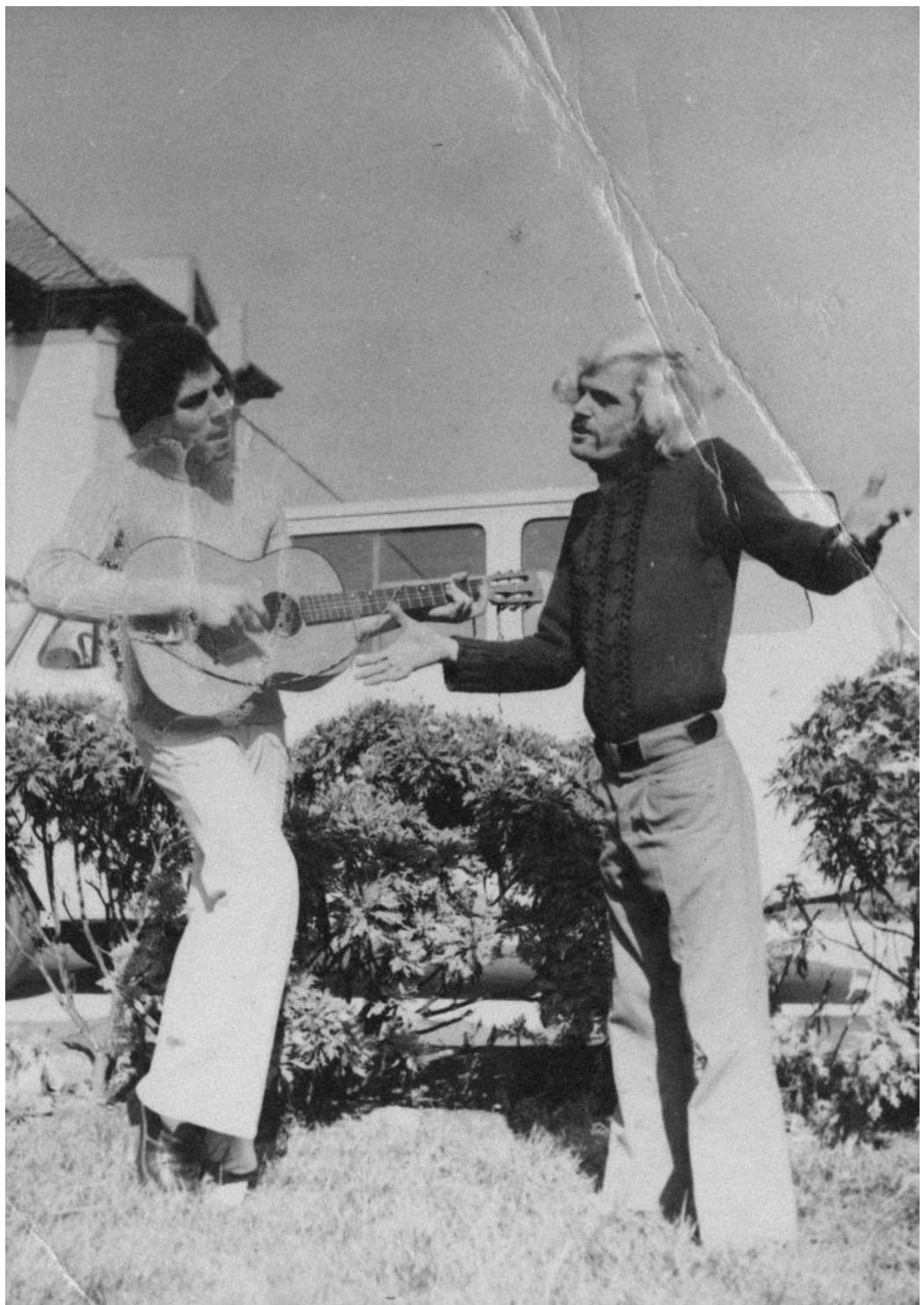
— Era o que fazia sentido. Eu trabalhava aqui na Fábrica. Arranjei emprego na Facar, era só atravessar a ponte de Leça e já estava no trabalho, não tinha de apanhar transportes.

E Margarida, que já trabalhava desde os 13 anos na Fábrica de Conservas da Selene, nas Caxinas, pediu transferência para a fábrica de conservas Boa Noite, que o mesmo grupo tinha na Amorosa, acima do farol da Boa Nova, em Leça da Palmeira. Margarida e Marcelino iam muitas vezes às Caxinas visitar a família dela. Os Cambolas gostaram do espírito trovador de Marcelino – que cedo mostrou os seus dotes de poeta popular. O sogro, Francisco, homem do mar, bacalhoeiro que largava as Caxinas para participar na faina maior por períodos de seis meses, às vezes convidava Marcelino para ir com ele até às pedras da Ínsua – a “Inça”, como lhe chamam – pescar à linha.

— Eu não pescava nada, mas passava o tempo a cantar. Os amigos do meu sogro metiam-se com ele: “Ó Chico Cambola, tu levaste algum rádio contigo para o mar?” Não era nenhum rádio. Era eu.

Se Marcelino conseguiu ganhar a vida sempre longe das lides do mar, a verdade é que as lides do mar que serviram de sustento à mãe serviram depois também para o sustento da mulher.

Margarida foi mudando de trabalho algumas vezes e saiu da fábrica de conservas pouco depois de ter nascido o primeiro filho.



Marcelino Passos com João Marafona, em 1973. Tinham um conjunto musical e costumavam ir cantar para os utentes de um centro de reabilitação no Porto, que ambos frequentavam.



Margarida Viana e Marcelino
Passos no casamento de um dos
irmãos dela, Manuel Coentrão
Viana, com Rosa Maria. Este
casal ainda vive nas Caxinas,
em Vila do Conde.

— Quando nasceu o meu filho mais velho, eu já não tinha condições para andar na fábrica. Arranjaram-me trabalho num armazém de peixe na praia de Matosinhos.

O primeiro filho nasceu logo no primeiro ano de casamento, em 1976. Foi o ano em que Marcelino regressou a Setúbal, para batizar o rapaz. Com o nome de Álvaro, como o avô.

— Eu recebi as águas bentas de Setúbal e quis fazer o mesmo ao meu filho – justifica Marcelino, invocando as tradições familiares. Nasceu e foi criado em Matosinhos, mas foi em Setúbal que, por exemplo, fez o exame da primeira classe.

Quando, em Matosinhos, era a época do defeso, entre os meses de janeiro e abril, Álvaro dos Passos regressava a Setúbal para poder andar ao mar.

— Por isso, fiz lá a primeira classe, lembro-me bem. Mas depois nunca mais lá fui. O meu pai começou a atar redes em terra, estava num armazém de pesca e ganhava um ordenado, já não precisava de ir para Setúbal trabalhar.

Marcelino regressou a Setúbal já casado, pai de um filho de meses. E Margarida fez aquilo que descreve como a sua “primeira viagem”. “Nunca tinha saído das Caxinas, nunca tinha ido para lado nenhum”, explica.

Quando levou Marcelino a fazer a primeira classe em Setúbal, Álvaro Passos teria uns 25 anos. Morreu com 43, com uma cirrose. “A vida do mar não era fácil, também tinha destas coisas”, justifica Marcelino.

Foi a partir da Ilha do Galante que Marcelino e Guida fizeram a sua carreira de trabalho – e fizeram crescer a família. Margarida arranjou um novo emprego na fábrica de congelados de Manuel de Carvalho, em Custóias, onde esteve 15 anos. Mas já com um segundo filho, que nasceu dez anos depois do primeiro, ainda regressou às atividades na praia, para trabalhar num armazém de venda de peixe onde começava a trabalhar às 3h30.

— Tinha de começar cedo a preparar a banca, e as caixas todas no chão, para vender o pescado que chegava à lota de Espanha, de Lisboa, de todo o lado. Eu vendia, recebia, passava faturas. Fazia tudo. Às 7h30 acabavam as vendas e chegava a sardinha, e lá começava tudo outra vez. Estive lá ainda mais uns dez ou 11 anos.

Durante esse tempo, o filho mais velho tomava conta do irmão mais novo. Era Álvaro quem tirava Tiago da cama, lhe preparava o pequeno-almoço, e o ia levar ao infantário, a caminho da sua própria escola.

Tudo mudou quando teve um acidente numas escadas da Ilha do Galante, deixando-a de tornozelo torcido e tibia e perónio fraturados. Ainda esteve a receber subsídio de desemprego, mas precisou de esperar uns anos, para chegar aos 55 e conseguir a pré-reforma. “Se é difícil arranjar emprego para os direitos, que fará para os mancos”, diz Margarida, repetindo a carga negativa que ouviu décadas atrás, ou revelando como os estereótipos se colam à pele, se repetem.

A família só haveria de sair da Ilha do Galante no dia em que Tiago fez dez anos.

— Foi a prenda de anos e de Natal, que nos deu Narciso Miranda, presidente da Câmara de Matosinhos. Num dia 24 de dezembro, fez uma cerimónia na câmara e deu-nos a chave desta casa, no bairro de Sendim. Já foi há 24 anos, recorda Margarida.

A carreira profissional de Marcelino foi-se fazendo, sem grande história, na Facar, a fábrica de plásticos onde trabalhou até a empresa fechar, em 1990. Em paralelo, foi construindo uma carreira desportiva e uma artística. Esteve muito envolvido com o futebol amador, tendo sido ora treinador, ora dirigente dos quatro clubes de Matosinhos inscritos na Associação de Futebol de Amadores: Senhor do Padrão, Juventude de Matosinhos, Desportivo da Praia e Café Lisbonense.

Ao referir-se a esses tempos, Marcelino não conta medalhas nem troféus. Relata, antes, o espírito de equipa e o ambiente de competição, mas sempre de companheirismo, que encontrava tanto no balneário como nos bares das coletividades que frequentava, junto com os outros associados.

Nesses bares e nesses convívios, Marcelino Passos tinha também oportunidade de testar, com plateia, os versos que dactilografava na sua máquina de escrever. É que Marcelino fez-se poeta, fadista popular e trovador. E, diz Margarida, essa é a sua melhor forma de se exprimir.

— Fiz muitos versos para a minha mulher.

“O que ele não me diz, escreve” – concede Margarida, que gosta de ouvir os versos do marido. Ditos por ele, claro. Mas também cantados por outros, como aquele “Amália, rainha do fado” que foi gravado por Júlia Cancela, uma fadista vilacondense. Quando ouve esse fado a passar na rádio, Margarida emociona-se. São lágrimas de alegria. Mas o talento de Marcelino também lhe trouxe algum desgosto – e um peso na consciência que carrega até aos dias de hoje.



Marcelino Passos na tasca
que servia de sede do Clube
Desportivo da Praia, na
Rua Heróis de França, em
Matosinhos, no início dos anos
1980. Atrás, a espreitar, um
morador da casa, Manuel Branco
Cheta, e a rir-se, ao lado,
está Alfredo Gato.



A família de Margarida, no casamento do irmão mais novo, Abel Coentrão Viana, que está atrás, ao centro, com a noiva. Da esquerda para a direita, atrás estão Manuel Coentrão Viana, o Sardento, e a matriarca, Luísa Rosa Coentrão. À direita dos noivos está Manuel, que tem o mesmo nome do mais velho, e a irmã Conceição, a segunda filha mais velha de Luísa. À frente estão Domingos Viana, Margarida, Filomena, Maria Amélia, Alexandrina, Felisbina e Maria da Graça. Nesta fotografia falta o pai, Francisco Cambola, que já tinha morrido, e Luisa Coentrão Viana, filha que, na altura, vivia em Andorra.

O desgosto foi por ter perdido muitos dos originais dos versos de Marcelino, que ele escrevinhava em qualquer papelinho e depois, com tempo, datilografava na sua máquina de escrever. Marcelino e Margarida iam colando esses papéis datilografados nas páginas de um caderno em branco, para que os papéis soltos e os versos se tornassem num livro.

Um dia foram assistir a um desses programas matinais de TV, de uma apresentadora conhecida, que lhes disse para deixarem lá o datiloscrito, que ela trataria de o publicar. Foi há oito anos. Depois disso já escreveram cartas, fizeram telefonemas, tentaram falar com outros apresentadores de televisão, quando sabiam que eles vinham ao Porto. Margarida ainda se lamenta.

— Só queria que devolvessem o meu livro. Mas nem livro, nem resposta. Nunca nos disseram mais nada.

Entretanto, outros livros se foram fazendo. Marcelino escreve menos, mas continua a escrever. Agora, porém, é o facto de serem avós que lhes enche a casa e alegra os dias.

Vão cada vez menos às Caxinas, onde está toda a família de Margarida, e também o filho mais velho de ambos. Álvaro casou nas Caxinas, começou por viver com a sogra, mais tarde comprou um apartamento, bem perto do Senhor dos Navegantes. É motorista de transporte internacional, e tem um filho de 19 anos e outro de 11.

— O meu Álvaro é raro vir, porque anda naquelas jornadas nos camiões. Mas de quinze em quinze dias a minha nora não falha, e vem cá almoçar com o meus netos.

Com maior regularidade tem a visita do neto mais novo, Santiago, de seis anos, que está sempre nos avós depois da escola, até que Tiago, o pai, ou a mãe, o venham buscar para regressar a casa, no concelho da Maia. “É a alegria dos nossos dias” – assume. Quando o neto não está, só as idas aos médicos ou o passeio higiénico com a Vitória, a cadela com nome de um dos clubes de eleição de Marcelino, é que os leva a descer à rua.

Confessam, ambos, ter saudades dos muitos convívios em que participavam com as suas comunidades. Desde os passeios que faziam com as equipas e famílias dos clubes de futebol, às muitas festas que os levavam de regresso até às Caxinas, para assistir a um casamento ou um batizado. “Hoje em dia já só lá vamos para assistir a funerais, e isso é que é mais triste” – desabafam.

Marcelino e Margarida preferem, antes, falar das memórias boas, que essas é que querem guardar. E se reservam uma particular

emoção para as recordações que lhes traz o piquenique do Anjo, onde ambos se conheceram – “ainda se faz, mas não é nada a mesma coisa” –, demonstram ainda um carinho especial pela festa que organizavam em Matosinhos, por altura do São João. “Era tão bonita a nossa ‘Marcha do Galante!’, diz Margarida. Tinham autorização para cortar ao trânsito a Rua Gago Coutinho até ao cruzamento com a Rua Primeiro de Dezembro, faziam uma fogueira gigante, quando ainda havia essas autorizações e as ruas eram de empedrado e não de alcatrão, descreve.

— Embandeirávamos a rua de ponta a ponta. As mulheres vestiam blusa branca, saia preta, aventais todos iguais. Enfiávamos os arcos com rolos de papel higiénico que decorávamos e era uma festa muito grande.

Marcelino Passos, claro, compôs a marcha. Escreveu os versos para uma batida que tinha ouvido das festas de Lisboa.

Agora, não há marcha nem há São João. Mas as recordações estão todas bem presentes. Marcelino até parece que está a ouvir a banda a dar-lhe o ritmo enquanto a fica a trautear:

“Vamos, nossa malta,
canta que tu encantas
quem te está a ver.
Canta que
a noite é tua,
baila na rua
até os pés doer.
Vamos nossa marcha cantar,
que tu encantas
nossos vizinhos.
Que dizem com muito amor
és a maior cá
em Matosinhos.
A nossa malta
não há igual.
A nossa marcha
não tem rival.
Andai, cachopas, com
vossos amorzinhos,
cantai bailai,
que a malta que
aqui vai
é a Marcha de Matosinhos.”

Maria da Guia
Gomes Fortunato,
Joaquim Pereira
Araújo,
Caxinas,
Vila do Conde

Fotografia Olívia da Silva, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto David Mandim **Arquivo** Família Fortunato Araújo





De Matosinhos, com o coração nas Caxinas



Nascida em Matosinhos, em 1937, no final dos anos 1960, Maria da Guia instalou-se nas Caxinas com o marido, Joaquim Araújo, e as duas filhas, Teresa e Fernanda. Na Poça da Barca, abriram a fábrica Cofrisol, na Rua da Alegria.

Filha de caxineiros, Maria da Guia Gomes Fortunato acabou por nascer em Matosinhos a 5 de julho de 1937. “Foi a pesca que levou os meus pais daqui”, resume a mulher que, ainda jovem, por lá conheceu Joaquim Araújo, que havia deixado a lavoura em Barcelos para ir trabalhar em Matosinhos, na empresa de conservas Selene. Anos mais tarde, o casal viria a fundar, na Poça da Barca, a Cofrisol, uma das primeiras empresas de conservação de peixe a instalar-se nessa comunidade, em Vila do Conde.

A família de Maria da Guia Gomes Fortunato – pais caxineiros e onze filhos – cresceu, durante décadas fora de Vila do Conde, forçada pela procura de trabalho no grande porto do Norte, Matosinhos. Nada que eliminasse o apego ao lugar de origem.

— Nascemos em Matosinhos, mas éramos registados nas Caxinas, batizados nas Caxinas e os nossos casamentos foram todos nas Caxinas.

O testemunho, de voz forte e cheia de orgulho caxineiro, é da filha do pescador José Fortunato, mais conhecido como Zé “da São Benta”, e de Maria do Carmo, que ainda adolescente chegou a andar à pesca no barco do pai.

— Ambos são caxineiros e os meus avós, sempre os conheci como sendo das Caxinas, não sei se vieram de outro sítio. Mas eram caxineiros, ligados à pesca, tanto os avós paternos como maternos.

As duas irmãs mais velhas de Maria da Guia, Maria do Carmo e Maria do Alívio, ainda nasceram nas Caxinas. Quando chegou a altura da escola, e, para não andarem a pedir transferência, os seus pais decidiram arrendar casa e assim ficaram a morar em Matosinhos, lembra-se. Quando se deu a mudança, já os pais conheciam bem o porto de Leixões e seus arredores de indústrias ligadas ao peixe, por lá trabalharem com frequência.

A mãe é recordada como uma mulher especial. Teve uma “infância difícil” e era analfabeta. Segundo Maria da Guia, o avô João Filipe Ramos, dos “Esquecidos” – que tinha estado no Brasil e casara novamente, após eniuvar de Felisberta Gomes –, era um homem de feitio complicado, mas “com bom coração”.

“Não ia a tabernas, não fumava”, mas os filhos, ainda crianças, sofriam com a sua autoridade, pois ele “punha-os todos fora da cama para irem apanhar lenha para a praia”.

Maria do Carmo, Gomes como a mãe, até “chegou a andar ao mar”, como uma ou outra mulher do seu tempo, nas Caxinas, e Maria da Guia encontra explicação para isso no facto de o avô João Esquecido “ter muitos barcos” e os seus tios serem filhos mais novos, a maioria já fruto do segundo matrimónio.

— Ela dizia que se escondia dentro dos barcos para não ser vista pelos outros pescadores. O meu pai também contava que ela pensava que não era vista, mas que ele chegou a vê-la nesse tempo.

Zé da São Benta e Maria do Carmo conheciam-se desde essa altura, já que ele pescava com o seu futuro sogro, João Esquecido. Corria ainda a década de 1920 e Matosinhos já agregava homens de todo o litoral para as traineiras. Maria do Carmo fazia-se mulher e também procurou um rumo na vida.

— Ela ainda nem 18 anos teria quando fugiu para Matosinhos. Foi a pé, com trouxa de roupa à cabeça. Foi andar às redes. Era habitual haver mulheres, eram melhores que os homens a fazer esse serviço. Nessa altura, ela dormia na casa das redes.

Maria da Guia Fortunato tem a figura da sua mãe – falecida já há 48 anos, seis anos depois da morte do pai – bem presente:

— Sempre caxineira. Usava chinelos, avental e algibeira. Sempre com lenço na cabeça, preto, sempre, por ter morrido um filho com dez anos, num acidente de barco.

Quando a vida já corria bem à família em termos económicos, a mãe distinguiu-se em Matosinhos pelo espírito solidário.

Segundo esta filha, dava roupa nova aos pobres. “Ia à missa e no final tinha sempre uma cafeteira de cevada e pão para dar aos que precisavam”, acrescenta.

Maria do Carmo e Zé da São Benta casaram-se na capela da Senhora da Guia, padroeira dos homens do mar, em Vila do Conde, e ficaram a viver nas Caxinas. Foi mais um cruzamento entre famílias grandes deste lugar. José era filho de Ana São Benta, casada em segundas núpcias (e já com filhos) com Vicente Fortunato, conhecido como o “Tarrote”.

Também no outro lado da família, o pai de Maria do Carmo, João Filipe Ramos, enviuvou, já com filhos de Felisberta Gomes, e voltou a casar, gerando assim uma vasta árvore genealógica onde não faltam casamentos entre primos.

O pai de Maria da Guia Fortunato foi, como centenas de conterrâneos, para a pesca do bacalhau. Ainda “fez umas viagens e depois ficou por cá”. Andou ao mar na traineira do sogro, em Matosinhos, e quando João Esquecido deixou o mar, doente, José ficou no seu lugar e tornou-se mestre de traineiras.

— A partir daí, ele nunca mais deixou de ser mestre – quando nasci, ele já era mestre – e diziam que o meu pai era dos campeões. Há uma história em que se conta que durante três dias seguidos não havia uma sardinha em Matosinhos e ele veio com o barco carregado.

Ainda recentemente, Maria da Guia Fortunato diz ter recebido uma prova do talento do pai na formação de mestres que conduziram muitas traineiras, nas últimas décadas.

— Passava na Póvoa de Varzim e um senhor abordou-me na rua. Diz-me: “É filha do Zé da São Benta, não é? Sabia que ele foi o mestre que mais mestres formou em Matosinhos?”

A filha nomeia logo uma série de conhecidos mestres das Caxinas, entre eles o padrinho de Jaime Pontes (pág. 154) e um avô de José Alberto Postiga (pág. 172), também protagonistas deste livro, a quem o pai transmitiu saber:

— Os Fangueiros – o Quim, o Manel, o Américo, que eram sobrinhos; o Zacarias Camaço, também foi ele que o formou; o Manel da Nuna, os meus tios também foi ele, e muitos mais. Eram quase todos das Caxinas. Pode ter havido algum de Matosinhos, mas será raro.

A faina na *Santa Teresinha* – a traineira daqueles três dias de grande pesca – trouxe conforto económico a Zé da São Benta. A mulher passou a ficar em casa para cuidar dos filhos, que já eram muitos, e deu-se a ascensão social da família – por três vezes a mudaram de casa, em Matosinhos. A primeira residência, diz Maria da Guia, foi na Avenida Serpa Pinto.

— Acho que foi aí que nasci. Era uma daquelas casas pequenas que se arrendavam no defeso e depois voltava-se para as Caxinas. Quando nasci, já ficávamos lá, era a nossa casa permanente.

A família ainda se mudou para a Rua dos Loureiros, onde, no início da década de 1950 arrendou uma casa maior. “Mais tarde, fomos para a Rua Álvaro Castelões, n.º 500”, recorda, com um sorriso largo, a anunciar as muitas memórias do lar de juventude.

— Tinha eu 17 anos e o meu pai foi o pescador que comprou a casa mais cara em Matosinhos. Na altura essa casa tinha ido a leilão por 1500 contos. Parece que eram três irmãos desavindos e havia uma proposta de 1300 contos. Desentenderam-se e o negócio ficou parado. Um tio dos donos falou ao meu pai no café, disse que havia uma casa muito boa, que era um bom negócio.

Ficava muito perto da casa da Rua dos Loureiros e toda a família foi ver o que parecia mesmo um palacete.

— Fomos todos. Aquilo era uma casa! Só um andar tinha 15 divisões. Mas não eram 15 divisões pequeninas... Eram mesmo 15 divisões. A minha mãe não queria sair da casa onde estava e nós só lhe dizíamos: “Pai não olhe para o que ela diz.” Queríamos, claro, a nova casa. A minha mãe era o contrário. Só dizia: “Misericórdia! Santa Rita! Sair desta casa?”

Zé da São Benta pagou 600 contos e ficou com a casa. “Aquiló





A primeira comunhão de Maria da Guia Fortunato, nos anos 1940. Em cima, os pais de Guia, José Fortunato e Maria do Carmo Gomes, numa foto de casamento em Vila do Conde. A criança junto deles é Teresa Fortunato Araújo, a filha mais velha de Maria da Guia e Joaquim Araújo.

parecia quase uma quinta, tinha terreno". A mãe, recorda Maria da Guia, "começou a criar galinhas" e, pouco depois, já se sentia "em casa". Quando um dia o pai teve uma proposta para vender e lucrar 300 contos resolveu "fazer uma fogueirinha" com a mulher. "Disse que ia vender e ela logo respondeu: Era o que faltava, ires vender agora a casa."

A infância de Maria Fortunato foi assim passada em Matosinhos, onde completou a escola.

— Fiz a quarta classe na escola dos Sininhos em Matosinhos. Era sair da porta de casa e ir para escola. Depois comecei a ir para as mestras, aprender costura. De resto, íamos para o rio lavar roupa. Era a nossa vida.

A memória do naufrágio de 1947

Quando tinha dez anos, testemunhou uma das maiores tragédias marítimas na costa portuguesa – o naufrágio das traineiras *D. Manuel, Rosa Faustino, Maria Miguel e S. Salvador* – na madrugada de 2 de dezembro de 1947. Morreram 152 homens.

Zé da São Benta fora ao mar, nesse dia, mas Maria da Guia diz que o pai "entrou mais cedo no porto com o barco dele, o *Maria da Glória*, e escapou".

— Era só gritos nas ruas de Matosinhos. Ia-se numa rua e via-se mães, com as crianças agarradas a elas, aos gritos. "Ai que morreu o meu homem!" Ou choravam pelos filhos, já que os miúdos iam muito cedo para o mar. Na barra, as pessoas iam para cima do cais e quando se via luzes a entrar, ouvia-se: "Já entrou mais um". Depois, viam-se luzinhas ao longe, mas desapareciam logo porque o mar era tão alto, tão alto! Eu era muito pequena, mas lembro-me de, na praia nova, aparecerem muitos corpos.

Em dezembro de 2022, passam 75 anos desde esse dia que deixou de luto não apenas Matosinhos, mas também as comunidades piscatórias dos concelhos da Póvoa, Vila do Conde, Espinho e Murtosa, de onde provinha a maioria dos naufragos.

São momentos que não se esquecem e que as famílias dos homens do mar tantas vezes tiveram de suportar. Maria da Guia conta ainda que, anos antes, o pai fora salvo, após o naufrágio da *Maria do Alívio*, num dia 13 de junho.

— Estavam com a rede na água e outro barco abalroou-os, cortou a traineira a meio. Morreram quatro homens, dois deles eram das Caxinas.

O mestre Zé da São Benta ficou agarrado a um tanque e acabou por ser resgatado mesmo a tempo de sobreviver ao desastre. Mas

o acidente marcou-o. “Ele nem se lembrava do que aconteceu, não sabia contar”, lembra a filha.

Apesar de tantas vivências em Matosinhos, a vida nas Caxinas nunca foi esquecida. A família manteve sempre a habitação localizada um pouco ao lado da Igreja do Senhor dos Navegantes.

— Vínhamos sempre de férias, passar uma temporada. Agora é que se diz férias. Na Páscoa vínhamos sempre quinze dias para as Caxinas. Vínhamos todos de comboio, com as trouxas da roupa. (...) íamos comer ali sentados na areia, a ver o mar. Aqui não havia luz elétrica – em Matosinhos, tínhamos tudo. Para nós era diferente estar aqui. Tirávamos os colchões das camas para ir dormir no chão.

Do espaço em volta, aponta que era mais deserto – “era uma luz aqui, outra acolá” – e recorda que o pai sentia logo a falta de agitação matosinhense. “Não tinha os amigos, não havia os cafés.” Mas algo os empurrava para este lugar.

Foi na Igreja do Senhor dos Navegantes que a família realizou todos os batismos e casamentos. A José da São Benta deve esta paróquia a oferta de três imagens: Senhora de Fátima e Senhora da Bonança, e o São José, num sinal da devoção católica e de apego ao lugar de origem que se estendia a rotinas do dia-a-dia.

— No fim da safra, o dinheiro que ganhava vinha trazer à Caixa Geral de Depósitos daqui. Sempre. Pagava a licença marítima aqui. Vivíamos lá em Matosinhos por causa do porto, mas o coração estava aqui.

Mas o cemitério de Matosinhos começou a receber membros da família após a morte de um irmão de Guia. José tinha dez anos quando faleceu na sequência de um acidente num barco, no porto. Era exigida autópsia, mas Zé da São Benta dava tudo para não a ter de fazer. Perante a recusa do delegado de saúde, até terá “combinado com camaradas ir roubar o morto ao cemitério para trazer o corpo e enterrar em Vila do Conde”. A capitania interferiu e deu mesmo autorização para o corpo seguir, mas era tarde demais, e o filho ficou enterrado em Matosinhos.

Chegava o tempo de Maria da Guia ter a sua própria história e a constituir a sua família. “Nem sei como é que o conheci”, diz, com pronúncia caxineira vincada, entre risos. Refere-se a Joaquim, o homem com quem casou. Ele tinha “vinte e poucos anos” quando chegou a Matosinhos vindo de Barcelos, oriundo de uma família de lavradores, para trabalhar na indústria das conservas na Selene, em Perafita, onde ficou a viver. Começou em trabalhos no interior da fábrica e depois tornou-se no funcionário que “comprava peixe na lota, carregando os camiões.”



A família guarda um amplo acervo de fotografias retratando momentos de lazer em várias épocas e locais, como as praias da Póvoa, Santa Luzia, em Viana, ou o centro do Porto.



Em cima, Maria da Guia Fortunato e Joaquim Araújo surgem com as filhas Teresa e Fernanda, a caminho de um casamento, nas Caxinas.



Foi na praia que se conheceram. “Ela ia levar o baú, a comida para os pescadores, e andava por ali. Começámos a cruzar-nos”, recorda Joaquim, enquanto Guia diz o inverso: “Ele diz que me conheceu lá, mas eu nunca o vi. Ele é que olhava para mim.” Ela tinha chegado da missa e viu um homem numa moto, a olhar muito para si. No defeso, Joaquim tinha sido enganado por outro pretendente, ciumento, que lhe disse que Maria da Guia tinha morrido. Por isso olhava tão fixamente para ela. Joaquim chegou até junto da porta onde a rapariga morava e assim começava uma bela história. “Namorámos um ano até casarmos.” Joaquim acrescenta alguns detalhes sobre o que o levou a interessar-se pela filha de Zé da São Benta.

— Na fábrica, tinha uma mulher para me fazer o comer, tratar da cama, tudo às horas certas. Comecei a pensar assim: ando aqui a comer com uma mulher que não conheço nem nada. Pensei em casar. Se não fosse isso, às tantas ainda estava solteiro.

Engraçou com Maria da Guia, mas, claro, nesses tempos era preciso convencer a família dela.

— O meu pai não queria que eu casasse com ele. Não era por não ser das Caxinas, era por não conhecer a família dele.

A recordação espicaça uma reação de Joaquim, que na juventude aparentava ser ainda mais novo do que era, o que também podia ter influenciado aquelas dúvidas iniciais. Mas Zé da São Benta “não dizia que não a ninguém” e até já tinha sido mestre do patrão da Selene, de onde viriam boas referências do barcelense Joaquim. Por isso, casaram-se na Igreja das Caxinas, vai fazer 64 anos. Foi em 1957. No ano seguinte nasceu Teresa, a primeira filha, continua Maria da Guia Fortunato. Começaram por viver em Perafita, numa casa da fábrica.

Da lavoura até ao peixe congelado

Foi em Matosinhos que Joaquim começou a conhecer o peixe e o seu comércio, atividade que acompanharia toda a vida. Natural de Silveiros, muito cedo foi para Viatodos, também no concelho de Barcelos.

— Estive empregado num médico na freguesia. Saí da lavoura e arranjei maneira de pedir ao meu pai para ir trabalhar com o doutor Camilo Araújo, casado com uma filha dos Serranos, uma família da Póvoa de Varzim que tinha uma fábrica de conservas.

Na verdade, até começou ali mesmo a tomar contacto com os prazeres do peixe, já que o pai da sua patroa, Jaime Serrano, “costumava levar peixe para Barcelos para ali fazer umas caldeiradas” com os amigos. Mas na propriedade, onde “fazia um pouco de tudo”, o futuro era pouco entusiasmante.

— Queria ir mais longe. “Isto não é vida para mim”, disse um dia à mulher do doutor Camilo.

O desabafo teve eco no patrão, que lhe arranjou um emprego, nas conservas. E o peixe mudou a vida a este homem de Barcelos. Já casado e com uma filha, passam os anos e é ainda em Matosinhos que nasce a segunda, Fernanda, oito anos depois da irmã. Mas onze anos depois de casarem, decidem-se pela mudança para Caxinas, desafiados pelo cunhado Manuel Marafona, casado com a irmã mais velha de Maria da Guia, que tinha barcos a operar em Angola. Explica Maria da Guia:

— Os pescadores diziam que estavam a ser muito explorados por quem vendia o isco, aquela sardinha para a pesca. Eram explorados e precisavam de uma fábrica que vendesse o isco mais barato.

Manuel Marafona falou com Joaquim e “acertaram a coisa”: avançaram com a criação de uma empresa e começaram logo a procurar terreno. Até chegaram a ponderar erguer a fábrica junto à praia, logo a norte da Igreja do Senhor dos Navegantes, por ser bem perto do portinho – num espaço cuja urbanização, bem recente, gerou contestação pública. Na altura, a administração do concelho não permitiu ali a construção, pela proximidade ao templo, apesar de ter incentivado os dois sócios a avançarem, por não haver quase nada nas Caxinas.

“Construam onde quiserem, mas ali não”, ouviram os dois cunhados que seguiram, então, mais para norte. Adquiriram na Rua da Alegría, na Poça da Barca, um terreno onde erigiram a fábrica. A Cofrisol arrancou em janeiro de 1969 para vender o isco. Viria, depois, a tornar-se uma fábrica de produtos congelados – uma das primeiras a existir nas Caxinas.

Maria Fortunato faz questão de “dizer as coisas direitas” para frisar que a ideia da fábrica partiu do cunhado. “A iniciativa foi dele. Mas ele voltou para Luanda e nós ficamos cá, à frente da Cofrisol”, assume. Certo é que o casal abraçou o projeto com ambição.

— Comecei a entrar no negócio, indo com ele para Matosinhos para comprar a sardinha para o isco. Era uma responsabilidade grande. Sem isco, os pescadores não podiam ir para o mar.

Na Cofrisol, os pescadores podiam ir buscar o isco à hora em que seguiam para o mar, mesmo de noite. A família mudou a residência para a Rua da Alegria enquanto todas as irmãs de Maria da Guia – casadas com pescadores – ficaram em Matosinhos. A adaptação à vida permanente nas Caxinas “foi muito difícil”, admite.

— Era a maneira de ser, não era bem o falar. Eram mais rudes no trato, criavam muitos conflitos, era diferente do que estava habituada. Aqui corria o ranho pelo nariz. Em Matosinhos andava-se sempre mais limpo, não se brincava muito na rua. Depois, se corria mal a pesca, era porque éramos ladrões, o isco não prestava.

Recordam as muitas zangas entre vizinhas, os barulhos. “Eram melhor que tourada”, ironiza Joaquim. A filha Fernanda até levou “porrada na escola” por ir usar um vestido com lacinhos. Quando deixou a primária, foi estudar para a Póvoa de Varzim.

— Sempre esteve mais perto de nós. Quando vínhamos de comboio, saímos sempre na Póvoa. Ir à praia – quando se ia – era na Póvoa...

A casa na Rua da Alegria era vista pela família como sendo na Póvoa, mas era no lugar da Poça da Barca, Vila do Conde, resume a filha mais nova de Maria da Guia. Com o tempo, tudo se ajustou. Joaquim ganhava confiança e fazia amizades com os pescadores, tendo levado grupos para caldeiradas em Barcelos, momentos de convívio que recriou depois de ter visto os Serranos e o médico seu antigo patrão a fazerem o mesmo, no passado. O isco deixou, no entanto, de ser um negócio, e o “25 de Abril foi complicado”, aponta a filha de Zé da São Benta. Tinham muito dinheiro investido, sobretudo em câmaras frigoríficas que tinham sido a grande novidade da empresa, e depararam-se com uma greve dos pescadores. Ficaram com muita sardinha no armazém. Mas tiveram sorte.

— Houve um senhor, o Policarpo, que já nos conhecia, que tinha uma encomenda muito grande para a Holanda. Varreu-nos com a sardinha toda, eram mil e tal cabazes. Ganhámos muito dinheiro nessa venda.

Com a independência das colónias de África, o cunhado Manuel Marafona regressou de Angola. E foi ele que, “outra vez, teve a iniciativa do peixe congelado”. Em 1975, a fábrica foi ampliada, ocupando o terreno do lado. A empresa passou a ser de produtos congelados, não só peixe e marisco, mas também carne e gelados. Nesta área, concorriam com outra empresa instalada na localidade, a Produmar. Era toda uma nova dimensão no negócio, cujas rotinas mudaram.

— Já íamos a Aveiro buscar peixe. Antes, era só um empregado, e depois passaram a ser 20 e tal pessoas, apoiadas por cinco vendedores na rua.

Na Cofrisol, Maria da Guia “trabalhava com o resto do pessoal, carregava e descarregava carros, o que fosse preciso”. A maioria do peixe vinha de Aveiro, através do grupo Gel. “Aqui da zona era só o polvo.”, explica.

A Cofrisol laborou até à década de 1990. Os donos ainda tentaram arranjar um terreno para mudar a fábrica para a Póvoa.

— Eram muitas exigências com a entrada na CEE. Ainda fizemos obras, mas eram precisos mais de cem mil contos.

Na época “apareceram os espanhóis a vender às grandes superfícies”, gerando uma nova concorrência, e a pesca era mais reduzida. Os dois cunhados, já com idade avançada, decidiram fechar a fábrica. Dela sobra o espaço, com um reclamo bem visível, e as memórias familiares.

As filhas do casal já não têm ligação à pesca, mas residem na zona das Caxinas. Maria da Guia Fortunato foi, na verdade, a única das irmãs a regressar à terra. Dos anos de Matosinhos, surgiu ainda o casamento de uma irmã com um italiano que trabalhou na construção da refinaria da Sacor (hoje Galp) – vivem agora em Itália.

Maria da Guia Fortunato, 84 anos, e Joaquim Araújo, 91, mantêm boas recordações dos anos passados mais a sul, onde se conheceram. Mas ela afiança que se sente em casa:

— As minhas irmãs ficaram todas por Matosinhos. Mas vinham muitas vezes às Caxinas e à Povoa, quando era a Senhora das Dores ou a Senhora da Guia. Hoje, eu não iria para Matosinhos, diz-me muito pouco. Estamos bem nas Caxinas.

Maria de Lurdes
Silva Pereira,
António Milhazes
Terroso,
Póvoa de Varzim

Fotografia Olívia da Silva, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto Ângelo T. Marques **Arquivo** Família Pereira Terroso





Um sorriso que arribou num temporal



António e Maria de Lurdes casaram-se nas Caxinas, a 16 de fevereiro de 1969. Juntou-os o mar, que o obrigou, um dia, a arribar em Leixões, Matosinhos, onde ela vivia.

As vidas de António Milhazes Terroso e de Maria de Lurdes Silva Pereira espelham bem a forma como, no eixo geográfico Póvoa de Varzim/Vila do Conde/Matosinhos, o mar funciona como elo de união entre estas comunidades. Os concelhos e respetivas populações terão naturalmente as suas idiossincrasias, mas a história deste casal parece comprovar que o coração e as vivências não conhecem fronteiras. E o seu exemplo tem sido replicado noutros ramos da família.

O casamento entre ambos aconteceu no 16 de fevereiro de 1969. Contudo, para se compreender melhor a territorialidade que emaranha as duas biografias, é mais fácil perscrutar a história pessoal de cada um, pelo menos até ao momento do namoro prévio ao enlace matrimonial que os traz, até hoje, juntos. Comecemos por Maria de Lurdes, que leva 72 anos de vida. O pai foi um pescador das Caxinas, Vila do Conde, Horácio Rodrigues Pereira. A mãe, Maria Rosa da Silva, era da Póvoa de Varzim. Ele era da família dos “Camaços” – irmão, na verdade, de José Camaço, o pai de José e Francisco Pereira (ver pág. 218) – e ela dos “Patinha”, especifica a filha, para realçar as duas alcunhas bem conhecidas da comunidade piscatória local. Horácio Camaço e Rosa Patinha juntaram os trapinhos a meio caminho, na Poça da Barca, o lugar piscatório de Vila do Conde que abraça a bacia do porto poveiro, praticamente no limite da Rua Alfredo Bastos, ou seja, a dois passos da Póvoa de Varzim. Casados de fresco, decidiram acabar com as repetidas viagens que ele tinha de fazer para o porto de Leixões donde zarpava e atracava a traineira onde trabalhava. E optaram por comprar uma segunda casa em Matosinhos.

—Ainda me recordo do nome da rua. Era na Conde São Salvador, n.º 160, que vinha diretamente do mercado até à praia. Antigamente , havia lá um restaurante, o Girassol.

Apenas nos dois meses de paragem da safra da sardinha – o defeso para recuperação da espécie – o casal rumava à casita na Poça da Barca. Vítor e Olívia, os dois filhos mais velhos, nasceram ali, e foram registados na Póvoa de Varzim, tal como viria a acontecer com todos os outros: Maria de Lurdes, Rosa Natércia, Graça e Albina.

— O meu pai dizia que eram aí que estavam as suas origens e vinha de Matosinhos registrar-nos aqui.

A infância da Maria de Lurdes foi passada de um lado para o outro, ao sabor do calendário dos barcos sardinheiros, e aos sete



Os pais de Maria de Lurdes,
Horácio Rodrigues Pereira, dos
Camaços, e Maria Rosa da Silva,
dos Patinha.



Esta fotografia de Maria de Lurdes Pereira foi feita para ser enviada para o marido, António Terroso, quando este estava na pesca do bacalhau.

anos de idade foi estudar. Até à terceira classe andou na Escola dos Bombeiros (Matosinhos) sem grandes sobressaltos, mas na quarta classe tudo se complicou.

— O meu pai trouxe-nos aqui para a Póvoa, e eu ia perder o ano. Vim para a Casa dos Pescadores, aqui na Póvoa. Fiz o exame ali à beira do Liceu [atual Secundária Eça de Queirós], na Escola Nova.

Aplicada e com boa memória – características que assegura ter passado aos netos –, Maria de Lurdes gostava de aprender, e só não continuou mais na escola porque a mãe disse à solicita professora que, naquele meio, “ainda não havia ninguém que tivesse prosseguido os estudos e assim iria continuar”.

Só à irmã mais nova, num outro tempo, mais moderno, foi dada a oportunidade de ir um pouco mais além do que a então escolaridade obrigatória.

Horácio puxou o filho para o mar e Maria Rosa mantinha as filhas debaixo de olho. Em fases de maior trabalho nas conserveiras – para atender encomendas especiais ou de excesso de peixe –, as jovens aproveitavam as entradas temporárias de mais pessoal nas fábricas para aumentar o rendimento familiar, mas a tarefa principal era ajudar na lida da casa. Maria de Lurdes, que “até gostava de trabalhar”, fez “umas temporadas de dois ou três meses” na Sicma – Sociedade Industrial de Conservas de Matosinhos, embora não de forma muito regular. Ora num belo dia de passeio à beira-mar, Maria de Lurdes sentiu que alguém não tirava os olhos dela. Ela disfarçou, mas o diabo do rapaz parecia enfeitiçado. E quando ele, com uma voz trémula, lhe disse “olá”, ela sorriu. E ele foi atrás...

O rapaz da Poça da Barca

António nasceu na Rua Alfredo Bastos (neste caso, na ponta sul da artéria) a 11 de março de 1947, na casa dos avós paternos, Américo Terroso e Rosa Margarida Ferreira, que tinham um barco pequeno para a pesca costeira, sobretudo para os períodos fora da safra do bacalhau. O seu pai chamava-se António Ferreira Terroso e também era da Poça da Barca. Assim como a mãe, Cidália Milhazes, filha de Álvaro Milhazes (também bacalhoeiro) e de Rosa de Jesus. Uma nota mais: o nosso António acaba por ser primo de Américo Milhazes, cuja história se conta neste livro, a partir da página 46.

Os pais de António, depois de casados, foram morar para a Rua da Alegria e tiveram sete filhos. Uma menina faleceu com apenas dois anos de idade, vítima de meningite. Os outros são Manuel, Olívia, Maria de Lurdes, Lucinda e Maria do Sameiro.

O avô Américo (entre 1936 e 1953) e o pai António (entre 1946 e 1963) fizeram o mesmo número de viagens em navios do bacalhau – dezassete –, mas nunca juntos. O mais velho, no *Milena* (três), no *Rio Lima* (12) e no *Santa Maria Manuela* (2); o filho, nos navios *Ana Maria* (oito), *Lousado* (6) e *Vimeiro* (3). Curiosamente, também António acabaria por participar sete vezes na “faina maior” (entre 1967 e 1973), mas no *São Rafael*. Está bom de ver que no seu tempo de criança, António tinha o pai ausente durante vários meses por ano. Talvez por isso tivesse pisado o risco nos estudos. Na escola das Caxinas, o petiz deixava a cabeça da professora em água, nem tanto pelo comportamento, mas pela falta de dedicação. Do que ele gostava mesmo era de ir “armar aos pássaros” com os amigos. Com uma rede e buriladas estratégias de disfarce, aquela rapaziada era capaz de passar horas a fio a tentar apanhar “os pintassilgos ou os pardais” no arvoredo dos terrenos a nascente de casa.

— Só pensava naquilo. Mal tinha um tempo livre, lá ia eu. E como não fazia os deveres de casa, apanhava muitos bolos [reguadas] nas mãos.

Apesar dos castigos, recorda esse tempo com um sorriso matreiro. Quando acabou a quarta classe, António foi para a pesca. Tinha 11 anos e era tão parco de carnes como o primo, o terceiro tripulante do barco do avô. “Éramos tão pequenos que praticamente tínhamos de pegar juntos no remo”. Mas o corpo lá se desenvolveu e o jovem foi trabalhando noutros barcos, entre os quais o do pai – o *Beiriz*.

Certo dia, porém, o mar estava bravo e a quebrar perto do porto da Póvoa. O mestre decidiu rumar a Sul. Deixemos Maria de Lurdes contar o que lhes aconteceu a seguir:

— Estava temporal, e o barco aqui na Póvoa, não entrava. Mas dava para entrar no Porto de Leixões. Da praia à minha casa não eram nem cinco minutos de distância, e eles, quando tinham aquele bocadinho de folga, vinham para a rua passear, ver as vistas. Olhe, eu não sei. Foi ali.

De repente, lá estava ela. Que bonita rapariga, pensou o pescador, que ficou ali encalhado, sem despregar o olhar. Magnetizado, sentiu que tinha de dizer qualquer coisa. Saiu-lhe a mais simples das palavras – um olá –, que recebeu como resposta o mais lindo dos sorrisos.



Muitas das fotografias
encontradas nos álbuns
pessoais destas comunidades
fizeram longas viagens até às
famílias destes pescadores e
marinheiros.



Maria de Lurdes numa festa de aniversário com os dois filhos do casal. O mais velho, António, como o pai, está ligado ao mar, pois trabalha na marinha mercante, fora do país.

Os primeiros tempos de namoro entre António e Maria de Lurdes foram selados por correspondência. Cartas escritas pelo pescador nas horas vagas que iam matando o tempo e a saudade. A relação foi-se solidificando. Quando apanhava um domingo livre, lá ia ele, todo aprumado, no comboio para Matosinhos. Primeiro até à estação da Senhora da Hora, onde fazia o transbordo para a composição que o levava até Matosinhos. A paixão corria sobre carris, mas a viagem ocupava do tempo livre. Maria de Lurdes lá traçou um trajeto para, por autocarro, aproximar os reencontros. “Passado algum tempo e uma vez por outra, ele já ia almoçar à nossa casa aos domingos”, conta a namorada de então.

E António tinha mesmo de forrar o estômago, porque já sabia que, quando chegasse a casa, ia encontrar “o comer frio”, o sinal mais que evidente de que a mãe torcia o nariz a tais namoricos tão longe da terra. Aliás, D. Rosa não se coibiu de o demonstrar à própria Maria de Lurdes.

— O António estava a pensar ir para o bacalhau. Certo dia, aproveitando que havia as festas do Castelo [em honra da padroeira Senhora da Conceição, a 8 de dezembro], convidou-me a ir à Póvoa. Ele disse à mãe quem eu era e a minha futura sogra olhou para mim e...nem um olá disse.

O tempo curou essa retração inicial e sogra e nora sempre se deram bem. À distância, Maria de Lurdes explica que a frieza terá tido também que ver com uma diferença de tradições nos dois meios, que geravam desconfiança.

— O traje era diferente. Em Matosinhos era mais vaidoso. Aqui [em Vila do Conde/ Póvoa] usava-se xaile e avental. Lá, apenas um bom casaco e uma saia. Aqui era tudo mais conservador.

Se cumprisse pelo menos seis anos na pesca do bacalhau, António estaria dispensado do serviço militar, pelo que o jovem não hesitou em marchar para os mares do Norte – uma gesta que detestou pela falta, naquela época, de condições básicas de higiene. Fora do período destas campanhas longínquas, o pescador ficava-se pelo trabalho nos barcos ao pé da porta.

No final do segundo ano no navio *São Rafael*, António e Maria das Dores decidiram que era altura de casar. Decidiram, então, seguir o alinhamento que funcionara tão bem com o matrimónio de uma irmã dele: a cerimónia na Igreja do Senhor dos Navegantes, nas Caxinas, e a boda no restaurante mais em voga em Vila do Conde, o Manco d’Areia, na Praça da República. De anel no dedo, o casal instala-se em Matosinhos e lá nascem

os dois filhos. Findo o suplício do bacalhau, António firma-se na *Maricéu*, traineira de um tio de Maria de Lurdes. O jovem, porém, ambicionava arrumar mais a vida. Em boa-hora, por isso, surgiu o cunhado Vítor com o convite para o acompanhar para trabalhar em plataformas petrolíferas ao largo de Inglaterra, inicialmente, para uma empresa dos Países Baixos e, depois, para uma firma britânica do mesmo ramo.

Pelo meio, passou ainda por um navio que transportava gado vivo da Irlanda para a Tunísia. António esteve dez meses sem vir a Portugal, sempre em mar alto, mas o casal queria comprar a casa dos sogros, na Rua Alfredo Bastos, ali encostada à Póvoa, para onde foi morar logo nos primeiros anos na emigração. Nessa altura, Maria de Lurdes sentia-se sozinha numa terra “com poucas amizades”. Volta e meia, pegava nos pequenos e refugiava-se em Matosinhos, perto da família mais chegada. O certo é que, com o pecúlio angariado no estrangeiro, o casal conseguiu demolir a casita mais antiga e, no mesmo sítio, erguer a moradia onde reside atualmente.

— Passei meses e meses longe da família. Estou muito agradecido à minha mulher, que, nesses tempos, foi mãe e pai dos nossos filhos.

Finda a vida de emigrante, António passou a trabalhar na traineira *Rolando Rebelo*, do cunhado Ilídio, da Afurada, marido de Natércia Pereira, até atingir a idade da reforma. À medida que os filhos iam crescendo, Maria de Lurdes foi-se habituando-se ao lugar e integrando-se mais no quotidiano do Bairro Sul da Póvoa onde, tal como o marido, passa mais tempo. Ela é, aliás, frequentadora assídua do Centro Ocupacional criado pelo município após a recuperação do edifício da antiga Escola Primária da Lapa.

Os filhos já não querem nada com a pesca, os netos também não, e a continuidade, neste ramo familiar, à profissão de pai e avôs está aparentemente terminada. Mas ainda há mar, na vida do descendente mais velho, António Manuel Pereira Terroso, que está a trabalhar nos Países Baixos, na marinha mercante. Sílvio, o mais novo, é técnico numa empresa de elevadores. Ambos nasceram em Matosinhos, mas foram registados em Vila do Conde e moram... na Póvoa de Varzim.

Maria Gomes
Viana,
Jerónimo Gomes
Viana,
Caxinas,
Vila do Conde

Fotografia Joana Dionísio, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto David Mandim **Arquivo** Família Viana



Uma família em busca de um porto seguro



Joaquim Marques Viana, o Quim da Tonta, teve seis filhos do casamento com Adelaide Gomes. Todos eles, homens e mulheres viveram do mar, tendo parte da família se fixado em Matosinhos

Sou Maria do Mar, responde divertida a mulher que já completou 79 anos. Maria Gomes Viana é o seu nome, mas todos a conhecem como Maria “Balé”, alcunha herdada da família da mãe. É “do Mar” porque Maria foi capaz, desde tenra idade, de cumprir os ofícios da pesca em terra e no mar. Trabalhou em Matosinhos, na Póvoa de Varzim e nas Caxinas. Já sabia bem como atar redes e ir à pesca quando, aos 48 anos, foi fazer a 4.^a classe para poder ter a sua cédula marítima e assim completar, com o marido Donato Maravalhas, a tripulação de dois pescadores que era exigida para o pequeno barco em que iam à faina na zona de Vila do Conde.

“Foi a Ti Antónia Balé quem me ensinou a trabalhar”, diz Maria, descrevendo esta tia direta da mãe. “Era tal e qual um homem. Direitinho”, compara. Afinal, falamos de uma mulher que chegou a ter carta de arrais e que ia ao mar, num pequeno barco, para capturar sardinha ou faneca e também para apanhar sargaço. Em terra, era mestra nas artes das redes. Maria ainda se lembra de a ouvir, virada para as mais novas:

— “Ganhai vergonha! Um dia o vosso homem compra um barquinho e vós nem uma rede sabeis atar.”

Houve algumas mulheres como Antónia Balé, nas Caxinas, mas “não era muito comum”, refere Jerónimo Gomes Viana, o irmão mais novo, enquanto Donato Maravalhas só se recorda de três ou quatro mulheres que tenham sido pescadoras, entre as quais a sua. Em Vila Chã, era mais habitual os pequenos barcos terem elementos femininos a bordo ou até serem comandados por elas. Maria e Donato Lopes Maravalhas são naturais das Caxinas. Ela nasceu a 21 de fevereiro de 1943, dois anos e meio depois dele, nascido a 15 de setembro de 1940. “Era tudo das Caxinas, os pais os avós”, aponta Maria, sem certezas absolutas sobre as origens do seu lado familiar. Contudo, o irmão Jerónimo – nascido em outubro de 1960 – lembra que a sua “bisavó veio da Póvoa de Varzim”. De resto, a família cresceu junto à Rua da Alegría, na Poça da Barca. A casa ficava mesmo na fronteira entre os dois lugares. “Os meus avós já estavam nas Caxinas, mesmo junto à Poça da Barca”, resume Jerónimo, aceitando que muitas pessoas que se instalaram naquela zona tinham origens na Póvoa.

Maria é a mais velha de seis irmãos, filhos de Joaquim Marques Viana – o Quim “da Tonta” – e Adelaide Gomes. Seguiram-se Engrácia, Manuel, Maria Eva, Joaquim e Jerónimo. Os três rapazes foram todos pescadores, sempre entre as Caxinas e

Leixões, onde trabalharam a maioria do tempo, e as raparigas também se casaram com homens do mar – Engrácia e Eva fixaram-se, depois, em Matosinhos. Têm todos os apelidos Gomes Viana, com exceção de Maria Eva que é Gomes da Silva. “Puxou só ao lado da mãe”, ri-se Maria Balé, sem ter explicação exata para a diferença de nome da sua irmã.

Somos “todos nascidos e criados aqui”, nota Maria, enquanto recua no tempo até à década de 1940, período em que frequentou a escola primária nas Caxinas. Ali fez a terceira classe – o exigido às meninas, naquele tempo. Donato intromete-se para fazer um reparo. Leva logo resposta de Maria. Riem-se e ela acrescenta: “Estamos sempre assim, um contra o outro, mas sempre de bem.” Nunca tiveram filhos, devido a um problema de saúde. Depois de tantos anos juntos, conhecem-se plenamente.

Saída da escola, Maria Balé viu-se num mundo difícil, dados os parcós rendimentos que uma família de pescadores conseguia trazer para casa.

— Era criança e andava como qualquer outra, queria comer e os pais não podiam dar. Só quando nós começámos a arranhar uns para cada lado é que a gente andou melhorzinha.

Tal como acontecia com muitas outras crianças, o trabalho na pesca começava cedo. Maria e os irmãos não escaparam a uma infância dura, passada entre a areia e o mar.

— Na nossa casa, injuriava-se quem não queria trabalho. Com sete ou oito anos, ou nove ou dez, tinhamos logo de ir apanhar lenha ou argaço.

Com 13 anos, já com o corpo a moldar-se ao esforço, teve o seu primeiro trabalho com descontos. “Fui para uma fábrica de conserva em Matosinhos, a São José”, lembra-se como se fosse hoje. Começou por fazer recados e limpezas. Nesta indústria esteve três ou quatro anos. Ainda trabalhou noutras, também em Matosinhos, como a Ramirez. Quando não havia peixe nas conserveiras, ia para as secas de bacalhau. Maria parece que ainda está a ver “aqueelas fábricas todas, umas a seguir às outras”. Na viagem ao passado ecoa ainda o som da “sirene a tocar a avisar que já havia peixe para ir trabalhar”.

Solta um suspiro e sorri, nostálgica, como se recordasse, deste início em Matosinhos uma parte da sua vida agreste e dura, mas também de partilha de emoções num ambiente muito próprio.

— A gente corria tudo por aí, sem haver azar nenhum. Sem haver problema. Queríamos ganhar para comer. Fominha nunca passámos, depois de uma certa idade.

Chegou às fábricas de conservas pela mão de uma amiga da mãe, uma mulher de Angeiras – outra comunidade piscatória, situada a norte de Matosinhos. Nessa altura, o pai de Maria Balé andava nas traineiras. No tempo da safra, “íamos para Matosinhos, o ranchinho ia todo, pais e filhos”. Ficavam todos num “quartinho arrendado”. A família acomodava-se da maneira possível, num cenário já descrito por outros protagonistas deste livro.

— Dormíamos todos juntos naquele quartinho, separadinhos por uma cortina de pano. O meu pai e a minha mãe só ao fim-de-semana é que estavam um com o outro.

Sempre a “esgadanhar” pela vida

— A minha mãe ficava em casa com os filhos e fazia um pouco de tudo. Ia ao argaço, andava nuns barcos pequenos, mesmo de bebé na barriga. Quando o meu irmão Quim nasceu, tinha o cuzinho todo pisado, de ela estar sempre encostada com a barriga no barco a apanhar o argaço.

Com uma lucidez que lhe permite avaliar o sofrimento de mulheres como a sua mãe, Maria desabafa: “Aquelhas criaturas foram tão maltratadas!”

A verdadeira casa da família Gomes Viana era em Vila do Conde. “No defeso, as traineiras amarravam e regressava-se às Caxinas”, onde viviam numa casa “pequenina” que a mãe fez “com vinte e tal contos”. Maria Balé foi crescendo “sempre a esgadanhar”, até que veio a dar o passo de adulta para o casamento com o pescador Donato.

“Aos 17 anos apareceu esta alminha”, atira, atiçando mais uma “fogueirinha” com o marido. Tinha começado a trabalhar na Póvoa Exportadora. Donato tanto pescava nas Caxinas como fazia temporadas na pesca do bacalhau. Maria tinha na cabeça as palavras do pai: “Ficou-me isto na ideia: ‘Casar não é por um dia nem por dois, é por uma vida.’” Ela com 18 anos e ele com 20, subiram ao altar da Igreja das Caxinas. Sem que a vida de casado alterasse grandes rotinas de trabalho, Donato embarcou de novo para o bacalhau – o que fez durante 16 anos ao longo da vida. Maria diz que “ficava a trabalhar para comer”.

O jovem casal ficou a viver em casa dos pais de Maria. No dia seguinte ao do casamento, conta Donato Maravalhas, “queria comer e não tinha”. Era um dia de inverno. Contudo, em casa de um pescador, há sempre uma cana de pesca.

— “Amanhã vou ver se apanho peixe para comer” – disse-lhe. Fui às quatro horas da manhã e ela diz: “Eu também vou”.

Afinal, eram casados. “Já aí não o deixei ir sozinho”, relembra Maria Balé. Donato acabou por apanhar “dois ou três quilos de peixe”, que lhe davam “para dois ou três dias”.

Se nesta ocasião quis ir com o marido, no futuro seria diferente, quando passou a ter de se levantar regularmente da cama, a meio da noite, para o ir ajudar. Maria conta que Donato a convenceu de que teriam uma vida boa. Ele sorri, como quem já sabe o que vem aí nesta história.

— Dizia ele: “Ganho dinheiro nem que seja numa gamelinha de casca. Não passas fome”. Assim foi, mas eu é que me quilhei. A Maria foi o bombo da festa. Tinha de trabalhar com ele, tinha de ajudar, e de que maneira... Foi trabalhar duro, que eu ainda hoje estou com o rumo de nova, nunca tive coisa nenhuma.

Sem medo das palavras, Maria refere-se, sobretudo, ao período em que teve de ir ao mar com o marido, quando já acumulava décadas de trabalho no corpo. Após deixar as campanhas do bacalhau, Donato comprou um barquinho. “Ia ao mar até Vila do Conde, pescava robalo, marisco, faneca, era o que calhasse.” Mas precisava de ajuda, já que era obrigatória a presença de dois tripulantes por embarcação. Por isso, andaram juntos “uns dez anos”, tendo começado após 1977, quando Donato não se entendeu com os cunhados e foi único a deixar Matosinhos.

“Com 48 anos, foi para a escola completar a quarta classe para poder tirar a cédula marítima”, diz, de forma pausada, Donato Maravalhas, a chamar a atenção para o feito da mulher. No fundo, ele sabe que Maria foi forçada a um trabalho mais que exigente. Mas o casal não tinha filhos e Donato argumenta que não tinham alternativa.

— Andava aqui no mar e via-se a polícia marítima. Vinha buscá-la. Estava ela a dormir na cama e eu aparecia: “Anda comigo mulher, que eles já andam aí.”

Maria já parece mais compreensiva e recorda como eram vistos pelas autoridades marítimas:

— Sabe o que faziam quando nos viam aos dois? Gozavam com a gente.

Com a conversa, surgem recordações de episódios vividos no mar, onde até apanharam alguns sustos, como conta Maria Balé.

— Numa ocasião, não gostei nada do tom do mar. Não me agradava. Na praia, digo: “Eu não vou para o mar.” E ele: “Anda embora, não faz mal nenhum.” Fomos para o mar e estavam três ou quatro barquinhos de

arrasto ao camarão mais longe. Mas onde nós estávamos era um perigo e metia medo.

Donato intromete-se e reconhece que estiveram “um bocadinho à rasca”. Mas lá regressaram a terra com sardinha e “charamanecos”.

Pelo meio, Maria volta ao facto de ter completado a quarta classe mais de 30 anos depois de andar na escola. Nunca esqueceu o diálogo entre a professora da década de 1940 e a sua mãe, Adelaide. “Deixe a sua filha fazer a quarta classe, mais tarde eles vão exigir isso”, aconselhava a professora. “Ó, deixe lá... Para que é que serve? A gente anda ao argaço e à lenha”, foi a resposta. Donato Maravalhas completou logo na infância a 4.^a classe, enquanto ia conhecendo as artes da pesca.

— Com oito anos já ia para o mar, num barquinho. Não fazia nada, ia com o pai, só a ver. Fui desenvolvendo e comecei a remar, a aprender tudo.

Quando tinha 15 anos, o pai morreu, deixando a mãe viúva com cinco filhos, três rapazes e duas raparigas. A pesca a sério, para Donato, começa com outros dois rapazes mais novos, usando um barco que estava parado. “Andámos no barquinho da canalha.” Com 16 anos quase feitos, estava determinado: “Vou para a sardinha”. A tenra idade incomodava a mãe. “És muito novo e não percebes nada.” O filho não se ficava. “Sou capaz.” Começou por “andar pela zona da Ribeira”, no porto da Póvoa, onde com frequência aparecia o cabo de mar a travar a pescaria.

— Mas a gente queria comer e não tinha. Eu era o chefe de casa e tinha de resolver isto. Disse à minha mãe: “Vá pedir ao cabo de mar José Tato.”

O pedido foi aceite com uma condição: “Ele que vá ao mar mas não saia daqui das Caxinas.” Não podia ir para a Póvoa, onde o cabo de mar era José Valentim.

A aposta no navio *Senhora da Vida*

A idade acabava por ser contornável para se poder trabalhar no mar. Aos 17 anos, Donato foi para o bacalhau, mais uma vez graças ao favor de alguém, por ainda ser menor. “Não se podia ir com menos de 18 anos, mas quem me levou era um grande pescador, de primeira linha, e convenceu a empresa”, diz Donato, disposto a revelar que a primeira aventura na Terra Nova e Gronelândia foi tão dura que chegava a “devolver os bacalhaus maiores à água, por não ter forças para os colocar no bote”.

Nom du porteur *Joaquim Marques Viana*
Filho de *JOAQUIM MARQUES VIANA*
Nom du père *Joaquim Marques Viana*
e de *Maria Adelaida Góes da Silva*
Nom de la mère *Maria Adelaida Góes da Silva*
Natural da freguesia de *Vila do Conde*
Lieu de naissance *Vila do Conde*
Concelho de *Vila do Conde*
Distrito de *Porto*
Nacionalidade *Portuguesa*
Nationalité *Portuguesa*
Nasceu em *21 de Outubro* de 19
Date de naissance *21 de Outubro*
Ocupação antes da inscrição *Newfounland*
Estado civil *Sotado*
Etat civil *Sotado*
Residente em *Rua da Pescaria, 170 - Vila do Conde*
Demeurant à *Rua da Pescaria, 170 - Vila do Conde*
Capitania do porto de *VILA DO CONDE*
Delegação Marítima de *VILA DO CONDE*
O Capitão do porto *António Oliveira*
O Delegado marítimo *António Oliveira*

2
Inscrição marítima n.º *7512*
Livro *37* Folhas *90*
Data da inscrição *4 de Setembro* de 19

Nome *JAPUA GÓES VIANA*
Nom du porteur *JAPUA GÓES VIANA*
Filho de *JOAQUIM MARQUES VIANA*
Nom du père *JOAQUIM MARQUES VIANA*
e de *MAGA ADELAIDE GÓES DA SILVA*
Nom de la mère *MAGA ADELAIDE GÓES DA SILVA*
Natural da freguesia de *VILA DO CONDE*
Lieu de naissance *VILA DO CONDE*
Concelho de *VILA DO CONDE*
Distrito de *Porto*
Nacionalidade *Portuguesa*
Nationalité *Portuguesa*
Nasceu em *21 de Fevereiro* de 19
Date de naissance *21 de Fevereiro*
Ocupação antes da inscrição *-*
Estado civil *CASADA*
Etat civil *CASADA* 340



Dedada rolada do indicador direito
Empreintes digitales de l'indicateur droit

~~CANCELADO~~

ASSINATURA DO TITULAR
SIGNATURE DU PORTEUR

Jerónimo Viana ~~CANCELADO~~ *Viana*

SINAIS CARACTERÍSTICOS

Altura Taille	Cor Teint
Olhos Yeux	Sinais particulares Signes particuliers
Cabelo Cheveux	

Gastaplos ~~CANCELADO~~ *franca*
Gastaplos ~~CANCELADO~~

Vila do Conde, 11 de Novembro de 1974.

O ESCRIVÃO,

João Soeiro

Alvaro Viana 3

Categoria Profession	desde quando	Rubrica da autoridade
PESCADOR	4/9/90	<i>JL</i>



Dedada rolada do indicador direito
Empreintes digitales de l'indicateur droit



ASSINATURA DO TITULAR
SIGNATURE DU PORTEUR

Maria Gomes Viana

SINAIS CARACTERÍSTICOS

Altura Taille	Cor Teint
Olhos Yeux	Sinais particulares Signes particuliers

1.63 *BRANCA*
CASPAHOS

Jerónimo Viana já deixou o mar.
A irmã chegou a ser pescadora
e andou ao mar com o marido,
Donato. Para obter a cédula,
voltou à escola aos 48 anos.

“Tão magrinho era, que cabia no buraco de uma vigia do navio”, assume o antigo bacalhoeiro, com Maria Balé a aproveitar para resumir, entre risos: “Eras um zé-ninguém, magrinho, magrinho.” A história da escotilha, pequena janela redonda no costado dos barcos, é real e aconteceu a bordo do *Senhora da Vida*.

— Estava a descansar e sou chamado ao capitão. “Eu não fiz mal a ninguém, porque vou ao capitão?”, perguntei. Mas lá fui eu. Cheio de medo, vejo nove ou dez pessoas na ponte do navio. O capitão diz: “Não tenhas medo, está à vontade, isto é uma teima que temos aqui à ré”. Admiravam-se de eu ser tão fininho, tão pequeno, e ainda assim ter a habilidade que tinha. A teima era para verem se eu cabia numa vigia. O capitão é que ganhou. Disse: “Enfia a cabeça aqui.” Olhe, entrou a cabeça e depois entrou o ombro e tudo.

Nos 16 anos de pesca do bacalhau, no *Senhora da Vida*, no *Alan Villiers* e finalmente no *São Jorge*, o franzino Donato foi muitas vezes o primeira linha e até terminou várias campanhas com a classificação de “especial”. Deixou a faina maior antes do 25 de Abril. Já perto do final da década de 1970, foi para Matosinhos trabalhar com os cunhados. Mas manteve sempre um barco nas Caxinas, o primeiro com o pai de Maria e depois já por sua conta. Foi então que Maria Balé teve que ir para o mar com o marido. Ela volta a falar no tema:

— Trabalhava nas conservas e gostava muito, mas ele é que me tirou de lá. Era o maior gosto que eu tinha, trabalhar. Se soubesse o que sei hoje, eu tinha o meu trabalho e ele tinha o dele. Mas eu ganhava pena e ia com ele.

O seu irmão Jerónimo tenta enquadrar a postura do cunhado Donato nos moldes de vida criados entre as comunidades piscatórias. “A tradição era as mulheres darem apoio em terra aos barcos. Para que andasse com ele, tirou a mulher da fábrica”, diz. Jerónimo é quem também explica melhor a divergência entre cunhados quando, em Matosinhos, criaram uma sociedade e tinham diferentes barcos a trabalhar em conjunto.

Donato já tinha levado o cunhado Manuel para o bacalhau, onde havia grande rivalidade entre pescadores.

— Aqui queriam mostrar que eram bons, tinha de haver um diálogo sobre zonas de pesca. Mas não se entenderam. Também tinham barcos diferentes e o do Donato era mais pequeno.

Jerónimo abafa a divergência numa luta de egos. Ninguém se zangou a sério e Donato elogia esse outro cunhado: “Haverá poucos homens do mar como ele”, concede. Os três irmãos de Maria ficaram em Matosinhos, enquanto o casal assentou de vez

em Vila do Conde. Ela gostava de andar no meio dos irmãos, mas fez a vontade ao marido. “Casar é para uma vida”, dizia-lhe o pai. E ela respeitou-o.

Donato reformou-se aos 60 anos. O barco foi para abate. Com Maria Balé, vive tranquilamente na sua casa no centro das Caxinas. Ela, que bem sabe o que custou a vida, acaba por se conformar com o que conseguiram amealhar.

— A gente não está rica, mas com a reforma de um e de outro dá para viver. Temos a casinha, o que queremos melhor?

Jerónimo Viana, 17 anos mais novo que a irmã, admira muito a forma como o casal ultrapassou as dificuldades e não resiste a fazer uma comparação com as gerações mais novas.

— Os jovens casais deviam ver o que é fazer economias, não desperdiçar, com muito sofrimento pelo meio.

Manter a tradição: não ter naufrágios

Com avós, tios e primos ligados à pesca, a família manteve a rota. Jerónimo seguiu o exemplo dos dois irmãos, e as duas irmãs, além de Maria, casaram-se com pescadores – um deles da Póvoa de Varzim. Completou o sexto ano na Escola de Pesca, quando já sabia o que era o mar.

“Era menino e já ia ao mar, Nas férias, fui com dez anos. Mas a sério foi com 12, ainda ilegal, já com a escola feita”, explica Jerónimo Viana, puxando do cartão do Centro Nacional de Pensões para mostrar que está inscrito desde 1973, quando tinha 13 anos. “A família tinha os barcos e eu fazia falta.”

Teve oportunidade de ir para a estiva na Alemanha, mas ficou nas Caxinas até que, em 1975, o pai Joaquim construiu um barco de 12 metros. Privilegiando a segurança, a família passou a ir ao mar a partir de Leixões.

— No entanto, ele viu que levava a família toda no barco e sentiu que era perigoso: Por isso, mudou. Optava sempre pelo seguro. O meu pai preferia não ganhar dinheiro a correr riscos.

Jerónimo orgulha-se dessa opção, sabendo que talvez por isso a família não tenha vivido grandes acidentes, escapou até à grande tragédia de 1947, em que o naufrágio de quatro traineiras de Matosinhos causou 152 mortes. Jerónimo não era nascido, ainda, e Maria Balé e Donato Maravalhas eram crianças, mas muito se falou dessa desgraça em família.

— O meu pai não foi ao mar. O meu tio e ele falaram, o tempo não agradava. O meu pai disse logo: “Então não saímos.” Ficaram e safaram-se. Isso ficou gravado para toda a vida.

O porto de Leixões passou a ser a base de trabalho da família. “A nossa vida foi lá, ganhámos muito dinheiro ali”, reconhece Jerónimo Viana, o “último a parar, em 2021”, quando os irmãos já se tinham reformado. Nos mais de 30 anos passados em Matosinhos, começou por embarcar como os outros até passar a ser o coordenador em terra e o motorista.

— Ninguém conduzia, nas Caxinas. Só pessoas que tinham ido à tropa ou vindo de África tinham carta. Nos primeiros tempos, íamos para Leixões com um condutor que levava mulheres para as fábricas de Matosinhos e vínhamos de autocarro. Até que uma senhora de Vila de Conde – que veio a ser minha sogra, pois casei com a sua filha – trouxe um Land Rover de África e começou a levar-nos e trazer-nos para e de Matosinhos.

Em 1979 perceberam que era preciso ter uma carrinha. A sogra disse-lhe que não aguentava o serviço, pelo que ele decide tirar a carta de condução. Começou a fazer o transporte do pessoal, a comprar o isco para a sardinha e a preparar anzóis, a fazer o trabalho e a gestão em terra. Eram 40 cabazes de isco por dia, recorda Jerónimo.

Toda a tripulação era das Caxinas – existia até uma lista de espera. “Era um barco que trabalhava muito”, recorda Jerónimo, que começou por conduzir “uma carrinha de seis lugares, depois uma maior, e mais tarde uma já para vinte e tal pessoas”.

A sociedade continuou até 2000, “com mudanças pelo meio”, com apostas diferentes, como o polvo.

— Lembro-me que os nossos barcos foram dos pioneiros a trabalhar com alcatruzes aqui no Norte.

O último da família a ter ido ao mar

Enquanto os tripulantes ficavam durante a semana em Matosinhos, Jerónimo fazia a viagem diariamente, num período em que era apenas mais um das Caxinas a fazer esse percurso pela EN 13. “Houve dois grandes acidentes com dois camiões e várias mortes”, lamenta o pescador agora reformado.

Os muitos anos neste porto de pesca deram-lhe um conhecimento importante sobre a atividade. Após o fim da sociedade dos irmãos, até pensou num negócio de comércio de

peixe, mas acabou por não ir em frente. Ainda foi ao mar em Leixões e, em anos mais recentes, fez companhia ao cunhado Donato em pequenas fainas, pois nunca perdeu o gosto. Para estes três caxineiros, a Póvoa de Varzim sempre lhes foi próxima, fosse por razões ligadas à pesca e à venda de peixe, ou pelas festas, que atraem pescadores de várias comunidades. Para Donato e Maria, estas eram raras. “Era a Senhora da Assunção e a Senhora das Dores”, resumem.

Mais novo, Jerónimo já apanhou os bairaricos, as idas domingueiras ao cinema, também na Póvoa de Varzim. Maria ergue a voz: “Nós nem pensar, nem sonhar com isso.” Lembra-se de ir com a mãe ver a procissão à Póvoa de Varzim e isso ser um momento de felicidade.

— Ela comprava uma melancia e dava um gomo a cada um. Depois da procissão, vínhamos embora, todos contentes.

Com o correr dos anos, os hábitos de trabalho suavizaram-se e os pescadores começaram a ter direito ao descanso de domingo, o que também mudou os hábitos de lazer, como lembra Jerónimo.

— Foi uma conquista, não trabalhar ao domingo. Beneficiei disso quando era miúdo. Já ia passear à Póvoa e aos cinemas, com regularidade. Eles só iam ao cinema quando o rei fazia anos. A minha geração já era diferente. Em 1975, era a discoteca a novidade, com as matinées no casino da Póvoa.

Jerónimo Viana resume as relações de caxineiros com as duas cidades vizinhas de forma simples.

— Quando era para estar sozinho, ia para Vila do Conde, ali para a zona dos estaleiros. E quando queria estar com amigos, ia para a Póvoa.

As relações, que dantes se forjavam nestas cumplicidades de beira-mar, têm agora outros rumos. “Sou o último da família a ter ido ao mar.”, contabiliza Jerónimo. Alguns dos sobrinhos estão agora emigrados, outros formaram-se em Medicina, e as suas duas filhas não têm ligação. “Ninguém lhes disse o que fazer, eles escolheram”, acrescenta. Donato logo aponta que “antes, com 12 ou 13 anos” eram obrigados a ir pescar.

— Em 1946 ou 47, o meu pai estava morto que eu crescesse para ir ao mar. Ao longo da conversa, sobram exemplos de como as mentalidades – definidas pelas circunstâncias ao longo dos tempos – evoluem. Foram o que foram. Sem arrependimentos. Numa família em que todos foram mestres – pais, irmãos, cunhados –, Jerónimo Viana tem a sensação de dever cumprido, principalmente no campo da segurança, na qual a família está a fechar um ciclo sem naufrágios e perdas humanas.

Núcleo dos Amigos dos Pescadores de Matosinhos (Napesmat)

346

Fotografia Joana Dionísio, estúdio ESMAD, P. Porto
Texto Luísa Pinto **Arquivo** Napesmat/Agostinho Pereira



Da Tertúlia dos Patos nasceu uma *Maré*



Os membros da tertúlia dos patos, no Jardim Basílio Teles, acabaram a fundar uma associação que há 18 anos vem divulgando histórias do mar e da pesca de Matosinhos e dos concelhos de onde vieram os seus pescadores.

No jardim Basílio Teles, mesmo em frente à Câmara Municipal de Matosinhos, havia um lago onde se passeavam patos. Era o sítio onde se contavam as novidades e se colecionavam histórias, era paragem obrigatória de “gente que sabia muita coisa de mar”. Chamavam a esse grupo a “Tertúlia dos Patos”. Foi lá que Delfim Caetano Nora, engenheiro na Siderurgia Nacional, já reformado, se foi habituando a pescar histórias sobre o tema predileto de quem por ali se juntava. Delfim colhia as histórias que vinham à rede, mas ele também levava muitas. Ele não era pescador, mas era filho, neto e bisneto de gente que se fez ao mar. É neto de Zé “Norinha”, mítico pescador com origens na Válega, em Ovar, que se fazia às ondas mesmo quando o mar não estava de feição.

— Os meus antepassados viveram as grandes tragédias da arte xávega, iam para o mar tanto no verão como no inverno. Por isso decidiram vir para aqui, para Matosinhos, à procura de mais segurança. E se lá estavam habituados a ir para o mar de verão e de inverno, aqui faziam o mesmo. E por aqui dizia-se, naqueles dias assustadores: “Quem é que ia para o mar?” Para o mar iam os “do diabo”. Como o meu avô. Por isso também há quem me chame Delfim “do Diabo”.

Delfim Caetano Nora nasceu numa família com seis irmãos. Aprenderam a viver o dia-a-dia a ver chegar o pai ora com ar sorridente, a anunciar que havia comida, ou de ar triste, a dizer que teriam de esperar pelo dia seguinte. Nem ele nem os irmãos foram pescadores – pai e mãe tudo fizeram para os afastar dos perigos e das incertezas. Mas todos tiveram de começar a trabalhar cedo.

Delfim começou por trabalhar numa oficina de serralharia, mas teve oportunidade de ser dos primeiros alunos a matricular-se na Escola Industrial e Comercial de Matosinhos – e não a desperdiçou. Até então, quem quisesse seguir estudos, depois do exame da quarta classe, tinha de seguir para o Porto, o que, entre outros motivos, acabava por desincentivar as famílias de enviar os filhos para a escola.

O Neto do Zé Norinha prosseguiu os estudos. Ingressou no Instituto Superior de Engenharia e fez carreira na Siderurgia Nacional, na Maia. Foi só depois de se reformar que pôde finalmente ter tempo para se dedicar à sua atividade preferida – a de pescador de histórias.

Com 79 anos de vida, é hoje uma fonte inesgotável delas. Porque as persegue, indaga, questiona, e não descansa enquanto elas não se entrelaçam, não se completam. E de tanto ouvir falar

de alegrias e de temores, de vitórias e de sobressaltos, Delfim também quis experimentar na pele o que era isso de ir ao mar. Durante oito anos, e de forma intermitente, foi pescar com outros pescadores aposentados, seus amigos – João Neves, Zé Fortuna, Manuel “Ratinho”, Moisés Folha, Zé Gato, Tone Soeiro, Manel “Gadim”, Domingos Tato, Quim “Camaço”, Manuel “Cheta”, Augusto Pinhal, Carlos “da Aguda”, Frutuoso Gavina. Foi, então, admite, que “deu real valor à valentia” destes homens, uns de Matosinhos, outros dos concelhos vizinhos e que para aqui tinham vindo viver.

— Foi, para mim, um privilégio e uma aula de plena formação.

Às “aulas práticas”, Delfim Nora continuou a juntar as conversas com amigos e conhecidos. A Tertúlia dos Patos funcionava quase todo o dia, entre um participante que chegava e outro que ia embora. Até que se começaram a reunir-se a sério, uma vez por semana. Combinavam num determinado café, onde passavam cerca de duas horas, a partilhar histórias.

— Até que um dia, estávamos no Café Internacional a conversar, e o Maia Gonçalves diz que aquele grupo precisava de ter um nome. Era dia de futebol, fomos menos do que os do costume, mas foi assim que surgiu o Núcleo dos Amigos dos Pescadores de Matosinhos, o Napesmat.

A assinatura de fundação foi feita no dia 9 de janeiro de 2004, com oito elementos. A Delfim Nora juntavam-se Álvaro Sobral, Maia Gonçalves, Oliveira Lopes, Belmiro Galego, Fernando Ferreira, Mário Rêga e José M. Silva. Por engano, na escritura o Napesmat ganhou um “e” no fim. Ficou Napesmate.

— Quando demos por ela, já não dava para mudar. Dá uma trabalheira incrível e fica por um balúrdio.

E as prioridades do grupo eram outras, afinal. Ainda o Napesmat não existia e o grupo da Tertúlia dos Patos já referia que as histórias que circulavam entre aquelas mesas deviam ser passadas a escrito. A prioridade era imprimi-las, distribuí-las, disseminá-las.

— Combinámos que íamos fazer uma folha informativa, e publicá-la. Pedimos que toda a gente trouxesse uma história na reunião seguinte. Chovia informação que era um encanto. Quando começámos a ver, não tínhamos histórias para uma folha, mas para umas seis.

A pergunta que se fizeram seguidamente foi a de que como iriam publicar e distribuir essas folhas, com que dinheiro. Mas Delfim, de semblante soridente e ar traquinas, recorda que também por aí não houve muitos problemas.

— Como a malta era um bocado “casca grossa”, combinamos que quem falasse mal deixava em cima da mesa um euro. Estávamos a conversar, alguém largava uma asneirola e deixava um euro. Chegámos a uma altura e já tínhamos dinheiro para 500 folhas.

O primeiro boletim *Maré* é dado à estampa no dia 20 de fevereiro de 2004, com editorial assinado por António Maia Gonçalves.

A publicação, escrita pelos membros do grupo, prometia contar histórias, falar de acidentes e de alegrias, explicar os nomes das famílias dos pescadores, dar notícias de atividades programadas, abordar lendas e tradições. Mensalmente, sempre com distribuição gratuita, a *Maré* chegava a todo o lado. Aos cafés e bibliotecas, às sedes de junta de freguesia, a Matosinhos, a Vila do Conde, à Póvoa. Aos Estados Unidos, à Alemanha.

“Até para Malaca vai”, conta Francisco Fangueiro, associado da Napesmat e membro da direção, uma espécie de faz-tudo, desde montagem de exposições à tesouraria da associação. E, também, uma espécie de carteiro, que leva os jornais a tiracolo e os vai distribuir por vários pontos da cidade.

— Está em todos os cafés de Matosinhos, na junta de freguesia e na Câmara municipal. Na Póvoa de Varzim, encontra-se a *Maré* junto à Igreja Matriz, em Vila do Conde, na Alfândega Régia.

A brincadeira de multar as “asneirolas” ditas à mesa rapidamente deixou de ser suficiente. Delfim recorda que a mulher um dia lhe perguntou se a água que andava a beber não era muito cara.

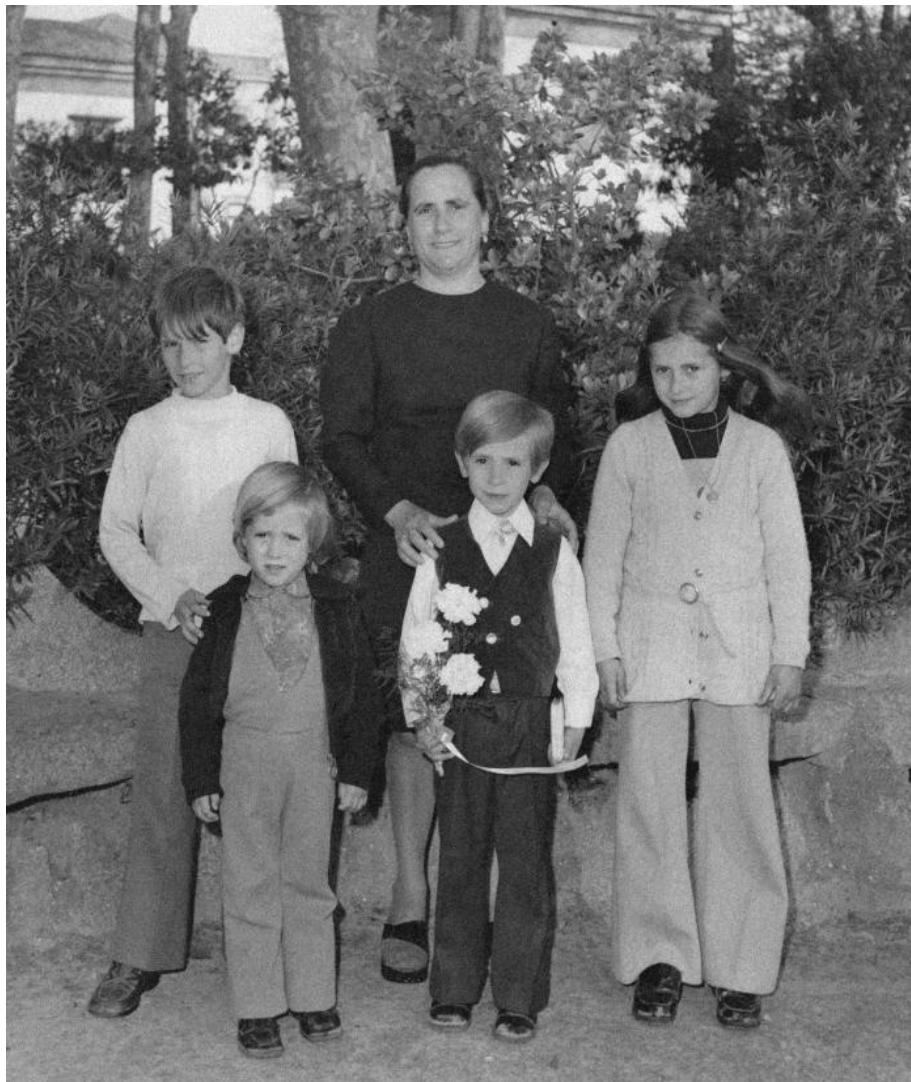
A sorte, diz Delfim do Diabo, foi terem conhecido bons amigos durante o percurso de 18 anos que já leva a associação. Um deles – e que por todos é saudosamente estimado – foi Manuel Lopes, que era, no início da associação, responsável pela Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim. Os membros do Napesmat visitavam-no com frequência, para consultar livros, recolher histórias e investigar tradições.

— O Manel, que era o melhor bibliotecário deste país, disse-nos que nós tínhamos grandes histórias nos nossos boletins *Maré*. E foi ele que nos sugeriu que devíamos pegar nessas histórias e editá-las em livro. E as receitas dos livros que vendêssemos iam ajudar a pagar as *Marés* seguintes.

Foi assim que surgiu o livro *Uma Praia Dela*, entretanto esgotadíssimo. Percebeu-se, assim, que a receita do “Manelzinho da Póvoa” funcionava. Já fizeram mais três. O *Entre Petingas e Migalhas*, o *Ordes d'Abiar e Andar e Mulheres de Mar... Mãoz de Sal*. Neste início de 2022 em que o jornal *Maré* chega à edição



O atual presidente do Napesmat, Agostinho Sá Pereira, tem vínculos familiares à Póvoa de Varzim, bem visíveis nesta fotografia, em que, com a irmã, Emilia da Conceição, participou, nesta cidade, "no casamento de uma prima, a poveira Nazaré, com Fernando, das Caxinas". Ao lado, no adro da Igreja do Bom Jesus de Matosinhos, surge com a mãe, Maria dos Anjos, e a mesma irmã. À frente estão os irmãos Carlos e Américo.



n.º 200, é editado o quinto livro do núcleo – de novo uma compilação das histórias. Com o patrocínio da Câmara de Matosinhos, que, para além de apoiar a edição destes livros, contribuiu com os portes pagos para enviar o boletim *Maré* para vários pontos do país e do mundo.

Os apoios da autarquia são sempre bem-vindos – e necessários. Até porque a Napesmat tem 369 associados, mas desses, os que têm as quotas em dia são menos de 170. A contabilidade é de Agostinho Sá Pereira, que chegou à Napesmat em 2013 e à presidência da direção em 2019.

Agostinho nasceu em Matosinhos, é filho de pescador, neto de pescador, mas fez a sua vida no estrangeiro, longe do mar.

— Somos quatro irmãos – uma rapariga e três rapazes. E o meu pai, José Sá Pereira, deve ter feito uma jura a ele próprio de que nenhum dos filhos iria para o mar. Sei que quando lhe falei a dizer que queria ir para a Escola de Pesca, levei uma surra. Nunca mais se falou disso.

Agostinho Sá Pereira fica com os olhos embaciados quando se lembra da vida que levou o pai, denunciando o respeito que alimenta por este estilo de vida, que tanto o fascina como o repulsa. Emocionou-se ao conduzir-nos numa visita ao Núcleo Museológico do Mar, um espaço onde está instalada a sede da associação, na antiga escola primária do Bairro dos Pescadores de Matosinhos, desde 2012.

Agostinho só conheceu esta sede, mas também foi ele quem ajudou a montar a exposição permanente onde se mostram os objetos que fizeram parte do quotidiano da comunidade dos pescadores matosinhenses. E há um que lhe atiça a memória: uma das caixas de metal onde os pescadores levavam diariamente o seu farnel para o mar.

— Tenho uma história dolorosa com um destes baús. Uma vez, a minha mãe chamou-me para ir buscar o baú do meu pai, que já tinha chegado com o barco, mas ainda estava a descarregar o peixe. Ele não ia ter tempo de ir a casa antes de regressar ao mar outra vez. Eu fiz o que a minha mãe mandou, fui buscar o baú vazio, entregá-lo à minha mãe, para o levar outra vez ao meu pai.

Agostinho comove-se, pela lembrança viva da traquinice que então cometeu.

— Lembro-me de estar cheio de fome e pensar: o meu pai leva comida neste baú, mas eu não tenho nada para comer. Peguei numa pedra e rebentei o cadeado para ver o que lá ia. E quando vi o que lá estava, duas cabeças de sardinha e um pão com dois dias, fiquei cheio de vergonha e

voltei a fechá-lo. Era com aquilo que ele ia passar um dia duro de trabalho. Entreguei-lhe a lata e fugi, já a adivinhar a surra que ia levar quando ele voltasse da pesca.

Mas Agostinho enganou-se. À chegada de mais uma noite no mar, não houve uma surra à sua espera. E quando Agostinho perguntou ao pai, a medo, se não lhe ia dizer nada...

— O meu pai respondeu-me: “Não tenho nada para te dizer, filho. Só sei que hoje te fizeste homem, com toda a certeza.”

Agostinho confirma. Aprendeu muito nessa noite. E se o respeito pelo pai era muito, a admiração que lhe tinha ganhou maior tamanho. Ainda que nunca tenha andado ao mar, Agostinho alimenta-se ainda e sempre das histórias que ele lhe traz. As que lhes contava o pai, as que lhe continua a contar o tio, Delfim Nora, e as que tantas e tantos outros lhes levam nas visitas que fazem ao museu instalado na antiga escola do Bairro dos Pescadores, a casa do Napesmat.

— Vem aqui gente de todo o lado: de Matosinhos, da Póvoa, de Vila do Conde. Já testemunhei que algumas pessoas vieram ver como eram as caras dos seus familiares aqui, no nosso Cais da Memória. Eu nunca tinha visto a cara da minha bisavó, Madalena Valongueira. As pessoas vêm aqui a este memorial matar as saudades.

O Cais da Memória é uma exposição fotográfica que ocupa o espaço mais nobre do pequeno museu, bem no centro da sala, e onde há vários retratos, não só de pescadores, mas também de viúvas do mar. O restante espólio do museu é feito com alfaias, redes, cabazes, réplicas de embarcações, trajes. E com ofertas que são, às vezes, memórias dolorosas, como camisas de pescadores perdidos em naufrágios, e outras vezes homenagens sentidas, como a farda de gala de Manuel José Silva, conhecido como Manuel “Malhão” que, com José Rabumba, esteve à frente da lancha da Estação Salva-Vidas de Leixões.

No museu também está a homenagem dos tripulantes do U-1277, o submarino alemão cujo comandante recusou render-se aos russos no final da Segunda Guerra Mundial, levando os seus 46 marinheiros Atlântico abaixo, durante um mês “de fome, de frio e de silêncio”, até chegarem ao mar ao largo de Angeiras. O comandante afundou o navio nas águas de um país neutral Rabumba e Malhão foram ajudar a tirar os homens da água. Também está ali um exemplar de um aparelho de rádio com que, em terra, se ouviam as conversas que os homens trocavam no mar. Nas madrugadas de mau tempo, e a pedido da mãe,

Agostinho revezava-se com os irmãos a ouvir as comunicações de umas trineiras para as outras, para se certificarem de que tudo estava a correr bem.

— Lembro-me perfeitamente de, em algumas dessas noites, ouvir o mestre Caravela a cantar. É engraçado, na altura não sabia quem era. E agora que o conheço é que tenho noção que era ele que ouvia muitas vezes.

O mestre Caravela, o mestre fadista, como ficou conhecido, era José Vicente da Cunha, filho de pescador que, muitas vezes, era quem animava o recinto da “praia da sardinha”.

— Pois eu ouvi-o cantar muitas vezes enquanto ficava à escuta na rádio – insiste Agostinho Sá Pereira.

Cada objeto exposto no pequeno museu encerra uma memória de um quotidiano, de uma personalidade, de um evento. E, mesmo depois de 200 boletins dados à estampa, ainda há muitas histórias por explorar. Contudo, avisa Delfim Nora, nem todas merecem ser contadas.

— Os pescadores enfrentaram muito, passaram por coisas terríveis. Tivemos prepotências, injustiças, maus-tratos. Mas não são essas histórias que queremos contar. Não é para isso que estamos aqui. Estamos aqui para lutar contra elas e para devolver aos pescadores a dignidade e o reconhecimento por tudo o que eles fizeram.

O engenheiro não consegue eleger a história que mais gostou de contar. Prefere continuar a entusiasmar-se com a história seguinte, que ainda está a escrever. A história de Sérgio Malpique, que foi atleta federado e que manteve o nome de uma rua em Almada, mas que durante alguns anos foi faroleiro na Boa Nova, em Leça da Palmeira.

— Eu era pequenininho, teria uns três anos, e recordo-me de ouvir o meu avô e o meu pai a levantarem-se para ir para o mar. E a primeira coisa que o meu pai fazia era ir à janela ver como é que estava o tempo. Ele andava sempre sorridente, mas quando havia nevoeiro, no semblante daquele homem tudo se fechava... Lembro-me da ronca a tocar e da cara do meu avô. E de ele dizer para o meu pai: “Já temos os nossos amigos a zelar por nós, já nos estão a avisar. Vai ser uma noite agarrado ao leme.” Tenho muito respeito por estes homens do farol.

Para escrever a história que sairá num dos próximos boletins da *Maré*, Delfim Nora recorreu às suas memórias pessoais: ao facto de ter andado com os dois filhos de Sérgio Malpique na escola primária – o Luís e o Vasco – e de como foi com eles que conseguiu ir fazer a primeira visita ao farol, quando tinha cerca de 11 anos.

— Lembro-me de ver aquele homem e de ele me parecer quase uma torre. O Sérgio Malpique era um homem enorme, um recordista no lançamento de disco e de peso. E eu pensei com os meus botões: “Eu cá nunca vou chegar a ser um homem.”

Delfim foi saber o que aconteceu a Sérgio Malpique – e encontrou a homenagem na toponímia da cidade onde ele nasceu. E soube por onde andavam os seus filhos. Descobriu que Vasco já morreu e que Luís sofre de Alzheimer. “Já não me conhece. Mas falei com a irmã dele, que me recebeu e me mandou as fotografias...”, explica.

O trabalho de laboriosa pesquisa de Delfim implica fazer muitos telefonemas, relacionar pistas, consultar arquivos, perscrutar livros e memórias. Ele diz que é o que mais gosta, do seu dia a dia: fazer perguntas, procurar respostas. Tem apoio não só dos membros da direção do Napesmat, como da esposa, a sua “ajudante número um”. Mas Delfim Nora também gosta de escrever. Ainda diz que não é “grande atleta da escrita”, que a vida dele foi sempre na indústria, nos números, no ferro e no aço. Mas a verdade é que sempre escreveu, e o resultado desse labor são os 200 números de uma Maré sem fim à vista.

Em maio de 2022, o Napesmat publicou o boletim *Maré* n.º 200, num exemplo de persistência que se prolonga desde o n.º 1, que chegou à rua há 18 anos.

MARÉ

A viagem do Núcleo a Espinho

Campainha das principais rotas da formiga – a busca da origem dos ramos padeiros – o NAPESMAT, vinte e intermináveis, vai uma ásua de cada vez, despedindo-se, vive e falecente merecendo. Sogado.

De momento, aqui estamos para dizer que o NAPESMAT, Núcleo de Artes dos Pescadores de Marescos, mance em 9 de Junho do passado ano de 2009.

Se estiverem por aqui para andar quanto tempo virão, resguarde sede, que é apanhar.

Entretanto, o NAPESMAT já está a preparar o seu regresso, e para isso tem em vista, com pequenos Bolelos que limpam a MARÉ (em jata humana) para os que, José, José, José, Tano que adi e remane, trala, polémica em tempos em “O Comércio de Letras”, uma sítia de sacristia, pensando que o maior avanço é quando elas objectivam alguma.

1. Notícias, dar conta da sua o Núcleo vai festejar.

2. Testemunhos no respeito ao trabalho e produtividade do grupo que produz.

3. Cear um espaço de diálogo e intercâmbio com outras ou mesmo outras organizações que possam elas colaborar.

Costa lhe queremos afirmar que estas programações são páginas que só têm feito agradecer, e que é a participação, desde que respeitável e prestativa, de todos aquelas que se acham mais ou menos solidadas e disposta para fazer parte de trabalho.

(Continua na pg. 2)

A iniciativa obteve-se em Fevereiro de 2022, em Espinho, e, após um almoço que reuniu cerca de trinta pessoas oriundas não só daquela cidade mas também de Ovar e Foz do Douro, que, assim, se juntaram à comitiva, foram propostas algumas reuniões e profícias que, entre outras coisas, convidaram a Maria Fernanda, que foi iniciada como uma palestra profunda por Maria Fernanda

do espetáculo que fizeram parte da “retumbada” que se celebra a Capela

município de D. Maria Fernanda Branco Miguel, professora e escritora, que esteve integrada aquela célebre: interveio as suas grutas, nomeadamente as grutas do Mato, e que, aliás, é a única que se pode visitar.

Na foz da pesqueira de Marescos se instalou um templo dedicado a São Pedro, época que reuniu até mil gente de todos os lados mas, nomeadamente, de Espinho, que só se pode imaginar a magnitude da cerimónia que ali se realizou.

Brasão Miguel, que abordou a origem da pesqueira das rizadas costas e a origem dos padeiros de Espinho – que eredeu de Ovar e é a sua ligação ao Rio Minho, que é o palmeiro que faz esses apelidos e aplaudiu.

(Continua na pg. 2)

Brasão Miguel, que abordou a origem da pesqueira das rizadas costas e a origem dos padeiros de Espinho – que eredeu de Ovar e é a sua ligação ao Rio Minho, que é o palmeiro que faz esses apelidos e aplaudiu.

Obras Pintadas de Viana do Castelo,

entretanto, que será praga pintada da costa manista, que aquela em Marescos não temia deixado valer.

(Continua na pg. 2)





**Nem mudo
nem quedo
o rosto pertence
à fotografia**

Adriana Baptista
Escola Superior de Media Artes e Design

362

Vendo, neste projeto em que o real e a representação se cruzam, os retratos contemporâneos dos pescadores e das suas famílias, da autoria de cinco fotógrafos, não posso deixar de pensar na forma como os textos escritos e os registos múltiplos mantêm a necessidade de convívio com o retrato fotográfico e como se multiplicam as evidências dos motivos pelos quais o retrato fotográfico perdura: impresso, guardado, emoldurado, esmaltado e, daí... retido na nossa memória.

O motivo fulcral para o retrato, na pintura, pareceu, durante muitos anos, centrar-se na necessidade de trazer a representação do sujeito ou da sua família (por sua encomenda ou de outrem) não para um espaço pessoal de registo, mas para um espaço social onde é/foi importante, ou para um momento em que se pretende que seja homenageado e/ou quando e onde possa ser observado. Para tal, o retrato, na pintura, agigantava o sujeito. Freund (1977), a propósito das características permanentemente usadas nos retratos de alguns pintores famosos, diz-nos que:

“La obra se da por entero, y en sus mínimos detalles, al espectador. (...) Tanto si la pincelada es gruesa o ligera, la intención dominante del pintor consiste en ser verídica. (...) Quando el pintor (...) quiere ser serio, llena el quadro de acessórios diversos. Si quiere ser alegre o brillante, multiplica los colores. Aun así, um exceso de exactitud o de veracidad hubiesen podido alejar al público, pues naturalmente no todos los personajes de la historia poseen una belleza. Por tal razón, hay que suavizar los gestos demasiado grosoeiros e embellecer los rostros desagradables.”

Termina sustentando que a maior preocupação do pintor era aplicar no quadro uma verosimilitude intermédia, quase entre a veridicção do retratado e a veridicção do retrato.

No século XIX, a fotografia tomou rapidamente conta do retrato, até então objeto das telas de pintura, intensificando a verosimilhança, mas alargando o ato de representação, afastando-o das personalidades históricas para chegar a sujeitos, contextos e situações múltiplas. Freund (1977) dá conta de quanto e como o retrato fotográfico oscilou entre centrar-se no rosto ou em algo diferente que fizesse fugir a atenção do observador do rosto. Nas fotografias de Disdéri¹, ao contrário do que acontece com as de Nadar², a expressão individual desaparece, focando-se a atenção de quem vê a fotografia, não no sujeito, mas nos detalhes que o envolvem. E Freund explicita o

1 André A. E. Disdéri (Paris, 1819 - 1889)
2 Félix Nadar (Paris, 1820-1910)

quanto esta intenção teve impacto nos acessórios característicos de um estúdio (quase um armazém de acessórios) para a prática fotográfica: a coluna, a cortina, a mesa, o candelabro, a cadeira, o púlpito onde o protagonista do retrato se encontra apoiado, sentado ou de pé, ou mesmo os pequenos objetos com que fosse possível ocupar as mãos do sujeito fotografado ou que o definissem pela sua relação com os mesmos. E, assim, dentro ou fora do estúdio, rapidamente o fotógrafo usou elementos que foram perdendo o seu valor icónico para exigir uma leitura do seu valor indiciário ou simbólico. A caneta, captada, na fotografia, nos dedos do sujeito, não quer ficcionar, como na pintura, que a personagem é pintada enquanto assina, mas antes absorve a possibilidade de ser um índice da assinatura do que pôde/pode permanentemente acontecer na vida do sujeito e, nesse sentido, ser um símbolo de poder.

Mesmo afastado do retrato fotográfico em que o sujeito é protagonista de um acontecimento social, na prática fotográfica, o retrato tem vindo, como é lógico, a ser definido e catalogado como pertencendo a diferentes contextos, intenções, personalidades, atitudes, acasos, técnicas, espaços, culturas, épocas ou outros.

Numa análise, tanto global quanto detalhada, sobre as funções do retrato fotográfico, Brian Robert (cf. 2011, a) e b)), centrado em definir para o retrato uma tarefa de arqueologia na construção da memória e da dimensão narrativa, apesar de afirmar não pretender desenhar uma tipologia detalhada das situações em que o retrato pode ser relevante, chama a atenção para o facto de que, no âmbito da pesquisa nas ciências sociais, o retrato fotográfico integra a componente narrativa ou biográfica do investigador, o documentário social, a recolha de dados, o registo visual, a ilustração da descrição, etc.

Para não cair numa imensa lista de possibilidades e ocorrências do retrato fotográfico, fugindo às hipóteses criativas de quem fotografa, arrisco, neste texto, distribuir o retrato fotográfico por apenas três dimensões dependentes da estratégia de registo: o registo clínico, o registo criminal e o registo mnésico. Todos os registos podem ficar na memória de quem os vê, mas estas três dimensões pretendem mostrar o quanto diferente é o espaço dedicado ao ato de fotografar e ao ato de ver.

No registo clínico, pelo rosto e pelo corpo vivos, mortos, delirantes, feridos, deformados, catatónicos, demenciais,

histéricos, desmaiados, inertes, retalhados, anestesiados, ridentes, os sujeitos ocupam o espaço de ilustrar a demonstração de um diagnóstico e ganham um rótulo designativo. Nenhum dos retratos foge a um registo do tempo que documenta para além do sujeito, nem eventualmente ao registo de diferentes abordagens clínicas.

No registo criminal, os rostos no passaporte, no cartão de cidadão, no catálogo do presídio, no ficheiro dos rastreadores, no arquivo forense, no balcão da autópsia, no arquivo dos acontecimentos mediaticamente valorizados, na documentação de um qualquer horror praticado, ligam-se inevitavelmente a um nome, um tempo, um acontecimento, e perdem o anonimato, criando desta forma o registo documental.

No registo mnésico, num momento espontâneo ou construído, formal ou informal, a fotografia tem o poder de fazer o resgate do sujeito vivo ou morto, do decurso temporal real onde se escoou o tempo que viveu. Este é sem dúvida o registo mais passível de subdivisões diversificadas. No silêncio da fotografia, possuidor de um discurso narrativo, descritivo, expositivo ou argumentativo, ao mostrar-se, olhando ou não a câmara, o sujeito, por ela fotografado, fica parado na ocorrência da cesura no acontecimento ou constrói uma cesura no tempo em que tudo decorre. Aqui, ainda que se mostre estático, mas vivo, porque, apesar de não ser visível na fotografia, o seu sistema biológico está a meio de múltiplas ações, ou ainda que se mostre morto, tão-só porque nenhum sistema age dentro do seu corpo, na fotografia, foge à morte e inequivocamente constrói mais um nódulo na rede da memória de quem vê. Nesta fuga à morte, não é apenas um exemplo de um entre muitos ou de um caso pontual (como os registos criminais ou clínicos). Ainda que estático, o retratado torna-se, pelo registo mnésico, um protagonista. Habita um acontecimento que a fotografia invade e congela e da qual dá conta. Demonstra ser a personagem que constrói a memória biográfica ou histórica, de um certo tempo em que não aparece a viajar, de facto, mas do que não sai, e em que fica arqueologicamente guardado para além do momento em que foi captado. A função mnésica corresponde ao fotógrafo, a construção da memória àquele que vê a fotografia.

Cada álbum familiar não mostra o avô e o bisavô entre muitos, mas o que fez parte de uma linha genética. Cada catálogo de uma profissão não mostra um grupo entre muitos, mas um conjunto

de elementos em que todos se articulam diacronicamente ou sincronicamente numa rede de nódulos de interseção pela partilha de um dado que o retrato mostra ou que, sendo invisível, a todos une implicitamente.

Todo o registo mnésico inclui, por isso, a tarefa de documentar o ato onde caiu a personagem, mas desta tarefa não ficam excluídos atos construídos, mesmo que pareçam familiares e espontâneos. Se por um lado, quando fotografa as personagens, o fotógrafo as recolhe do instante em que tudo pode acontecer, por outro lado, ao imobilizá-las no retrato, retira-as do tempo e torna-as únicas e irmanadas.

O retrato fotográfico não é captor de um intimismo ao qual cabia ficar eternamente por divisor. E raramente a fotografia publicita o intimismo. O que é divulgado passa a público, e ao ser público não deixa apenas de ser íntimo. Fica estruturalmente público.

Quando o Presidente da República trabalha, concentrado e, sob a sua secretária, guarda um pé descalço, se tal se expõe, o protagonista da fotografia não foge à formalidade da ação³. O pé descalço faz apenas subir a esfera da concentração do Presidente (despindo-a, é certo, de uma qualquer falsa postura formal), e não a familiaridade (ausência de formalidade) da relação do fotógrafo com o sujeito (só possível se a concentração e o alheamento do fotografado não existissem). A fotografia pode romper com a convencionalidade da prática fotográfica, mas não cria o informal apenas porque o espaço em que ocorre é íntimo ou porque a sua ocorrência no contexto em que foi captada seja tida como impossível.

Em cada registo que o retrato fotográfico produz, independentemente do espaço em que cada retratado está, daquilo para onde olha e do iminente movimento em que pode ter estado ou vir a estar mergulhado, a imobilidade cinética e o mutismo caem sobre o sujeito e fazem chegar a questão a quem o vê: enquanto fotografa, o que pede o fotógrafo àquele que vai retratar? Como o chama? O que lhe diz? Como distrai o sujeito? Como o concentra? De que lhe fala? Como o silencia? Como cria o fotógrafo a imagem de imobilismo sem obrigatoriamente ordenar ao fotografado o momento exato em que deve parar a ação? Ou, de facto, como desenha a curva de um gesto, quando tecnologicamente suportado consegue captar o milésimo de segundo correspondente a um estádio do movimento em que

³ Fotografia de Alfredo Cunha, 1986

aparentemente o sujeito parece, naturalmente, parado?

Quando o que toma conta da ação de fotografar é a ânsia de registo súbito, é surpreendente vermos que a personagem retratada nunca parece suspensa, mas no meio de uma ação. Quando o que toma conta da ação de fotografar é a ânsia de registo perene, é surpreendente vermos que a personagem retratada quase sempre parece suspensa, como se estivesse a meio de fazer o que não faz. Sem que a intenção primordial do fotógrafo se aparente à do pintor de uma personagem famosa (famosa mesmo antes de figurar no quadro), o que escolhe o fotógrafo mostrar do que vê na personagem?

No retrato fotográfico, capaz de congelar o momento em que tudo ocorre, sendo ou não famoso o sujeito antes de ser fotografado, é o fotógrafo quem lhe entrega a fama, depois de fotografado, fazendo com que sobreviva ao tempo em que viveu.

Sentindo esta entrega em mão da fama, que o ato de fotografar produz, não posso deixar de me perguntar quanto de si mostra o fotógrafo. Não ficando o fotógrafo na imagem, como entrega a fama ao seu nome? Como consegue apagar-se do estúdio? Para desaparecer do estúdio ou do contexto real do acontecimento, quanto demora a construir, à sua volta, um contexto cenográfico enquadrável na fotografia que o olhar do retratado observe sem olhar para si ou para a sua máquina? O que o leva a construir o esvaziamento do cenário para que nada distraia a personagem ou o leitor da imagem? Será, na fotografia, este esvaziamento do cenário o responsável pelo maior efeito de topicalização do sujeito na percepção visual?

Sabendo que, perante a existência de um rosto no retrato, no scanpath que o olhar do leitor desenha, a primeira fixação é provavelmente nos olhos, depois no rosto, depois nas mãos (excluídas as situações de cor, movimento iminente, ou presença distópica de um qualquer elemento), como busca ou esconde o fotógrafo o olhar da personagem? Quantas vezes o fotógrafo integra/exclui, na área de percepção que a fotografia oferece, o foco do olhar do rosto retratado?

Raptor de momentos, no exterior, como pode, eventualmente, o fotógrafo fugir do sítio para onde olha o fotografado e mesmo assim colocá-lo a olhar de frente para a máquina como se olhasse de frente para o leitor da imagem?

Sabendo que nenhum leitor, depois de fixar os olhos do rosto que figura na imagem, resiste a olhar para onde eles olham, porque

pode o fotógrafo tentar fazer a personagem olhar para a câmara, sabendo que quem vir a fotografia, mesmo sem fazer sucessivas sacadas, a procurar o foco desse olhar, verá sempre mentalmente para onde olham os olhos do retratado? Para si próprio, leitor da imagem, que observa o retratado ou para o próprio retratado, se a sua imagem for o hipotético reflexo especular?

Como cria o fotógrafo uma tão grande cumplicidade com o retratado, fazendo com que seja possível que este olhe para onde ele o manda olhar?

Por um lado, ficam em segredo todas as conversas tidas entre ambos, como se pertencessem a um território que estrutura a arquitetura do retrato. Mas, quando este território, que apagou o tempo anterior e posterior ao disparo, aparece, sobre as fotografias desce uma enorme curiosidade, para construir não só a história do sujeito, mas também a história do processo construtivo-compositivo da própria história fora da fotografia. Apesar de parados e mudos, na fotografia, os retratados não exibem ser pacientes de um imobilismo mudo. Ora, não conseguimos esquecer que a medicina se ocupa a estudar o mutismo seletivo e o mutismo acinético (*selective mutism* e *akinetic mutism*⁴), desenhandando padrões psicológicos e etários, para o seu aparecimento e discutindo hipóteses para a análise das razões pelas quais se instalaram. Mas para o estudo destes casos, surpreendentemente, não são necessárias fotografias que os ilustrem. Como se tal fosse lógico, para mostrar esse mutismo e essa imobilidade, a investigação da doença usa o vídeo. Podemos assim concluir que a medicina mede a duração, os contextos e as consequências do mutismo e do imobilismo como se, sem estes dados, o mutismo e o imobilismo não existissem.

Este detalhe torna evidente que, o imobilismo fotográfico jamais é um registo do mutismo e do imobilismo patológico. E, surpreendentemente, torna possível afirmar que, apesar de a sequência da imagem em movimento mostrar o estatismo, o estatismo fotográfico revela o movimento, o pensamento, o cursar das emoções e o turbilhão interior.

Se nestes pacientes a ordem de nada dizerem ou fazerem vem de dentro (ainda que durante os episódios de verdadeira situação clínica de *akinetic mutism* o movimento dos olhos num *eye gaze* sobre quem os observa, seja, em muitos casos, visível), vem de dentro e desencadeada por patologias neurológicas e/

4 Cf. Arnts, H. et al. (2020) e Mulligan, C. (2015).

ou psicológicas, ainda que, obviamente no retrato não esteja em questão esse desvio comportamental ou qualquer patologia neurológica, a ordem para ficarem imóveis e mudos, parece nunca ter vindo de dentro e pelo contrário, nunca ser desejada e sempre ter vindo de fora, daquele que tendo na mão a câmara, precisa da ausência de movimento. Hoje, a velocidade do disparo permite que o fotógrafo se dispense de exigir o imobilismo, e assim fica desenhada a completa diferença dos retratados face aos pacientes, como se a sua mudez e o seu imobilismo fossem o resultado da mobilidade máxima e da silenciosa loquacidade. Será que uma grande quantidade dos retratados, levados a fixar o olhar num outro espaço, ficando, na fotografia, roubados do gesto e da fala, no certo momento em que têm de ser captados, exibem o sentimento de que há um turbilhão de pensamentos no seu interior, capaz de produzir a loquacidade do silêncio? Ou seja, capaz de fazer ver que quando se pede silêncio (e o sujeito não se cala porque quer), muito rapidamente explode a curiosidade sobre o que pensa aquele que não se ouve.

Hoje o retrato fotográfico reclama a literacia visual de quem o lê, dela excluída ou nela incluída a capacidade de ver o detalhe. Tal como Mitchell afiança, a mudança visual que vivemos ultrapassa a *mimesis* e é pós-lingüística e pós-semiótica:

“Whatever the pictorial turn is, then, it should be clear that it is not a return to naïve mimesis, copy or correspondence theories of representation, or a renewed metaphysics of pictorial “presence”: it is rather a postlinguistic, postsemiotic rediscovery of the picture as a complex interplay between visuality, apparatus, institutions, discourse, bodies, and figurality. It is the realization that spectatorship (the look, the gaze, the glance, the practices of observation, surveillance, and visual pleasure) may be as deep a problem as various forms of reading (decipherment, decoding, interpretation, etc.) and that visual experience or “visual literacy” might not be fully explicable on the model of textuality. Most important, it is the realization that while the problem of pictorial representation has always been with us, it presses inescapably now, and with unprecedented force, on every level of culture, from the most refined philosophical speculations to the most vulgar productions of the mass media.” (Mitchell, 2012, p. 16)⁵

5 “Seja qual for a viragem pictórica deve ficar claro que não se trata de um regresso à ingénua mimese, cópia ou a teorias de correspondência de representação, ou a uma metafísica renovada da “presença” pictórica: é antes uma redescoberta pós-lingüística, pós-semiótica da imagem como uma complexa interação entre visualidade, apparatus, instituições, discurso, corpos, e figuralidade. É a percepção de que o espectador (o olhar, o gaze, o relance, as práticas de observação, a vigilância e o prazer visual) pode ser um problema tão profundo como as várias formas de leitura (decifração, descodificação, interpretação, etc.) e que a experiência visual ou “literacia visual” pode não ser totalmente explicável no modelo de textualidade. Mais importante é a constatação de que, embora o problema da representação pictórica tenha estado sempre connosco, ela pressiona agora sem escape possível, e com uma força sem precedentes, todos os níveis da cultura, desde as mais refinadas especulações filosóficas até às produções mais vulgares dos meios de comunicação de massas”. (Mitchell, 2012, p. 16)

Eu diria que, atualmente, a literacia visual, distante da capacidade de descobrir a *mimesis* ou o desvio, exige a capacidade arqueológica de encontrar o que a imagem não mostra. A deixis não é a história narrada na imagem, mas a permanente atribuição de possíveis diferentes significados ao mesmo ícone sem que o mesmo seja polissémico em qualquer contexto.

Resta-nos uma interrogação que regista uma enorme questão relativa à fotografia: qual é o texto que o retrato fotográfico mostra? No retrato fotográfico, a *ekphrasis* é poderosa porque, se mudo e quedo, o protagonista não discursa. O texto da imagem está cifrado num código para o qual o *scanpath* dos olhos não basta para que seja descoberta a sequência da linha que nos leva a encontrar o que cada um pensa.

O que faz o fotógrafo quando, construindo na imagem o local certo onde habita cada rosto mudo e quedo, consegue, ao mesmo tempo, fazer com que o retrato fale do mundo de onde saiu? Como faz a ação do fotógrafo recuar do rosto dos retratados, o medo e a ansiedade e, no mesmo movimento ekfrasticamente entrar a densidade de pensamentos, que apesar de encurralados no silêncio, estão disponíveis para ser ouvidos nas particularidades dos contextos em que figuram?

O retrato fotográfico mostra e faz ouvir mentalmente o que não é dizível. Ou seja, o retrato fotográfico absorve um espaço fora da fala e do gesto, onde nasce a suspeita e a dúvida sobre tudo o que se pensa e onde, apesar do seu estatismo, a voz mental (vinda de dentro de quem vê e de dentro do silêncio da imagem que se vê) perdura na leitura.

Ou seja, mesmo que capte analogicamente ou digitalmente o real, mesmo que manipule o real, o retrato fotográfico não consegue ser nem um ícone mimético nem uma representação simbólica. O retrato fotográfico é o estalar mental da suposição de uma imensidão de alegorias disponíveis para quem as deseja descobrir quando nele lê posturas, olhares, expressões, intenções, implícitos silêncios audíveis.

Olhando para estes retratos, não deixamos de nos questionar: o que documenta cada uma destas personagens quando diferentemente contextualizadas dentro de um estúdio?

Refletindo sobre o quanto urgente é repensar a forma como olhamos para o retrato fotográfico Lehner afirma que “As viewers we do not passively receive visual or objective information, nor do photographs ever present objective accounts or reveal truths

about a person's character." (2010:38). Sem dúvida, dadas as possibilidades infinitas que a tecnologia e a criatividade do fotógrafo disponibilizam, quem fica retratado mostra uma série de superfícies, sem que cada uma delas revele objetivamente a verdade que dá corpo ao sujeito, e torna-se imprescindível que quem vê não se limite a descodificar, mas que permanentemente se disponibilize para interpretar. Ora, o que interpretamos hoje num retrato fotográfico esconde-se numa trama retórica exigindo que a leitura organize rizomaticamente detalhes do contexto espacial, da postura, do pano de fundo, da cor, do corpo, onde se estabiliza o sujeito sem que, como vimos, perca a voz ou a vida e sem que os mesmos o façam retratar apenas um grupo ou a profissão do grupo.

Como Lehner (2010) afirma, ainda que tudo possa parecer objetivo quando se olha uma imagem, compreender o que se vê exige, no retrato fotográfico, cruzar tarefas complexas, em que a interpretação cultural subconsciente é sempre exigida. Neste projeto, ficou nas mãos de cada um destes fotógrafos – Helena Flores, Joana Dionísio, Luís Ribeiro, Olívia da Silva e Sérgio Rolando – a função de individualizar o retrato, escusando-se de desfazer o que une os diferentes sujeitos ou de revelar objetivamente o presente, a experiência e o passado de cada um. A forma como cada um criou a visibilidade da realidade implícita, passou pela imagem de fundo em que submergiu o sujeito, pela elipse do cenário, pela orientação do olhar, pelo cruzamento de olhares, pela proximidade natural e/ou cenográfica dos sujeitos, pela postura das mãos, pela presença de um objeto lógico e imprevisível e pelo espaço que ele ocupa, e pela ausência de um objeto, tal como se fosse ao mesmo tempo natural que estivesse ausente e que fosse previsível.

Henning (2017), num artigo que reflete sobre particularidades do retrato fotográfico, nos anos 1920, em que a fotografia se associou ao plano cinematográfico, conferindo uma aura ao que se designou como *floating face*, explicita o quanto esta estratégia se prolongou, ao longo do século XX, no retrato fotográfico. Na definição de Walter Benjamin (que Henning cita neste artigo), a aura apresenta-se no retrato como "a peculiar trama de espaço e tempo: a aparência singular apenas da distância, por muito próximo que esteja" (Henning, 2017: 158). Vindo da escuridão, da iluminação cuidada, do retoque por permanente alisamento, o rosto, fixado no retrato, por mais próximo que estivesse do nosso

olhar, foi ganhando um estatuto quase divino e tomou conta do nosso olhar, destruindo uma trama de referências temporais.

Na contemporaneidade da arte fotográfica, em todos os retratados o rosto deixou de ser a máscara do sofrimento, fora de qualquer contexto, ou a fixidez escultórica da estátua que nada pensa ou diz. O retrato fotográfico busca, ainda que fugindo à naturalidade do espontâneo, um percurso enigmático na fronteira entre o que o protagonista da imagem mostra e o que pensa.

Neste projeto, os retratos, enquanto imagens fixas, deram vida aos sujeitos, impondo-nos que dilatássemos a duração do nosso olhar para os ver e para eventualmente lhes roubar os pensamentos.

Neste projeto, todos os rostos do mar, ainda que distantes dele, são alvo de uma estratégia fotográfica que os aproxima de quem os vê, entre tudo o que pode sem objetividade ou verdade, localizá-los social e espacialmente (o mar, a rede, a saia, o pé, o padrão da roupa, o olhar, as rugas, as mãos...). Aqueles que orientam o olhar para fora do nosso campo de visão estruturam a interpretação de um pensamento, um desejo, uma fuga de um espaço concreto para um espaço aberto. Os que se tocam e se estruturam num grupo hierarquizam a proximidade como se tal desse conta do quanto cada um sente o outro. Os que se deixam ver em etapas do retrato mostram o quanto nenhuma posição é fruto do acaso, e todo o momento que se vive se constrói entre fações do tempo e do gesto, como se o estatismo se destruísse na sua própria procura. Os que se ombreiam e se olham reduzem-se a um espaço finito, onde todo o silêncio afirma que tudo, fora desse espaço, aconteceu, pode acontecer.

Ainda que o processamento automático do rosto seja muito eficaz na identificação de emoções, como demonstram Stenberg, Wiking e Dahl em 1998, este processamento é involuntário.

Como todos estes retratos transportaram o rosto para o foco, cada leitura destes rostos convida-nos a mergulhar o nosso rosto numa mímica imitativa do rosto que nos parece ver. Podemos assim dizer quão longe chega a leitura dos rostos que nestas imagens nos olham, sozinhos ou acompanhados, irmanando-nos no prazer, surpresa e seriedade com que se mostram.

Nas suas fotografias, este projeto traz os protagonistas do amplo espaço do mar para dentro do estúdio, e na escuridão do negro, contra a rede, na frente da tela de fotos ampliadas, na claridade tal como a do papel de impressão, o recorte do protagonista da imagem goza de um centralismo diferente e, de

um modo diverso, chama e distrai o nosso olhar, desencadeando permanentes transições do olho na área de percepção como se a mesma fosse um reduto de aconchego onde quem uma vez aí fotografado, vai permanecer na memória de quem o vê.

Wicky (2010), explicitando, no seu artigo, em que discorre sobre aquilo a que chama as "trivialidades do rosto e a parecência íntima", o quanto o retrato fotográfico buscou ou se afastou da realidade física do sujeito, evidencia até que ponto pelas mãos do fotógrafo se tornou possível o registo da veracidade íntima através da transparência da atitude. A este efeito que a fotografia tem sobre aquele que a observa, , Wicky entrega a função em que, para além do reconhecimento do sujeito, o retrato constrói o seu interesse na posteridade. Ora, não há permanência na posteridade sem que a fotografia assuma a função do registo mnésico. Todos estes protagonistas que dão corpo ao projeto guardam, nestas imagens, a memória não só do que são, do que foram, do que buscaram, mas também o nome mental que as imagens acordaram no visionamento dos seus retratos relativo àquilo de que gostaram, com que sonharam, de que se lembram, com quem se irmanam, mesmo que pareça que nada dizem, mesmo que se tenham disponibilizado, dentro do estúdio, a parecer quedos e longe do mar.

Fica assim claro que, nestas fotografias, de uma enorme transparência da veracidade íntima, nas quais até se vê o que se esconde, digitalmente imobilizados e virtualmente em silêncio, ninguém fica mudo nem quedo a quem se mostra e nenhum de nós fica impedido de adivinhar e ouvir o que permitem ler para além de ver.

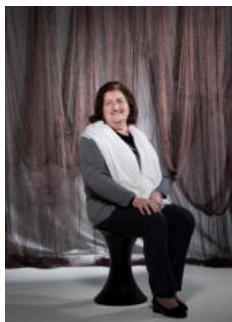
Referências

- Arnts, H. et al. (2020). On the pathophysiology and treatment of akinetic mutism. *Neuroscience and Biobehavioral Reviews*, 112 (2020) 270–278
- Barthes, R. (1981). A Câmera clara. Lisboa: Edições 70
- Freeland, C. (2007). Portraits in painting and photography. In *Philos Stud* (2007) 135:95–109
- Freund, G. (1977). La fotografía como documento social. Barcelona. Editorial Gustavo e Gili
- Lehner, A. (2010) Unfixing the Photograph: Rethinking How We Look at Portrait Photography. *Sightlines* pp37-50
- Henning, M. (2017) The Floating Face: Garbo, Photography and Death Masks, *Photographies*, 10:2, 157-178, DOI: 10.1080/17540763.2016.1266691
- Mitchell, W. (1994). Picture Theory: Essays on Verbal and Visual Representation. Chicago: Chicago University Press
- Mulligan, C. (2015). Selective Mutism: Identification of Subtypes and Implications for Treatment *Journal of Education and Human Development*. March, 2015, Vol. 4, No. 1, pp. 79-96- ISSN: 2354-296X / DOI: 10.15640/jehd.v4n1a9
- Robert, B. (2011a). Photographic Portraits: Narrative and Memory. *FQS Forum Qualitative Social Research*. Volume 12, No. 2, Art. 6 May 2011
- Robert, B. (2011b). "Interpreting Photographic Portraits: Autobiography, Time Perspectives and Two School Photographs". *FQS Forum Qualitative Social Research*. Volume 12, No. 2, Art. 6 May 2011
- Stenberg, G., Wiking, S. & Dahl, M. (1998) Judging Words at Face Value: Interference in a Word Processing Task Reveals Automatic Processing of Affective Facial Expressions, *Cognition & Emotion*, 12:6, 755-782, DOI: 10.1080/02699398379420
- Wicky, E (2010). Le portrait photographique : des "trivialités du visage" à la "ressemblance intime". In *Romantisme*, (2017) Vol.2 n° 176, pp.36-46



Neste projeto, ficou nas mãos de cada um destes fotógrafos - Helena Flores, Joana Dionísio, Luís Ribeiro, Olívia da Silva e Sérgio Rolando - a função de individualizar o retrato, escusando-se de desfazer o que une os diferentes sujeitos ou de revelar objetivamente o presente, a experiência e o passado de cada um. A forma como cada um criou a visibilidade da realidade implícita, passou pela imagem de fundo em que submergiu o sujeito, pela elipse do cenário, pela orientação do olhar, pelo cruzamento de olhares, pela proximidade natural e/ou cenográfica dos sujeitos, pela postura das mãos, pela presença de um objeto lógico e imprevisível e pelo espaço que ele ocupa, e pela ausência de um objeto, tal como se fosse ao mesmo tempo natural que estivesse ausente e que fosse previsível.

Adriana Baptista







PROJETO

ROSTOS DA MARÉ

Vidas em Rede entre Matosinhos,
Vila do Conde e Póvoa de Varzim

Descrição

Este projeto reúne 21 histórias de vida ligadas ao mar e que cruzam os territórios de Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim. Foi realizado no âmbito da Operação NORTE-09-5864-FSE-000018, e visa a Animação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) do Grupo de Ação Local - GAL Costeiro Litoral Norte AMP. Conta com um financiamento do PO Norte 2020 que contempla a Concepção, produção e edição de uma publicação e a conceção, produção e montagem de exposição fotográfica. O seu intuito é contribuir para a valorização da tradição, valores e cultura das comunidades piscatórias do litoral norte da AMP, e consequentemente, para a melhoria da imagem e incremento da auto-estima destas comunidades, bem como da atratividade do litoral junto dos residentes da AMP e dos turistas em geral. Para além deste livro e da exposição para circulação nos municípios de Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, inclui-se no projeto uma performance audiovisual baseada nos seus conteúdos.

Produção

- Bind'ó Peixe, Associação Cultural
- Escola Superior de Media, Artes e Design do Instituto Politécnico do Porto
- Equipa do Grupo de Ação Local - GAL Costeiro Litoral Norte da AMP

Coordenação

- Abel Coentrão, Bind'ó Peixe
- Olívia Marques da Silva, ESMAD/IPP

Equipa de Produção

- Bind'ó Peixe - Associação Cultural
 - Abel Coentrão
 - José Brandão
 - Fernanda Araújo
 - Dânia Lucas
- ESMAD/IPP
 - José Quinta Ferreira
 - Maria João Cortesão

Pesquisa

- Bind'ó Peixe - Associação Cultural

Ficha Técnica do Livro

edição

- Escola Superior de Media Artes e Design, Politécnico do Porto, P.PORTO

Editor

- Abel Coentrão

Autores de Textos de Apresentação

- Ariana Cachina Pinho, Primeira Secretária da Comissão Executiva da AMP
- Luísa Salgueiro, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos
- Aires Henrique do Couto Pereira, Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim
- Vítor Costa, Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde

- Olívia M. da Silva, Presidente da Escola Superior de Media Artes e Design /IPP
- Abel Coentrão, Presidente da Bind'ó Peixe

Autores das Histórias de Vida

- Ângelo T. Marques
- David Mandim
- Luísa Pinto

Autora do ENSAIO

- Adriana Baptista, ESMAD/IPP

Fotografia / Coordenação

- Luís Filipe Ribeiro, ESMAD/IPP

Assistente

- João Paulo Gomes, ESMAD/IPP

Capa

- Pedro Serapicos

Separadores

- Olívia da Silva

Autores dos Projetos Fotográficos

- Helena Flores
- Joana Dionísio
- Luís Filipe Ribeiro
- Olívia da Silva
- Sérgio Rolando

Digitalização de Arquivos

- Luís Filipe Ribeiro
- Abel Coentrão

Design Gráfico

- Pedro Serapicos

Paginação

- Abel Coentrão
- Pedro Serapicos

Revisão

- Sara Veiga

Ficha Técnica da Exposição

Concepção e Design

- Abel Tavares

Design Gráfico dos Conteúdos

- Abel Tavares
- Gilberto Ribeiro
- Pedro Serapicos

Execução

- Sérgio Bessa

SonoPlastia

- Filipe Lopes

Textos

- Abel Coentrão

Pré-impressão

- Luís Filipe Ribeiro

Impressão

- Lumen

Ficha Técnica da Criação Audiovisual

Manipulação de Imagem

- Tânia Dinis

SonoPlastia

- Miguel Pipa

PARTICIPARAM NESTE PROJETO

- Agostinho Sá Pereira
- Américo Terroso Milhazes
- António Milhazes Terroso
- Belmiro Tiago da Mata Cartucho
- Benjamim Santos Moreira
- Carlos Manuel Fernandes Areias
- Delfim Nora
- Donato Maravalhas
- Fernando Manuel Marafona de Pinho
- Francisca de Jesus Marafona
- Francisco Fanguieiro
- Francisco Rodrigues Pereira
- Israel Pedro da Mata Cartucho
- Jaime da Silva Pontes
- Jerónimo Gomes Viana
- Joaquim Araújo
- José Alberto Maio Postiga
- José Gonçalves Moita
- José Maria Marques da Mata
- José Ramos Pereira
- Leontina Maria de Faria Cruz
- Manuel de Agonia Fanguieiro
- Manuel Francisco da Silva Esteves
- Manuel Francisco Terroso
- Marcelino Joaquim Costa Passos
- Margarida Coentrão Viana
- Maria Alda Santos Moreira
- Maria Alzira Gomes Carvalho Terroso
- Maria Antonieta Nunes Pereira
- Maria da Graça Rodrigues Torrão
- Maria da Guia Gomes Fortunato
- Maria de Fátima Nora Lima Moura
- Maria de Lurdes Pereira
- Maria Gomes Viana
- Maria Júlia da Silva Rajão
- Raquel Jorge Milhazes
- Ricardo Tato Pereira

Todos os entrevistados autorizaram a digitalização e publicação de fotografias dos seus arquivos pessoais para utilização nas finalidades previstas neste projeto. O Arquivo Municipal de Vila do Conde cedeu duas cópias digitais de fotografias do acervo do Foto Adriano: uma identificada com o número de inventário AMVC64473-T-5572, retratando Manuel Torrão, para o texto baseado na entrevista de Maria da Graça Torrão (página 128) e outra com o código AMVC64401-FA-2109 retratando o casal Bertelina Clara e Manuel Fanguieiro que acompanha o texto na página 24.

AGRADECIMENTOS

Benjamim Moreira, Associação de Pescadores de Vila Chã; Bruno Costa e Teresa Azevedo, Mar de Experiências; Docapesca, Portos e Lotas S.A.; Isabel Torrão; Ivone Magalhães, Museu Municipal de Espoende; Jerónimo Viana, Mútua dos Pescadores; Laura Garrido, Arquivo Municipal de Vila do Conde; Luísa Couto, Leões da Lapa F.C.; Napesmat, Núcleo de Amigos dos Pescadores de Matosinhos; Sérgio Postiga - Centro de Desporto e Cultura Juvenorte; Xavier Flores, Associação Cultural Póvoa Ontem e Hoje.

FINANCIAMENTO

Este projeto foi financiado pelo Programa Operacional Norte 2020, com verbas do Fundo Social Europeu.



ESCOLA
SUPERIOR
DE MÉDIA
ARTES
E DESIGN

CONCEÇÃO E PRODUÇÃO
Área Metropolitana do Porto
Palácio dos Correios
Rua do Estêvão 21, 4000 - 200 Porto
www.amp.pt

Bindó Peixe - Associação Cultural
Praça Frei Mauro de Vila do Conde 187
4480-717 Vila do Conde
www.bindopeixe.pt

Instituto Politécnico do Porto
Escola Superior de Media Artes e Design
Rua D. Sancho I 981
4480-876 Vila do Conde
www.esmad.ipp.pt

1.ª Edição
Junho 2022
Vila do Conde

Tiragem 1500 exemplares
ISBN 978-989-99899-8-6
Impressão - Norprint
Depósito Legal

